



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO LXXXIII - Nº 778

OUT/NOV/DEZ 97

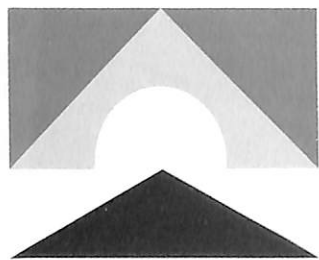
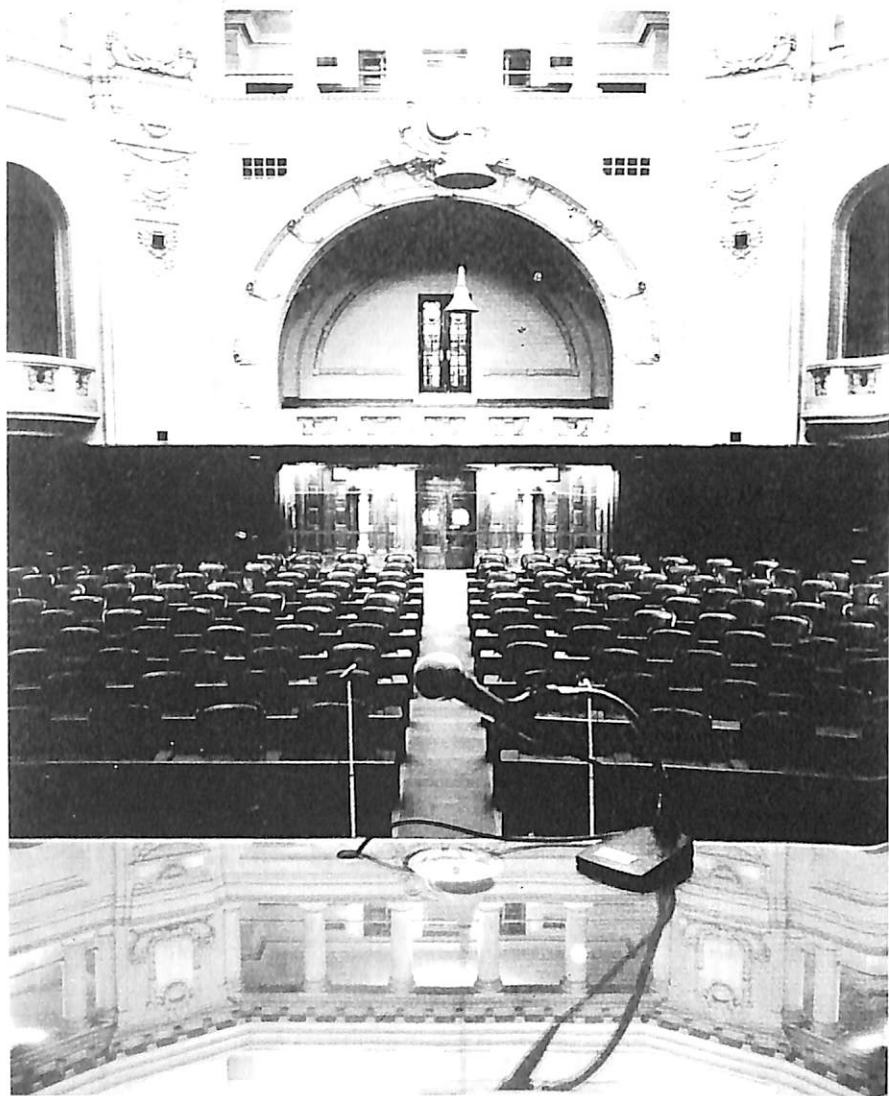


1887 - 1997

Canudos faz 100 anos

ISSN 0011-7641

Governo ruim custa caro para o cidadão. A sociedade requer quadros técnicos e políticos mais preparados, intelectual e moralmente, para se dedicar à função-Governo. Sensível a essas preocupações, a UFRJ decidiu criar a ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO voltada exatamente para o aperfeiçoamento daqueles que formulam, gerem e interpretam políticas públicas - em nível federal, estadual e municipal - relacionadas aos três poderes da República.



Escola de Políticas Públicas e Governo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A sala de aula dos líderes brasileiros

32 9381 x.3

355

Título: A Defesa Nacional : revista de assuntos militares e estu



329381

290637

v.83, n.778, out./dez. 1997 BFD

EDITORIAL

DOS

Antonio Conselheiro poderia ter sido tão somente personagem do folclore nordestino, não fora a intervenção do Governo Federal no combate aos seus seguidores, com o conseqüente emprego do Exército Nacional.

Explicações são fartas.

Era a estréia do poder civil na condução do regime republicano proclamado e recém-consolidado pelo poder militar, com a obrigação de firmar-se em meio a uma conjuntura de descompressão política, recalcada e impaciente, como costuma ser a que se segue ao término de qualquer período marcado pela determinação e rigidez das decisões de governo, fugindo à praxe do jogo político.

Os interesses e desmandos políticos regionais, as conveniências de uma igreja mal adaptada à posição que lhe foi concedida dentro da nova estrutura do poder, o inconformismo residual dos seguidores das lideranças militares substituídas, a insegurança gerada no meio rural do Nordeste com a evasão da sua mão-de-obra, atraída pelo eldorado que Canudos representava, tudo isso, aliado aos poucos meios de comunicação da época, dificultando a avaliação correta dos fatos, bem explorados estes pelo oportunismo da imprensa, pressionavam as decisões, impedindo-as de considerar, em suas dimensões verdadeiras, as realidades do sertão nordestino, dos pontos-de-vista humano e ambiental.

Quanto ao Exército, ressentia-se do processo de esvaziamento consecutivo a qualquer período em que ele assume papel de destaque no cenário nacional, com o profissionalismo relegado a plano secundário, não porém a ponto de comprometer sua fidelidade ao juramento do soldado, no cumprimento do dever constitucional de restabelecer e manter a ordem, quando solicitado pelo poder político, conforme o foi.

Como resultado, as operações no sertão baiano seriam levadas até as últimas conseqüências, ao tempo em que Antonio Conselheiro e o arraial de Canudos ganhariam um lugar na História do Brasil, como protagonista principal e cenário do seu episódio mais extravagante e sem sentido.

As completar cem anos do término da insurreição que se convencionou chamar de *Guerra dos Canudos*, dia 5 de outubro, a mídia lhe dedicou generosos espaços, de comum não concedidos a centenários de maior importância e significação da nossa História, e fez voltar à baila as insinuações de menosprezo à performance do Exército pelos seus insucessos iniciais, à luz da comparação do poderio bélico que ele tinha em relação ao do seu adversário, e pelos excessos de violência que praticou.

Nem uma coisa nem outra faz sentido.

Só para citar fatos do nosso tempo, o fracasso dos exércitos francês e norte-americano no Vietnã e do russo no Afeganistão mostram que a superioridade bélica não é, por si só, fator determinante do êxito no campo-de-batalha. Ressalte-se, nesses casos, que os três exércitos, à vista dos seus insucessos, desistiram de cumprir as missões que lhes foram cometidas, o que não ocorreu em Canudos. E cumprir a missão constitui ponto de honra para a profissão militar.

Quanto à violência, por mais que se tente regular eticamente um conflito, é impossível evitar excessos. E isso vem desde tempos remotos. O afã de conservar a vida, de salvar a própria pele, é o que comanda as reações do combatente. Afinal, o instinto fala mais alto e é quando podem aflorar deformações de comportamento reprimidas. Certamente a degola praticada em Canudos nada mais foi que o resultado da prevalência de um dos traços perversos da etnia brasileira, responsável pelas ilustrações macabras de mutilações das vítimas da violência que ocorre no submundo das grandes cidades e que a imprensa marrom se compraz em exibir no seu dia-a-dia. Nunca da obediência a diretriz emanada da direção do Exército.

Seja como for, Canudos contém preciosa lição a ser considerada, toda vez que se cogite de empregar o Exército dentro de um contexto sem afinidade com aqueles para os quais é orientado o seu preparo técnico e doutrinário.

SUMÁRIO

EDITORIAL	01
SIMPÓSIO "CENTENÁRIO DE CANUDOS (1897-1997)	05
Senador Marco Maciel	
O ENIGMA DE CANUDOS	11
José Arthur Rios	
PERSPECTIVAS PARA AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS	23
Benedito Onofre Bezerra Leonel	
QUEM TEM MEDO DO MERCOSUL?	33
José Sarney	
O CONTEÚDO DAS PUBLICAÇÕES MILITARES EM RELAÇÃO COM A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI	39
Carmelo Medrano Salto	
ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO COMBATE AOS PROBLEMAS DAS SECAS DO SEMI-ÁRIDO NODestino: SITUAÇÃO ATUAL E SUGESTÕES PARA O FUTURO	47
Francisco Manuel Mercês de Oliveira	
OCEANO ÍNDICO: GLOBALIZAÇÃO	59
Therezinha de Castro	
CLUBE MILITAR E A REPÚBLICA	69
Américo Raposo Filho	
BRASIL – GEOPOLÍTICA E DESTINO, RESENHA E COMPARAÇÃO HISTÓRICA	85
Roberto Pereira da Silva	
ORGANIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA: EXPERIÊNCIAS E ENSINAMENTOS	91
Paulo Melo de Carvalho	
COMENTÁRIOS	
Um significado da Guerra de Canudos para as Forças Terrestres	117
Cláudio Moreira Bento	
O futuro da Federação	119
Oliveiros S. Ferreira	
INFORMAÇÕES	127
DESTAQUES DA IMPRENSA	149

Por incrível preço e buscando sempre oferecer aos seus leitores um elenco de obras atuais, a BIBLIX lança o seu programa para 1998. São 12 (doze) excelentes livros a domicílio e de baixíssimo custo, além da vantagem de pagamento parcelado.

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

1. Canhões de Agosto - Barbara W. Tuchman

Obras notáveis da historiografia contemporânea. Apresenta, em forma de narrativa literária e estilo jornalístico, aspectos humanos e profissionais de estadistas, políticos, estrategistas e técnicos, pincados à luz de feitos, fatos e comportamento ético-pragmático. A autora se propõe a compreender a inteligência do pensamento político-estratégico-militar da Europa da segunda metade do século XIX e início do século XX, culminando no irrompimento da Primeira Guerra Mundial.

2. O Choque de Civilizações - Samuel P. Huntington

Samuel P. Huntington introduz, partindo de avaliação histórico-cultural, a tese da revisão do conceito tradicional ocidental de uma "civilização universal" para a definição de várias "civilizações", com núcleos, culturas e objetivos políticos e econômicos próprios. Trata-se de uma contribuição analítica e valiosa à pesquisa conjuntural de todo o intrincado processo dinâmico global, como o que se deparará a próxima geração.

3. O Dia D - Stephen E. Ambrose

O livro aponta-se em 1400 minuciosos depoimentos de pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram da Operação Overlord, no período da meia-noite de 5 para 6 até meia-noite de 6 para 7 de junho de 1944. Os depoimentos são integrados e analisados, e eles se juntando apreciações sobre o planejamento e a execução das operações e as atitudes de comandantes e líderes aliados e alemães. Obra escrita em estilo de leitura fácil e atraente, prende a atenção do leitor e contém grande quantidade de informações para os estudiosos do assunto e público em geral.

4. Introdução à Estratégia - André Beaufre

Obra prelacada pelo não menos célebre estudioso de assuntos militares, o Cap Liddell Hart, que a considera o tratado de Estratégia mais completo e mais cuidadosamente formulado dentre todos os que foram publicados ultimamente. O livro do Gen Beaufre é um esplêndido manual de Estratégia, claro, preciso e atual em suas apreciações e objetivo nas análises que apresenta.

5. Formação do Oficial do Exército - Jehovah Motta

O livro é, ao mesmo tempo, um ensaio de história e um debate de assunto pedagógicos. Em essência, aborda as questões das bases da estrutura intelectual e a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército Brasileiro desde a criação, em 1810, da Real Academia Militar.

6. Do Reconhecimento aos Guararapes - Antonio de Souza Junior

Por ocasião dos festejos comemorativos dos 350 anos da vitória das embridnárias armas brasileiras sobre as holandesas na Primeira Batalha dos Guararapes, é reeditada essa obra de fundamental interesse para os estudiosos de história militar brasileira. De leitura fácil, descreve as estratégias e táticas empregadas, apresentando de maneira detalhada os efetivos em confronto, bem como documentos e relatórios nacionais e holandeses sobre as duas Batalhas de Guararapes.

7. A Grande Barreira - J. F. Maya Pedrosa

No meio civil, círculos universitários, políticos e dentre o público geral é de se esperar que o livro seja elogiado e criticado, Maya Pedrosa endereça sua obra "aos jovens que não viveram a confrontação ideológica no Brasil e ficam ouvindo versões condenatórias da conduta das Forças Armadas em suas intervenções históricas na política". Caso seus críticos, civis ou militares, publiquem reparos ou mesmo refutações ao trabalho do autor, ele se constituirá em um marco na história da participação do Exército na vida nacional.

8. Tempestade do Deserto - Frank N. Schubert e Theresa L. Kraus

É a história da Guerra do Golfo (agosto de 1990 a fevereiro de 1991), em que uma espetacular força militar composta por uma coligação de países, liderada pelos Estados Unidos, atuou contra o Iraque. Mostra o Exército norte-americano dos anos 90 e como foi empregado debaixo de fogo e sob a atenção do mundo. O livro, escrito em linguagem simples, direta e clara, como são as obras militares, é do maior interesse para os profissionais das armas, mas não faltará civis dedicados ao estudo de História Militar capazes de o apreciarem.

9. Democracia na América - Alexis de Tocqueville

Embora publicado no início do Sec XIX, permanece atual e desperta interesse geral. "Democracia na América" exalta o valor do império das leis e da oportunidade para todos como fundamentos do regime democrático prevalentes na sociedade dos EUA no século passado. Trata-se de, um clássico que vem preencher uma lacuna na estante da Coleção Gen Benício.

10. O Brasil e a Globalização - Francisco de Assis Grieco

Trata-se de obra de interesse atual, de vez que aborda um dos mais controvertidos fenômenos contemporâneos: a globalização das atividades humanas, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais. O autor, Francisco de Assis Grieco, é Mestre em Economia pela Universidade George Washington e pós-graduado em Economia Internacional e Pensamento Econômico pela London School of Economics and Political Science, de Londres.

11. A Evolução Militar do Brasil - Cel. J. B. Magalhães

Após uma apresentação sobre as origens e transformações da guerra, o autor realiza um estudo das nossas instituições militares, examinando-as em cada período histórico distinto. "Compreensão e o justo julgamento da razão de ser da eficiência ou não do mecanismo militar nacional, reclamam análise atenta das circunstâncias de cada momento histórico" - esta é uma das conclusões apresentadas nesse estudo de leitura útil e interessante.

12. O Príncipe - Comentado por Napoleão - Nicolau Maquiavel

A obra, elaborada a partir de um enfoque realista e humanista, dissecou o Estado, a ação política e seu agente - o político - mais como são do que como deveriam ser. Maquiavel se refere, nela, a um universo sócio-político específico e analisa fatos que lhe eram contemporâneos ou de ocorrência recente no encerramento do mundo medieval. Os comentários registrados por Napoleão, em 1816, apresentados em notas de rodapé, vem complementar este clássico escrito há quase cinco séculos, assegurando maior validade aos conceitos emitidos pelo florentino Maquiavel.

COLEÇÃO TAUNAY

Três Séculos de Literatura Militar Brasileira - Francisco de Paula Cidade

COLEÇÃO MAL TROMPOWSKY

Arte da Guerra - Francisco Ruas Santos • História Militar - Pedro Cordolino F. de Azevedo

ASSINATURAS ANUAIS

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO:

R\$ 120,00 (pagáveis em três vezes e cartão de crédito)

REVISTAS:

A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (no BRASIL) - R\$ 1 5,00

A Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, Revista Militar de Ciência e Tecnologia (EXTERIOR) - US\$ 30,00

Cartões de Crédito Credicard Mastercard e Diners Club International

LIGAÇÃO GRATUITA DE TODO O BRASIL: (0800) 23.8365

Biblioteca do Exército Editora • Palácio Duque de Caxias • Praça Duque de Caxias, 25 • Centro

Rio de Janeiro • RJ • CEP 20221-260 • (021) 519-5707 / Telefax: (021) 519-5569 • E-mail: bibliex@ism.com.br

Simpósio "Centenário de Canudos (1897-1997)"

*Alocução da abertura proferida pelo Vice-Presidente da República,
Senador Marco Maciel*

Patrocinado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pelo Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), foi realizado, na sede do primeiro, dias 6, 7 e 8 de outubro, o Simpósio "Centenário de Canudos (1897-1997)". Paralelamente, no mesmo local, foi organizada uma exposição, reunindo farta documentação, fotografias e objetos ligados à insurreição ocorrida no sertão da Bahia no fim do século passado.

Durante o Simpósio, foram enfocados diversos dos seus aspectos, através da apresentação e debate de comunicações individuais e de um painel, bem assim da projeção do vídeo *Canudos: cem anos de história*.

As comunicações abordaram os seguintes temas: *Canudos e o florianismo jacobinista; As duas últimas expedições a Canudos; A medicina em Canudos; João Pondé e a campanha de Canudos; Gaúchos na guerra de Canudos; Canudos na perspectiva da ciência; Canudos: uma comunidade messiânica; Aspectos econômicos de Canudos; Reflexões à margem de Canudos; Expedições policiais a Canudos; Canudos e o atentado do Calabouço; e As últimas imagens da guerra de Canudos*.

Intitulado *Canudos: contexto, percepções e versões*, o painel apresentou e discutiu os temas: *A força da tradição/movimentos milenaristas/contextualização de*

Canudos; Ação e repercussão de Canudos e Canudos: uma avaliação historiográfica.

O Simpósio foi aberto pelo Vice-Presidente da República, Senador Marcos Maciel, e encerrado pelo Presidente do IGHMB, Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho. As apresentações e debates contaram com a participação de selecionado grupo de historiadores, historiógrafos, intelectuais e estudiosos do assunto.

Transcreve-se, a seguir, o texto da alocução proferida pelo Senador Marco Maciel:

Quero congratular-me com a iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do seu congê-

nera de Geografia e História Militar, pela iniciativa deste Seminário. Avaliar o Brasil, repensar o processo histórico e fazer uma reflexão sobre a nossa revolução política, econômico-social e cultural é uma tarefa desafiadora neste fim de século e no advento do milênio que se aproxima.

Examinando a comemoração das grandes efemérides brasileiras, pude notar as circunstâncias dramáticas em que o Brasil celebrou o centenário de nossa Independência, em 1922, em que a participação do Instituto Histórico foi fundamental, com a realização do primeiro Congresso da História da América. Vivíamos uma quadra extremamente difícil do governo Epitácio Pessoa, e a própria Exposição Internacional daquele ano se consumou em pleno estado de sítio. Mas, nem por isso, a consciência crítica do País deixou de se exercitar com resultados que hoje sabemos representaram um marco decisivo na modernização institucional e na revolução intelectual que, segundo Gilberto Amado, representou "o renascer do Brasil dentro de nós".

Empenhei-me muito para que comemorássemos

também, na forma de uma grande reflexão, o centenário republicano de 1989. Fui, inclusive autor de requerimento no Senado Federal, em 1983, que ensejou uma comissão incumbida de preparar os festejos. Lamentavelmente, o ano de 1989 não foi dos mais tranquilos em nossa conjuntura política e o 15 de novembro terminou coincidindo com o primeiro turno das eleições diretas para Presidente da República, o que seguramente contribuiu para que as comemorações oficiais não tivessem a participação desejada. Perdemos, assim, uma grande oportunidade para avaliarmos os cem primeiros anos de nossa República. Por isso, faço votos que as comemorações dos 500 anos do nosso descobrimento, que serão celebrados no emblemático ano 2000, não padeçam das mesmas circunstâncias de 1989 e possamos, como em 1922, realizar um grande debate nacional.

Estou muito esperançoso de que assim seja, porque vejo a sociedade e o governo se mobilizando nesse sentido. Entendo que estamos, na realidade, reconquistando, com iniciativas como esta, espírito crítico

da sociedade brasileira sobre a discussão não só do nosso passado, mas também, como escreveu Tavares Bastos, das "esperanças do futuro". Concordo com Monteiro Lobato, quando cunhou a significativa frase de que "uma nação se faz com homens e livros", mas também entendo que a capacidade crítica e de análise faz parte desse patrimônio da humanidade que é a consciência histórica de cada geração. O homem, não é só o homem, mas como dizia Gasset, "é também sua circunstância". E quando mudam as circunstâncias, também mudamos com elas.

Já me referi às circunstâncias da comemoração dos centenários da Independência e da República. E gostaria de assinalar o paralelismo que há, em nosso processo histórico, com relação aos cortes decisivos de nossa evolução política. A Independência, sem dúvida, a cesura mais importante de nossa vida como nação, foi seguida de um período de profundas perturbações que terminaram traçando o inexorável destino do primeiro reinado e o divórcio definitivo entre a opinião pública e as lideran-

ças nacionais, e o Imperador, em consequência da dissolução da primeira constituinte, a Assembléia Geral Legislativa e Constituinte do Império do Brasil, como então se chamava. Não vou usar critérios de valor, até porque a história não é a minha especialidade, mas, como político, parece-me que a circunstância de se ter concedido poderes constituintes e de legislatura ordinária à primeira assembléia política, talvez tenha sido o único, senão o mais conseqüente erro dos que fizeram a Independência e sonharam em transformar a Monarquia em um regime constitucional.

Minha avaliação decorre de duas circunstâncias. A primeira é que esse equívoco provocou outros enganos fatídicos em nossa história constitucional. Nenhuma das constituintes subseqüentes foi uma constituinte exclusiva. Todas, sem exceção, transformaram-se, com o concluir da tarefa de elaboração constitucional, em legislaturas ordinárias. A segunda é a constatação de que os dissídios entre os poderes do Estado se agravou a partir da queda do Gabinete José Bonifácio e o tratamento político dado pela

Assembléia aos fatos políticos que, a rigor, nada tinham a ver com o processo de elaboração constitucional. Na medida em que a Assembléia tomou providências que eram da competência legislativa ordinária, estava estabelecido o conflito. O intervalo de nove anos, entre a Independência e o 7 de abril, não foi mais do que uma pausa para que se armassem os dois lados para o confronto final.

O que se passou com a proclamação da República? Exatamente um processo similar e paralelo. O erro foi o mesmo. O Congresso Constituinte não teve poderes de legislatura ordinária, é verdade, mas foi em seu seio, por via indireta, eleito o primeiro Presidente, o Marechal Deodoro, para o primeiro período constitucional, e demonstrou o poder da oposição, escolhendo seu representante Floriano, Vice-Presidente, que terminou impossível a convivência do Marechal com o Congresso de maioria oposicionista. O 11 e 21 de novembro de 1891 foram resultados inevitáveis desse conflito que se armou como se fosse entre poderes do Estado.

A polêmica tese do professor José Honório Rodri-

gues, sócio ilustre deste Instituto, de que o 7 de setembro foi a contra-revolução, e o 7 de abril a revolução da independência, poderia, se não fosse o seu caráter contestatório, ser igualmente aplicada ao movimento republicano, admitindo-se que o 15 de novembro de 1889 foi a contra-revolução republicana e o 15 de novembro de 1898 foi a revolução que efetivamente instaurou a República.

Não fosse abusar da paciência deste plenário, especialista no tema, gostaria de tentar aprofundá-lo. Não é para concorrer com a especialização dos sócios de dois dos maiores Institutos Históricos do País que estou aqui, mas apenas para abordar minha visão de político, sob o significado de Canudos. Certamente me perguntarão o que Canudos tem com essa espécie de coincidência numerológica ou cronológica, entre a Independência e a República. Pode parecer sem sentido, mas, na minha opinião, o paralelo é indiscutível.

O 7 de abril sepultou as esperanças do republicanismo brasileiro do século XIX, que foi tão vivo e tão eloquente em Pernambuco, na medida em que a solu-

ção constitucional para a continuidade do regime monárquico foi decisiva para a consolidação da forma do Estado consagrada com o 7 de setembro. A insurreição de Canudos e a sua derrota definitiva, em 1897, sepultaram as esperanças de restauração monárquica no País. Desde o momento em que se consolidou, no governo de Campos Sales, sem qualquer outra contestação relevante, o sistema republicano que se inaugurou efetivamente com a República Velha e o fim do que Edgar Carone chamou de "Primeira República". Não examino aqui o homem e suas circunstâncias.

Até porque não é o Antonio Conselheiro que está em questão, mas o movimento que ele desencadeou. Atenho-me, por isso, apenas às circunstâncias. O messianismo do sertão brasileiro, que criou as condições para o surgimento dos beatos e dos conselheiros, está presente em toda a nossa vida republicana, em diferentes versões, de que o padre Cícero é outro marco cronológico importante, pela data de sua morte, que coincide, em 1930, com o fim da República Velha.

Não se pode atribuir, em minha modesta afirmação, intuítos monarquistas ao movimento de Canudos. Suponho, pois, pelo menos esta não foi a motivação nem a circunstância do surgimento do messianismo, comum à Monarquia e à República. Mas é inquestionável na República e provável na Monarquia que tanto a atuação do Padre Cícero quanto a de Antonio Conselheiro terminaram adquirindo forte e incontestável motivação política. No caso do Padre Cícero, todos sabem de seu envolvimento político, de que Floro Bartolomeu é figura central, ainda que de influência tão pouco estudada em nossa historiografia. E no caso do Conselheiro também, na medida em que, motivado ou não, terminou representando o movimento de contestação do poder republicano mais ostensivo e evidente, já que as insurreições políticas urbanas não adquiriram ou não assumiram conotações monárquicas, a não ser em breves e fugazes momentos, sem relevância histórica. Morto o Conselheiro, viveu a República. Morto o Padre Cícero, com ele morreu a República Velha. O fim de um é o início de outra fase

decisiva do processo político brasileiro.

O que desejo salientar é que, como político, não deixo de valorizar todas as demais circunstâncias de que resultaram o messianismo religioso. Da mesma forma, é também como político que deduzo a íntima associação entre messianismo religioso e duas etapas decisivas do fim do messianismo político, o início da República e o fim de uma velha República. Não posso deixar de reconhecer que o fenômeno não me impressiona e, mais do que isto, me faz entendê-lo e compreender as suas circunstâncias. Não hesitaria em dizer que, sem superar o episódio de Canudos, a República não se teria consolidado no momento em que o fez e com as características em que se realizou essa consolidação.

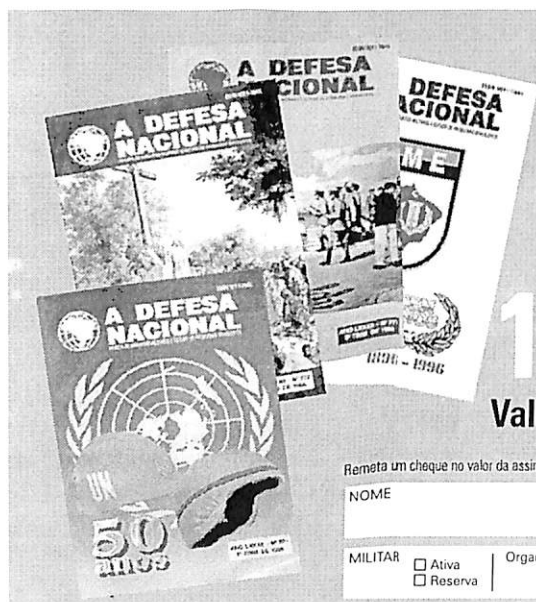
Sei que essa é apenas uma das vertentes de análise do movimento de Antonio Conselheiro e que ele deve ser abordado aqui neste Seminário, com todas as suas implicações que interessam ao processo de avaliação histórica. Quando, por exemplo, examinamos o papel do Exército, não podemos perder de vista o que estava em jogo naquele momento. Sei que o Estado-Maior do Exér-

cito foi fundado em 1896. O que não sei, mas gostaria de saber, a despeito da proximidade das datas, apenas um ano de diferença, é se existe documentação histórica das Forças Armadas relativa à avaliação política do movimento de Canudos. Se ela existir, creio ser um elemento de análise indispensável, para sabermos em que medida os militares que fizeram a República e que a sustentaram, viram em Canudos uma ameaça às novas instituições republicanas pelas

quais foram responsáveis. Mas esta é uma resposta que, infelizmente não eu, mas os Senhores poderão dar, como contribuição inestimável à reavaliação que aqui, em boa hora, neste Encontro, se consuma.

Estou certo de que quaisquer que sejam as conclusões a que chegar este Seminário, poderemos ter uma visão mais abrangente do que significou uma mobilização popular que, tendo início como um simples episódio de messianismo reli-

gioso, se transformou num épico histórico. As dimensões políticas de Canudos seguramente não escaparão à análise dos especialistas que vão trazer a este Seminário achegas certamente fundamentais para reavaliações históricas de que o Brasil tanto carece, neste momento de profundas e significativas transformações de sua evolução política, econômica, social e de profundas, embora ainda não adequadamente avaliadas, implicações culturais.



Faça agora o seu pedido de assinatura e receba em seu endereço os quatro números anuais da Revista A Defesa Nacional para 1998

1 9 9 8
Valor da Assinatura Anual: R\$ 15,00

Remeta um cheque no valor da assinatura anual em favor da Biblioteca do Exército, constando no verso do mesmo sua finalidade

NOME

MILITAR

☐ Ativa
☐ Reserva

Organização Militar (OM)

CIVIL

Profissão

ENDEREÇO

CIDADE

UF

PAÍS

CEP

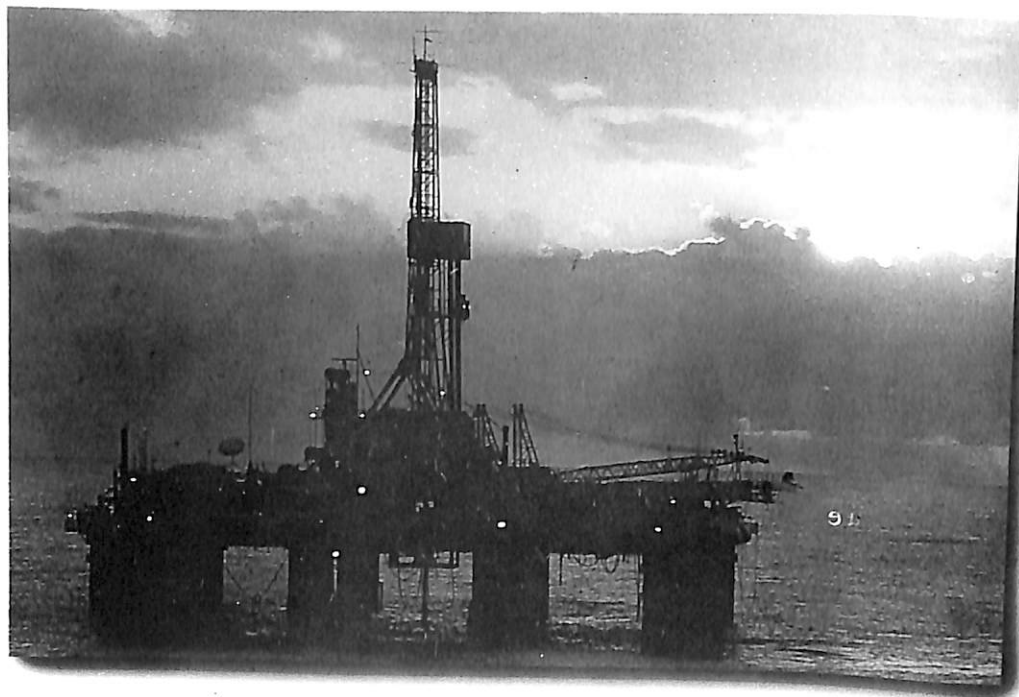
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Narcílio Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260

Ligação Gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8365

Telefax: (021) 519.5569 - E-mail: bibliex@iem.com.br

TOQUE DE ALVORADA.



Antes do toque de alvorada, a Petrobras já está acordada. Ela está sempre alerta, marchando junto com as Forças Armadas, dando sua contribuição para o Brasil. Como fornecedora exclusiva da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a Petrobras vai aonde for preciso. Até mesmo às regiões mais distantes do Amazonas, onde ela faz o abastecimento por meio de barcas. Seja no mar, na terra ou no ar, estamos sempre a postos.

O enigma de Canudos

José Arthur Rios*

Conferência proferida no Simpósio "Centenário de Canudos (1897-1997)"

Decorrido um século da tomada e destruição do arraial de Canudos, a 3 de outubro de 1897, muita coisa dessa luta fratricida permanece ainda em mistério. Razão tinha Euclides da Cunha ao rabis-car no seu *Diário*, esboço da obra definitiva: *Há, em toda esta luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada*. Para desvendá-la escreveu *Os Sertões*. Mas o enigma permanece.

Inúmeras as questões em aberto. Quem, por exemplo,

fornecia armas aos jagunços? De onde provinham? Boquejava-se que haviam resultado do botim das primeiras expedições desbaratadas. Parece que até os combates de Uauá, em novembro de 1896, o armamento dos homens do Conselheiro era dos mais primitivos. Antes de iniciar a arremetida que lhe seria fatal, o Coronel Moreira Cezar, de triste memória, brandindo uma espingarda picapau, tomada ao inimigo, declarava que *inimigos mal armados e desmoralizados não poderiam resistir ao choque das forças republicanas*.¹ Poucos meses depois, tombava ferido e logo morria, sua tropa em debandada confusa, caatinga adentro, num dos episódios

mais lamentáveis da campanha.

Quando o Major Febrônio de Brito atacou Canudos *ao seu encontro marcharam mais de quatro mil homens... uns seiscentos bem armados com espingardas modernas, os outros possuíam bacas-martes*. É do Tenente Macedo Soares a observação e sabia do que falava.² É ele que consigna ainda a ótima pontaria dos jagunços, — o que, no seu entender, demonstrava que *àquela época já existia em Canudos um bom núcleo de indivíduos conhecedores das modernas carabinas, cujo uso demandava certa prática*.³

Em agosto de 1897, o General Arthur Oscar, em telegrama cifrado ao Ministro da Guerra indagava — ...

* Sociólogo.

¹ Euclides da Cunha, *Caderneta de Campo*, S. Paulo, Cultrir MEC, 1975, p. 106.

² Euclides da Cunha, *Diário de uma Expedição*, ap. Jonas Correia in prefácio a Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, *A Guerra de Canudos*, p. 44.

³ *Ib.*, pp. 46-47.

por quem e como veio o armamento e munição que possuem, ponto capital que pretendo elucidar. Não o fez, mas alinhou conjeturas sobre a procedência das armas, – Europa ou República Argentina. Mostrou alguma munição a Euclides que sentenciou em seu *Diário: São de aço, semelhantes às das Mannlichers, algumas, outras completamente desconhecidas. São inegavelmente projéteis de armas modernas, que não possuímos.*⁴

Outro mistério seria a presença de estrangeiros no arraial, afirmada pela mesma autoridade. Teriam auxiliado o Conselheiro e até atuado de urbanistas, alinhando as ruas do chamado Bairro Nobre.⁵ Seriam os invisíveis instrutores dos jagunços. Quem eram? Ninguém sabe.

A admirável resistência do reduto – até a última palhoça incendiada, até o último homem – tem sido matéria de farta cogitação. Que força os animava? Seria a defesa da monarquia ou a crença fanática à política ou a fé? Ao contrário da Juazeiro do Padre Cícero, que é transparente ao historiador

e ao sociólogo, Canudos é fugidia, opaca, misteriosa. Tentemos, pelo menos, equacionar o enigma, sem a pretensão de esclarecê-lo, marchando nas pegadas dos historiadores, nacionais e brasilianistas.

Duas correntes interpretativas se defrontam nessa historiografia. A primeira emana do próprio clássico de Euclides e esposa sua tese principal, a dos dois Brasis, – litoral versus sertão, cidade contra campo, – e ganhou longo curso aquém e além mar. Era a mesma de Sarmiento, na Argentina – civilização contra barbárie, razão contra fanatismo, brancos superiores contra mestiços desprezíveis. A outra tese, de boa votação, confere relevo social e político ao episódio, transformando o fanático do Belo Monte em adversário do capitalismo, até, quem sabe, precursor do revolucionarismo petista.

O próprio Euclides vacilou entre essas correntes e não é essa das menores ambigüidades de sua obra. Nela brigam duas versões da nossa história – a iluminista, que via a mestiçagem como força negativa, e a ufanista, que vê o sertanejo, produto dessa mestiçagem, como – um forte! À medida que

cresce e luta, aumenta a perplexidade do escritor. Só chegou ao local do conflito, em agosto de 1897. Viu Canudos pela primeira vez, pouco menos de um mês antes de sua destruição. Por maior que fosse seu desejo obsessivo de precisão, tudo que escreveu resultou de conversas ouvidas, observações anotadas. Suas fortes imagens que marcaram nossa adolescência, construíram, na mesma medida, uma ideologia, de fundo florianista e jacobino, de mal digerida ciência e apressada interpretação, que só a obra de Gilberto Freyre, nos anos 30, iria, mal e mal, remover.

Em detrimento de observadores-participantes mais rigorosos, como o Tenente Macedo Soares e o jornalista Manoel Benício, difundiram-se como verdades, incertezas e mistérios que nutriram boa literatura – desde *Os jagunços*, de Afonso Arinos, até *A Guerra do Fim do Mundo*, do peruano Mario Vargas Llosa. Vão sobrepondo a uma realidade de mau gosto um imaginário mais palatável. Agora temos a consagração da sétima arte, com o filme de grandes proporções.

O Conselheiro, por sua vez, encarado pelo prisma da

⁴ *Ib.*, p. 19.

⁵ *P.* 45.

psiquiatria da época, só podia ser um caso patológico, decifrado *post mortem*, pela mão hábil de Nina Rodrigues, que lhe palpou as bossas do crânio e nela constatou o efeito da “loucura epidêmica de Canudos”, manifestando a *psicose progressiva (que) reflete as condições sociológicas do seu meio ambiente* – no que o alienista, baiano e mulato, produziu um dos mais puros exemplares de um gênero retórico muito fértil entre nós, que é o bestialógico.

Tudo isso proporcionava às classes governantes argumentos de defesa, a racionalização necessária. O levante de Canudos que teria sido um episódio entre outros, ao longo do século XIX, ganhou, pela feroz repressão, valor simbólico. Era a rejeição do progresso, da ciência, das luzes, em boa hora defendidas pelas baionetas e, como se deve, pela força. Hoje há quem o veja como continuação cabocla da Revolução Francesa, heróica rebelião popular contra o feudalismo dos campos; ou quem sabe, prenúncio da Revolução Russa, insurreição proletária, como já foi dito, na melhor dialética, contra a burguesia rural e urbana.

É preciso atentar para o quadro institucional que moldura o drama. Desdobrava-se, nessa última década do século XIX, a penosa transição da monarquia para a República. O radicalismo jacobinista sentindo-se agonizante, fazia de uma suposta conspiração monarquista seu alimento de sobrevivência e abanava, como tantas vezes depois aconteceu, a fogueira ardente do nacionalismo, contra imaginadas intervenções estrangeiras. O jacobinismo é a sombra antidemocrática do liberalismo que o precipita pelos caminhos do fanatismo às intransigências do puritanismo político ao governo dos comissários, enfim à ditadura militar e à eliminação do adversário. Escassos anos depois da Abolição, havia no ar e devia durar por muito tempo o temor da anarquia. Um dos seus focos seria o sertão, valhacouto de bandidos, foragidos à Justiça e de ex-escravos. A imprensa, pela primeira vez, foi acionada como instrumento desses pânicos.

Debatia-se a República com a primeira crise do nosso capitalismo rudimentar. O colapso do Encilhamento disparou a inflação que agravava o custo de vida,

desencorajava investimentos e abalava o crédito no exterior. O declínio nas exportações de café atingia particularmente os preços dos gêneros nas cidades, pressionados, ainda mais, pelos sem-trabalho do campo. A crise agrária que começara, insidiosa, em 1870, minava a economia, ameaçava o Governo, incapaz, como tantos outros que se lhe seguiram, de proceder às reformas necessárias. O Nordeste, a Bahia, sobre tudo isso, enfrentavam uma seca inclemente.

Era uma hora de reconstrução constitucional. O federalismo da Constituição de 91 agravava tensões políticas conferindo excessivo poder aos Estados, necessariamente aos mais fortes, enfraquecendo, do mesmo passo, a Federação. A saída seria, com Campos Salles, a política dos Governadores que, por sua vez, passaram a apoiar-se nas oligarquias estaduais, estas fortemente sustentadas, desde o Império, como viu Oliveira Vianna, nos clãs familiares que controlavam a propriedade da terra e careciam, para cultivá-la, do controle da mão-de-obra, agora precariamente livre.

Paradoxalmente, o Estado, no afã de modernizar-se,

estendia para o interior os fios do telégrafo e os trilhos das ferrovias, mas dependia, para subsistir, de uma instituição arcaica – os coronéis que, por sua vez, para se manter, usavam o trabuco e o cacete. Incapazes de lutar contra esse banditismo do interior, os governos estaduais deferiam essa função aos exércitos particulares dos coronéis, seus vassalos, com os quais estabeleciam, na paz armada das conciliações de fachada, todo um sistema de favores baseado no emprego público e na concessão de recursos para obras de interesse partidário. Por trás do liberalismo aparente da Constituição, era essa estrutura que pretendia garantir o país contra a temível anarquia e assegurar o funcionamento da máquina do Estado. Liberalismo, comentou Richard Graham, *significava favorecer as elites regionais em detrimento das elites nacionais*.

Dependia o Estado, como em todos os tempos, desde os antigos impérios, de sua capacidade de recrutar e tributar. Não por acaso, sempre foram pontos críticos no relacionamento da burocracia urbana com o povo rural – no Brasil, como na China e na Rússia. O patrimonialismo

em que repousavam as oligarquias interioranas não permitia o funcionamento desses mecanismos essenciais do Estado moderno que nelas buscava apoio e substância. Um dos pontos de rutura entre Antonio Conselheiro e a ordem vigente, e serviu de pretexto à repressão, foi a queima dos editais de cobrança de impostos no município de Bom Conselho. Outro foi a decretação do Censo e o casamento civil, trazido com a secularização.

Instaurada pela República, esta tocava fundo na alma dessa gente – nas suas esperanças. Não é possível entender Canudos sem olhar a questão religiosa, particularmente os dilemas da Igreja no Brasil. Iniciava-se, a partir de 1883, um programa disciplinar, visando a reforçar a autoridade dos Bispos, fortalecer a hierarquia e pôr cobro ao relaxamento de costumes do clero paróquial, resultante da precariedade de sua formação, da insuficiência de seu número e, principalmente, do isolamento em que viviam os sacerdotes no vasto interior. Meio século decorrido, em 1933, seriam cerca de 2.500 – em todo o país.

Nesses obstáculos esbarravam os esforços empreen-

didados nos pontificados de Pio IX (1846-1878) e de seu sucessor Leão XIII (1878-1897). Em 1887, 124 das 190 paróquias da Bahia não eram assistidas por sacerdote permanente. Temiam as autoridades eclesiásticas, embora a tivessem apoiado, que a separação entre a Igreja e o Estado, sancionada na Constituição, levasse a desvios na ortodoxia, a um deslize das populações na superstição e no sincretismo religioso. Os padres do interior pouca assistência recebiam. As visitas dos Bispos, dadas as enormes distâncias, ocorriam de ano em ano, seus contatos com as paróquias escassos. A formação dos padres era deficiente. Entre os seminários de Fortaleza e Olinda não havia concordância quanto ao perfil do sacerdote a formar – o primeiro insistindo no rigor disciplinar, o segundo, mais tolerante – o que, depois, foi mudado.

Procurava-se compensar essas carências pela introdução de clérigos e ordens europeus, muitos italianos e alemães, e pelas missões religiosas – de franciscanos, redentoristas, jesuítas, capuchinhos. As visitas percorriam o interior mais remoto, duravam mais ou menos

duas semanas. Começavam as orações e práticas horas antes do raiar do sol e encerravam-se, no fim do dia, pelas confissões, atos penitenciais e a administração dos sacramentos. O sermão, vozeado do púlpito, era o ponto alto da missão.

Contribuíam essas visitas a reforçar uma religiosidade implantada desde a colônia, de piedade ardente e práticas penitenciais, de ênfase na culpa e na expiação, ameaças apocalípticas e esperanças messiânicas. Corriam o sertão irmandades de penitentes que praticavam, aqui e acolá, a auto-flagelação. A longa dominação espanhola não parece ter sido estranha à propagação e à persistência, até hoje, bem documentada, de tais práticas, estranhas à sensibilidade religiosa portuguesa. O culto dos santos protetores e as romarias eram outras tantas manifestações dessa religiosidade, mantida ainda pelos beatos, que viviam pelo sertão, andarilhos e esmoleres, oferecendo serviços quase sacramentais e distribuindo, na linguagem mesma do povo, advertências e conselhos de moral rasteira, eles próprios conselheiros *avant la lettre*, que anunciavam, quando em

vez, o fim do mundo e a vinda próxima do Messias.

Esse cenário é essencial para entender Canudos, sua força, sua motivação. Mais importante que a mestiçagem, a dose de sangue indígena nessas populações, a mentalidade arcaica dos sertões – toda a cosmovisão, mitos e credences, usos e costumes do sertanejo. Sua religiosidade fervorosa era medieval – flagelações e penitências físicas, a expectativa próxima do Juízo Final, repetidamente anunciada – o que levou a diversos confrontos com alguns prelados que, repetidamente, condenaram tais credences e desautorizaram especificamente Antonio Conselheiro. Por outro lado, essa religião popular lhe trouxe multidão de aderentes e simpatizantes, no clero e no povo miúdo.

Dizia-se – na rua do Ouvidor e na imprensa florentista – que o Conselheiro queria a volta da monarquia. Sem dúvida, mas não da monarquia burguesa, no estilo de D. Pedro II – e, sim, a de El-Rei D. Sebastião, afogada em sangue, em 1578, nas areias de Alcacer Kibir – o desejado, o esperado, o encoberto, hoje imortal na poesia de Fernando Pessoa –

quem não se lembra? – *Que importa o areal e a morte e a desventura/Se com Deus me guardei?/É o que eu me sonhei que eterno dura,/É esse que regressarei*. Essa a imagem dominante no espírito dos sequazes do Conselheiro.

Como os fanáticos do Rodeador, em Pernambuco, em 1817, os da Pedra Bonita, em 1838 – onde é bom lembrar, foram sacrificadas dezenas de vítimas inclusive crianças – mais tarde os do Contestado, – todos anunciavam a volta do Rei mártir, redentor e salvífico que traria consigo uma das muitas libertações pregadas, ao longo da história, pela visão messiânica – o que levou um estudioso a afirmar, com razão, que *a tradição milenarista, especialmente o sebastianismo, foi parte integrante da vida luso-brasileira durante o período colonial* – e não só, como vimos, nesses tempos.

O messianismo milenarista surge, a todo momento, quando ocorre o confronto entre uma cultura arcaica e uma civilização madura. A história linear e progressiva dos positivistas chocava-se, em Canudos, com a história cíclica dos milenaristas em que o futuro redentor se pro-

jeta no presente inefável, *hic et nunc*. Atitude da alma, o messianismo, segundo uma autoridade, é uma “contrafação da esperança”, em tempos conturbados uma espécie de tábua de salvação, cujo ponto de partida era o Apocalipse de São João e larga descendência na história medieval e moderna.

O nosso Antonio Conselheiro podia não ter acreditado na volta de D. Sebastião, como sustentam alguns. Mas o clima espiritual em que mergulhava a mente dos seus sequazes era sebastianista. *Sebastião já chegou/ conta muito regimento/ acabando com o civil/ e fazendo os casamentos/ Visita vem fazer/ Rei D. Sebastião/ Coitadinho daquele pobre/ que estiver na lei do cão.*⁶ Atestam-no os versinhos encontrados em Canudos – mais toda a literatura de cordel nordestina, e orações e outras manifestações da religião popular.

O profeta de Canudos que Euclides viu, em retrato a carvão, barba hirsuta, cabelo revoltado, coberto de carrapatos, “bufão arrebatado numa visão do Apoca-

lipse”, também usava o sermão para se dirigir aos fiéis. Sua oratória era a mesma dos missionários. Misturava as Horas Marianas com trechos da *Missão Abreviada*, do Padre Couto, citações latinas, exortações à penitência e anúncios proféticos. Convocava à expiação e ao martírio, acendia para os ouvintes contritos as chamas do inferno, o risco da danação eterna. Combatia o vício, proibia, no arraial a prostituição e a cachaça. Era asceta e misógino.

Canudos, para ele, era um espaço de salvação, não uma utopia social. A comunidade messiânica difere da utópica por se apegar a uma visão transcendente, não a uma reforma do mundo. O Conselheiro nunca foi um rebelde, no sentido de Hobsbawn, muito menos um Robin Hood. Propunha um caminho de salvação, no melhor sentido medieval, não uma mudança da sociedade. E, esse não foi dos menores equívocos que levaram à sua destruição. “Só Deus é grande” – era sua frase favorita.

Antonio Mendes Maciel, cearense, nascera de “boa família”, de pai comerciante. Na escola aprendeu, mal e mal, como qualquer meni-

no de classe média, aritmética, português, geografia, francês e latim. Infeliz no primeiro casamento, pressionado por dívidas após a morte do pai e por sangrentos conflitos de famílias, tornou-se professor de crianças, depois caixeiro viajante e mascate. Até rábula foi. Depois de um segundo casamento malogrado, começa a perambular pelo interior do Ceará e de Pernambuco, revelando progressiva deterioração emocional, até que emerge, em 1870, no alto sertão baiano, pedinte e penitente – já como Antonio Conselheiro, graduação considerável para um simples beato.

Pregava e se dedicava a construir igrejas e cemitérios. Não há provas de que propagasse heresias. Nunca se intitulou Jesus Cristo ou profeta. Incomodava, porém, certos padres que, por algum motivo, começaram a solicitar das autoridades eclesiásticas providências contra ele. O que, talvez, se prendesse a uma medida de ordem geral que proibia a leigos pregar. Acolhia vítimas de injustiças e de arbitrariedades policiais. Muitas vezes esteve à beira da morte, devido a jejuns prolongados. O rosto era rígido,

⁶ Euclides da Cunha, *Caderneta*, p. 59.

sem vida, *pálpebras descidas dentro de órbitas profundas... aspecto repugnante de desenterrado*. Mas multidões começavam a cercá-lo. Até que, após uma tentativa frustrada de fundar uma comunidade em duas fazendas abandonadas ao norte de Salvador, rompeu editais de imposto e seus seguidores foram atacados pela polícia em Masseté.

Era nos começos de 1893. Foi quando decidiu se estabelecer em Canudos, fazenda velha, no vale do Vaza Barris, alto sertão e começou a convocar seus adeptos. *A resposta*, narra um historiador, *foi espantosa e imediata. Fluxos de pessoas – indivíduos sozinhos, famílias inteiras e eventualmente toda a população de regiões circunvizinhas – seguiram-no até Canudos, deixando suas casas e pertences; alguns vendendo suas propriedades pelo que lhes ofereciam, carregando suas posses, móveis, altares portáteis*. Nem todos eram pobres. Algumas mulheres brancas “de famílias decentes” levaram consigo dinheiro, jóias e objetos de valor.

Assim nasceu a cidade sagrada, a comunidade messiânica. O que espanta – e alarmou a opinião pública –

foi precisamente seu crescimento. Em dois anos, tornou-se a segunda cidade, em população do Estado da Bahia, por sua vez, na época, o segundo Estado mais populoso do Brasil. Em meados da década de 1890, equivalia a mais de 10% da população de São Paulo. Seriam 35 mil almas espalhadas em 5 mil casebres de taipa, iguaizinhos às casas da gente pobre do sertão. Essa população abrangia migrantes do sexo masculino, de 15 a 30 anos e mulheres entre 20 e 30 anos, mais recém-nascidos e velhos sem forças para trabalhar. Atraiu famílias inteiras, padrão migratório só corrente em épocas de seca ou grande calamidade, como o recrutamento forçado, ou *razzias* de bandidos. Na primeira fase, havia maioria de mulheres, duas para cada homem, percentagem que aumentou nos últimos meses da resistência quando muitos homens morreram em combate ou deixaram o arraial. Executavam elas trabalhos pesados e, com a permissão do Conselheiro, também combatiam.

A maioria da população era mestiçada, de índios e negros. Algumas crianças, nas fotografias tomadas com

os soldados vencedores, surpreendem pela tez branca. Mais comuns seriam os mulatos e caboclos.

Mesmo durante a guerra, mantinham os pastos limpos e seguravam as cabras perdidas. Às margens do rio plantavam roças de legumes, milho, feijão, melancia, abóbora, melão, cana-de-açúcar, batatas. Durante os combates, os homens do Conselheiro carregavam uma mistura de farinha de mandioca com jiló, embrulhada em palha de milho. Touceiras de bananeiras, raras no sertão, cresciam no vale, como a mandioca. Possuíam um matadouro e armazéns para guardar os excedentes. Dentro da comunidade, havia um comércio regular de comestíveis e nas cercanias praticavam-se a horticultura e a criação de animais, bois, ovelhas e cabras. O comércio de peles de cabra dava lucro, ironicamente destinado a pagar a taxa de exportação cobrada pelo Governo do Estado.

Uma rua cortava a cidade pelo meio, mas uma rede de ruelas unia os casebres. Túneis subterrâneos faziam as vezes de casamatas, usavam-se os porões tanto para alojamento como para arsenal. No mais, armazéns, ce-

leiros, depósitos de armas e dois cemitérios. As igrejas davam para uma praça central, limitada de um lado pelo rio. A abundância de água, numa região castigada pela seca, contribuiu para a prolongada resistência. As escarpas em torno da cidade funcionavam como muralha natural. Os jagunços habilmente encaminhavam as tropas para a margem esquerda do rio, onde era impossível obter água potável, enquanto controlavam a “Lagoa do Sangue”, bem servida de água.

Assim era a Nova Jerusalém, segundo o Conselheiro, o primeiro degrau na escadaria do céu. A terra, os pastos, os produtos da agricultura rala, a todos pertenciam – como em tantas outras comunidades milenaristas. Os recém-chegados, começavam por entregar os magros pertences nas mãos do Conselheiro. A moral era secundária. Era desimportante, visto que o fim do mundo estava próximo e o essencial era a salvação das almas. A piedade era o cimento apertado dessa comunidade. Mas conviviam nos bandidos com

assomos de crueldade e sadismo. Mais importante que a ética era o jejum e as orações em comum, na praça central, ao cair da tarde. Começa então o “beija” das imagens dos santeiros e uma certa histeria coletiva se apossava da multidão. Mulheres tombavam em convulsões, crianças choravam, muitas desmaiavam.

A maioria dos conselheiristas provinham de populações rurais, das vilas e cidades vizinhas. Hábeis no rifle e na faca, conheciam a topografia da região, o que lhes permitiu vitórias sucessivas sobre a tropa. A designação de jagunços lhes foi dada com mais frequência, como sinônimo de cangaceiro ou bandido, o nosso urbano segurança. A distinção, porém, era tênue, num ambiente em que a violência política e o roubo de gado favoreciam o banditismo. O Conselheiro era cercado por uma guarda de 800 jagunços – a Guarda Católica – e suas necessidades pessoais ficavam aos cuidados de uma Santa Companhia, grupo de beatos que o protegiam. É de imaginar que, dentro do arcaial e à medida que as forças físicas do Conselheiro iam baixando crescesse o poder brutal dos bandidos,

como João Abade. E se diluíssem as diferenças de classe; porque muitos tinham propriedades e os que escaparam, com ou sem licença do Conselheiro, voltaram a seus sítios e propriedades. Antonio Vilanova, comerciante, cujos vales circulavam como moeda em Canudos, rumou para sua terra, o Ceará, onde morreu pacificamente em 1915.⁷

Devemos ao Tenente Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, uma descrição fiel dos incidentes da última expedição e um retrato dos jagunços que conheceu não de oitiva, mas no corpo-a-corpo do combate. *O fanático de Canudos tinha geralmente aparência raquítica e anêmica, era nervoso e magro. O traje, uma camisa de algodão e calças da mesma fazenda azul, nos pés alpargatas e cobrindo a cabeça um gorro azul, com borla branca. Seria, precisou mais tarde, a vestimenta da guarda católica.*

Como alimentação, prosseguia, julgava suficiente alguns bocados de farinha de mandioca e rapadura; em sua falta, contentava-se com as raízes e o fruto do imbu, o talo do xiquexique e outros exóticos produtos do sertão.

⁷ Ver outros in Robert M. Levine, *O Sertão Prometido, o massacre de Canudos* (tradução), S. Paulo, EDUSP, 1995.

Em combate, tudo sacrificava à mobilidade que era de admirar; saltava de pedra em pedra como tigre, brigando, agachado ou deitado; nunca se expondo, nem mantendo posição permanente, de tiro em tiro, recuando ou avançando, dificultando o alvo aos soldados. Sem estar em terreno seguro, junto a uma árvore ou pedra onde se abrigasse e dali caçasse o adversário, não oferecia combate. Atacava de preferência os flancos e a retaguarda, voltando em torno dos batalhões, atrapalhando-os com o fogo cerrado.

Atiradores exímios, os fanáticos só alvejavam com a certeza de ferir sem abusar da munição, tiroteando com método e regularidade, pouco se lhes dava a chuva de balas que os soldados, sem a disciplina do fogo, lhes enviavam. Em qualquer circunstância morriam sem um gemido, convictos como estavam da causa que os absorvia.

Consigna Macedo Soares o espanto da tropa vendo desmentida a versão ouvida em Salvador de que se tratava de “pobres diabos”, indigentes e mal armados. Ao contrário, seu armamento era moderno, carre-

gava, na bolsa até 300 cartuchos.

A obrigação dos crentes era viver segundo as leis de Deus. Nada de semelhante aos revivals dos negros do Sul americano, nem seus estados de transe descritos por Davenport. Viam-se como católicos. Sem missa nem sacramentos porque não tinham quem os assistisse. Tinham olhos fitos no futuro, esperando o Messias. Alguém perguntou a um “jaguncinho” aprisionado que promessa maravilhosa os mantinha fiéis ao Conselheiro, que esperavam dele: “Salvar nossas almas”.

No mais aceso do combate, à noite, desfilavam pelos becos da cidadela, sob o fogo inimigo, entoando ladainhas e sepultando os mortos. Não eram prisioneiros do seu chefe. Contatos com os municípios próximos eram frequentes. Muitos saíam para o trabalho diariamente. Ao contrário da descrição de Euclides, integravam-se na vida da região. Não foram, portanto, assinalados como hereges ou dissidentes, nem marcados com a pecha de estranhos pelos vizinhos. As queixas partiram de muito outro quadrante.

Era tradição que os fazendeiros sempre procuras-

sem segurar, em seus latifúndios, agrícolas ou pastoris, uma reserva de mão-de-obra sedentária, constituída tanto de posseiros como de jornaleiros. Por sua vez o sistema republicano, comandado pelos mesmos fazendeiros, na qualidade de coronéis, exigia um eleitorado dócil. Canudos abalava os dois sistemas – A “rebelião” desses vassallos forçados não tinha uma clara intenção e expressão revolucionária. Não pretendiam marchar contra a República. No máximo, rebeldes eram os bandidos que salteavam fazendas ou se alistavam a serviço dos coronéis. Acontece que, migrando para Canudos, os conselheiristas, inauguravam a pior forma de rebeldia. Sangravam o sistema roubando-lhe a força de trabalho e o poder eleitoral – o braço e o voto. Daí a reação dos fazendeiros que acionaram os coronéis e estes – os políticos.

A reação do Governador Luiz Viana é típica. A princípio apoiou o Conselheiro. Seus partidários protestaram contra o envio da polícia estadual para interceptar em Masseté um grupo de conselheiristas. Cícero Dantas Martins, adversário de Viana, o barão de

Geremoabo, grande fazendeiro e pessoa influente no Partido Republicano Constitucional (PRC) que tinha suas bases no interior foi, à princípio, do mesmo modo, tolerante com o Conselheiro, mas começou a mudar de atitude à medida que crescia a influência dele sobre a população local.

Quando Viana foi eleito governador do Estado, seus adversários o acusaram de favorecer o reduto anti-republicano de Canudos. Por sua vez, consolidada sua hegemonia sobre Salvador, Viana dispensava suas bases sertanejas e passou a dar ouvidos aos fazendeiros que pediam a intervenção no arraial. Ademais, rompiam por toda parte casos de banditismo, turbulências. O apregoado anti-monarquismo dos conselheiristas passou a ser estandarte e o denominador comum que consolidou a aliança entre o Governador Luiz Viana e os partidários de Geremoabo. A queima dos editais de arrecadação em praça pública deu o pretexto para o entendimento político. Viana pediu a intervenção federal. O Exército cumpriu sua função constitucional. Mas o estopim foi a recusa de um delegado de polícia, respaldado pelo Juiz

de Direito de Juazeiro, recusando-se a entregar aos conselheiristas um lote de madeira encomendado e pago. Reagiram os adeptos do Conselheiro, ameaçando tomar a madeira no braço. O Juiz telegrafou ao Governador pedindo força. Foi este que sofreu o revés de Uauá, em 24 de novembro de 1896. Assim começou a guerra que custou ao Exército 5 mil vidas. Quanto aos conselheiristas, *nenhum homem foi poupado*.

A Igreja, por sua vez, já solicitara uma ação das autoridades contra o reduto messiânico. O Arcebispo de Salvador, Dom Luis Antonio dos Santos, atendendo sem dúvida a reclamos de párocos locais, em 1887, pedira providências à autoridade estadual contra o Conselheiro que, segundo ele, *estaria causando grandes prejuízos à Igreja e ao Estado*. Em 1895, foi enviada ao arraial uma missão chefiada por Frei João Evangelista de Monte Marciano, capuchinho italiano, de boa fé, mas insciente das condições do sertão. Desentendeu-se com o Conselheiro e teve de partir às pressas.

Mais que pelo Exército, Antonio Conselheiro, foi derrotado por essa aliança

entre fazendeiros e políticos locais. Não era revolucionário, nem republicano, nem subversivo. A situação criada em Canudos era, no entanto, explosiva e imprevisíveis as consequências de um reduto de fanáticos, em expansão no interior da Bahia. O mesmo ocorrera em Pedra Bonita. Aconteceria mais tarde no Contestado. Não seria realista imaginar que o Estado brasileiro assistisse passivamente a uma sublevação ainda que branca, contra o imposto e o recrutamento e que deixasse se instalar nos sertões um foco de promiscuidade, refúgio de bandidos e fanatismo.

Canudos, como outros tantos equívocos, resultou numa tragédia. É expressivo que houve muitas deserções e não só da polícia estadual – o que seria de esperar – mas como atesta o veraz Macedo Soares – do próprio Exército. Esses desertores, esses sim, treinavam os jagunços no armamento moderno. A 4ª Expedição comandada pelo General Arthur Oscar, “florianista roxo”, ao que se dizia, compreendia 8 mil homens e pesada artilharia. Ainda assim, no meio da refrega, o general comandante requisiitou mais 5 mil homens. As

tropas eram mal instruídas, mal pagas. O recrutamento para a guerra de Canudos era considerado punição. Desertores eram mandados para essa guerra. Mais de duzentas mulheres, conhecidas como vivandeiras, seguiram a tropa, criando não poucos problemas. Meninos a partir de 13 anos eram recrutados e bom número deles de 14 anos foi morto durante o conflito. Tudo isso explica que, apesar da imponente máquina de guerra, a solução tivesse tardado tanto. A ponto de um coronel do interior ter escrito ao Barão de Geremoabo: *Não existe por acaso um único general capaz de lidar com essa questão das beatas?*

Aqui nos detemos, no limiar da luta, tecida, de parte a parte de heroísmos e crueldades. Ao facão dos jagunços os soldados responderam com a degola co-

letiva dos prisioneiros, em frente às mulheres e filhos. Esse método de eliminação de prisioneiros, importado do Sul, tornou-se corrente, com o banditismo, no Nordeste e em outras partes.

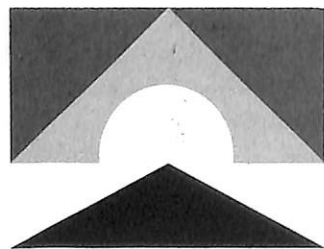
Canudos, como outros tantos conflitos fratricidas, como a Guerra Civil americana, deixou cicatrizes, é uma *pierre d'achoppement*, uma encruzilhada histórica. Do episódio não convalescemos inteiramente ainda divididos em conselheiristas e anti-conselheiristas. Pode-se especular sobre o destino do arraial não fora a brutal intervenção do Exército. Certamente, cresceria com a paranóia do seu líder. A necessidade de suprir a população de alimentos levaria a sucessivos ataques às fazendas vizinhas, como já acontecia, agravando o conflito entre o Conselheiro e os grandes proprietários. Diffí-

cil imaginar que o reduto messiânico se transformasse numa utopia republicana.

De um morro de Canudos, de toponímia inspirada em arbusto da região, o Rio herdou o termo favela, trazido pelas tropas aqui acampadas. Generalizou-se a designação a conjuntos de barracos desurbanizados, habitados por gente pobre, sem eira nem beira, escrava da miséria, do tóxico e do crime, sem nenhuma Nova Jerusalém para onde migrar. Não esperam o resgate que a demagogia volta e meia lhes promete, nem anuncia o Conselheiro que as salve. *Canudos*, escreveu Euclides, *Canudos não se rendeu*. Com a mesma obstinação, essas comunidades resistem na sua luta pelo trabalho e pelo pão, esperando apontar no horizonte o novo messias, a nova promessa incumprida.



Governo ruim custa caro para o cidadão. A sociedade requer quadros técnicos e políticos mais preparados, intelectual e moralmente, para se dedicar à função-Governo. Sensível a essas preocupações, a UFRJ decidiu criar a ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO voltada exatamente para o aperfeiçoamento daqueles que formulam, gerem e interpretam políticas públicas - em nível federal, estadual e municipal - relacionadas aos três poderes da República.



Escola de Políticas Públicas e Governo
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A sala de aula dos líderes brasileiros.

Perspectivas para as Forças Armadas Brasileiras¹

Benedito Onofre Bezerra Leonel*

Matéria transcrita do livreto *Análise do II Encontro Nacional de Estudos Estratégicos*, do Centro de Estudos Estratégicos da Presidência da República e do Núcleo de Análises Interdisciplinares de Políticas e Estratégias (NAIPPE) da Universidade de São Paulo (USP).

Temos o propósito de apresentar alguns enfoques e colher subsídios para algumas indagações que possibilitem a abertura de novos caminhos e que auxiliem e contribuam no preparo e no emprego das Forças Armadas do nosso País.

O tema "Perspectivas para as Forças Armadas brasileiras" é bastante amplo. Amplo pelo seu conteúdo, pois envolve, até por definição, "expectativa, esperança, probabilidade...", mas é amplo também pela sua área de interesse: é importante

para toda a nação brasileira, por se respaldar no conceito de segurança.

Por isso, em torno desse tema, tornam-se essenciais a troca de informações, a troca de conhecimentos e o debate. Ele será inócuo se não houver uma compreensão precisa do cenário de atuação das Forças Armadas, seja no campo interno – na garantia da lei e da ordem – seja, principalmente, no externo, como vetor de sustentação de nossa soberania. Também, é indispensável conhecer as possibilidades e limitações dessas Forças Armadas, em especial as relacionadas com a sua estrutura e o seu adestramento e com o binômio básico homem-equipamento. Só assim poderemos definir, de

forma consistente, o que pretendemos para as Forças Armadas brasileiras. Pode tal responsabilidade ser apenas dos militares?

REFLEXÃO ESTRATÉGICA E PERSPECTIVAS PARA AS FORÇAS ARMADAS

Há várias formas de conceituar estratégia. A título de reflexão, pretendemos apresentar como nós, militares, a vemos.

O nosso enfoque de estratégia se apoia em uma metodologia que aborda, entre outros, os seguintes pontos: a constatação de uma realidade, uma conjuntura, uma situação existente, um diagnóstico, a avaliação, relativa ao balanceamento entre necessidade e

* General-de-Exército Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

¹ Selecionado pela PADECEME.

possibilidade; a comparação dessa avaliação com os interesses nacionais (objetivos nacionais); estabelecimento de uma política que fixe os objetivos a atingir, o que fazer; o estabelecimento de estratégia(s) que defina(m) como fazer, como atingir os objetivos estabelecidos pela política; a elaboração dos planos, programas etc. decorrentes.

Portanto, a estratégia é uma decorrência da constatação de uma conjuntura, de uma avaliação, do estabelecimento de uma política.

A estratégia de um nível superior pode ser a política para o nível abaixo. É comum a utilização do conceito de estratégia, em lugar de política, planos e programas, sem a definição do nível a que se refere. Também é frequente a tendência do estabelecimento de estratégia sem a fixação de uma política e usual o efeito do mimetismo, resultante da tendência em importar uma determinada estratégia de outro país.

Inegavelmente, em tempos passados a estratégia estava associada apenas ao campo militar. Hoje, entretanto, ela adquiriu uma presença muito forte em todos os campos do poder, sendo

encontrada indistintamente nas áreas governamental, empresarial, acadêmico-universitária e outras.

Com a extensão do conceito de estratégia, registra-se uma certa incompreensão no seu entendimento. São confundidos os seus níveis e a sua relação com política, produzindo isso deformações sérias nos planos e programas decorrentes.

Em algumas manifestações sobre o assunto, observa-se a "síndrome da ponte do rio Kwai", ou seja, a estratégia se tornando um fim em si mesma.

No contexto da visão que as Forças Armadas têm sobre estratégia e obedecendo a uma sequência para a abordagem do tema, iremos, a partir deste ponto, pinçar alguns aspectos do mundo de hoje, ou seja, da conjuntura.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL

É fato assente entre os juristas que o Estado é caracterizado pela existência de uma população estável que convive em um território bem delimitado e com um governo constituído. Entretanto o Estado, apesar de possuir os seus três ele-

mentos constitutivos – povo, território e governo organizado – não pode ser identificado como tal se não for independente e soberano.

A Carta da ONU reza em seu art. 2º, § 1º, que *a Organização das Nações Unidas é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros*. Igualmente, a Carta da OEA estatui, no art. 3º, alínea "f", que *a ordem internacional é constituída essencialmente pelo respeito à personalidade, soberania e independência dos Estados*. O Brasil não poderia reger-se diferentemente em suas relações internacionais, pelo que estabeleceu, no art. 4º da Constituição Federal, dez princípios entre os quais constam o da independência nacional, o da autodeterminação dos povos, o da não-intervenção e o da igualdade entre os Estados. A soberania se caracteriza por ser una, indivisível, inalienável e imprescritível.

Recentemente, no entanto, surgiram determinadas idéias (soberania limitada, restrita, compartilhada, dever de ingerência, intervenção humanitária etc.), emitidas por notáveis personalidades, expressões essas que se tornaram usuais e

vêm trazendo efeitos indesejáveis para certos países, sem que o Direito os pudesse tutelar. Isso nos leva a perguntar: Qual o tipo de soberania que pretendemos? É possível um Estado conviver com uma soberania limitada, restrita ou compartilhada?

No curto espaço de tempo que vai de outubro de 1990 (unificação alemã) até dezembro de 1991 (desintegração da URSS), o mundo começou a experimentar mudanças radicais. O término da bipolaridade ensejou o surgimento de interesses e antagonismos até então contidos, resultando em conflitos em várias partes do mundo.

As origens desses conflitos são encontradas em todos os campos do poder. Elas são de natureza política, social, militar e econômica. Entre outras, é possível identificar as seguintes: o colapso do mundo socialista; o revigorecimento de aspirações nacionalistas; a busca da autodeterminação de grupos étnicos; a exacerbação dos conflitos religiosos; o inconformismo com as desigualdades sociais; os interesses econômicos.

Atualmente, 35 países, nos cinco continentes, estão enfrentando o drama dessas lutas, amargando o ônus de milhares de vítimas inocentes e movimentos desesperados de populações que atingem milhões de pessoas. É a dura realidade da guerra.

O fenômeno da guerra é, portanto, uma marca trágica, que acompanha a humanidade desde seus primórdios. Nunca foi possível

**O fenômeno da guerra
é uma marca trágica,
que acompanha a
humanidade desde
seus primórdios.
Nunca foi possível
eliminá-la.**

eliminá-la. Tem sido, em todas as épocas, motivo de estudos e discussões entre filósofos e sociólogos que, não encontrando como evitá-la, perguntam: será a guerra um produto inerente à índole possessiva do ser humano, confirmando assim a sentença do filósofo Hobbes de que *o homem é o lobo do homem*?

Duas das mais expressivas inteligências e culturas

deste século, Einstein e Freud, preocupados com o fenômeno da guerra, trocaram correspondência em 1932; dessas longas cartas extraímos que, para Einstein, a questão é: *existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça da guerra?*, e que para Freud, na guerra, o que impera: *... é um princípio geral que os conflitos de interesses entre os homens são resolvidos pela via da violência. É isto o que se passa em todo o reino animal, do qual o homem não terá motivo para se excluir.*

Mas, afinal, o que é a guerra? Haverá uma situação intermediária entre guerra e paz? De acordo com Alvin Toffler, é possível inserir-se entre ambas a antiguerra? Haverá entre as condições de segurança e de conflito uma faixa de insegurança? Quais os indicadores perceptíveis de cada uma dessas situações? Que ações devem ser desenvolvidas para se enfrentar a antiguerra e a insegurança? A assimetria do poder econômico, geradora das diferenças regionais e da pobreza, pode resultar em insegurança? A busca de segurança para determinados grupos

sociais é capaz de produzir insegurança para outros?

A CONJUNTURA NACIONAL

Apesar dos conflitos espalhados por todo o mundo, o Brasil é um país que não se sente ameaçado por nenhum dos seus vizinhos próximos ou distantes, mas se defronta com o encargo de ter um grande patrimônio a preservar.

A nossa visão de mundo privilegia o entendimento e a cooperação com os vizinhos. Temos mantido a posição consistente de que a questão da segurança hemisférica, tal como é entendida no âmbito da OEA, deva ser abordada no seu sentido mais estrito: a defesa contra ameaças externas. É nesse espírito que participamos de órgãos interamericanos que se dedicam a estudar o tema, tais como a Junta Interamericana de Defesa e a Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, recentemente transformada em órgão permanente, em virtude de resolução adotada no Haiti.

A essa postura do Brasil tem correspondido um inegável reconhecimento de toda a América Latina. Na Reunião Ministerial de

Williamsburg (EUA), isso ficou bem caracterizado. As delegações presentes e o anfitrião proporcionaram à delegação brasileira uma posição de destaque, distinguindo-a com uma participação expressiva no encontro. Além disso, o anúncio feito, na plenária da reunião, do acordo obtido entre Peru e Equador quanto à zona desmilitarizada, acordo esse viabilizado pela atuação mediadora preponderante do Brasil, foi entusiasticamente aplaudido por todos os presentes, transformando-se no ponto alto do encontro.

É assim, também, que vem crescendo a participação do Brasil nas Forças de Paz, no âmbito da OEA e da ONU. Estão sendo adotadas as últimas providências para enviar a Angola um contingente de aproximadamente 1.200 homens, para cooperar na reconstrução desse país. Nessas missões, o Brasil tem-se revelado imbatível, particularmente em função dos seguintes fatores: o valor profissional dos militares brasileiros; a variedade de tipos humanos e regiões naturais no Brasil, possibilitando uma seleção ajustada ao país anfitrião; a facilidade de adaptação e relacionamento do brasileiro.

Em função de sua postura na América Latina, seria o posicionamento do Brasil nas questões regionais uma opção para os países que a integram? Deve o Brasil continuar integrando Forças de Paz, a despeito do ônus financeiro que essas missões normalmente representam?

É indispensável que se leve em conta a continentalidade do nosso país na sua visão geográfica e na sua formação histórica. O perfil do povo nesse particular deve ser apreciado segundo duas dimensões: a vertical, incluindo segmentos ainda em grande atraso cultural; segmentos pioneiros, nas áreas rural e urbana; segmentos da era pós-industrial.

Tais diferenças deram origem a uma delicada assimetria socioeconômica, a assimetria horizontal, que inclui as três raízes étnicas da nacionalidade brasileira: o branco, o negro e o índio.

Além dessas, existem ainda outras raízes étnicas decorrentes da imigração. Em relação a todas elas, é interessante observar que: ocorreram a assimilação, a harmônica convivência e a integração entre elas; o espaço continental, por sua vez, proporcionou opções para as diferentes raças, pro-

duzindo um verdadeiro "mi-lagre de identificação" ho-mem-terra; tais "ingredientes" estão produzindo o que modernamente passou a ser chamado de poder demo-gráfico.

Para a nossa reflexão, cabe levantar algumas indagações: Existem internamente, seja no campo social ou entre regiões, fatores que possam gerar ambiente de insegurança? O contexto em que nos situamos é potencialmente capaz de produzir situação de antiguer-ra? Quais são os fatores de ag-regação ou desagregação em nossa realidade?

AValiação: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

A missão das Forças Armadas brasileiras está definida no artigo 142 da Constituição Federal. Para cumpri-la, três tipos de atividades são executados. As atividades-fim, representadas pelos encargos de preparo e emprego das Forças Armadas para a execução específica de sua missão constitucional. Aí se incluem a instrução militar, as atividades de ensino, as manobras, as operações militares etc., que caracterizam o poder de combate. As atividades-

meio, que reúnem as ações de apoio às Forças Armadas, avultando entre elas as atividades logísticas relacionadas com todos os tipos de suprimento (armamento, viaturas, munição, combustível, fardamento, equipamentos, alimentação etc.), transporte, hospitalização etc., administração geral e mobilização. As atividades complementares, que são as realizadas pelas Forças Armadas na área do desenvolvimento, abrangem os campos social e econômico e abarcam a infra-estrutura de transporte, colonização, apoio à população civil em áreas carentes, apoio nas calamidades públicas, educação, saúde etc.

Outras atividades podem ser ainda arroladas: o Programa Antártico brasileiro; a sinalização e a cartografia náuticas; estudos de oceanografia e recursos do mar; preparo da marinha mercante; transporte aéreo de doentes e de órgãos para transplante; contribuição para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacionais.

Por meio de um eficaz desenvolvimento dessas atividades, as Forças Armadas buscam atender a duas características que lhes são fundamentais: a capacidade

operacional, traduzida pela otimização de todos os seus meios, e poder de dissuasão, pelo qual elas se impõem a outras Forças Armadas, desestimulando uma ação contrária.

Mas cabe ainda perguntar: As atividades complementares das Forças Armadas podem afetar a sua capacidade operacional? O poder relativo de combate pode ser um indicativo sobre o poder de dissuasão de uma força armada? O equipamento do território, representado pelos seus recursos e infra-estrutura, terá influência na capacidade operacional de uma força armada? Como encarar o atendimento das necessidades de material de defesa para as Forças Armadas? Por meio da importação? Desenvolvendo indústrias próprias? Qual a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na capacidade operacional das Forças Armadas?

Serviço Militar

O serviço militar no Brasil é regulado na Constituição e por uma lei complementar específica, tendo caráter obrigatório. Essa característica vem sendo contestada, normalmente por

desconhecimento ou desinformação sobre o assunto. Atualmente, do universo de jovens em condições de prestar o serviço militar, apenas cerca de 10% são convocados. De cerca de cinco mil municípios, dois terços não são tributários: dos chamados a servir, 60% são voluntários. Para os que prestam o serviço militar, as Forças Armadas constituem uma grande escola e, com frequência, a oportunidade única de ascensão social. A profissionalização completa das Forças Armadas pode parecer uma solução lógica, mas ela impossibilitaria a formação de reservas mobilizáveis, indispensáveis numa situação de guerra, além de dificultar a ambientação do soldado nas diversas áreas operacionais do Brasil.

Implica também considerações tais que: teria o Brasil condições de arcar com as despesas adicionais decorrentes da adoção do voluntariado no serviço militar? Como preservar a qualidade do soldado, cada vez mais necessária diante da sofisticação dos materiais de defesa, num regime de serviço militar voluntário?

Como resolver a questão da reserva mobilizável?

A VULNERABILIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

Devido a uma série de fatores que não cabe aqui analisar, as despesas com as Forças Armadas no país, em relação ao PIB, decresceram lenta e inexoravelmente nos últimos quarenta anos. Na década de 50 atingia, em

As despesas com as Forças Armadas no país, em relação ao PIB, decresceram lenta e inexoravelmente nos últimos quarenta anos. Na década de 50 atingia, em média, cerca de 2,5% do PIB, na de 70 estava em 1,2% e nos anos 90 a percentagem baixa para apenas 0,3% do PIB.

média, cerca de 2,5% do PIB, na de 70 estava em 1,2% e nos anos 90 a percentagem baixa para apenas 0,3% do PIB.

Além disso, com o término da bipolaridade, a OTAN e o Pacto de Varsóvia reduziram drasticamente o seu arsenal militar, propiciando um excesso de oferta desse

material no mercado. Em consequência, houve um aviltamento de preços e uma guerra surda entre os fabricantes. Para as indústrias brasileiras de material de defesa, essa situação trouxe uma retração drástica na produção, a mudança de destinação de algumas fábricas e a falência e concordata para outras. Com isso, houve a fragilização da capacidade de atendimento das necessidades de nossas Forças Armadas.

A defesa dos interesses vitais do país, quando para isso for necessário o uso da força, implica o emprego integrado das três forças singulares, Marinha, Exército e Aeronáutica. A atual estrutura militar, tanto de paz como de guerra, responde a essa necessidade? O que tem sido feito nesse sentido?

A desinformação sobre as Forças Armadas por parte da sociedade, especialmente por suas elites, tem representado um grande óbice no equacionamento das questões que dizem respeito às três forças e aos militares, que vêm desenvolvendo intenso trabalho nesse sentido para divulgar as peculiaridades da profissão

castrense, a fim de compatibilizá-las com as reformas constitucionais em andamento.

É indispensável que seja elaborado um livro branco das Forças Armadas brasileiras, de livre acesso a qualquer cidadão do país, contendo as informações básicas sobre as instituições militares. Além disso, é preciso que o nosso sistema de comunicação social seja cada vez mais aperfeiçoado.

O elemento humano é a verdadeira massa crítica das Forças Armadas. Todas as criações do avanço tecnológico dos últimos anos foram conduzidas pelo homem e para serem empregadas por ele. Portanto, essas inovações, em vez de substituírem o seu autor, serviram, isto sim, para valorizá-lo. Mas, a formação e o desenvolvimento dos recursos humanos nas Forças Armadas estão adequados para o século XXI? Quais os fatores adversos que afetam os recursos humanos destinados às Forças Armadas?

Falando da profissão militar, o tenente-general M. G. Mellado, primeiro homem a ocupar o cargo de ministro da Defesa da Espanha, declarou textualmente:

[...] Não conheço nenhum militar que tenha escolhido essa profissão com propósitos econômicos. Sempre tivemos dificuldades nesse aspecto, mas temos suportado. Nossa grande frustração é pensar que a nossa unidade não tem valor operacional ou que ela não é tão boa como qualquer outra.

AS PERSPECTIVAS: BASES PARA UMA POLÍTICA

A alusão às Forças Armadas traz consigo a visão, o conceito ou o entendimento de segurança e defesa. Segurança é um estado, uma situação, e defesa é um ato, uma capacidade. A segurança é mais abrangente, encerra todos os campos do poder, e a defesa é mais específica, traz a idéia das ações e dos instrumentos para se chegar ao estado de segurança.

As Forças Armadas estão, necessariamente, incluídas no campo da defesa e participam na geração do estado de segurança, que, em face de sua amplitude, tem outros protagonistas.

O Brasil possui patrimônios essenciais a zelar – sua soberania, a integridade do

seu território e a unidade nacional. Soberania é o poder de autodeterminação sobre os problemas de interesse da nacionalidade. Não há nação do mundo que não viva num quadro de conflitos de interesse – o seu e o dos outros. Essa é a dinâmica da vida internacional. Ora, somos um país com uma fronteira terrestre de 15.719 quilômetros e que tem que conviver com dez vizinhos. Ocupamos, no Atlântico sul, posição de *vis-à-vis* com vinte países africanos, e aí nos posicionamos com imenso litoral, de 7.408 quilômetros. Pelo oceano nos comunicamos com o resto do mundo. O Atlântico sul é o caminho de nosso comércio internacional e é também uma das mais importantes vias estrangeiras do planeta.

Apesar dessa situação internacional favorável ao Brasil, é preciso não esquecer que em nossas regiões fronteiriças, principalmente no vazio demográfico da fronteira norte, vêm se agravando os perigos de violação territorial pelo narcotráfico, pelo contrabando de ouro e outros minerais, pela agressão ao meio ambiente e pelas pretensões desnacionalizantes de tribos indíge-

nas apoiadas por organizações internacionais.

Sendo o narcotráfico o maior “delito transnacional” a desafiar governo e sociedade, devem as Forças Armadas ser empregadas no seu combate, a despeito dos “riscos de contaminação”? Que medidas preventivas podemos adotar para fazer face às ameaças que pesam sobre a Amazônia?

O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR

Em seu discurso de posse, o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou textualmente:

[...] Atribuirei outros encargos ao Estado-Maior das Forças Armadas [...] determinarei a realização de estudos envolvendo a Marinha, o Exército e a Aeronáutica com o propósito de se realizar a adaptação gradual de nossas Forças de Defesa às demandas do futuro [...].

As vulnerabilidades das Forças Armadas brasileiras, entretanto, não serão sanadas apenas por ações governamentais desenvolvidas no campo militar. Como vimos, elas dependem essencialmente da execução de uma

política de governo abrangente, na qual participem todas as instituições brasileiras, inclusive, é claro, as próprias Forças Armadas.

A estrutura estratégica das Forças Armadas deverá ser flexível, de modo a poder ser utilizada tanto em âmbito continental como extracontinental. Para que isso seja possível, é necessário definir os parâmetros de curto e médio prazos. Quais os vetores referentes à segurança que devem ser considerados? Que hipóteses de guerra e de conflito devem ser admitidas, levando-se em conta a sua importância no planejamento estratégico militar? Qual o dimensionamento a adotar para a defesa?

CONCLUSÃO: PERSPECTIVAS PARA AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

As Forças Armadas brasileiras deverão estar em condições de atender, no século XXI, a quatro situações principais: a de guerra (conflito de amplo espectro, emprego maciço dos meios de defesa, participação de todos os campos do poder nacional, envolvimento de civis e militares,

aplicação de toda tecnologia disponível, atendimento de compromissos internacionais); a de anti-guerra (confinamento do conflito a uma área estratégica determinada, emprego limitado de meios, preocupação de evitar a expansão do conflito, participação ativa da diplomacia, realização de operações de paz); a de insegurança (situação intermediária paz-conflito, os “ilícitos transnacionais” – narcotráfico; agressões ao meio ambiente; internacionalização de áreas indígenas; violações dos direitos humanos; terrorismo – antagonismos – históricos, religiosos, raciais, socioeconômicos – (a violência urbana; interesses econômicos internacionais; atuação das forças policiais; participação das Forças Armadas); a de paz (a importância das informações – inteligência – como “advertência” e insumo básico no processo de tomada de decisões; a preocupação com a manutenção da operacionalidade da força – atividades-fim e atividades-meio – pois as situações de paz prolongadas tendem a “atrofiar” o sistema de defesa; o desenvolvimento das atividades complemen-

tares; a otimização dos recursos colocados à disposição das forças de defesa; ações preventivas – no campo interno, no campo externo).

As Forças Armadas brasileiras deverão ter as seguintes preocupações: a obtenção da paz interna como condição essencial; preservação do patrimônio nacional; esforço para o equipamento do território; em caso de conflito, resguardar os recursos humanos e fazer máximo emprego dos recursos materiais; resguardar a população civil e as fontes de recursos; importância das relações internacionais.


Para tanto, deverá: caracterizar ameaças; definir uma política de defesa nacional; estabelecer estratégias para cada campo; formular uma doutrina militar brasileira; comprometer a sociedade civil com os assuntos de defesa; definir a estrutura, o

dimensionamento e o papel das Forças Armadas; preocupar-se com a educação do militar-cidadão (compreender os fenômenos, acompanhar a conjuntura, interna e externa, criar o oficial bilíngüe; dominar a teleinformática), com a interação universidades-Forças Armadas, com ciência e tecnologia, evitar o *gap* tecnológico, com a valorização das informações, discutir um projeto para as forças policiais.

Voltando ao ponto inicial, relembramos o título – “Perspectivas para as Forças Armadas brasileiras” – e a abrangência do tema em seu conteúdo de “expectativa, esperança, probabilidade...” e quanto ao universo de interesse: toda a nação.

Dentro desse enfoque, o futuro das Forças Armadas brasileiras deve ser definido, pela nação, por meio das instituições que a represen-

tam. Os militares, como sempre, serão instrumentos dessa decisão. As seguintes questões devem ser frutos de discussão: Que tipo de Forças Armadas desejamos? O dimensionamento dos meios de defesa deve ser baseado na percepção de ameaças ou também, e principalmente, no valor do patrimônio a preservar? Qual o papel que elas devem desempenhar?

Em função das respostas, as vulnerabilidades que apontamos serão todas eliminadas. Haverá plena condição para implementação da decisão que se tomar, pois ela estará respaldada de forma inquestionável na vontade de todos os brasileiros, na certeza de que, *sem possuir armas próprias, nenhum principado está seguro: está, antes, à mercê da sorte, não existindo virtude que o defenda nas adversidades* (Maquiavel). 

Quem tem medo do Mercosul?

José Sarney*

Reprodução de pronunciamento feito ao Senado Federal, cuja cópia foi encaminhada à *A Defesa Nacional* pelo autor, com vistas à sua possível publicação.

No dia 10 de abril deste ano, escrevi, em artigo no jornal *O Globo*:

Acredito que vamos entrar numa área de turbulência e pressões ao Mercosul. Estamos ameaçados de investidas sérias para dividir-nos. Estas vão desde o aliciamento de nossos parceiros, para participar do Nafta, sem o Brasil, até convites para figurar no bloco militar da OTAN. Tal status assegura acesso a tecnologias de ponta, em matéria de equipamento militar e treinamento.

Ora, aqui, na América do Sul temos, certamente, uma das áreas mais pacífi-

cas da face da terra. Não existe nenhuma hipótese de guerra, as Forças Armadas estão submetidas ao poder civil, participando do processo de consolidação das instituições democráticas. Por que deflagrar uma pressão para novos gastos militares, quando todo nosso esforço deve estar concentrado na estruturação do Mercosul, no fortalecimento da amizade entre nossos países, no combate ao desemprego, na superação dos graves desequilíbrios e na questão social?

Ninguém entende que sejam tão fortes os interesses econômicos para se utilizar essa via com o objetivo de desestruturar o Mercosul, criando competições hegemônicas. Em Buenos Aires,

o economista Rudi Dornbush fez uma conferência quando eram mais fortes as repercussões do cancelamento de financiamento das importações pelo Brasil. O que ele disse? Que a Argentina está um mar de rosas, que dentro de dez anos será um grande e poderoso país, mas que há um perigo. Qual é esse perigo ameaçador da Argentina? O Brasil!

E, no dia 15 de maio, quando se realizava, em Belo Horizonte, a reunião sobre a ALCA, voltei ao tema e escrevi:

O maior acontecimento da História do subcontinente, depois da criação dos estados nacionais, foi a fundação do Mercado Comum do Cone Sul. É uma realidade, mas foi uma idéia-força cuja

* Senador.

importância transcende os limites de uma simples área de livre comércio, na medida em que resultou do ideal político que contempla a formação de uma comunidade de nações unidas para forjar um destino histórico comum no processo político e econômico mundial.

Enquanto estivemos separados, e apenas unidos pela retórica, ninguém pensou na América do Sul, em termos de integração. A visão da América era retalhada em três Américas: a do Norte, rica; a Central, em formação; a do Sul, pobre e miserável. Éramos, tão somente, uma reserva de mercado.

Henry Kissinger também faz uma revelação da qual tínhamos conhecimento, sabíamos, sem que ninguém de alto nível avalizasse essa versão: 'Se os Estados Unidos não tivessem falhado em promover o acesso do Chile ao Nafta e tivessem sido receptivos à insinuação da Argentina nessa direção [Nafta], as posições relativas de barganha do Mercosul e do Nafta não seriam as que são hoje e ambas as instituições estariam a caminho de transformar-se em elementos complementares de uma área de livre comércio

hemisférica'. Ora, as informações que Kissinger, com a sua autoridade, divulga é um fato que não está mais escondido, e honestamente é aquele que sempre soube-mos: toda essa movimentação que tem sido feita é justamente no interesse de isolar o Brasil. Atrai-se Chile e Argentina para o Nafta e o Brasil fica na berlinda, porque o Brasil é o gigante que faz medo. No mesmo sentido opinaram Richard Feinberg, ex-assessor do Conselho de Segurança dos EUA, e Fred Bergsten, do Institute for International Economics. Dizem ambos que o Brasil é uma ameaça para a Alca.

Quando começou o que hoje é o Mercosul, em 1985, com a assinatura da Ata de Iguaçu, ninguém acreditava no pacto acordado, nem no seu sucesso. O Brasil e a Argentina viviam tempos difíceis, lutando contra a hiperinflação e tentando sobreviver aos sufocantes encargos impostos pela dívida externa. Os Ricos jogavam e apostavam nas nossas dificuldades e em velhas rivalidades. Superamos todas elas em nome de um objetivo maior.

Nunca foi tão necessária a união entre Brasil e Argen-

тина. O Brasil entrou para o Mercosul com a visão da unidade, concordando em fazer grandes concessões. A Argentina reconheceu a necessidade de acabarmos com nossas divergências históricas, superá-las e, juntos, aceitarmos o desafio de crescer como aliados. Hoje, o maior parceiro da Argentina é o Brasil, e a Argentina a maior parceira brasileira.

Agora, o que ocorre?

A Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madalena Albright, acaba de anunciar que seu país vai aceitar a Argentina como sócio militar íntimo, membro aliado, não integrante da OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte. Tal condição assegura à Argentina assistência militar, acesso a armas de última geração e treinamento sofisticado, além de compromissos na área de segurança continental.

A esse respeito, vale a pena lembrar que o Chanceler da Argentina, Guido Di Tella, confessou que é desejo de seu país *ter relações carnavais com os Estados Unidos*. De sua parte, o governo dos Estados Unidos justifica o *status* privilegiado com que distingue a Argentina em reconhecimento

aos serviços prestados como integrante das forças de paz da ONU na Croácia, Chipre e Haiti, e por ter criado o Ministério da Defesa.

O Chile, pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Chanceler Miguel Insulza, condenou a decisão norte-americana, sublinhando que ela *altera o equilíbrio estratégico na região*. Tudo leva a crer que este seja, justo, o objetivo perseguido.

A verdade é que, há seis meses, denunciei esses fatos, e alguns setores nacionais consideraram minhas denúncias infundadas. Agora, verificamos, com pesar, que as minhas preocupações eram procedentes.

Ao justificar a decisão de seu país, a Senhora Albright sustenta que se trata de gesto simbólico. Ora, em política, principalmente em política externa, os símbolos carregam decisões e sinalizam procedimentos. Basta lembrar que foi, também, um gesto simbólico que transformou Israel em aliado preferencial dos Estados Unidos no conturbado oriente Médio e a Coréia do Sul na tensa península coreana.

Parece-nos elementar, diante do quadro que se esboça, que os Estados Unidos decidiram desestabilizar o

Mercosul e escolheram o caminho mais condenável – o da quebra do equilíbrio estratégico da região, com sérias implicações, inoculando o germe da divisão e da desconfiança.

Não será demais repetir que ocupamos a área mais pacífica do planeta. Não temos conflitos e nem perspectivas deles. Para que, no momento em que o mundo vislumbra um período de paz, em que se procura abolir os conflitos regionais localizados, os Estados Unidos tomam três decisões suspeitas, que a seguir enumeramos:

1 – Levantam o embargo de venda de armas para a América do Sul, decisão adotada pelo presidente Carter, há vinte anos;

2 – Autorizam a venda de aviões de última geração para o Chile;

3 – Consideram a Argentina membro não participante da OTAN.

Não é demais repetir que tal *status* foi conferido pelos Estados Unidos a Israel e à Coréia do Sul, que estão localizados em duas das áreas mais tensas do globo. Que ameaça pesa sobre a Argentina? Do Brasil, do Chile, do Paraguai e da Bolívia? Não

tem qualificativo essa atitude de norte-americana!

É paradoxal que, no instante em que os organismos internacionais ameaçam aplicar sanções a países que aumentaram seus orçamentos militares, os Estados Unidos estimulem pressões orçamentárias nessa direção. Parece bastante claro que o objetivo é desestabilizar o Mercosul gerando um quadro de tensões e de desconfianças ao Sul do continente americano.

Qual a justificativa apresentada? A Argentina faz parte de missões de paz da ONU. Ora, o Brasil participou das forças da ONU em Suez, em São Domingos, em Angola, El Salvador, Moçambique, Croácia, com contingentes elevados. Já não falamos da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial!

A presença brasileira em tais missões foi ditada pelas responsabilidades de nosso país com a paz e a democracia, nunca para receber títulos e prêmios de uma aliança militar que sobreviveu à Guerra Fria. Considero um desrespeito à Argentina essa justificativa, que tem tudo para ser vista como uma hipocrisia diplomática, gerando reservas e suspeitas onde

antes havia um clima de confiança recíproca.

O povo brasileiro jamais aceitaria a incorporação do Brasil, ostensiva ou dissimuladamente, a um pacto militar que nada tem a ver com a nossa região. Portanto, não nos move qualquer competição na área militar. Os Tratados que firmamos com a Argentina acabaram com todas as nossas rivalidades históricas, e não seria lícito reacendê-las apenas porque os norte-americanos não desejam que o Mercosul se consolide e o considere *nocivo aos interesses dos Estados Unidos*.

Os povos brasileiro e argentino têm noção exata dos seus interesses históricos e não permitirão que grupos econômicos e mercadores de armas fomentem corridas belicistas, criem um clima artificial de discórdia entre os países e semeiem o germen da divisão para destruir o Mercosul.

O que está em jogo é a soberania do Brasil, ameaçada pelas ações que os Estados Unidos promovem deliberadamente na região.

Tenho o dever de denunciar essa manobra. O Brasil não pode conformar-se com ela, nem receber como compensação sentar-se no Con-

selho de Segurança da ONU. Não acredito que, por trás dessa decisão dos Estados Unidos, exista uma negociação, como já se aventou, destinada a fazer com que a Argentina renuncie ao seu veto para que o Brasil participe, como membro permanente, do Conselho de Segurança da ONU.

Devo lembrar que tomei a iniciativa de apresentar proposta de criação de membros permanentes, sem direito a veto, no Conselho de Segurança da ONU, em 1989, na Assembléia Geral das Nações Unidas, considerando o peso do Brasil no mundo. Não podemos abdicar de nossa destinação histórica.

O Brasil deve condenar, com todas as suas forças, o envolvimento do Cone Sul no jogo dos blocos militares, que estão sendo ressuscitados para exercício de hegemonia de poder.

Não se trata de Argentina ou Chile, mas, de um princípio constitucional, de um compromisso de paz a que o Brasil não renuncia e nem admite que venha a ser violado.

O que se está fazendo ou se pretende fazer compromete o nosso futuro.

Espero que o governo brasileiro seja firme e não se

submeta diante de intimidações ou ameaças.

O governo dos Estados Unidos, não o povo, já conseguiu alcançar seu objetivo: lançar a discórdia na região. O Presidente Menem está sendo usado como instrumento desse ato lamentável.

O que está em jogo é a unidade do Cone Sul, é o projeto da comunidade latino-americana presente no mundo pela sua força, pela determinação de seus povos.

O governo brasileiro não pode e não deve vacilar. Nossa decisão tem de ser firme. O governo dos Estados Unidos precisa saber que o Brasil não aceita ser marginalizado e/ou isolado. Todas as negociações sobre a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas – devem ser suspensas para que se conheça a extensão dessas manobras divisionistas. E deve explicar ao Brasil e a todos os países do continente por que a Argentina precisa do guarda-chuva nuclear da Nato.

O povo argentino, também, pode aprovar algo que coloca em perigo o projeto do Mercosul – o mercado regional que constrói o futuro da região e lança os alicerces para a independên-

cia econômica dos nossos países.

A História está nos vigiando. Brasil e Argentina têm um destino comum neste continente. Dos nossos países devem partir a todos os demais os sentimentos de integração. Não devemos cair no jogo de interesse dos que querem nos desestabilizar. Estamos no começo da construção de um grande futuro. É necessário que os mandatários tenham consciência e visão estratégica. Libertamo-nos com o Mercosul, o que de mais forte aconteceu no Cone Sul depois da independência, em busca de um caminho próprio, capaz de negociar em pé de igualdade com os outros blocos mundiais.

Onde está o Conselho de Segurança da ONU em tudo isso? A composição atual reflete o mundo do após Segunda Guerra Mundial e não

o mundo de hoje. A proposta de novos cinco membros se destinava a compor o equilíbrio do quadro mundial. Pode-se pensar, com realismo, num Conselho de Segurança sem o Japão e Alemanha? Pode-se pensar sem a Índia e o Brasil? Não é um cargo regional. É uma responsabilidade mundial que a História nos deu. É um encargo, é uma missão. Somos o quinto país do mundo, a oitava economia.

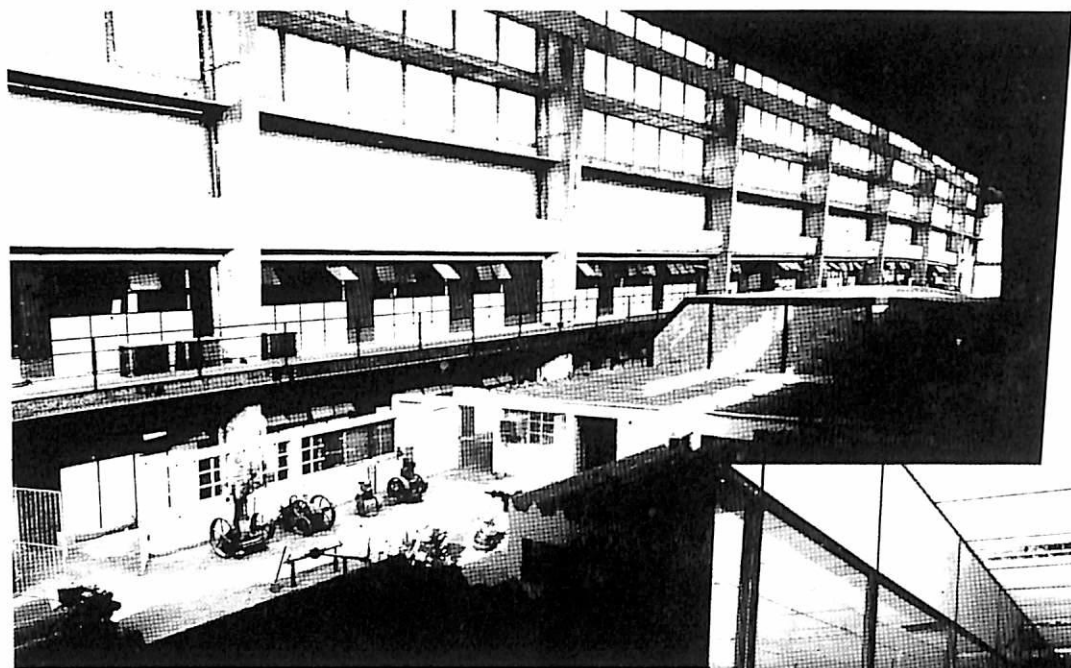
O Brasil não deve ir ao Conselho de Segurança da ONU pela mão de ninguém, nem através de conchavos diplomáticos, por mais altos que eles sejam, nem aceitar vetos do Presidente Menem. Vai pelo seu peso específico. Como fomos participar da Segunda Guerra Mundial quando, com grandes contingentes, estivemos em El Salvador, S. Domingos, Suez, Angola, Moçambique. Não o fi-

zemos para receber recompensa de ninguém, e sim pela nossa responsabilidade com os ideais de paz e de liberdade.

O Brasil deve pedir aos Estados Unidos explicações sobre o significado de sócios da OTAN em nossa região. O que isso significa, qual o simbolismo desse gesto? Por que os Estados Unidos consideram necessário o guarda-chuva nuclear da OTAN para a Argentina?

Por outro lado, seria decepcionante se, por trás de tudo isso, estivesse um acerto diplomático dos americanos: ao Chile, aviões; à Argentina, a Nato; ao Brasil, o Conselho de Segurança.

Nesse caso, o jogo do Presidente Menem é de cartas marcadas, e o nosso, de enganados. Esse fogo de artifícios de mau gosto, se é sério, deve ser repellido, se é jogo combinado, é desmoralizante para o Brasil. 🌐



Com toda excelência,

a COPPE / UFRJ abre novos
laboratórios e a pesquisa
tecnológica ganha força no país



Prefeitura da Cidade
do Rio de Janeiro

O Conteúdo das Publicações Militares em relação com a Sociedade do Século XXI¹

Carmelo Medrano Salto*

Texto traduzido da participação do representante do Exército Espanhol na *X Conferência da Associação de Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares*, realizada no Rio de Janeiro, no período de 6 a 12 de setembro de 1997.²

A capacidade de criação daqueles que, atentos à inquietude profissional, usam a literatura – arte que emprega a palavra como instrumento – para produzir o pensamento que induz, ou simplesmente explica, as grandes e pequenas mudanças na evolução cultural, doutrinária ou técnica dos exércitos, encontra seu meio lógico de expressão nas publicações militares, um espaço amplo para o uso da escrita na formação

do espírito e do pensamento castrenses.

As publicações militares servem para cultivar o espírito do combatente. Como dizia o prestigiado dramaturgo espanhol, prêmio Nobel de literatura, Don Jacinto Benavente: *só o espírito põe nas espadas a luz da inteligência e, nas inteligências, a têmpera das espadas*.

Servem para difundir a torrente de reflexões que afloram, a partir dos escalões de comando e do âmbito civil, das inquietações sobre a temática relativa às questões de segurança e defesa, às ciências táticas e estratégicas, à logística, às novas missões atribuídas aos exércitos, aos avanços científicos e ao aproveitamen-

to das novas tecnologias, em benefício dos recursos, do material e do armamento.

As publicações militares são, sem dúvida, o meio de comunicação mais direto e oportuno de que dispõe o comando para informar, instruir e orientar as atividades do Exército. Constituem o instrumento mais adequado para esclarecer as idéias contidas em suas diretrizes, emitir comunicados ou oferecer o balanço periódico de resultados. Também são, certamente, o local apropriado para armazenar a experiência adquirida pelos que, envolvidos nos afazeres diários, descobrem novos métodos para superar os modelos estabelecidos pela rotina, ou se vêem obrigados a incursionar por caminhos

* Oficial General do Exército Espanhol. Presidente da Associação dos Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² Ver detalhes da Conferência na Seção Informações.

ainda não percorridos. São o melhor termômetro para medir o estado de ânimo, o moral, o vigor e o espírito dos seus homens.

A bagagem de idéias difundidas pelas publicações militares beneficia tanto os que se exercitam em atividades de formação, como os que as centram no planejamento, geral ou particular, e constitui a melhor representação diplomática para projetar, no exterior, o nível profissional de um exército, porquanto reflete o grau de preparação de seus quadros.

Mas são, sobretudo, um veículo de comunicação entre os componentes do Exército e a sociedade a que serve, porquanto, abertas ou não a colaboradores civis, conforme o caso, diante dela são expostas, de forma transparente, inquietações e preocupações, desde a liberdade de expressão com que tradicionalmente se expressa a pena castrense, unicamente condicionada pelo rigor que preside todas as suas ações.

Sobre esse quadro básico de idéias, emolduram-se as tarefas e missões, as possibilidades de agir e o alcance dos resultados viáveis às publicações militares em qualquer tempo histórico

que sejam analisados. Em suma, trata-se de informar e formar, de constituir uma tribuna objetiva e rigorosa para o debate de temas profissionais, aberta ao exame, à investigação e à difusão de novas tendências doutrinárias, científicas e técnicas, relacionadas sempre com a questão militar e, acrescentaríamos, à luz do enquadramento político, utilizando-as respeitosamente como dado objetivo de referência, porém absolutamente alheio à contenda ideológica ou ao debate partidário.

Durante a VIII Conferência da nossa Associação de Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares, realizada em *Fort Leavenworth*, em 1995, foi objeto de estudo *A Relação das Publicações Militares nas Comunicações Sociais Ibero-Americanas*, e analisamos precisamente qual era a função desempenhada por esse tipo específico de veículo no amplo contexto dos meios de comunicação social. Na IX Conferência, realizada ano passado em Buenos Aires, os trabalhos centraram-se no tema *A Cultura Militar no Século XXI*, todo um esforço de prospecção sobre os traços com que se perfilará a sociedade e a

cultura na próxima centúria prestes a começar, para aproximar uma definição do que poderá ser a cultura castrense, conforme a evolução lógica com que vem se projetando na história recente. Se efetuarmos a confrontação e a comparação das conclusões obtidas nos trabalhos realizados durante as duas Conferências precedentes, poderemos deduzir quais são os fatores sócio-culturais que condicionarão a atuação dos exércitos durante, pelo menos, o início da próxima centúria e como deverão refletir-se na orientação dos conteúdos que deverão nutrir as publicações militares desse período.

Pois bem, começemos por recapitular os traços que nos oferece a sociedade no trânsito até o século XXI, quando se fazem esforços para adivinhar como será a estrutura da nova ordem estratégica mundial, superada a confrontação bipolar que marcou a história das relações internacionais durante a segunda metade do século XX, sob o nome de Guerra Fria.

Se é certo que não se pode falar de uma sociedade homogênea, diante da distância evidente de motivações e ambições que se-

param os países desenvolvidos dos que constituem o chamado Terceiro Mundo, a propagação das tendências dos hábitos, costumes e sentimentos que provoca o impacto dos meios de comunicação, talvez permita generalizar a respeito do futuro das aspirações sociais diante do exemplo que oferece a denominada sociedade do bem-estar. Sociedade em que a posse e o desfrute dos bens materiais têm uma cotação muito superior às dos bens do espírito – salvo honrosas exceções –, resistente ao sacrifício, em que o enriquecimento e o mínimo esforço constituem ideais consagrados, que tende a ignorar e ridicularizar aquelas virtudes que fizeram grandes os povos. A objeção à consciência e a insubmissão são duas características do momento atual, manifestação de um sentimento de ausência de solidariedade, freqüentemente relacionado com a propagação de falsos pacifismos e movimentos revestidos de um aparente altruísmo, com os quais se vai diluindo, e até destruindo, a escala de valores morais e espirituais que davam sentido à organização social dos povos em torno de uma estrutura de Estado e

um conceito de Pátria. Trata-se de uma sociedade para a qual a perda da paz é uma consideração remota, praticamente inconcebível na forma de conflito generalizado, diante dos que se sucedem com caráter regional, e que, em qualquer caso, só se sente afetada quando vê em perigo seu nível de bem-estar, sempre reagindo, desde logo, a qualquer tipo de sacrifício econômico e, menos ainda, pessoal.

Contrastando com esse movimento de desagregação moral entre os responsáveis pelo poder nos Estados e dentro das próprias Nações Unidas, está se desenvolvendo uma sensibilidade mais realista sobre o que representam as idéias de ordem, estabilidade e paz, portanto uma nova valorização das missões e funções a desempenhar pela força militar no sistema de relações internacionais.

Devido às novas funções de interdependência e de propagação internacional, os conflitos regionais, locais ou internos inevitavelmente incidem na marcha da economia global, adotando às vezes a forma de espirais de violência e provocando, em outras ocasiões, fenômenos de migração maciça, tanto

mais dramático quanto mais explosivo seja o índice de crescimento demográfico da região afetada. Em todo caso, alteram os pressupostos de desenvolvimento e os fluxos de investimentos, único sistema efetivo para superar desequilíbrios indesejáveis e garantir a ordem e estabilidade almejados.

No mundo pós-bipolar, a paz não é só a ausência de guerra, é também a criação de relações internacionais e internas pacíficas, precedidas de uma cooperação entre os diferentes Estados. A segurança mudou portanto de significado e natureza. Vai-se desprendendo do conteúdo que antes lhe proporcionava o excludente conceito de defesa, em que se supunha sempre uma ameaça a um adversário potencial, e passa a repousar sobre um emaranhado de compromissos e alianças, para o que a antiga ameaça se dilui em uma multiplicidade potencial de riscos multipolares e onde o vetor militar é só um componente a mais na armadura de atuações.

Durante a Guerra Fria, os conceitos de dissuasão e desarmamento permitiam sustentar o equilíbrio necessário para que a ameaça nu-

clear resultasse a neutralização de qualquer confronto de tipo convencional, e a guerra entre Estados se manteve afastada, inclusive do Terceiro Mundo, pois também a este alcançava a dinâmica do conflito entre os dois blocos. Ainda que não seja descartável um retrocesso de situações, em que volte a imperar o perigo de um conflito generalizado, sobretudo se se tem em conta a incontável proliferação de mísseis de armas de destruição em massa, nucleares e químicas, é um fato que a euforia suscitada pelo fim da Guerra Fria não tardou a ver-se empanada por instabilidades de caráter regional e conflitos internos, sejam étnicos, religiosos ou de identidade, que provocam o colapso das estruturas de muitos Estados, com o ressurgimento de nacionalismos, irredentismos históricos, desequilíbrios demográficos e econômicos, tribalismos, integralidade e fundamentalismos religiosos, organizações de caráter criminal (narcotráfico, máfias, etc.), ou essa mancha constituída pelo terrorismo em suas duas facetas, local e internacional.

As Forças Armadas, dotadas de estrutura e hierar-

quia, de homens e meios organizados, preparados para fazer frente a situações limites e imprevisas, com rapidez de reação, poder de intervenção e capacidade de projeção, estão sendo empregadas como o instrumento mais eficaz nessas novas missões, chamadas de paz ou de não-guerra, desde as fases antecedentes ao conflito até as posteriores, de reconstrução e de restabelecimento das condições de normalidade. As organizações de defesa internacionais se transformam e ampliam, evoluindo até sistemas de segurança coletiva e cooperativa. Sem desaparecerem as antigas doutrinas de emprego em combate, aparecem outras novas para missões de paz. As unidades multinacionais habituais entre exércitos da época da Guerra Fria, que com tanto esforço sintonizaram seus métodos de planejamento e de trabalho, e seus sistemas de comando e controle, para alcançarem uma razoável interoperacionalidade, são constituídas agora integrando unidades de exércitos estrangeiros, quando não de antigos adversários, dando origem a novos problemas de comunicação e coordenação.

Os profissionais militares, que em absoluto podem perder de vista a missão essencial que justifica a existência dos exércitos e que não é outra senão a independência e a integridade territorial de suas nações, têm que assumir, nessas novas missões, algumas funções que habitualmente lhes têm sido alheias, em que se entremesclam o papel de "gendarme" e polícia, gestor, juiz, educador, comunicador, legislador e diplomata, todos eles mantendo relações com sociedades civis desconhecidas e em plena tensão conflitiva, cheia de matizes sensíveis, no que pode resultar grave erro confundir imparcialidade com neutralidade e exceder-se, tanto na inibição como na intromissão. Situações que põem à prova o sentido ético e moral do soldado.

As novas missões de paz, tão delicadas na sensibilidade de seu desenvolvimento e execução, são igualmente novas para profissionais que intervêm em sua elaboração, desde os campos da política e da diplomacia. A definição política dos objetivos militares a alcançar pela força requer também uma especial sensibilidade, que só poderá *lograr-se à base de um mú-*

tuo conhecimento de capacidades e de um diálogo redimensionado e adaptado a cada circunstância, desde os diversos protagonismos, político, diplomático e militar.

Enquanto o pensamento político-estratégico dos responsáveis das nações se ocupa, talvez mais que nunca, de instrumentalizar mecanismos de ação e resposta para preservar a paz mundial, com capacidade de prevenção, reação e intervenção sobre qualquer foco de conflito regional ou local posto em causa, a matéria-prima sobre a qual esses mecanismos se assentam, a sociedade desenvolvida, é progressivamente mais inadequada e inconsistente.

As conseqüências que se deduzem dessa tendência para os exércitos, nas atitudes de resposta das sociedades desenvolvidas, tem sua mais expressiva manifestação, de forma geral, em contínuas reduções de efetivos e pressupostos de defesa, e em uma permissiva e temporizadora revisão legislativa ante os fenômenos contrários inspirados pelos movimentos pacifistas, como a objeção de consciência e a insubmissão, cuja apuração final é a supressão do serviço militar obrigató-

rio. Por outro lado, as exigências das organizações internacionais de segurança obrigam a manter níveis eficazes de força, e o resultado consiste no recurso ao voluntariado, exércitos menores e profissionais e, frequentemente, organizados sobre a base de unidades multinacionais. As derivadas dessas conseqüências e do protagonismo alcançado pelas novas missões de paz se traduzem na elaboração de uma nova doutrina para ações de não-guerra, em aperfeiçoar e generalizar métodos e técnicas de planejamento e execução de caráter combinado, capazes de garantir a coordenação e interoperacionalidade de forças multinacionais integradas por unidades de origem muitas vezes diferente à das antigas alianças de defesa, e em dotar a tropa e escalões de comando de uma capacidade de ação flexível e sensível para assumir funções díspares e geralmente distintas daquelas que são habituais no combate. As novas estruturas a que estão sendo alocados os exércitos obrigaram a rever os sistemas de geração de forças, uma vez que os mecanismos de mobilização detinham a fonte que garan-

tia a conscrição geral e obrigatória.

Porém, além dessas repercussões de per si importantes, não é possível ignorar outros tipos de efeitos que indubitavelmente haverá de se produzir no futuro, e que serão conseqüência do inevitável e progressivo distanciamento que se irá originando entre a sociedade e o exército, quando seja só uma escassa porcentagem da juventude que, por vocação ou movida pela necessidade de encontrar um tipo de trabalho que tenha afinidade com a vida militar.

Só se ama aquilo que se conhece e se o afastamento entre a sociedade e o exército produz, por desconhecimento, o desamor ou divórcio, quando, além disso, se faz tibia a sensibilidade social ante a vulnerabilidade da paz e as garantias que para esta representam as forças armadas, não haverá político responsável capaz de arrostar o desgaste eleitoral que se supõe apresentar um pressuposto de defesa, por modesto que este seja. As sociedades caíram inermes e seus exércitos acabaram por sentir-se contemplados como forças mercenárias, só valorizados quando desempenham missões alheias à

defesa nacional, desassistido do calor e compreensão da sociedade de que procedem e para a qual existem.

Ante toda essa problemática, os exércitos deverão encontrar respostas revisando e reforçando seus planos de formação e aperfeiçoamento e seus programas de instrução e adestramento. Porém uns e outros, para serem realmente eficazes, para poder prolongar sua ação de uma maneira constante, cobrindo os extensos intervalos de tempo que transcorrem entre o passo dos homens pelos centros de ensino e instrução, terão que ser complementados por uma ação de comunicação que atualize, informe e estimule o pensamento dos quadros e que, simultaneamente, seja capaz de relacionar suas inquietudes com a sociedade em que se inserem. Quer dizer, haverá que elaborar alguns planos e programas de comunicações e relações públicas, desenvolvendo as estruturas adequadas e dispondo dos especialistas necessários para levá-los a cabo, incorporando os métodos e técnicas aplicáveis entre aqueles que são objeto de estudo nas ciências e informações. No número 682 da revista espa-

nhola "Ejército" correspondente ao bimestre julho-agosto do corrente ano, pode-se encontrar um amplo desenvolvimento, em forma de documento, de como se contempla, na Espanha, o tema da comunicação entre o âmbito castrense e a sociedade, na qual intervêm, com o aporte de seus conhecimentos e pontos-de-vista, eminentes catedráticos civis e especialistas militares em ciências de informações e de relações públicas.

Compenetrar as estruturas sociais com as militares implica, em sua origem mais elevada, a vontade de desenvolver uma política integral de governo e, nesse sentido, e como se aponta no documento da revista "Ejército" a que se fez referência, na Espanha a Diretriz de Defesa Nacional 1/96 estabelece objetivos que definem essa vontade superior de realizar uma política informativa de defesa, integradora do binômio exército-sociedade.

Nessa mesma linha se situa o propósito de potencializar a ação do Instituto de Estudos Estratégicos, pois não basta que os responsáveis pelo poder e as elites do pensamento sejam conscientes e estejam preocupados com a engenharia estrutural

e financeira dos sistemas de segurança e defesa. É necessário mobilizar a sociedade em seu conjunto, levando o estudo dessas questões aos centros de formação da juventude e dos futuros dirigentes, conectando as universidades com os estudos militares e projetando uma política educacional em benefício da cada vez mais íntima relação em que discorrem as políticas exterior e de defesa das nações.

As publicações militares, como suporte de fluxos do pensamento, deverão integrar-se no marco dessa ação comunicacional, mantendo a temática de seus profissionais de sempre, mas dando ênfase àqueles aspectos já analisados e que representam uma inovação doutrinária, funcional e técnica, o que introduz matizes e sensibilidades novas nos valores de natureza espiritual que deve possuir o soldado. Porém, acima dessa importante finalidade formativa e informativa dos quadros profissionais, as publicações militares deverão, no futuro que se abre com o século XXI, ser conscientes do papel que desempenharão como veículo de comunicação para uma sociedade civil que, se responder positi-

vamente a uma política integradora e conscientizadora com as grandes questões da segurança e da defesa, poderá buscar nessa literatura militar, desde os meios de comunicação social e desde os centros de formação, a fonte de consulta, o pensamento especializado com que documentar seus trabalhos, seus ensaios, ou suplementar sua informação pública.

Trata-se de um leque de possibilidades aberto à ação indireta das publicações militares se, com competência, rigor e qualidade, acertam em satisfazer a demanda de conhecimentos requerida por uma ampla gama de profis-

sionais – consagrados ou em formação – desde os mais diversos setores da política, a administração, as empresas pública e privada, escolas técnicas superiores, universidades e centros de estudos de pós-graduação e de alta gestão. Uma via de ação indireta que se irá ensejando à medida que as publicações militares vão resultando em tribuna cobiçada por penas civis, interessadas em consolidar um reconhecido prestígio nessa temática, e se vão convertendo em ponto de referência obrigatória para os meios de comunicação social.

Em suma, diante do século XXI, ao se definir a li-

nha editorial das publicações militares e programar a dosagem de seus conteúdos, acima de todos os concretos objetivos profissionais analisados, deverá estar presente, na mente dos redatores, a consciência do impacto que seus escritos podem alcançar sobre o tecido social, com a finalidade de contribuir, sempre que seja possível, a expandir a idéia de que a segurança é uma responsabilidade compartilhada de todo o corpo social, não um patrimônio exclusivo dos militares, e que só ao povo corresponde exigir e dotar-se da defesa nacional necessária para garantir a paz.

Prezado assinante

Estamos em débito com as assinaturas das revistas do ano de 1997. Dificuldades orçamentárias, a retração do mercado de divulgação e problemas da gráfica nos impediram de cumprir os prazos acordados. Todavia estamos envidando todo o nosso empenho para regularizar a distribuição das revistas, de modo fazê-las chegar aos assinantes até o final do corrente ano

Apresentando nossas desculpas, agradecemos a sua compreensão e esperamos não repetir as mesmas falhas em 1998.

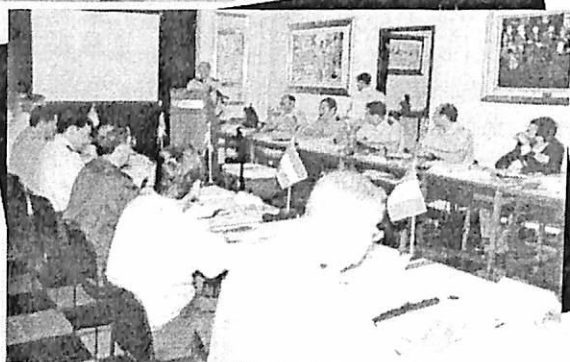
O Editor

X CONFERÊNCIA DE EDITORES ÍBEROS-AMERICANOS DE PUBLICAÇÕES MILITARES



Vista geral do auditório
na Sessão de Abertura da
Conferência.

Desenvolvimen-
to dos trabalhos:
exposição do repre-
sentante do Exército
da Espanha.



Aspecto do encerramento,
no salão de Convenções do
CGEA, Itaipava, RJ:
o Ministro Zenildo Lucena
entrega o diploma de
participação ao General-de-
Brigada do Exército Espanhol,
Carmelo Medrano Salto.

Atuação do Exército Brasileiro no Combate aos Problemas das Secas do Semi-Árido Nordeste: Situação Atual e Sugestões para o Futuro

Francisco Manuel Mercês de Oliveira*

Resumo da monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Um país só pode considerar-se desenvolvido quando todas as regiões que o compõem estiverem desenvolvidas e quando todos os seus habitantes puderem usufruir desse desenvolvimento. Essas são condições indispensáveis para um progresso em ambiente estável e com paz social.

O Brasil, infelizmente, caracteriza-se por grandes diferenças regionais. Em particular, destaca-se a crítica situação do nordeste brasileiro, repleto de bolsões de miséria, comparáveis às regiões mais pobres do mundo. E, sem dúvida, um dos

fatores que o levou à situação atual foi o clima.

A seca do semi-árido, tão falada e decantada, porém pouco conhecida, traz consigo consequências impiedosas nos campos político, econômico e psicossocial. E para resolver esses problemas, além da atuação permanente do governo, em todos os níveis, faz-se necessária a conscientização e a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Nesse contexto, torna-se cristalina a necessidade de atuação do Exército Brasileiro, como um eficaz instrumento de colaboração para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Essa participação já é uma reali-

dade há várias décadas, porém o potencial da Força Terrestre ainda não foi explorado em sua totalidade.

A utilização plena dessa capacidade é possível e imprescindível. Para isso são necessárias urgentes providências, tanto na esfera do poder público, quanto no âmbito do Exército. É preciso vontade para abraçar a causa nordestina, a fim de que o Brasil seja menos injusto e obtenha um desenvolvimento mais homogêneo.

O presente ensaio, além de estar baseado em uma razoável bibliografia, é fruto, também, da rica experiência do seu autor, nascido no agreste paraibano e com uma folha de dez anos de

* Major de Infantaria e Estado-Maior.

serviços prestados ao Exército, na região nordestina.

Não se pretende apresentar uma solução definitiva para problema tão complexo e polêmico. Objetiva-se, entretanto, propor algumas medidas para otimizar a participação da Força Terrestre no desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste, sem que, no entanto, se descure da missão constitucional que lhe é atribuída.

O NORDESTE E A SECA

Aspectos fisiográficos

A Região Nordeste do Brasil representa 18,26% do território nacional, abrangendo nove estados da Federação. Sua população, de acordo com o último censo, é de 43 milhões de habitantes ou 28,9% do País, com uma densidade demográfica de 28,05 hab/km². É a segunda região mais populosa e a terceira mais densamente povoada.

Está dividida em três zonas principais: a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão. A Zona da Mata compreende a faixa litorânea de até 200 km de largura, com clima tropical úmido e chuvas concentradas no outono e no inverno. Aí desenvolve-se

grande parte da agricultura e estão concentrados os centros urbanos, os pólos industriais, os terminais viários e a crescente indústria do turismo.

O Agreste é uma faixa de transição, ocupada, na sua maior parte, por minifúndios com culturas de subsistência e pecuária leiteira. Em algumas áreas, encontram-se grandes cultivos, além de uma significativa pecuária de corte.

A terceira zona, o Sertão, está localizado mais no interior, apesar de em algumas áreas se estender até o litoral, como nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. O clima é o semi-árido, apresentando chuvas escassas e mal distribuídas. A temperatura atinge os 40°C e a ensolação média anual é de 2.800 horas, provocando elevados índices de evaporação. A vegetação típica é a caatinga e a atividade econômica é bastante incipiente.

Geologicamente, o Nordeste é formado de *bacias sedimentares e terrenos cristalinos*. De acordo com estudos da SUDENE, as áreas de rochas cristalinas constituem 40% da região e apresentam duas caracterís-

ticas básicas: baixa vazão das águas subterrâneas, 2.000 l/h por poço, e alto nível de salinidade, de 2.000 a 3.000 mg/l, índice acima do aceitável para consumo humano e para utilização na agricultura irrigada.

É nas áreas das bacias sedimentares que residem as maiores esperanças para ajudar a solucionar o problema nordestino. Ainda de acordo com a SUDENE, o potencial chega a 1 bilhão m³/ano de água com qualidade para todos os fins e, apesar da profundidade média ser de 100 m, os poços apresentam grande produtividade com vazão média de 10.000 l/h.

A hidrografia da região é pobre. No semi-árido, apenas os rios São Francisco e Parnaíba são perenes; os demais possuem escoamento durante 2 a 3 meses no ano. Nas áreas mais críticas, de regime pluviométrico mais desfavorável, chega a 97% o índice de evaporação do volume de água precipitada.

A Seca

A estiagem ou "seca", como é mais conhecido esse fenômeno, não se caracteriza pela ausência de chuva,

mas, sobretudo, pela irregularidade temporal, espacial e volumétrica das precipitações pluviométricas no semi-árido nordestino. Quase a totalidade do interior encontra-se nas faixas de até 800 mm anuais, quando, em uma região normal, o índice de precipitação varia de 1.200 a 2.000 mm. Essa irregularidade, aliada às condições adversas de temperatura, evaporação e solo, forma um quadro realmente desolador.

É mais fácil viver num deserto, onde o homem não alimenta esperanças de ver um dia a chuva cair. Difícil é viver em um lugar onde se sabe que a chuva vem, contudo não se tem certeza de quando, onde e com que intensidade. Por essas razões, a seca deixa de ser apenas um fenômeno ou efeito climático e transforma-se na principal causa de um grave e duradouro problema sócio-econômico, impondo ao povo do semi-árido nordestino uma vida dramática, quase insuportável.

Esse fenômeno tem a idade do descobrimento do Brasil. Alguns autores apontam 1559 como o ano em que ocorreu a primeira seca. Porém, o importante é destacar que, nos últimos dois

séculos, a sua incidência vem aumentando. O desmatamento desordenado, a agricultura predadora e fenômenos do tipo "El Niño" têm contribuído para o incremento da estiagem.

Em consequência desses fatores, a área atingida pelas secas, conhecida como *polígono das secas*, vem aumentando a cada ano. O referido polígono, criado em 1936, no governo Getúlio Vargas, abrange, nos dias atuais, quase 52% do território nordestino. Corroborando esse dimensionamento, as secas de 1979/82 e 1989/92 atingiram 1510 municípios, afetando vinte e um milhões de pessoas, conforme levantamento da SUDENE.

Durante quatro séculos muitas foram as providências governamentais para amenizar o problema, porém nenhuma com a seriedade e a eficiência necessárias. A partir da criação da SUDENE, no governo Juscelino Kubitschek, as ações foram incrementadas e vários projetos desenvolvidos. Contudo o saldo continua altamente negativo.

Efeitos da Seca

Mesmo com todo conhecimento tecnológico, adqui-

rado pelo homem nas últimas décadas, ainda é impossível controlar os fatores climáticos que provocam os longos e irregulares períodos de seca. Esses fatores refletem-se negativamente nas atividades econômicas e no atendimento às necessidades básicas da vida, pon-do em risco a própria sobrevivência do homem sertanejo.

No campo psicossocial, os efeitos são assustadores, considerando-se a migração, talvez, o principal deles. O Nordeste participa, hoje, com 28,9% da população brasileira, quando no início do século esse número era de 46,1%. A população urbana passou de 23,42%, em 1940, para 60,64%, em 1991.

O fluxo migratório, seja para o litoral, seja para outras regiões do Brasil, provoca a desagregação de famílias e núcleos urbanos, além de causar o inchaço das metrópoles e os graves problemas sociais dele decorrentes. Para os que no sertão permanecem, o destino não é melhor. O desemprego, a subnutrição, as doenças endêmicas, o analfabetismo e a mortalidade infantil são a sorte do nordesti-

no, persistente e teimoso, que se nega a abandonar a terra natal.

Enquanto no Sudeste a desnutrição afeta 8,1% da população, no Nordeste ela atinge os 27,3%. A mortalidade infantil, no Brasil, em 1992, era de 54 óbitos por mil crianças nascidas vivas, no Nordeste foi de 77 por mil, em 1994. O analfabetismo no País era de 20%, em 1991; a taxa atual do Nordeste é de 38,8%, para a população acima dos 15 anos de idade. Esse é o legado social da seca.

No campo econômico os reflexos são a falta de artigos para consumir e a ausência de consumidores, ou seja, a estagnação da atividade econômica. No século passado, o Nordeste respondia por quase 90% da exportação de algodão; era auto-suficiente na produção de carne e o couro outro expoente de vendas externas.

Os pequenos agricultores são os que mais sofrem as consequências desse processo implacável. Após um período de seca são obrigados a vender suas propriedades, pois não têm condições fi-

nanceiras para recomeçar. Crescem os latifúndios e desaparecem os minifúndios e, na melhor das hipóteses, o pobre torna-se um empregado miserável.

No campo político o efeito é facilmente identificado: a exploração da seca, cujo reflexo natural é a perma-

Enquanto no Sudeste a desnutrição afeta 8,1% da população, no Nordeste ela atinge os 27,3%. A mortalidade infantil, no Brasil, em 1992, era de 54 óbitos por mil crianças nascidas vivas, no Nordeste foi de 77 por mil, em 1994. O analfabetismo no País era de 20%, em 1991; a taxa atual do Nordeste é de 38,8%, para a população acima dos 15 anos de idade. Esse é o legado social da seca.

nência indefinida do quadro anteriormente descrito. E a manutenção do "status quo" a muitos interessa. Favorece aos que estão no poder, pois qualquer obra realizada provoca euforia e admiração da massa ignorante. Ajuda, também, os grupos de oposição, uma vez que os problemas crônicos

serão a mola propulsora de uma eleição já garantida.

Viabilidade da Região

Muitas são as alternativas técnicas e os projetos apresentados para se eliminar o problema da falta de água e amenizar a situação do semi-árido, contudo há um consenso em relação aos aspectos que todos eles devem abordar:

- educação, para o sertanejo aprender a viver em ambiente tão adverso, sabendo tirar da terra a produção dos anos de fartura, armazenando-a para os períodos de escassez;
 - saúde, para um pleno rendimento no trabalho e no processo educacional;
 - geração de empregos através da indústria e da construção civil; política séria de distribuição de terras com apoio técnico-financeiro; investimentos na área de transportes e energia; e obtenção e armazenamento de água para todos os fins.
- O Nordeste é viável e o seu potencial é notável. Para crer, basta conhecer as maravilhas conseguidas na região de Petrolina-PE. É um

belo exemplo de como se pode transformar o semi-árido em uma região de alta produtividade.

ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

No Campo Econômico

Pelo Decreto nº 37.221 de 27 de abril de 1955, foi criado o 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1ª Gpt E Cnst), sediado em João Pessoa-PB, com a missão de construir obras rodoviárias e contra as secas e de adestrar seu pessoal para um eventual emprego em combate.

Após várias modificações ao longo de sua trajetória, o Grupamento possui, hoje, quatro Batalhões de Engenharia de Construção, assim desdobrados: o 1º com sede em Caicó-RN, o 2º em Teresina-PI, o 3º em Picos-PI e o 4º em Barreiras-BA. Atua numa zona que abrange, além dos estados do Nordeste, o sudeste do Pará, o norte de Minas Gerais e o estado de Tocantins.

Observando-se as atividades desenvolvidas pelo Grupamento nas últimas décadas, constatam-se três ciclos de trabalhos: o Ciclo Ferroviário, o Ciclo Rodoviário e o Ciclo de Progra-

mas de Recursos Hídricos.

No Ciclo Ferroviário, as obras realizadas permitiram integrar as capitais do Nordeste à malha ferroviária da região. No Ciclo Rodoviário, importantes rodovias foram construídas, inclusive permitindo a ligação terrestre com a capital do País. No Ciclo de Recursos Hídricos, os esforços se concentraram na procura de soluções para o problema da falta de água, havendo participação na perfuração de poços e na construção de barragens, cacimbões e açudes.

Além das atividades de caráter permanente, o Grupamento muitas vezes foi chamado a participar de programas emergenciais. Nesse particular, destaca-se o Programa de Obras Públicas (POP), criado pelo Governo Federal por ocasião da grande seca de 1979/84, no qual foi prestada assistência a mais de 2 milhões de pessoas, em 217 municípios.

Também merecem destaque os trabalhos realizados na localidade de João Câmara-RN, para enfrentar a situação crítica provocada pelos abalos sísmicos ocorridos naquela cidade. De acordo com o relatório do Grupa-

mento de 1988, foram recuperadas 1.103 residências em alvenaria e construídas 504 casas de taipa.

O mais importante, entretanto, na atividade desenvolvida pela Engenharia de Construção é o seu duplo benefício, pois ao mesmo tempo que cumpre a sua missão constitucional de cunho militar, contribui para o desenvolvimento da região. Dessa forma, o Estado executa duas ações essenciais a um único e baixo custo.

Contudo, vários são os obstáculos que se antepõem ao êxito das ações executadas pela Engenharia de Construção na região nordestina. Apesar de o Comandante do Grupamento representar o Estado-Maior das Forças Armadas no Conselho Deliberativo da SUDENE, a participação do Exército em todo processo restringe-se ao nível de execução. E essa execução depende de convênios firmados com órgãos federais e com os Governos Estaduais de região.

Além disso, a SUDENE, que durante muito tempo foi subordinada à Presidência da República, está vinculada ao Ministério da Integração Regional, com

menos prestígio, menos recursos e menos autonomia. Por sua vez, os estados da região não têm demonstrado interesse em realizar parceria com o Grupamento, preferindo os custos mais elevados das empreiteiras.

De acordo com o relatório do Grupamento de 1995, houve vinte convênios destinados aos quatro batalhões, dos quais apenas dois com Governo Estadual, o do Ceará. Os demais foram realizados com órgãos federais, com valor médio de R\$300.000,00, o que para a construção civil é um valor insignificante.

Além do problema político-financeiro acima abordado, na esfera militar existem outros que podem ser resolvidos, para um melhor aproveitamento das Unidades de Engenharia no Nordeste. Um deles está relacionado com o pessoal civil. Há dificuldades em se preencher as vagas deixadas pelo pessoal que se aposenta, seja pela falta de contratação e mão-de-obra temporária, seja pela defasagem salarial em relação à iniciativa privada.

Com respeito ao pessoal militar, quatro aspectos po-

dem ser destacados: as constantes movimentações, particularmente entre os oficiais; a formação do profissional de engenharia; a valorização da atividade de construção e a estabilidade de cabos e soldados nas funções de difícil formação.

No que tange à formação do oficial de engenharia, constata-se que, entre as décadas de 70 e 90, houve uma redução média de 40% na carga horária de matérias técnicas no currículo da Academia Militar das Agulhas Negras.

No que se refere à valorização do profissional, nota-se, no âmbito do Exército e, em particular, na Arma de Engenharia, uma certa discriminação em relação ao militar de construção. Esse seria um ramo mais relacionado com o meio civil, enquanto a Engenharia de Combate refletiria a verdadeira ação militar.

Em relação à estabilidade de cabos e soldados especialistas, são poucas as vagas destinadas às funções de difícil formação. Quando o militar, após 4 ou 5 anos, está apto para operar uma máquina pesada, é hora de ser licenciado.

No Campo Psicossocial

O Governo Federal, nos últimos anos, desenvolveu programas emergenciais destinados, quase todos, à distribuição de cestas básicas alimentares à população carente, para o que contou com a participação ativa das Unidades do Exército sediadas no Nordeste.

No período de 1990 a 1995, essa participação abrangeu as operações *Gente da Gente I e II*, *Ação Emergencial de Distribuição de Alimentos* (AEDA) e os *Programas de Distribuição Emergencial de Alimentos I e II* (PRODEA). Foram desencadeadas em conjunto com a COBAL, e financiadas com verbas da Presidência ou de Ministérios interessados.

A missão do Exército nessas operações variou desde a segurança de comboios e instalações, até a própria condução de carretas e caminhões, embarque de alimentos e a organização da distribuição. Nesse trabalho, foram consumidos, em média, seis meses de cada ano de instrução.

Se a participação nos programas emergenciais tem sido intensa nos últimos

anos, o mesmo não se pode afirmar das atividades de caráter permanente. Nesse aspecto, os benefícios sociais praticamente se resumem às conseqüências indiretas da formação do reservista. Ao final do serviço militar, e dependendo da função que desempenhou, o soldado alcança um bom nível de qualificação e boas condições de competir no mercado de trabalho.

Porém o percentual de jovens incorporados é reduzido e o benefício atinge, basicamente, as capitais e algumas cidades de médio porte do interior. Como exemplo, pode-se citar a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Em 1995, alistaram-se cerca de 7.000 jovens, dos quais apenas 350 foram incorporados, representando 5% de aproveitamento do contingente disponível.

Como extensão do trabalho indireto desenvolvido pelas Organizações Militares (OM) em prol da sociedade, pode-se citar o caso dos Tiros-de-Guerra (TG). Sendo uma solução tipicamente nacional, para ampliação do Serviço Militar e da ação de presença do Exército, os TG têm, entre

seus objetivos gerais, preparar cidadãos interessados no sucesso de suas comunidades e preparar reservistas aptos a desempenhar tarefas limitadas, na paz ou na guerra, nos quadros de Defesa Territorial e Interna, Ação Comunitária e Defesa Civil.

No Nordeste, são 64 TG distribuídos por todos os estados, com um efetivo variando entre 50 e 150 atiradores em turmas anuais e semestrais. Em 1995, havia, na região nordestina, um total de 5.000 atiradores, de acordo com dados fornecidos pelas Regiões Militares (RM) sediadas no Nordeste.

Os atiradores têm, em média, 12 horas semanais de instrução – duas horas de segunda a sábado, normalmente das 05:30 às 07:30 horas da manhã. O sistema visa a liberar o jovem para o trabalho autônomo ou empregatício, no restante do dia. Porém, a carência de vagas no mercado de trabalho e as condições adversas para a agricultura prejudicam a consecução desse objetivo.

Outra atividade desenvolvida por algumas poucas OM, em caráter voluntário e com excelentes reflexos para o progresso sócio-cul-

tural da região, é a constituição dos chamados Pelotões-Mirins. O Exército participa do convênio, fornecendo instalações, alimentação, assistência médico-odontológica e ministrando algumas instruções voltadas para a formação física e moral. O governo, municipal ou estadual, contribui com o material escolar e didático e com a designação dos professores.

Do exposto, nota-se que a participação do Exército em programas permanentes é quase nula. Vários são os fatores que contribuem para essa situação e, talvez, o mais importante seja a mentalidade existente. Para a maioria dos militares, esse tipo de atividade não é compatível e nem condizente com a missão constitucional da Força Terrestre.

Considera-se que não é responsabilidade do Exército a execução dessas tarefas e que elas apenas atrapalham a atividade-fim. E, ainda, que o profissional das armas não pode conciliar a preparação para o combate com as atividades assistenciais, como se o soldado não pudesse também salvar vidas.

Outro fator que dificulta a execução das ações perma-

nentes é a simultaneidade das atividades desenvolvidas pelas Unidades Militares. Apesar da constante e crescente participação nas ações subsidiárias no Nordeste, ainda não se alterou o programa de instrução das OM ali sediadas. A missão é a mesma, seja em um batalhão do Sul ou do Nordeste, fato que concorre para algumas deficiências no desempenho de ambas as atividades.

Porém esse quadro pode ser facilmente alterado. Necessita-se apenas de algumas pequenas mudanças na estrutura da Força Terrestre e na política governamental, nos três níveis, e uma profunda alteração na mentalidade do público interno do Exército.

PROPOSTAS PARA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO

No Campo Econômico

Podem-se agrupar as propostas em dois blocos de providências: no âmbito interno do Exército e no âmbito governamental.

Em relação às medidas da Força Terrestre, uma das primeiras atitudes que merecem ser tomadas é a mudança de mentalidade do

público interno. Há que se encarar as obras de cooperação como atividades das mais honradas e dignas para o militar da Arma de Engenharia. E essa mudança começa, necessariamente, nas escolas de formação.

É também essencial repensar os currículos dessas escolas. A carga horária das matérias relacionadas com a atividade de construção merece um considerável acréscimo. Outra forma de se conseguir uma melhor eficiência técnica é a criação de cursos de especialização, nos moldes dos já existentes para os profissionais de Comunicações e Material Bélico. Após concluído o curso, o militar teria determinado tempo mínimo de permanência em uma Unidade de Construção.

Da mesma forma, se faz necessário um maior estímulo ao profissional de construção. As recompensas, sejam pecuniárias ou profissionais, valorizam os trabalhos desenvolvidos. Por exemplo, uma condecoração, similar à do Serviço Amazônico, pela quilometragem de rodovias construídas ou pela quantidade de cacimbões e poços perfurados.

Em relação à articulação e estrutura dos Batalhões de

Engenharia, não há dúvidas de que a região necessita de um Batalhão Ferroviário, pois o trabalho desenvolvido nas décadas de 50 e 60 ainda está por ser concluído e ampliado. No que se refere aos batalhões já existentes, é necessário que sejam transformados em Tipo III, isto é, com três Companhias de Engenharia de Construção.

Contudo, não basta que o efetivo seja aumentado. A mais alta prioridade deve ser dada a esses batalhões, quando do nivelamento de efetivos no âmbito do Exército Brasileiro. É importante, também, o aumento das vagas oferecidas para a estabilidade de cabos e soldados, evitando-se, assim, a alta rotatividade e o consequente decréscimo no rendimento dos trabalhos.

Todas essas medidas porém deixarão de surtir o efeito desejado, se não houver uma campanha do Exército Brasileiro, ressaltando as possibilidades da Engenharia Militar e a economia de recursos que o seu emprego pode gerar. Ela deve atingir os dirigentes, os congressistas e, sobretudo, a população. Só assim as verbas estarão garantidas.

Em relação às providências de âmbito governamental, a primeira e a mais importante medida a ser tomada é a institucionalização da participação do Exército no programa de obras para o Nordeste, através da destinação de recursos específicos no Orçamento da União. A decisão sobre as obras a serem executadas continua com o Governo, porém a continuidade da execução não mais dependerá da boa vontade dos escalões intermediários.

Muito se fala de concorrência com empresas civis. Não é o caso, pois os batalhões não têm essa capacidade e nem pretendem competir com as empreiteiras. O que se deseja é o aumento dos benefícios para todos: economia de recursos por parte da União; continuidade da obra até o seu término; qualidade do serviço realizado; absorção de mão-de-obra em regiões sem atrativo para a iniciativa privada; maior motivação e melhor adestramento do pessoal militar.

As obras devem ser de pequeno e médio porte e, de preferência, localizadas nas áreas de responsabilidade dos batalhões, o que dimi-

nui os custos e ameniza o problema de deslocamento a grande distância da sede. Isso, no entanto, poderia ocorrer quando da participação em grandes obras. O Exército pode também participar dos empreendimentos governamentais em atividades de fiscalização, supervisão e gerenciamento.

No Campo Psicossocial

A atuação do Exército nesse campo tem se intensificado bastante nos últimos anos, tornando-se quase permanente e absorvendo a maior parte das Unidades, operacionais ou não, sediadas no Nordeste. A questão principal é como conciliar as ações complementares com o cronograma de instrução imposto pelos órgãos de planejamento.

• Reestruturação da Força Terrestre

Em decorrência da Nova Ordem Mundial, consequência imediata do fim da Guerra Fria, e da atual situação sócio-econômica do Brasil, o Exército tem reformulado seus planejamentos para o final do século, estabelecendo objetivos gerais condizentes com a realidade brasileira.

Um deles é a criação dos "Núcleos de Excelência". Esses núcleos serão constituídos pelas Escolas, Centros de Tecnologia e Unidades criteriosamente escolhidas para compor as Forças de Pronto Emprego.

Coerente com essa realidade e para a completa harmonia entre as atividades militares e as ações complementares, a serem desenvolvidas pelas Unidades não componentes da Força de Pronto Emprego e da Reserva Estratégica, falta apenas a reformulação do período e do programa de instrução.

A proposta é reduzir o período de formação do reservista para seis meses, englobando a Fase Básica, Fase de Qualificação e um curto Adestramento de 15 dias, voltado para as prioridades de emprego no Nordeste. Nos seis meses seguintes, e ainda vinculados ao Ministério do Exército, os reservistas participariam de ações complementares, particularmente nas localidades mais carentes, enquanto os profissionais estariam voltados para a manutenção dos padrões.

O programa seria considerado como um Serviço Militar Complementar, ao

invés do Serviço Militar Alternativo, e seria desenvolvido mediante convênio com órgãos federais, estaduais e municipais, favorecendo a relação custo-benefício e trazendo vantagens para todos. O Governo e a população ganhariam um excelente reforço, para a execução dos programas sociais, e o Exército manteria a sua presença intocada, economizaria recursos e melhoraria ainda mais a sua imagem junto à população.

• *Programas emergenciais*

Um outro objetivo geral previsto no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) é o apoio às comunidades carentes e ao desenvolvimento sócio-econômico do País.

Com a implantação da proposta apresentada no item anterior, a consecução desses objetivos seria mais exitosa e a participação nos programas emergenciais ficaria facilitada e menos prejudicial à instrução. Os profissionais estariam conscientes e motivados para participar de ambas as atividades. Alguns estariam voltados para as ações complementares, em princípio pessoal contratado, e os demais

direcionados especificamente para a formação da reserva mobilizável. As atividades dos primeiros seriam coordenadas por uma Seção de Defesa Civil a ser criada em cada OM.

• *Programas permanentes*

Mediante convênio com órgãos governamentais, nos seis meses do Serviço Militar Complementar, os soldados atuariam com agentes comunitários, particularmente nas áreas da educação e da saúde. Devidamente orientados e treinados por especialistas civis, desenvolveriam seu trabalho divididos em turmas distribuídas por municípios previamente selecionados.

O programa, semelhante ao Projeto Rondon e ao Programa Universidade Solidária, teria seus custos divididos pelos conveniados. A orientação e o acompanhamento técnico ficariam a cargo dos órgãos civis, enquanto a supervisão e a fiscalização sob a responsabilidade do Exército, através da Seção de Defesa Civil, auxiliada pelos Tiros-de-Guerra e Delegacias do Serviço Militar.

Outro programa bastante produtivo e perfeitamente viável diz respeito aos

Tiros-de-Guerra. Nos três primeiros meses, a parte da manhã seria destinada à instrução militar – 2 horas – e as aulas complementares – 3 horas – abrangendo assuntos como saúde, educação, agricultura, assistência social e meio ambiente. Após esse período inicial, os atiradores passariam a aplicar os ensinamentos adquiridos, em prol da comunidade.

Pelo trabalho desenvolvido no município sede e na região circunvizinha, os Atiradores passariam a receber uma ajuda de custo, devidamente rateada entre os conveniados. Pelos dados atuais, seria um exército de 5.000 agentes comunitários atuando no Nordeste. Além disso, na criação de novos TG seriam priorizados os municípios mais carentes.

Além da criação dos programas permanentes acima apresentados, há necessidade de se incrementar outros já existentes. Os Pelotões-Mirins, por exemplo, deveriam ser de caráter obrigatório para todas as Unidades sediadas no Nordeste, não componentes da Força de Pronto Emprego.

Da mesma forma, merece especial atenção o programa denominado “Rio

Criança Cidadã”, programa realizado mediante convênio e que se destina a promover atividades relacionadas ao desenvolvimento do menor carente, no que se refere ao aprendizado profissionalizante.

A primeira vista, pode parecer que as propostas apresentadas sejam um pouco revolucionárias. Ao contrário, são simples e fáceis de serem implementadas e de baixo custo, tanto para os três níveis de Governo quanto para o Exército. A sua adoção depende da vontade política da classe dirigente e da mudança de mentalidade em vigor na Força Terrestre.

CONCLUSÃO

A seca, consequência de fatores climáticos e ambientais, tornou-se, ao longo dos anos, um fenômeno com reflexos sócio-econômicos devastadores para a região nordestina, em especial o seu semi-árido.

Para evitar o pior, a morte, os programas emergenciais são importantes. Contudo, o que pode trazer uma solução definitiva são os programas permanentes, com objetivos de médio e longo prazos. Para isso são

necessárias, acima de tudo, vontade política e continuidade nos projetos, independente da corrente partidária que esteja no poder.

Nesse contexto, a contribuição do Exército Brasileiro para o desenvolvimento da região nordestina tem sido significativa, em particular nas atividades ligadas ao campo econômico. Em relação ao psicossocial, a participação do Exército se resume basicamente aos programas emergenciais, pois pouco se tem feito em apoio aos programas permanentes. Restringe-se a uma contribuição de forma indireta, através da qualificação dos reservistas que anualmente retornam à vida civil.

As propostas apresentadas para reverter esse quadro são de fácil aplicação e sem custos para a Instituição. Vai desde a mudança de mentalidade sobre as ações complementares, até a reestruturação das Unidades Militares sediadas no Nordeste, passando pela reorientação dos TG e pela implantação de ações humanitárias no interior dos quartéis.

É importante ressaltar que não se deseja desviar a Força Terrestre de sua missão primordial. Ao contrário, é

necessário um Exército cada vez mais capaz, moderno e profissional. Contudo fica difícil de se imaginar um exército de primeiro mundo, num país onde o maior inimigo são a fome, a miséria, a doença e o analfabetismo, ou seja, a grave dívida social. O Exército e a Nação têm que caminhar juntos, ombro a ombro e de passo certo.

O Nordeste precisa de ajuda, o mesmo Nordeste que serviu de berço para o Exército e para a Nacionalidade Brasileira. É possível ajudá-lo. É perfeitamente compatível o adestramento para o combate com a execução de ações complementares de caráter permanente, até quando forem necessárias.

Só assim teremos, num futuro mais próximo, um Exército moderno, eficaz e totalmente coerente com uma Nação social e economicamente desenvolvida.

Lembrando o grande General Osório, na interpretação do autor deste ensaio, pode-se augurar que *não se envergonhe o profissional das armas em sair da caserna para ajudar o povo pobre e necessitado, a fim de que esse mesmo povo não se lamente em chamá-lo de irmão.*



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL 1995. São Paulo, 1995.

ALMEIDA, José Américo de. As Secas do Nordeste. 2ª ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1981, 35 p.

BRASIL. Portaria do Ministro de Estado do Exército nº 70 de 12 de fevereiro de 1993. Aprova a Diretriz para implantação do Programa de Desenvolvimento de Tiros-de-Guerra. Noticiário do Exército nº 8581, p. 2-3, 25 fev. 1993.

COELHO, Jorge. Indústria das Secas. Petrópolis: Vozes, 1985.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES (COTER). Diretriz para emprego do Exército na Operação Real Plus. Brasília, 1994.

COMANDO MILITAR DO NORDESTE (CMNE). Atividades Complementares do CMNE. Recife, 195.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. Uma Reavaliação dos Batalhões de Engenharia de Construção. Rio de Janeiro, 1990.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). Organização e principais atividades do EME. Brasília, 1995. Palestra.

1ª GRUPAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (1ª Gpt E Cnst). Atividades do 1ª Gpt E Cnst. João Pessoa, 1994.

PROGRAMA RIO CRIANÇA CIDADÃ. Verde – Oliva, n. 141, p. 17-19, out/nov/dez. 1994.

7ª REGIÃO MILITAR (7ª RM). Plano Regional de Instrução para os Tiros-de-Guerra da 7ª RM – Biênio 1994/95. Recife, 1994.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste, 1992-1995. Recife, 1992.

_____. Relatório do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA). Recife, 1993.

Oceano Índico: Globalização¹

Therezinha de Castro*

Estudo do Oceano Índico. Apresenta uma síntese de suas características geográficas e geopolíticas, ressalta seu importante papel na evolução histórica do Mundo e sua inserção na fase multipolar das concorrências, da globalização e da regionalização que ele assume na atualidade.

Costuma-se dizer que o Mediterrâneo foi o oceano do passado e o Atlântico o do presente; O W. Freiman garante que será do Pacífico o futuro – o Índico. Onde enquadrá-lo?

Antigo *Mar das Índias*, situa-se entre a Ásia e a África, *amplamente aberto* no setor meridional para as águas antárticas, caracterizando-se, no norte, pela *intra-continentalidade*. Essa última característica valeu-lhe, entre os antigos, a idéia de nada mais ser do que um *vasto golfo do Oceano Austral*.

Se considerarmos como existentes os Glaciais Ártico e Antártico ou aceitarmos, como alguns geógrafos, apenas três oceanos distintos – Pacífico, Atlântico e Índico, este último, *o menor de todos*, fica reduzido, no primeiro caso, de acordo Vallouax, a uma área de 42.379.000 km² atingindo, no segundo, 75.000.000 km².

Enquanto o Atlântico apresenta-se com a forma de um “s” e o Pacífico vagamente circular, o Índico evoca a *imagem de um “w” invertido*, ou de *imenso golfo com dois braços* – o Mar de Oman e o Golfo de Bengala, separados pela Península Indiana.

Enquanto o Pacífico e o Atlântico se abrem para os

pólos, o Índico o faz unicamente para a Antártica, o que lhe concede *um regime de ventos muito especial favorável a navegação*. Trata-se da *monção*, do árabe “*mawsim*” – significando originalmente mercado – fenômeno essencialmente sazonal, produzido em períodos fixos.

Existem, assim, duas monções distintas: a que sopra do Índico para a África Oriental, de outubro a abril, e a do Sudeste, ou do Verão, seguindo na direção oposta, de junho a setembro.

Geralmente benfazejas, as monções conseguem, por vezes, causar desastres como inundações na Índia, quando de sua inversão, enquanto uma monção sucede

* Professora do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

a outra, provocam violentos ciclones no Mar de Oman e no Golfo de Bengala.

No seu setor equatorial, o Índico é percorrido pelos *alísios e contra alísios*. Esses últimos, no hemisfério sul, causam ciclones e tempestades nas imediações de Madagascar, onde Bartolomeu Dias, regressando da viagem de posse oficial do Brasil (1500), encontrou a morte. Já os alísios, soprando ao norte do equador, são mais favoráveis à navegação, sendo por isso chamados de *ventos do comércio*.

A despeito de tudo, o Índico é o *mais clemente de todos os oceanos* e, para os navegadores, seu verdadeiro centro foi sempre a Índia que, por se constituir no eldorado dava, no plural (Índias), o próprio topônimo a toda a Ásia, no período que antecedeu as conquistas oceânicas das grandes navegações.

PERÍODO DE CONQUISTAS

Antes da chegada dos portugueses, os árabes eram, na prática, os donos absolutos do comércio na parte ocidental do Índico. Mantinham contacto com os

chineses e malásios, que não os impediam de manter entrepostos de especiarias no Estreito de Málaca, e até penetrar nos mares da Insulíndia, já no Pacífico.

Justifica-se, assim, ter sido *Ahmad Ibn-Madjid*, natural da cidade de Djulgar, em Oman, o célebre *piloto árabe que guiou Vasco da Gama*, em 1498, de Melinde a Calicut, experiente que era desde a adolescência a cortar o Índico em todas as direções.

A *caravela* que La Varenne classificou como *o pequeno navio-rei do século XV*, propiciou, aos portugueses, a conquista do Índico, onde tiveram que enfrentar sérios conflitos com a pirataria e, em consequência, elaborar uma estratégia para assegurar posições-chave nessas águas. Estratégia que levaria os portugueses chegando à Índia, a expulsarem de lá os árabes, para substituí-los no domínio do Índico e de todo o comércio oriental. A ação planejada por Afonso de Albuquerque, em autêntica *visão oceanopolítica*, que começou com a implantação de Goa e assinaturas de Tratados com soberanos estabeleci-

dos em áreas importantes para o comércio.

As posteriores lutas contra hindus e turcos otomanos não impediram que os portugueses se estabelecessem em Goa, Diu, Damão, Salsette, Basein, Chaul, Bombaim e Ilha de Ceilão. Nessa ilha, com 65.610 km² que aponta para a Índia, Colombo, com Goa de um lado e Málaca do outro, iria se constituir no *dispositivo essencial português no Índico*.

Na ocupação de pontos estratégicos incluiu-se a *Passagem do Cabo*, e, na contra-costa, ou seja, na África Oriental, onde a situação portuguesa foi sobretudo precária pela presença maciça dos árabes, Moçambique seria o principal ponto de apoio. Na famosa "*Costa dos Piratas*" do Mar de Oman os portugueses se fortificaram no Estreito de Ormuz. No Extremo Oriente, fora do Índico, já na área do Pacífico que, em Tordesilhas (1494), dividiam com os espanhóis, ocuparam as ilhas da Insulíndia, entre as quais o leste de Timor; no continente, Cantão e Macau e, no maior extremo, as Molucas, talvez o mais rico empório de especiarias da zona.

Foi a fase áurea do *período comercial português*, em aparato de implantação de poder naval com base no Oriente, em colonização oficial essencialmente *periférica*, que se estendeu de 1498 até 1549. Durante todo esse período, já na posse oficial dos portugueses desde 1500, o *Brasil* seria precariamente mantido pela *colonização particular periférica*.

A fundação de Salvador (1549) e conseqüente criação do Estado do Brasil unido ao Reino de Portugal e Algarve, mudando os paradigmas portugueses (de comerciantes para agricultores) assinala o início do revés desse povo no Índico.

Concluimos, pois, com Virgílio de Carvalho, que *nomeadamente Portugal foi quem descobriu e utilizou em primeiro lugar a importância estratégica dos Choke Points (regiões de convergência obrigatória de rotas oceânicas), em cujo controle o genial Afonso de Albuquerque alicerçou o império ultramarino português, e que os Estados europeus,*

que séculos depois lhe copiaram a estratégia, utilizaram para fim idêntico.

FASE DAS CONCORRÊNCIAS

O monopólio português no Índico deixaria de ser mantido a partir de meados do século XVI, no momento em que esse espaço oceânico, elo de ligação Europa/Ásia, entrava na mira dos mercadores de Antuérpia e Amsterdam, bem como nos planos dos governos de Paris e Londres.

Era o caso da bipolaridade Espanha/Portugal e advento da fase transitória da multipolaridade Holanda/França/Inglaterra, que teria, além das Américas, também o Índico como uma das arenas.

A *tática holandesa*, iniciada em 1597, contra pontos de apoio portugueses, seria em *geoestratégia inversa*, ou seja, em vez da Índia, a *Indonésia*, centro ativo do comércio das especiarias. Em 1602, se estabeleciam em *Bantan*, na Ilha de Java, ocupavam *Málaca*

(1641), o Ceilão (1658) e, só então, fechavam o circuito no *Cabo* (1668).

Os franceses, como os espanhóis bem mais afeitos ao Poder Terrestre, haviam constituído, desde 1642, a Sociedade do Oriente, ou de Madagascar; mas só em 1668 instalavam, em Surate, na Índia, sua primeira feitoria – nessa mesma Índia onde, no mesmo ano, se impunha o *dualismo anglo-francês, com a ocupação de Bombaim pelos ingleses*.

O Congresso de Viena (1815) marca o início da *talassocracia da Inglaterra no Índico* que, do Cabo da Índia e do Ceilão atingia a Austrália. Destaca-se então a *conquista da Índia*² como acontecimento inédito, já que, pela primeira vez, uma nação européia conseguia subjugar por completo um grande Estado asiático.

Estava decretado o *fim do monopólio*, desapareciam as companhias de comércio, enquanto se impunha a nova burguesia da revolução industrial substituindo a burguesia mercantil. As *feitorias* instaladas para o comércio das especiarias vão sendo substituídas por *colônias de povoamento*, com destaque, entre essas, nos dois

² Muito embora tenham os portugueses mantido Goa, Diu e Damão e os franceses Pondcherry, Karikal, Chandernagor, Mahé e Yanaon, em 1877 a Rainha Vitória tomava o título de Imperatriz das Índias.

extremos do Índico, *para a África do Sul e a Austrália.*

Entrava-se na era da *navegação a vapor e a primeira travessia do Índico* pelo "Enterprise", em 1825, levou, via passagem do Cabo, entre Falmouth e Calcutá, 113 dias.

A abertura dos portos chineses ao comércio estrangeiro e a entrada no mesmo dos *Estados Unidos* põem em ação a utilização dos *clippers*, propiciando efetuar o trajeto ainda mais longo entre Inglaterra e Austrália, via passagem do Cabo, no tempo recorde de 70 a 65 dias.

A descoberta do ouro na Califórnia (1848) levava os Estados Unidos a darem maior preferência a *rota do Pacífico via Cabo Hornos*. Ao mesmo tempo em que o *advento das ferrovias transcontinentais* uniam América do Norte, Europa, Ásia, num enlace Atlântico/Pacífico e vice-versa, a longa navegação pelo sul, via Passagem do Cabo, ou Cabo Hornos, iria ser contornada pela abertura de dois canais artificiais: Suez (1869) e Panamá (1914).

A abertura de Suez seria acontecimento de valor con-

siderável na História do Índico: primeiro por impor, em definitivo, o termo *Oriente Médio*, dando-lhe, em seguida, lugar no âmbito das Relações Internacionais, quando o *petróleo* suplantou o uso do carvão; segundo, por implantar um *novo colonialismo europeu*, onde a África e a Ásia são envolvidas pelo expansionismo também germano-italiano; e terceiro,

integração da área circumscrita no Índico, desde o Trópico de Câncer ao de Capricórnio, dentro do contexto europeu. O que levaria René Grousset a indagar: *Os europeus que atualmente dominam, controlam ou controlam 870 milhões de asiáticos e muçulmanos africanos, conservarão sobre eles, ainda por muito tempo, a sua hegemonia?*

DESPERTAR GEOPOLÍTICO

Antes da Primeira Guerra Mundial, só existiam oito Estados soberanos na África e na Ásia e, dentre esses, apenas o Japão era visto seriamente como uma potência.

No período de entre-guerras, quando Grousset fazia sua indagação, nessa área do Índico, entre Câncer e Capricórnio, já começara a se impor a *antítese Oriente/Ocidente*.

Em 1922, havia terminado o protetorado inglês no Egito. Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, ficavam independentes a Indonésia (1945), a Índia e o Paquistão (1947), o Ceilão e a Birmânia (1948), enquanto a China se tornava comunista (1949).

Retiravam-se as metrópoles européias e, no seu despertar geopolítico, o *Índico era incluído no contexto da Guerra Fria*, para

por conceder acesso a esse oceano *duas opções*, a do Cabo e Suez, destacando não só os estabelecimentos portuários do Oriente, mas também as escalas secundárias africanas de East London, Port Elisabeth, Durban, Lourenço Marquez, Beira, Dar-es-Salaam, Mombaça, Djibuti, Tamatave e Diego Suarez.

Era, em conjunto, dentro do enfoque geopolítico, a

se transformar no tabuleiro do jogo de xadrez da nova bipolaridade Estados Unidos/União Soviética.

Os 29 governos afro-asiáticos que se encontravam em Bandung (1955), na Indonésia, mostravam *a mudança que se operava no mundo ainda colonizado*. Antes da Primeira Guerra Mundial, só existiam oito Estados soberanos na África e na Ásia e, dentre esses, apenas o Japão era visto seriamente como uma potência. No mundo afro-asiático, incluindo-se os domínios árabes do Império Otomano que se desmoronou em 1918, predominavam regimes ou influências de países da Europa, dos Estados Unidos e da Rússia.

Bandung pregava *a não-alinhamento e anti-colonialismo* e reações contra a conclusão da OTASE (Organização dos Tratados da Ásia e Sudeste Asiático),³ instrumento de defesa coletiva contra a expansão comunista, imitando a OTAN.

Assim, *a Conferência Afro-Asiática de Bandung*, espécie de *Santa Aliança*

Oriental, procurou unir o *Índico de Câncer*, a fim de eliminar os últimos vestígios do colonialismo europeu dentro dos princípios do *Panch Shila*, ou seja, os cinco tópicos sagrados da coexistência pacífica. Mas deixava o *Índico de Capricórnio* para mais tarde, com a descolonização prematura imposta pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

A partir de 1990, se desfazia o Eixo Leste/Oeste, dinamizado pela bipolaridade entre o Kremlin e o Pentágono. Começam a se implantar os *Eixos Norte/Sul*, na multipolaridade de blocos econômicos centrados em três Estados diretores: Estados Unidos, Alemanha e Japão.

E, nessa nova fase *multipolar* das concorrências e *globalização* procura se contrapor ou atenuar um esboço de *regionalização*, que, em 1951, preconizava o geógrafo inglês W. Kirk, para os países do Índico, numa autêntica *comunidade oceânica*, em vista da *complementaridade entre os*

mundos de Câncer e de Capricórnio.

O regionalismo no Índico procura tomar nova forma na Conferência realizada em março de 1995 na Ilha Maurícia, que recebeu o nome de *Indian Ocean Rim Initiative International Meeting of Experts*, da qual participaram Austrália, Índia, Indonésia, Filipinas, Malásia, Singapura, Tailândia, Brunei e Vietnam.⁴

Esse movimento de aproximação, dentro dos moldes de cooperação internacional e segurança coletiva idealizado após a Guerra do Golfo, lembra, sobremodo, a ZCPAS (Zona de Cooperação e Paz no Atlântico Sul) organizada em seguida à Guerra das Malvinas.

Na primeira reunião da Ilha Maurícia, os representantes dos 7 Estados destacaram entre seus objetivos principais:

- o da existência de uma *História comum*, envolvida por interesses comerciais e econômicos que extrapolou o escalão regional para se envolver no mundial;

- o de buscar, numa cooperação, utilizar melhor seu *potencial humano*, *valorizando a exploração dos*

³ Reunindo França, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Paquistão e Tailândia.

⁴ Destacando-se que, no grupo Brunei, Filipinas e Vietnam não são países do Índico.

recursos naturais do Índico;

- o de ter sempre por base o respeito à *soberania dos Estados*, sua integridade territorial, não intervenção em questões internas e coexistência pacífica;

- o de não abrir mão das *relações bilaterais ou multinacionais*, estendendo o fórum a todos os Estados ribeirinhos.

Criava-se, então, um grupo de trabalho para lançar as bases de um órgão permanente, o *Indian Rim Business Forum*.

Para a *Austrália*, o Oceano Índico foi sempre mais presente no seu contexto geoestratégico associado a segurança e desenvolvimento de seu comércio, em face do tráfico marítimo bem mais ativo que o do Pacífico. Daí a escolha da cidade australiana de *Perth*, para sede da 2ª reunião, em junho de 1995, na qual, já 23 países⁵ compoem o IFIOR

(*International Forum on Indian Ocean Region*), organizavam uma lista de 26 *Organizações afeitas ao projeto Índico*.

A Austrália tem, como meta principal, a criação do *Economic Working Group* para maior dinamização da cooperação entre os países ribeirinhos do Índico, propondo-se a instalar o *New Indian Ocean Center*, em Perth, para que seu governo possa prosseguir com o diálogo na região.

A terceira conferência, realizada em dezembro de 1995, em Nova Deli, recebeu o título de *The First Regional Conference of the Indian Ocean Research Network*. Entre as medidas acordadas, se destacaram a de se proceder a um *zoneamento econômico do Índico*, para melhor facilitar os contactos na área, e a de se estudar as *tomadas de decisões* conjuntas em face os blocos econômicos mundiais, para sua melhor aplicação entre os países do Índico.

No contexto geral, essas três conferências preliminares fixaram objetivos bem ambiciosos, que contaram com o apoio dos *três importantes países envolvidos na*

geoestratégia triangular do Índico: a Índia, a África do Sul e a Austrália.

A Índia, no vértice da *espinha dorsal oceânica*, envolvida pelas reentrâncias do Mar de Oman e Golfo de Bengala, é a 7ª potência naval do Mundo. Seu comércio se realiza, em cerca de 90%, pelo mar e sua *Marinha Mercante* é, após a da China, das mais ativas no antigo Terceiro Mundo. Ocupa o *epicentro do setor continental envolvido no Trópico de Câncer*, onde havia 1/4 da humanidade.

A bioceânica *África do Sul*, no ângulo ocidental da base do triângulo geoestratégico, comanda a preciosa rota da *Passagem do Cabo*; daí haver sido o bastião dos ocidentais durante a Guerra Fria, também como detentora de *grandes reservas mundiais de produtos estratégicos* – platina (80,8%), manganês (70,8%), ouro (53,5%), vanádio (47,1%), cromo (46,4%) e urânio (16%). Ela divide a longa esteira oceânica com a bioceânica *Austrália*, dominando o ângulo oriental da base do triângulo geoestratégico. Bem mais voltada para o Índico do que para o Pacífico, participa

⁵ Austrália, Bahrein, Bangladesh, Índia, Indonésia, Iran, Quênia, Kuwait, Madagascar, Malásia, Maldivas, Maurícia, Moçambique, Oman, Paquistão, Arábia Saudita, Seychelles, África do Sul, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Emirados Árabes Unidos e Iemen.

ativamente da circulação marítima dentro do contexto *transoceânico*. Destaca-se, ainda, na geopolítica do Índico, por controlar as *Ilhas Coco*,⁶ na rota do petróleo proveniente do Golfo.

As *rotas oceânicas* do Índico não apresentam obstáculos entre o triângulo geoestratégico formado pela África do Sul, Índia e Austrália. No entanto, contrastam com a *ampla Passagem do Cabo* tendo, de um lado, a Antártica e, de outro, a *África do Sul*, servida pelas *Cidades do Cabo* (Atlântico) e *Porto Elizabeth* (Índico), os estreitos que mantêm a comunicação bem mais controlada para o Pacífico.

Nesse setor oriental, o posicionamento do *Estado-Ilha de Singapura* é caminho direto e mais rápido para o sudeste asiático entre o Índico e o Pacífico, no controle do *Estreito de Málaca*, com 15 km de largura, mas de menor profundidade que o mais meridional *Estreito de Sonda* (150 a 1.500 metros), no Arquipélago do mesmo nome pertencente a *Indonésia*.

Embora a Carta das Nações Unidas, em seu artigo 51, determine que cada país tem o direito natural de legítima defesa individual ou coletiva, não há, no contexto do Oceano Índico, um Tratado ou Acordo voltado para a geoestratégia regional.

Entre os *organismos concernentes à segurança* podem ser destacados: o ANZUS (Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia); o *Five Power Defense Arrangement* (Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, Singapura); o Conselho Regional dos Países do Golfo (Arábia Saudita, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Oman, Katar), etc.

A Associação das nações do Sudeste Asiático, ou ASEAN, (Brunei, Filipinas, Singapura, Malásia, Indonésia) embora criada para formar, até o ano 2.008, uma zona de livre comércio, pode vir a instituir um quadro de cooperação militar entre seus membros.

Sem poder manter no Índico sua própria presença militar, os países ribeirinhos terão que contar com os *Estados Unidos*, interessados na paz local, como bem ficou demonstrado na Guerra do Golfo.

CONCLUSÃO

O Índico se caracteriza, em seu aspecto geral, como um oceano *largo no seu setor meridional* mas que, acima do equador *penetra em profundidade nas fimbrias continentais*.

No setor *leste*, apresenta *grandes profundidades*, assemelhando-se ao Pacífico. Mas é no *oeste* que reúne maior número de ilhas e arquipélagos que, das *Comores*, chega as *Seychelles*, descendo para as *Maldivas* e *Maurícia*. Em extremos opostos, *Diego Garcia*, posicionada no setor central, e *Socotra*, guardando o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho, tiveram papéis geoestratégicos no contexto da Guerra Fria. A primeira como base dos Estados Unidos e, a segunda, abrigando a frota soviética.

O Índico é autêntico *cruzamento marítimo* entre o Atlântico, o Mediterrâneo e o Pacífico, guardando o *núcleo petrolífero do Oriente Médio* que abastece o Mundo Ocidental. Núcleo bastante instável, quer pelo problema da coexistência entre Israel e Países Árabes, quer por *ajustes de fronteiras* ainda por se fazerem que, além

⁶ Propriedade particular da família Clunies-Roses.

do *separatismo curdo*, em território na trijunção Irã/Iraque/Turquia, ocasionou dois grandes conflitos, o da *Guerra Irã/Iraque* (1980-88) e o da *Guerra do Golfo* (1990-91).

A instabilidade é generalizada nas ribeiras do Índico, afetando por vezes o equilíbrio geoestratégico mundial. Envolve a *Índia e o Paquistão* disputando o *Cachemir*, atinge a *Cornucópia Africana*, onde se desentendem *afars e issas* no Djibuti, enquanto a *Etiópia e o Sudão* procuram englobar o *Deserto de Ogaden*. E, no *Sri Lanka*, onde o governo anda às voltas com o separatismo dos *Sikhs*, conseguiram, no norte da península, se unir, voluntariamente, a *Índia e o Sikim*, em 1975.

Dez anos depois, na *Reunião de Daca* procurava-se formar a *União Sul Asiática*, entre o Bangladesh, Butan, Nepal, Maldivas, Paquistão, Índia e Sri Lanka.

Mesmo em se tratando do desejo de regionalização na base da cooperação mútua para se atingirem metas políticas e estratégicas, nas *três Conferências realizadas em 1995, o futuro do Índico é bastante incerto*.

Tendo em vista o efeito que a *revolução tecnológica* vem exercendo no âmbito das Relações Internacionais, *os espaços geográficos passaram a viver sob o signo das interferências e interdependências*.

Com a implantação dos Blocos de Mercado, com tentativas da *unificação de campos geopolíticos*, o fenómeno da *globalização* reativa a ideologia clássica do *Liberalismo*, num cenário de países que se envolvem em dois mundos opostos. O "Norte" reunindo a industrialização, detentora de tecnologia, procurando impor o *neocolonialismo* ao "Sul" que, "barbarizado" se vê condenado a *mendicância cultural*, visto que a adaptação a essa "Nova Ordem Mundial" traz, no seu bojo, na maioria das vezes, a *desorganização de sua economia*. Daí o paliativo da Regionalização frente a Globalização.

É nesse "Sul" que se concentra 80% da população da Terra, onde Estados desestabilizados são conduzidos a *implosão ou explosão de suas sociedades*. Indica assim a História dos últimos anos que *90% dos conflitos são de origem in-*

terna, caracterizadamente sociais, nacionalistas, étnicos democráticos e fundamentalistas.

Justifica-se pois a vontade que vem se esboçando no Índico de uma *Regionalização que possa vir, pelo menos, a amenizar a Globalização* se impondo num sistema internacional anárquico.

E, nesse contexto, a Demopolítica transforma-se na Biologia das Nações, permitindo aquilatar a integração ou desintegração de uma sociedade através do que se pode convencionar chamar de *Aritmética Geopolítica*. É através dela que se vem registrando um recuo potencial do "Norte" e um crescimento substancial do "Sul".

É na *aritmética geopolítica do Índico* que se somam os 40 milhões de *chineses* vivendo fora de suas fronteiras políticas e exercendo, por vezes posições chave em países da área, a começar pela Indonésia que foi ponto cobiçado pelos antigos colonizadores europeus. São, pois, considerados os *judeus do Oriente* podendo exercer, nas ribeiras desse oceano, influência decisiva no futuro da Grande China.

Esse Oriente, no qual se insere o Índico como ponto de passagem para o Ocidente, abriga *variadas religiões* – confucionismo, tavismo, budismo, hinduismo, sikhismo, zoroastrismo e islamismo, notando-se, entre todas, que o *islamismo* não é tão-somente uma religião e, sim, uma civilização que já se faz notar, não só por seu *processo migratório para o Mundo Ocidental*, bem como pelo *processo político-racial do fundamentalismo*.

E, nesse quadro geopolítico, é provável que a *idéia de bloquear todo e qualquer acesso ao Índico* virá desencadear todo um processo de consequências internacionais, pois esse oceano, embora o menor de todos, mas girando na órbita do “Sul”, tem papel preponderante no âmbito das Relações Internacionais.

Por outro lado, é forçoso concluir que, na cronologia de seu processo histórico, no Índico, o *Nacio-*

nalismo conseguiu vencer o *Colonialismo*, impondo o *despertar geopolítico* no período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial. Passando o período de expectativa e divisionismo imposto pela bipolaridade Leste/Oeste desfeita em 1990, na *fase multipolar de Globalização dos Eixos Norte/Sul*, começa a se delinear, embora muito timidamente, o *Regionalismo no espaço geopolítico do Índico*.



ANEXO 1

PAÍS	CAPITAL	(KM²) ÁREA	(1994) POPULAÇÃO
1 – África do Sul	Cabo/Pretória	1.221.037	40,8 Milhões
2 – Arábia Saudita	Riad/Djidad	2.240.000	16,5 Milhões
3 – Austrália	Camderra	7.682.300	17, Milhões
4 – Bangladesh	Daca	147.570	122,2 Milhões
5 – Bahrein	Manama	69.526	500 Mil
6 – Djibuti	Djibuti	23.200	557 Mil
7 – Egito	Cairo	997.738	55.979 Mil
8 – Emirados Árabes	Abu Dabi	77.700	1,7 Milhões
9 – Eritréia	Asmará	121.144	3,0 Milhões
10 – Etiópia	Adis-Abeba	1.130.138	51,3 Milhões
11 – Iemen	Sanaa	536.869	13,0 Milhões
12 – Ilhas Comores	Moroni	1.862	497 Mil
13 – Índia	Nova Deli	3.287.263	896,6 Milhões
14 – Indonésia	Djakarta	1.919.443	194,6 Milhões
15 – Iran	Teheran	1.648.000	63,2 Milhões
16 – Iraque	Bagdad	438.317	18,9 Milhões
17 – Katar	Doha	11.437	520 Mil
18 – Kuwait	Kuweit	17.818	1,8 Milhões
19 – Madagascar	Tananarive	587.041	13,3 Milhões

ANEXO1 (Cont.)

PAÍS	CAPITAL	(KM²) ÁREA	(1994) POPULAÇÃO
20 – Malásia	Kuala Lumpur	329.758	19,2 Milhões
21 – Maldivas	Malê	302	230 Mil
22 – Maurícia	Port Louis	2.040	1,0 Milhão
23 – Mianmá	Rangum	676.522	44,6 Milhões
24 – Moçambique	Maputo	799.380	15,3 Milhões
25 – Oman	Mascate	300.000	1,7 Milhões
26 – Paquistão	Islamabad	796.095	128,1 Milhões
27 – Quênia	Nairobi	580.367	26,1 Milhões
28 – Seychelles	Vitória	454	71 Mil
29 – Singapura	Singapura	633	2,8 Milhões
30 – Somália	Mogadiscio	637.657	9,5 Milhões
31 – Sri Lanka	Colombo	65.610	17,9 Milhões
32 – Sudão	Khartum	2.505.813	27,4 Milhões
33 – Tailândia	Bangkok	513.115	56,9 Milhões
34 – Tanzânia	Dodoma	942.799	28,8 Milhões

Fonte: Abril Cultural (1995)

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Virgílio. *História Estratégica do Fim do Ultramar Português. Separata das Actas do IV Colóquio – A História Militar de Portugal no Século XIX*: Lisboa, 1993.
- COSTA BROCHADO. *O Piloto Árabe de Vasco da Gama*. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique: Lisboa, 1959.
- FREEMAN, O. W. *Geography of the Pacific*: Londres, 1951.
- GROUSSET, René. *Le Réveil de l'Asie*: Paris, 1924.
- KIRK, W. *Indian Ocean Community*. Scottish Geographical Magazine. Volume 67 – Ano 1951.
- LA VARENDE, J. de. *La Navigation Sentimentale*: Paris, 1954.
- LABROUSSE, Henri. *Océan Indien: Coopération Internationale et Sécurité Collective*. Défense Nationale. Juillet: Paris, 1996.
- TOUSSAINT, Auguste. *Historie de l'Océan Indien*. Presses Universitaires de France: Paris, 1961.
- VALLAUX, Camille. *Géographie Générale des Mers*. Librairie Félix Alcan: Paris, 1933.
- VIGARIÉ, André. *Géostratégie des Océans, Paradigme*. Caen, 1990.

O Clube Militar e a República

Amerino Raposo-Filho*

Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, no Clube Militar, em 11 de outubro de 1989, dentro da programação comemorativa do centenário da Proclamação da República. Apresenta bem elaborada síntese dos principais aspectos motivadores da ascensão do regime republicano no Brasil e do papel do Clube Militar nesse contexto. Constitui subsídio valioso para o estudo do fato histórico "15 de novembro de 1989".

EVOLUÇÃO DO IDEAL REPUBLICANO (1710/1850)

Não precisamos relembrar cenários da Europa e da América do Norte do meado do século XVIII, como as revoluções econômico-industrial e político-social e a consequente queda do poder reinol e monárquico na América (1776/83) e na França (1789), espalhando o ideal republicano às colônias luso-espanholas da América do

Sul. Aqui mesmo, no Brasil Colonial, encontramos manifestações desse sonho, um deles pioneiro no continente americano: a Revolução de 1710/11, no Nordeste, quando até se ultima uma Constituição republicana.

Em Olinda, epicentro da principal área estratégica colonial,¹ o ódio entre os senhores de engenho, brasileiros, e os negociantes portugueses, os mascates, do Recife, irrompe quando Portugal eleva Recife à categoria de cidade. O líder revolucionário, Bernardo Vieira de Melo, herói do Quilombo dos Palmares, proclama que *erigir-se-á a Capitania em República, com governo próprio, como o da Holanda ou de Veneza*, instalando, inclusive, a Assembléia de Olinda.

Vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis, algum tempo senhores de Portugal – observa Capistrano de Abreu – *os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis*. Aliás, é da invocação da Revolução dos Mascates a inspiração do Hino de Pernambuco, que começa dizendo que *a República é filha de Olinda*.

Caminhando oito décadas, encontramos outro sonho republicano, o da Inconfidência, melhor diria, Conspiração Mineira, de 1789/92 movimento da nascente classe dominante brasileira contra o Poder Imperial, que aflorou próximo do centro de poder político, não tendo a mesma inspiração do de Olinda, nitidamente econô-

*Coronel de Artilharia e Estado-Maior.

¹ Onde nascera a Colônia e se consolidara a economia, e de onde o invasor holandês fora expulso, precipitando o nascimento da nacionalidade.

mico, do centro para a periferia litorânea. As idéias liberais do século XVIII, a decadência da monarquia absoluta da França e a independência norte-americana empolgaram os jovens que estudavam na Europa. Um grupo de intelectuais, nacionalistas radicais e homens de várias origens, ensandecidos pela causa da liberdade, apela para a orientação e auxílio norte-americano, articulando um movimento nitidamente político, que não chega a eclodir, mas que apresentava forma e organização do Estado republicano, programa de governo e prévia articulação política de Minas com as demais capitanias, inicialmente Rio e São Paulo. Abortado, ficou o exemplo de desprendimento idealístico e de sacrifício glorioso desse grupo de patriotas extremados, que se imolam nas chamas incandescentes da Liberdade e da República, cuja síntese está contida nas últimas palavras do protomártir da nossa emancipação política, Tiradentes, Patrono da Nação Brasileira: *Cumpri a minha palavra, morro pela liberdade.*

Quase na virada do século, merece registro a Inconfidência Baiana, de agosto de 1798, primeiro movimento

de classe, de base popular, chefiado por jovens soldados e alfaiates, inspirado no ideário da Revolução Francesa, pretendendo fundar uma república com igualdade e liberdade. Curiosidade, seria uma revolução com data marcada, pois anunciava, a 12 de agosto, em murais nas igrejas, que ocorreria *um levante, com saque e assassinio das pessoas mais graduadas, até o Ilm^o e Exm^o Governador*. Descobertos e denunciados, os líderes são presos, condenados e executados.

A Revolução Pernambucana de 1817 – *a mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções*, no dizer de Oliveira Lima – movimento amplo e de expressão emocional muito intensa, busca formar um Estado independente e republicano como objetivo político, a ser estrategicamente alcançado mediante condições previamente reguladas. A vinda da Corte Portuguesa e a abertura dos portos ao comércio exterior proporcionaram a liberdade da Colônia, que deveria ser complementada pela definitiva emancipação política. A falta de cobertura militar para atuar contra o poder central,

fracassa como as revoluções anteriores, reprimida pelas forças reinóis. Fracassa, quando se propagava a Alagoas, Pará, Rio Grande do Norte e Ceará, e até um Governo Provisório fora organizado. Para João Ribeiro, *a Revolução de 1817 durou apenas 80 dias, mal contados, mas foi um movimento emancipacionista de maior vulto até então realizado.*

Proclamada a Independência (1822), a dissolução da Constituinte no ano seguinte por D. Pedro I reativa, em Pernambuco, o ideal republicano, renovado na República ou Confederação do Equador, em 1824. Movimento revolucionário de características semelhantes ao de 1817, em verdade uma continuação, buscava ampliar-se a outras capitanias, conseguindo a adesão de seis províncias. Os revoltosos organizaram a República Federativa *enquanto não fosse promulgada a lei orgânica da Confederação. República e só República, e morra para sempre a tirania real*, dizia Paes de Carvalho, revolucionário de 1817 que retornara do exílio nos Estados Unidos. Termina o movimento com a execução do seu líder, Frei Caneca, e dos principais

revoltosos, pela força ou fuzilamento.

A propósito do 7 de Setembro de 1822, convém registrar interessante paradoxo do sonho republicano, longamente acalentado em nosso País. Protelado, enquanto se inspirou nos ideais da Revolução Francesa e da Independência norte-americana (a partir, inclusive, da Inconfidência Mineira, de 1789/92) é acelerado e ultimado, em decorrência da contradição da Bastilha, geradora da monarquia imperialista de Napoleão, dominadora de toda a Europa, o que obriga a Família Real de Portugal a vir às pressas para o Brasil. E, finalmente, colimado, não como república federativa, descentralizada; antes como Monarquia Parlamentar, unitária.

No período regencial, reeditam-se os movimentos federalistas e republicanos, de índole abolicionista e nativista, merecendo realce os do Pará, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul, pela importância e duração. No Pará, a Cabanagem (1835/40) assume o governo do Estado. Os franceses de Caiena aproveitam-se do conflito político-militar interno, para expandir as fronteiras até o Rio Oiapoque,

criando séria contenda internacional, só muito mais tarde solucionada favoravelmente ao Brasil. No Maranhão, a Balaiada (1838/41) é um conflito que não chega a comprometer a unidade monárquica, já que a revolta é dominada pelo futuro Duque de Caxias. Mais grave que todas, a Revolução Farroupilha (1835/45), no Rio Grande do Sul, exhibe nítido caráter separatista e republicano, sendo proclamada a República Rio-grandense, movimento que se irradia a Santa Catarina e conta com a simpatia e o auxílio dos republicanos do Uruguai e da Argentina. O talento e o espírito de conciliação de Caxias serão decisivos à participação dos insurretos.

O primeiro decênio do Segundo Reinado contemplará outros movimentos de índole republicano-federalista, como a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, seguinte às revoluções de Minas e de São Paulo (1842), sem estarem cicatrizadas a Balaiada e a Farroupilha. Todos esses conflitos traduzem um ideal nacional, embora inicialmente regionalizados em áreas estratégicas de importância político-econômica. Farroupilha tem o sentido político-estratégico

de desequilíbrio no extremo sul, do que se polariza no Nordeste, como perseguição à república brasileira. Daí por diante, como que por inércia, é no centro sul, balizado por São Paulo e Rio Grande do Sul, que, sob outra roupagem, retomará a caminhada republicana em ascensão realmente nacional, deixando de lado o movimento armado para prosseguir a campanha no cenário político, com envolvimento crescente dos líderes mais eminentes.

Segundo João Ribeiro, *tínhamos a tradição de movimentos radicais e republicanos de 1710, 20, 1817, 24, 35 e vários outros em diversos pontos do país (...). A Regência, com um Regente eleito pelo Povo, foi essencialmente a Primeira República de consenso nacional.*

A partir dos anos 50, por duas décadas, o sonho republicano ficará adormecido, que o cenário político-estratégico platino comprometeu a Monarquia como um todo, em conflitos políticos-militares traduzidos em guerras contra Rosas, na Argentina (1851/52), Aguirre, no Uruguai (1864/65) e, sobretudo, contra a ditadura de Solano Lopez, no Paraguai (1864/70). Curiosamente, o Impé-

rio que, a partir da década de 60, ganhará maior estrutura político-estratégica em meio aos demais atores do cenário platino, sofrerá influência desse convívio com vizinhos, no concernente à escravidão e à democracia republicana.

CENÁRIO DAS DÉCADAS 1870/80

O envolvimento do Império em lutas no Prata, nos anos 60, culminando na longa e cruenta Guerra do Paraguai, custou muito caro ao Brasil e ao Paraguai. Não bastassem as crises e os conflitos internos nos anos 40, as décadas 50/60 obrigam o Império a conduzir estratégias político-diplomáticas e político-militares complexas e exaustivas, para atendimento ao equilíbrio de poder entre as nações platinas. D. Pedro consumia suas forças e energia, envelhecendo precocemente, enfraquecendo o Poder Moderador que ele personificava, perdendo interesse pelos negócios públicos. O prestígio pessoal do Imperador, fator decisivo da longa duração do Segundo Reinado, declinava e, com

ele, o Governo. A Monarquia reflete esse declínio da autoridade da Coroa, que é passada para os Presidentes do Conselho de Ministros, nos sucessivos Gabinetes.²

Os partidos tradicionais, Conservador e Liberal, concorrem para a queda da Monarquia. O primeiro, incapaz de enfrentar as crises que surgem, embora conseguindo conter as tentativas federalistas, cedendo, porém, ao propósito abolicionista. Na Questão Religiosa, os bispos punidos por um gabinete são anistiados pelo seguinte. Por outro lado, os liberais são fracos, desestruturados, pouco fazendo pela Abolição, o que estimula a fuga de muitos filiados para o Partido Republicano.

A Crise Servil ou Social é dos problemas mais sérios. A escravidão representava a base econômica da Colônia e do Império. Com a abolição do tráfico de africanos (1850), os escravos do Nordeste e da região das minas eram vendidos para a lavoura cafeeira. Além disso, em São Paulo trocavam-se escravos por imigrantes europeus, fragmentando-se os latifúndios em pequenas propriedades, o que debilita o poder dos senhores rurais, estimulando focos republicanos.

A propaganda sistemática da abolição começa nos anos 60. D. Pedro contemporiza com o problema, preferindo a emancipação gradual, até 31 de dezembro de 1889, conforme projeto do Conselheiro Pimenta Bueno — talvez lembrado do preço pago por outros estadistas que aboliram a escravidão: o Presidente Lincoln, do EUA (1865), e o Imperador Alexandre II, da Rússia (1855), seu parente, ambos assassinados. Aliás, *a Guerra Civil dos Estados Unidos veio de novo lembrar a questão, e mostrar, ao mesmo tempo, que só com meditada prudência e sucessivas reformas poder-se-ia evitar as atrocidades hediondas da Guerra de Secessão* (João Ribeiro).

Convém lembrar, ademais, que, em 1869, o Paraguai cedia à pressão do Brasil, decretando a abolição da escravidão, *para a nação ser guiada pela estrada da civilização*, enquanto os vencedores levariam vinte anos para extinguir a escravidão. A Abolição, assinada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, na verdade, abalou as fundações sócio-políticas e econômicas do regime, provocando imediata onda de oposição. Decaíam as fazendas do Sul e,

² O último, de Ouro Preto, seria o 36º.

assim, o apoio dos barões do café do Império. Como já se disse, a Abolição foi uma bênção do ângulo ético-jurídico; no entanto, emancipada de golpe, sem plano e sem indenização³, significou um desastre, do ponto-de-vista político-econômico, de trágicas conseqüências, sem nenhuma compensação à iniciativa privada.

A Crise Religiosa surge em decorrência da proibição de católicos pertencerem à maçonaria que, desde a Independência, desempenhava papel importante na política brasileira. Em 1872, o bispo de Pernambuco, D. Vital, determina o desligamento das irmandades católicas da maçonaria, sendo acompanhado pelo bispo de Belém, D. Macedo Costa. Considerando desrespeito à Constituição e às leis em vigor, os bispos são advertidos pelo governo, mas não acatam a punição, prosseguindo os atritos entre autoridades civis e eclesiásticas. Punidos com quatro anos de prisão, com trabalhos forçados, é ela comutada pelo

Imperador, suprimindo-se os trabalhos, sendo transformada em prisão simples. A anistia para o rumoroso incidente virá com o Gabinete de Caxias, que, assim, pacifica o clero. Mas a solução definitiva para a liberdade de culto e a separação da Igreja do Estado só ocorrerá em 1890, com a República.

Mais um sério desgaste para a Monarquia, que saiu desprestigiada do conflito

A convivência com os povos platinos, cujo regime político era nominalmente republicano, estimulou a compreensão de determinados problemas de índole político social, como o do regime e o da escravatura.

religioso. A grande maioria religiosa, constituída de católicos, ficou perplexa com a condenação dos bispos, aumentando o descontentamento com o regime e favorecendo a campanha republicana.

No concernente à dimensão estratégico-militar, a década de 70 reflete a larga experiência dos quadros profissionais do Exército nas lutas durante os anos 50 e 60, sobretudo a Guerra do Pa-

raguai, quando os conhecimentos de natureza profissional e a visão cultural oferecida pela Escola Central, a partir de 1858, possibilitaram rápida adaptação às necessidades operacionais e do combate. Além disso, a convivência com os povos platinos, cujo regime político era nominalmente republicano, estimulou a compreensão de determinados problemas de índole político social, como o do regime e o da escravatura.

A partir de 1870, esboça-se um pensamento militar, através da reformulação do ensino militar e de formulação de uma doutrina militar condizente com os reclamos profissionais, sendo proporcionado, aos futuros oficiais, novo padrão de ensino, além de maior desenvolvimento cultural e ampla visão dos problemas nacionais enfrentados pelo Império, como os respeitantes à Abolição e à República, temas discutidos e propalados nos meios culturais e políticos civis, na Corte e nas Províncias. Nesse sentido, a separação da Escola Central, agora Escola Politécnica, e a criação da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1874, sob forte in-

³ Um escravo valia, em média, 2 contos; 800.000 libertados, mais de 1,5 milhão de contos).

fluência da pregação filosófica de Benjamin Constant, muito significaram para a preparação e o deflagrar da República. Segundo o General Lyra Tavares, *... a bem dizer, foram os cadetes da Escola da Praia Vermelha, sob a liderança de Benjamin Constant, os mais ardorosos lutadores da instituição da República.*

Enfim, cenário sombrio, o das décadas dos conflitos, sobretudo nos anos 80, cenário das crises nos campos econômico-social e político-militar, manifestações, na verdade, de uma só e grande crise nacional: a do Regime monárquico, que adoecia gravemente com o Imperador – monarquia decadente e incapaz de enfrentar os grandes desafios institucionais. D. Pedro II envelhecido e indiferente aos imperativos de urgência dos temas prioritários, relacionados com a Igreja, os senhores de escravos e a classe militar. A princesa, empolgada pela idéia abolicionista. Alternam-se os partidos no poder e, enquanto nele, difícil é distinguir o liberal do conservador. *Nada mais parecido com um Conservador do que um Liberal do Poder*, observa Joaquim Nabuco, que diz mais: *Nos últimos anos do Império,*

havia mais coragem em se dizer alguém monarquista do que em ser republicano. Sucedem-se os gabinetes, em meio a grave conjuntura nacional, líderes políticos de valor, uns exaltando o Poder, outros combatendo-o virilmente. Prega-se a derrubada da Monarquia, na imprensa, nos clubes republicanos, nas associações de classe. Para completar, o quadro econômico preocupante após a Lei Áurea, principalmente as lavouras do Rio de Janeiro e do Nordeste. Em síntese: estava pronto o cenário para a República, faltando os atores, que se aproximam, e ... o ato final.

O CLUBE MILITAR E A REPÚBLICA

O Clube Militar e a Abolição

As Questões Militares

Para Pedro Calmon, a *Questão Militar era o protesto do Exército contra as incertezas e contradições do Poder Civil, principalmente a sua decisão de intervir nos grandes acontecimentos sociais (...).* Começou pela revolta individual contra o castigo imposto à liberdade de pensamento, e acabou num movimento largo de solida-

riedade de classe, que teve o condão de descobrir e salientar um chefe. Descobriu o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

A nosso ver, as denominadas Questões Militares, em número de três, surgidas nos anos 80, devem ser precedidas de uma outra, político-militar, talvez mais grave, porque entre líderes do governo, contornada pela pronta intervenção do Imperador, em meio ao impasse conseqüente ao fracasso de Curupaiti, em 1866, na Guerra do Paraguai, nomeando Caxias, um conservador, para o Comando-Chefe do Exército.

Caxias exige plenos poderes, não concordando o Gabinete Liberal de Zacarias de Góis, que cai, ficando dividido o Partido Liberal. Disso se aproveitam radicais e reformistas para, unidos, formar um novo partido, o Republicano, após a guerra. Eis aí o germe da dissidência militar, que começa dentro do próprio gabinete, vitoriosos os conservadores, com Caxias ao lado de D. Pedro II. As demais Questões Militares o serão, além de contra o Gabinete, ameaçadoras do Regime Monárquico, porque é a classe militar, refletindo preocupações da clas-

se média, que contesta o governo, seguindo-se, na escalada, a Abolição e... a República.

A 1ª Questão, ou Crise, Militar surge em 1883 e traz um estado de espírito generalizado, que extravasa o âmbito militar. O Tenente-Coronel Sena Madureira, brilhante e culto oficial, recebe delegação dos oficiais da Escola Militar para criticar, pela imprensa, como injusto e arbitrário, o projeto do marquês de Paranaguá sobre a reforma do Montepio Militar, ampliando-se a solidariedade de oficiais, do Rio e do interior. O projeto não foi aprovado, mas os oficiais ficaram proibidos de discutir assuntos militares pela imprensa.

A 2ª Crise, em 1884, ainda envolve Sena Madureira, que, no comando da Escola de Tiro de Campo Grande, homenageia o jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, que impediu o embarque de negros no Ceará para as províncias do Sul. Ao atender à pedido de informação sobre o assunto, respondeu de maneira agres-

siva, sendo punido e transferido para o Rio Grande do Sul. A última, e mais séria crise, mais comprometedoras que as anteriores, ocorre com o Tenente-Coronel Ernesto Augusto Cunha Mattos, que reagiu altivamente à injusta acusação feita na Câmara, pelo deputado Simplício Coelho de Resende, defendendo-se pela imprensa e expondo o civil Alfredo Chaves, Ministro da Guerra, por não ter repellido, no Parlamento, os agravos sofridos, principalmente do Rio Grande, ao comando do Marechal Deodoro.

No fundo, os conflitos entre militares e o governo decorrem do desinteresse da Monarquia pela reorganização e modernização do Exército,⁴ dando a impressão de que o Império atuava intencionalmente contra a força terrestre, coberta de glórias e submetida aos maiores sacrifícios durante a guerra, dela regressando com outra visão dos problemas militares e nacionais. Os oficiais sentiam-se discriminados, desprestigiados e até humilhados por sucessivos gabinetes. Para Eduardo Prado,⁵ *o Exército estava esquecido, mal organizado e desestimulado.*

O Clube Militar e a Campanha Abolicionista

As diversas Crises – a queda da autoridade do imperador e a hipertrofia do poder político do Gabinete, o desaparecimento de Caxias e de Osório do cenário político-militar – aconselham a criação de uma instituição, fórum de debates sobre temas da conjuntura político-militar e da problemática nacional, crescentemente preocupantes.

A resposta de Deodoro ao Ministro da Guerra, de que não precisava autorizar o pronunciamento de Sena Madureira, porque os militares não precisavam de licença para se defender, fá-lo, em definitivo, líder da Classe Militar, recebendo a adesão de outro notável chefe, o Marechal Câmara, visconde de Pelotas, quando chegou ao Rio, transferido para outra função.

A 14 de maio de 1887, persistindo as punições de Cunha Mattos e Sena Madureira, que o governo não cancela, a menos que requerido o cancelamento, agrava-se a crise entre chefes militares e o Gabinete, retratada no “Manifesto dos Generais”, ao Parlamento e à Nação, redigido por Rui

⁴ Equipamentos, instrução profissional e técnica, melhoria de vencimentos e acesso mais rápido na carreira.

⁵ “Fatos da Ditadura Militar”, Lisboa, 1890.

Barbosa e assinado por Deodoro e Pelotas, dizendo *não conhecer o caminho por onde se recua sem honra*. Aparentemente serenado o conflito, com o cancelamento das punições, a crise militar ganha dimensão nacional, contando os militares com a decisiva adesão de Rui à causa abolicionista. Essa aproximação, segundo San Tiago Dantas, é da maior importância, *como sintoma de ascensão política da classe média, de que Rui era uma expressão característica e de que o Exército é a própria elite*.

Aliás, antes do Manifesto, em fevereiro, Deodoro envia duas cartas ao Imperador, contundentes e altivas, que provocam a queda do ministro da guerra e o desgaste do barão de Cotegipe. A primeira (03 de fevereiro de 1887), decorre da reunião de 200 oficiais, presidida por Deodoro, que exige a anulação dos “avisos inconstitucionais”, que magoaram o Exército. *A obediência do soldado não vai até o próprio aviltamento. O soldado é obediente,*

mas não servil. E aquele a quem não repugnarem atos de baixa e servilismo não é digno da farda que veste, que é a mesma que V. M. Imperial honra, trazendo-a. A 12 de fevereiro de 1887, mais veemente: *A coisa é muito séria, Sr., e somente quem, por um lado, não tiver intuição do brio e do pudor natural e, por outro lado, não cogitar das consequências a advir, poderá encarar descuidoso a tormenta que se anuncia.*

Em seguida à reunião preparatória de 02 de junho de 1887, para organizar um centro, no Rio e nas províncias, com o propósito de estreitar a união entre Exército e Marinha, cuidar dos interesses da classe militar e participar dos magnos problemas nacionais, decorrência do Manifesto de 14 de maio – funda-se o Clube Militar em 26 de junho de 1887, tendo Deodoro como Presidente e a Diretoria contando com as figuras excelsas de Sena Madureira e Benjamin Constant e vários representantes da Marinha.⁶

Os desentendimentos entre a classe político-militar e o governo podem agora ser discutidos e encaminhados pelos militares no Clube Militar, onde expressam o seu

pensamento sobre a conjuntura político-estratégica, sobretudo militar, que se agravava sensivelmente, acelerando a Abolição e a República. Líderes como Benjamin Constant tentam convencer Deodoro da necessidade de mudar o regime, para tanto aproximando dos republicanos a oficialidade do Clube Militar.

Realmente decisivo será o papel do Clube Militar, através do seu líder, na campanha abolicionista, quando se posiciona contra o emprego do Exército na caça de escravos, *os pobres negros que fugiam à escravidão e os escravos que desertavam das fazendas e dos engenhos. Desertavam os escravos, em nome do sagrado direito à Vida (pela liberdade), à Justiça Social (pela igualdade e fraternidade entre os cidadãos) e à condição mais nobre de cidadãos da Pátria, pela qual por três séculos tanto trabalharam, para engrandecê-la, enriquecendo-a nos ciclos do açúcar, das minas e do café. Tantos vinham de lutar bravamente, morrendo e vencendo na Guerra do Paraguai.* Em carta de 23 de outubro de 1887, Deodoro dirige-se à Regência, reque-rendo, altiva e veemente-

⁶ Barões de Jaceguai, de Tefé, e capitães-de-mar-e-guerra Custódio de Melo, José Marques Guimarães e Eduardo Wandenolk.

mente, não fosse utilizada tropa do Exército em perseguição aos fugitivos, *um pedido que é antes uma súplica*; no mesmo sentido encaminhando carta ao Ministro da Guerra, dois dias depois, afirmando que *o Exército é para a guerra leal (...); para outros afazeres que necessitem força armada há a polícia....*

O ato final, traduzido na Abolição, pela Lei Áurea (13 de maio de 1888), ocorrerá por inércia, consagrando a colimação desse objetivo, que dignifica e enobrece essa grande Instituição, que hoje nos acolhe, e que então acabava de nascer e tão estoicamente perseverara, na luta em defesa do Exército contra a escravatura, a omissão do ministro da guerra e a indiferença proletária da Corte. Eis uma das glórias do Clube, que contribuiu para extinguir a escravidão no Brasil, quando nos EUA fora necessária terrível Guerra Civil, de 5 anos, 1.000.000 de mortos e 2.200.000 de feridos e mutilados. Honra-nos ter o Clube Militar concorrido para a solução pacífica do problema servil. Para Rui *no Exército e na Abolição está condensada e intensificada a vitalidade nacional.*

O Clube Militar e a República

O Clube Militar e a Pregação Republicana

A Lei Áurea provocou enormes consequências morais, sociais, políticas e econômicas. O regime perdeu suas bases econômicas, libertou os escravos e condenou à morte o Império, pois, segundo J. Ribeiro, *os escravocratas, diante da lei da abolição, abraçaram as idéias republicanas que era, por sua vez, a abolição da raça branca.* E será ainda do Clube Militar, como assevera Rui, *dessa agremiação que saíam a Abolição e a República*, pois, vitoriosa a propaganda abolicionista, encampará o Clube Militar a causa republicana, meta imediatamente seguinte.

Perderá o Trono – observa P. Calmon – *o velho apoio da grande propriedade por ele desamparada. Os liberais, atraídos pelas vantagens das reformas, hesitavam entre as idéias extremas. Fixaram-se na Federação das Províncias. Faltava ao Partido Conservador o golpe do alto, que o despedisse, para lançar-se nos braços da República – propagada com tenaz veemência (...).* Os anos 70/80

balizam e direcionam o ocaso e a queda do Império, que o governo e os políticos custam a perceber as transformações aceleradas que se operam, a começar por Joaquim Nabuco, que declara (07 de Junho de 1889): *Há uma razão para não ter chegado ainda a hora da República; é que ainda não temos Povo e as oligarquias republicanas em toda a América têm mostrado ser um terrível impedimento a aparição política e social do Povo.* O próprio Rui, favorável à idéia federalista, dizia: *Federação com ou sem Coroa*, antes de aderir à fórmula republicana.

O Manifesto, lançando as bases para o futuro Partido Republicano (SP, dezembro de 1887), dizia: *Somos da América e queremos ser americanos*, frase de Quintino Bocaiuva, recentemente chegado dos EUA. Em 1873, como evidência de que a idéia republicana vingava, ocorrem a “Convenção de Itu” e o 1º Congresso Republicano, em São Paulo. Tamanho o entusiasmo dos propagandistas da República, que, nas proximidades de sua implantação, contavam-se 237 clubes republicanos e 74 jornais espalhados pelo País, sendo de ver, no entanto, que não significava expressão

política bastante para empolgar elites e povo, pois, em 1884, apenas elegem 3 republicanos para a Câmara dos Deputados. Por outro lado, o apostolado positivista, seguidor das idéias de Augusto Comte, acompanha o líder Benjamin Constant. O País caminha para a República. *Os que, na véspera, pareciam contentar-se com a Abolição* – comenta P. Calmon – *pediam, no dia imediato, a República (...) revolução que borbulhava nas suas ocultas nascentes da Escola Militar, do apostolado positivista, dos clubes republicanos, da maçonaria; prestes a desatar-se, caudalosa, com ímpeto das causas inevitáveis.*

Cenário curioso: muito popular, a Princesa Isabel era, com a edição da Lei Áurea, muito exaltada por José do Patrocínio, que liderava a “guarda negra” contra os estudantes republicanos, em defesa da Monarquia, por gratidão; mas o Trono se esfacelava, sem apoio da grande propriedade, que se torna republicana. Republicanos

eméritos como Silva Jardim, Benjamin Constant e Rui Barbosa, combatem o Trono pela imprensa, nos clubes e associações.

Nesse contexto, o regresso do Imperador (22 de Agosto de 1888), pouco representaria para a estabilidade da Coroa, embora substituisse o conselheiro conservador, José Alfredo, por um liberal, do Visconde de Ouro Preto (07 de Junho de 1889). Ouro Preto organiza o Gabinete e dissolve a Câmara, orientando a sua atuação política contra a fermentação revolucionária do Exército e a propaganda republicana, que tenta, sem sucesso, deter, nomeando oficiais gerais para as pastas militares, sofrendo violenta e insistente oposição, pela imprensa do Rio e de São Paulo, de Rui Barbosa, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva. Esboça reformas urgentes no campo econômico-financeiro, para enfrentar o grave quadro da lavoura no Nordeste e no Rio de Janeiro, amenizando em São Paulo pela imigração europeia, mas inócuas, que a crise político-militar e a propaganda recrudesçam.

Proclamação da República

A partir de 12 de outubro de 1889, a situação político-

militar se torna mais tensa e sombria, embora Ouro Preto confiasse na atuação dos ministros militares e do Ajudante-Geral do Exército, Marechal Floriano Vieira Peixoto. Inclusive Deodoro, incontestável líder do Clube Militar e da oficialidade inconformada e radical, irconciliável com o Ministério, há pouco regressara de Mato Grosso, enfermo e sem comissão militar, mas atento à evolução da crise político-institucional, engajando-se na conspiração a partir de 30 de outubro, depois de ouvir graves ponderações do Capitão Menna Barreto.

A visita do encouraçado chileno “Almirante Cockrane”, o veemente discurso de Benjamin Constant na Escola Militar, que recepcionava a delegação chilena, criticando a Monarquia e exaltando a frustração da juventude militar, e o baile da Ilha Fiscal, a 09 de novembro, oferecido pelo Imperador aos visitantes ilustres, configuram clima de tensão máxima da conspiração em marcha. Nesse mesmo dia, em dramática e agitada sessão no Clube Militar, ambiente tumultuado por notícias sobre transferências de unidades do Exército para o interior e pelo incidente da

⁷ Que pretendeu dissolver o Gabinete, diante das dificuldades decorrentes do enorme êxito do Congresso do Partido Liberal, em abril de 1889, presidido por Saraiva, aumentando a frente federalista.

Escola Militar, Benjamin Constant é aclamado chefe do movimento conspiratório, com o juramento dos presentes de que o acompanhariam até a morte. Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca e Quintino Bocaiúva acordam no mesmo sentido, sendo Deodoro instado por Benjamin Constant a chefiar a conspiração, concordando. Cíveis e militares esboçam um movimento revolucionário, com articulações no Rio e em São Paulo.

Precipitam-se os acontecimentos. A 11 de novembro, na casa de Deodoro e presentes Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lobo e Rui Barbosa, os conjurados organizam o futuro ministério, seguinte à ação militar, em princípio prevista para a noite de 20 de novembro. Está decidido, portanto, o fim do “antigo regime”.

A 13 de novembro, Ouro Preto, alertado sobre rumores de uma conspiração, indaga de Floriano sobre a procedência desse informe, recebendo como resposta que *devia confiar na lealdade*

dos chefes, que estão alerta e atentos ao movimento que se esboça.

14 de novembro: O imperador, que descansava em Petrópolis, vem ao Rio para visitas ao Colégio Pedro II e à Imprensa Oficial, regressando à tarde. O Major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro faz correr na cidade boato sobre ordem de prisão expedida contra Deodoro e Benjamin Constant e que outros batalhões seriam deslocados para guarnições do interior. Diante de tais informes, Quintino Bocaiúva e o Major Sólton antecipam o levante para aquela noite, estabelecendo contatos com as unidades da Corte, que se revoltam.⁸ O Comandante do 1º de Cavalaria, Coronel Silva Teles, assume o comando da 2ª Brigada e se prepara para deslocar-se. Quase à meia-noite (23:45 h), o Chefe de Polícia telefona para Ouro Preto sobre a prontidão do 1º Regimento de Cavalaria e avisa Floriano sobre a rebelião da tropa.

Na madrugada de 15 de novembro (03:30 h), Ouro Preto determina a Floriano que prenda os insubordinados, telegrafa a D. Pedro II, dando ciência da situação e se desloca para o Arsenal de Marinha, com os Ministros

da Justiça e da Marinha. Ao amanhecer, Ouro Preto e o Ministério dirigem-se ao Quartel-General, onde estava a 1ª Brigada com 2.000 homens⁹, para orientar a resistência ao levante da 2ª Brigada. Deodoro, que se deslocara para São Cristóvão, embora doente, assume o comando das tropas rebeldes, movimentando-se para o Campo de Santana, para atacar o Ministério da Guerra. Ouro Preto, depois de interpelar Floriano para capturar os 16 canhões em linha contra o Quartel-General, dele recebendo a negativa, com o argumento de que agora era diferente da Guerra do Paraguai (eram todos brasileiros) e percebendo que as tropas das 1ª e 2ª Brigadas confraternizam – expede segundo telegrama a D. Pedro: *Ministério sitiado na Secretaria da Guerra, tropa revoltada, é obrigado a pedir demissão*. Tardamente, percebeu Ouro Preto, como observava P. Calmon, que *cairia o regime; ninguém a morrer por ele. Nem um tiro, embora fosse uma Revolução, não um desfile*. Deodoro penetra no Quartel-General, depõe o Governo, mas Ouro Preto permanece com o Ministro da Justiça, depois de liberar os outros ministros. Na ver-

⁸ 1º e 2º de Cavalaria, de São Cristóvão, mais o Regimento de Artilharia.

⁹ Polícia, Bombeiros e Tropa de Infantaria.

dade, houve um tiro, no Barão de Ladário, Ministro da Marinha, quando se dirigia ao Quartel-General para a reunião do Gabinete. Dissolvido o Ministério, Deodoro retira-se do Quartel-General e desfila com a tropa pela cidade, até o Arsenal de Marinha, confraternizando com a tropa aí estacionada, recolhendo-se aos quartéis, em seguida. Às 12:00 horas, D. Pedro II está no Rio e convoca Ouro Preto, que chega às 16:00 horas, sugerindo um liberal, Silveira Martins, que o Imperador aceita, para substituí-lo, embora inimigo de Deodoro. Pouco antes (15:00 horas), José do Patrocínio, da janela da Câmara Municipal, sob aclamação, declara que estava fundada a República.

Às 19:00 horas, Patrocínio vai à casa de Deodoro, informando-o do ocorrido e percebe a sua profunda irritação pela escolha de Silveira Martins. Enquanto isso, a Princesa Isabel convoca o Conselho de Estado, que aceita a indicação de Saraiva. Este convoca Deodoro, que não responde.

Dia seguinte, a resposta de Deodoro pelos jornais, consubstanciada no Decreto

nº 1, proclamando a República, declarando vitoriosa a Revolução, na Corte e nas Províncias, e organizando o Governo Provisório, sob a sua presidência. Por outro ato, é decretado o banimento da Família Imperial que seguiu, no dia 17 de novembro de 1889, para o exílio.

Com a Proclamação e o Governo Provisório se encerra o 1º Ato da cena republicana, que os dois seguintes,

Com a Proclamação e o Governo Provisório se encerra o 1º Ato da cena republicana, que os dois seguintes, da Consolidação e da Pacificação, ficarão para outros personagens, Floriano e Prudente de Moraes, enquanto o 1º teve em Deodoro o seu ator principal.

da Consolidação e da Pacificação, ficarão para outros personagens, Floriano e Prudente de Moraes, enquanto o 1º teve em Deodoro o seu ator principal.

Para Leôncio Correia, em sua “Verdade Histórica sobre o 15 de Novembro, em qualquer outro lugar, em qualquer outro mês, em qualquer outro ano, outro general poderia proclamar a Repú-

blica; esta, porém, que aí está, boa ou má, cheia de fealdade ou de beleza, povoada de sombras e de clarões, madrastra ou egoísta ou mãe generosa – essa foi proclamada por Deodoro, que somente ele exercia sobre as tropas a fascinação irresistível, indispensável para levar a cabo tarefa cívica de tal monta.

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Falamos da origem do Clube Militar e do fim do Império Brasileiro, do amanhecer do Clube e do anoitecer do “antigo regime”, exaltando os motivos orientadores do surgimento do novo regime. No cenário configurador dos anos 80, vimos isolarem-se na campanha abolicionista, ao lado de Deodoro, Pelotas, Sena Madureira e Cunha Mattos, na área militar, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, sobretudo Rui Barbosa, na área civil. Na campanha republicana, Rui Barbosa, Silva Jardim e Aristides Lobo, o destaque fazendo-se para Benjamin Constant que eletriza a oficialidade militar, comandada por Deodoro, seu líder.

Se é verdade que, nas assembléias escaldantes de entusiasmo e ardor cívico-patriótico de militares e civis no Clube Militar, se deram os últimos vagidos da República nascente, nem por isso, ao cabo dos debates e discussões veementes, seguiu-se torrente incandescente de lavas revolucionárias. A República proposta não seria a da Revolução Francesa nem a das guerras revolucionárias das colônias inglesas, sem embargo do longo itinerário balizado no tempo-espaço das rebeliões de Olinda, Ouro Preto, Recife, na Colônia, e, após 1822, da Confederação do Equador e da Revolução Farroupilha. Até porque sempre preferimos – traço singular do caráter nacional – a conciliação seguinte à contestação, a concórdia depois da discórdia, convergência e composição finalizadoras da divergência e da imposição. Enfim, evolução e mutação, amenizadoras do choque revolucionário. Revolução, pois, no sentido ético-político, não no social.

Respalhada nas reuniões do Clube Militar e ultimada no levante do Exército, preparou-se uma Revolução com a pretendida derrubada da Monarquia? No rigor filosófico-social, sem dúvida,

que se mudariam os rumos jurídico-políticos e econômico-sociais do Império, ao sabor orteguiano. Coibir abusos do Poder Monárquico envelhecido, a despeito da impoluta e exemplar figura do Imperador e sábio – e eram crescentes o autoritarismo, a violência, a prepotência – não bastaria, pois teríamos mais um Gabinete, predominante ou majoritariamente liberal-reformista. Impunha-se, então, promover a Revolução, substituindo o antigo por um novo regime. Ao absolutismo do Segundo Reinado, unitário, o federalismo republicano, descentralizado. E foi o que ocorreu, sem traumas, nem lutas fratricidas. Mas o conflito político-institucional, no entanto, culminaria numa paz frustrada, que a consolidação republicana custaria caro ao governo do Marechal Floriano Peixoto, a pacificação só se esboçando com Prudente de Moraes.

Relevante e decisivo foi o papel do Clube Militar, polarizando anseios e aspirações da classe média e estimulando a participação expressiva do estamento militar no movimento que culminaria na rotura das instituições monárquicas. Para Cândido Motta Filho *o Clube Mi-*

litar não era um irrequieto foco de desordens. Era a Revolução Republicana (...). Serviu para Benjamin Constant convencer Deodoro a mudar o Regime, não uma quartelada, congregando militares e civis republicanos (...). O Movimento Republicano (...) deve muito ao Clube Militar que, desde sua fundação, irradiou o inconformismo do Exército, que se confundia com as aspirações de um novo regime. Dizia Rui Barbosa, falando em 27 de junho de 1921 nessa casa, que aniversariava e dava posse ao Marechal Hermes da Fonseca, que *daqui (do Clube Militar), saíram, daqui, debaixo da influência desta Casa, e sob a direção do seu Instituidor (o Marechal Deodoro), saiu a revolução dos cativos e, depois, a republicanização brasileira.*

**15 de Novembro de 1889
teria sido golpe, revolução
ou golpe revolucionário?**

Em sentido restrito, de tiro de misericórdia num regime cujas fundações econômico-sociais comprometiam a segurança da Monarquia, que desabava com a Lei Áurea, sem dúvida, um golpe. Mas o fenômeno é muito complexo no campo da ciên-

cia política, pois envolve, não apenas a queda da Monarquia, mas o momento seguinte, de extremo risco, de consolidação republicana. Politicamente, visualizou objetivos de uma ordem jurídica e econômico-social, além de federalista e descentralizada, mais justa e menos concentradora de riqueza; estrategicamente, porém, pequenos foram os ganhos. O ato de Deodoro representou, na verdade, mais que um golpe de Estado, uma restauração de usos; foi além, significando o que Ortega denomina de mudança de usos, sendo, portanto, uma revolução. Mas revolução sem a longa duração, o custo tremendo da Queda da Bastilha. Revolução, sem longa “ausência do Direito”. Em outras palavras, num paralelo a 1822: politicamente, um só objetivo, a 15 de Novembro, a República Federativa como, na Independência, a Monarquia unitária. Estrategicamente, como em 1822, a partir do Fico e, depois da Abolição, em 1889. Como, de resto, ocorre nos cenários político-estratégicos admitidos ao longo do processo histórico-cultural: na Colônia e no Império (até os anos 60), embora Abolição e República, objetivos desejáveis, não

se apresentam realizáveis; enquanto, a partir da Guerra do Paraguai (anos 70/80), além de desejáveis, se denunciavam possíveis e operacionais.

A República teria sido evento prematuro, ou tardio, oportuno ou desnecessário?

A nosso ver, conveniente e oportuna, a implantação republicana, justificada em face de: ideal republicano-federativo, extensão do território continental-marítimo, excessiva e demorada centralização do poder, risco de fragmentação política e enfraquecimento do poder moderador, pessoal. A Monarquia, depauperada pelos sucessivos governos, abalada, com a Abolição, malbaratada suas energias e agitada pelas questões ou crises. Em síntese: chega a República quando a Monarquia se vai ... Pena é que os republicanos não estivessem preparados para nela entrar...

Difícil é aprisionar os atores principais, do Clube Militar e da República, num só painel e traçar-lhes o perfil, em moldura final.

Benjamin Constant: figura inconfundível no Exército, lente admirável e venerado pelos jovens oficiais e cadetes, cérebro do Clube Militar e orientador da Revolução republicana. Como Vice-Presidente do Clube Militar, foi *o primeiro fator da República* (César Zama), quem *delineou, preparou e levou por diante ele só* – segundo O Paiz – *até a vitória, a Revolução de 15 de Novembro*, compondo, com Deodoro e Floriano, a trilogia dos revolucionários do Clube Militar.

Se Deodoro não tivesse saído à rua no seu cavalo de guerra – observa Benjamin Constant – *a República não se teria feito*. Observação ampliada por Pedro Calmon, que o considera *o coordenador supremo de uma Revolução, que precisava ser pacífica (...)*. Era o mais conhecido, o mais respeitado, o mais ilustre chefe militar da geração que obedeceu a Caxias e Osório. Grande como herói nos campos da batalha, grande como chefe e líder militar.¹⁰

Quando sente o momento e se identifica com o po-

¹⁰ Registram-se, como homenagem à bravura cívico-patriótica da Mulher Brasileira, três momentos da vida de Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca, pranteada mãe de Deodoro, relacionada com os sete filhos que combatiam como voluntários na Guerra

der revolucionário, que assume e de que momentaneamente se investem as Forças Armadas, poder retirado do Imperador, não contra a pessoa de D. Pedro II – que, por justiça, merecia o mais acendrado respeito da Nação – proclama a República, implanta o regime republicano; preside a transição política. Promove a reestruturação econômica. E, finalmente, deixa o poder, sem luta, como dois anos antes o empolgara, de forma incruenta. Três planos ou dimensões, sucessivas e crescentes, destacam-se na atuação do Marechal Deodoro da Fonseca: o militar, o social e o nacional, isto é: defendendo, inicialmente, direitos da classe militar, ao investir contra a omissão do Ministro da Guerra e o abuso do governo; defendendo, a seguir, direitos dos escravos, de *homens que buscam a liberdade sem combates nem represálias*, não aceitando o papel indecoroso, menos digno que

se quer dar ao Exército; defendendo, finalmente, a Nação Brasileira, ao substituir o antigo regime pela República Federativa.

Floriano Peixoto: eis outro vulto majestático a merecer de estudo especial, impassível no perigo como fora herói nos campos de batalha. Excepcional soldado e estadista, resoluto, desassombrado, fulminante nas ações. Estadista da República, de sua consolidação. Exerceu o poder com honra, glória e dignidade. Restaurou a autoridade do Poder Central, restabeleceu a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas. Enfrentou todas as rebeliões contra a ordem constituída, esmagando a todas. Vida simples a sua: uma linha reta.

Deodoro e Floriano, ambos glórias altaneiras do Brasil, indissociáveis no serviço da Pátria; duas vertentes da cordilheira nacional. Um, fundando, proclamando a República; outro, mantendo-a, consolidando-a com

mão de ferro. Ambos protagonistas do mesmo cenário, cenas sucessivas. Enquanto Deodoro representa brilhante e heroicamente seu papel, iluminando o poder, Floriano se mantém recolhido atento à evolução da crise. Quando Deodoro a ele entrega o poder supremo, agiganta-se o soldado, o chefe, o estadista. Inflexível e insuperável na exigência ao cumprimento da lei, dela chegando por vezes a sair, para que o primado da lei fosse atendido. *Dessa cadeira* – diz ele, aos que o querem derrubar – *só duas forças me tiram: a Lei ou a Morte!*

Rui Barbosa, um dos apóstolos da extinção da escravidão, estadista do desenvolvimento, autêntico organizador da República (autor do Decreto nº 1, do Banimento, da Bandeira, da Separação da Igreja e o projeto da Constituição). *Se Deodoro foi o Proclamador, se Benjamin, o fundador, Rui foi o construtor da República.*

D. Pedro II e Ouro Preto: o Imperador, figura austera de patriota-estadista, personificava, com absoluta compostura e equilíbrio, um poder político extremamente complexo e difícil de exercer, não fossem as

do Paraguai. O 1º momento traduz sua indignação quando soube que se intentava uma paz para a guerra: "Prefiro não ver mais meus filhos. Que fiquem antes todos sepultados no Paraguai, com morte nos campos de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria". Quando recebeu do emissário do Imperador a notícia da vitória final do Brasil e da morte de três de seus filhos, respondeu-lhe: "A vitória da Pátria alcançada, a que todos tinham ido defender, valia muito mais que a vida de seus filhos". Finalmente, cena comovente a de Dona Rosa da Fonseca, no cais, beijando o Estandarte que agasalhara com a morte o filho mais novo e primeiro a morrer em combate.

excelsas qualidades de caráter, cultura, visão dos problemas de sua época, monarca avançado que era para o seu tempo. Enfrentou problemas de segurança interna e externa, numa sucessão de crises, emergentes em várias áreas estratégicas do País e relativamente ao Prata, de cujo equilíbrio político-estratégico foi fiador. Exemplo ímpar de honestidade: custeava, por conta própria, todas as despesas das viagens ao exterior, recusando oferta de 2.000 contos que o Parlamento pretendia conceder. *D. Pedro II e Deodoro* – observa Hélio Vianna – *exemplo de patriotismo e desprendimento, pois ambos pouparam à Pátria os horrores da guerra civil.*

Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, grande e último herói da Monarquia, famoso estadista, talentoso autoritário, decidido. Permanece na Chefia do Gabinete a 15 de Novembro de 1889, *impávido, arrogante quase* (Américo Palha), merecendo o respeito e a admiração dos vencedores, sobretudo depois do diálogo com Deodoro, diálogo impressionante pela estatura moral de ambos, um encarnando o poder vitorio-

so; o outro, com altivez e dignidade, o regime que caía.

Aproximamo-nos, assim, do final deste ensaio, após configurarmos os cenários convergentes à atuação do Clube Militar e à implantação da República. Enquanto vivos, Caxias e Osório sustentam o Império, ao lado de líderes civis, nos anos 70; na década seguinte, outros líderes, Deodoro e Floriano, proclamam e sustentam a República, amadurecida e preparada por líderes da estatura de Benjamin Constant e Rui Barbosa, sobretudo. As Forças Armadas se despem do papel de comparsas do cenário dos anos 80, para apresentarem-se partícipes da cena final do 15 de Novembro, como protagonistas. São exemplos admiráveis e respeitáveis, nas elites político-militares, dos que estavam no Poder e dos que o derrubam, substituindo-o por uma nova ordem jurídico-política.

Importa agora, passado mais de um século, não apenas glorificar, enaltecendo vultos que se agigantaram na fundação e consolidação da República: instituições como o Clube Militar e os clubes republicanos, erigidos ao calor e sob influxos

do ideal republicano. Importa, contemplando retrospectiva de tanta significação no espaço-tempo da historiografia brasileira, meditarmos nós outros, dos tempos de hoje e do panorama conturbado e complexo desta última década do século, sobre o simbolismo dos principais protagonistas e atores de paisagem tão impressionante aos destinos do País.

Admiráveis as figuras de Benjamin Constant, Rui, Quintino Bocaiúva, Deodoro e, sobretudo, Floriano, consolidador de todo um sonho quase desfeito.

Respeitáveis a compostura, a dignidade, a altivez e a seriedade de D. Pedro II e de Ouro Preto, diante do fato histórico e, até mesmo, o inconformismo obstinado e insistente de líderes civis-militares, que não aceitavam a nova ordem ou discordavam da estratégia de sua implantação definitiva.

Que sejam as últimas palavras deste ensaio de homenagem a esses vultos maiores, e de plena confiança no futuro do Brasil, que certamente contará em suas elites civis-militares notáveis expressões, como no passado centenário, que ora reavenciamos.



Brasil – Geopolítica e Destino, Resenha e Comparação Histórica¹

Roberto Pereira da Silva*

Editado pela Bibliex em 1975, passados 27 anos o livro “Brasil – Geopolítica e Destino”, do General Meira Mattos, foi objeto de crítica substantiva do autor deste artigo; publicada na revista “Parcerias Estratégicas”, da Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República (VI. – Nº 2 – Dez./1996), aqui reproduzida.²

O General Meira Mattos é um dos nomes brasileiros que merecem destaque no estudo da Geopolítica. Sua obra “Brasil – Geopolítica e Destino” foi oferecida ao público em 1975. Nela, o autor reestruturou conceitos anteriores, passando a preocupar-se com a história do futuro e sonhando com um Brasil potência mundial. Assim, fez uma projeção tomando como base o ano 2000, num ciclo de vinte e cinco anos.

Hoje, deparamo-nos com um pensamento do Presi-

dente Fernando Henrique Cardoso, quando, em seu discurso de posse afirmou; ... *A realização de um Projeto Nacional consistente de desenvolvimento deve fortalecer-nos crescentemente no cenário internacional.* Isso gerou a necessidade de elaborar um projeto nacional, a longo prazo, que, em última instância, abrangerá um horizonte que se completará por volta de 2020, isto é, vinte e quatro anos, a partir de 1996, e muito próximo do espaço de tempo imaginado pelo General Meira Mattos.

O autor fundiu a Geopolítica com a Estratégia para melhor organizar suas idéias e elas vieram ao encontro do que disse o Secretário de Assuntos Estratégicos em recente documento: *o projeto nacional deve refletir a determinação de lançar-se para frente, ser resposta integradora e reafirmar a identidade nacional.*

CAPÍTULO I – FUNDAMENTOS, TEORIAS E ESCOLAS GEOPOLÍTICAS

A Geopolítica é polêmica – assim o General Meira Mattos iniciou sua cativante obra. Procurou demonstrá-lo ao ressaltar a divergência entre seus adeptos, que a dividiram em duas es-

* Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

¹ Selecionado pelo PADECME.

² Em publicações estrangeiras, esse livro foi analisado pelos professores Lewes Tambos e Philip Kelly, dos EEUU, e Michel Schooyes, da Bélgica.

colas *determinista e possibilista*. A primeira defendeu a tese de que a geografia determina o destino dos povos. Seus mais fervorosos seguidores foram Ratzel e Kjéllen, da escola alemã. A segunda, apoiada na idéia de que a geografia possibilita soluções favoráveis ao destino dos povos, teve como figura proeminente Vidal de La Blanche.

O autor atribui a Kjéllen a teoria organicista do Estado, que, por um processo rigorosamente científico, comparou o Estado a um organismo vivo capaz de percorrer o ciclo da vida, da gestação ao desaparecimento.

Ele faz uma rápida digressão sobre a teoria “do desafio e da resposta”, de Arnold Toynbee, nem determinista, nem possibilista, e chega a inúmeras conceituações de Geopolítica. Elege como a mais sintética e abrangente a de Ratzel – “espaço é poder” – à qual, como resultado de profunda reflexão, acrescenta: “geopolítica é destino”.

CAPÍTULO II – O DESAFIO DO AMBIENTE

A terra sempre teve influência no destino do ho-

mem, no país, nos povos, no território e nos Estados. Forma, extensão, posição, altitude, clima e cobertura vegetal são os fatores geográficos principais que condicionam o destino, escreve o autor.

Das considerações alinhadas sobre os fatores geográficos que geraram teorias do Poder, volta a Toynbee, para analisar seus estudos sobre a interação homem e ambiente, cujas conclusões foram assim sintetizadas: *a facilidade é inimiga da civilização, e o estímulo ao homem aumenta a força na razão direta das dificuldades*.

Retorna, assim, à teoria do “desafio e da resposta”.

Mais adiante, ainda reportando-se a Toynbee, menciona os estímulos do ambiente físico e do ambiente humano, como o das regiões áspersas, dos solos novos, dos reveses, das pressões e das inferiorizações, que poderão influenciar o homem a desenvolver suas qualidades intrínsecas de caráter e de vontade, para vencer. Conclui, finalmente, que, sob seu ponto de vista, todas as teorias e doutrinas da Geopolítica resultam numa só, a do “desafio e da

resposta”. O homem ou responde e os supera, ou não responde e é superado.

CAPÍTULO III – IMPORTÂNCIA DA FORMA E DA POSIÇÃO DO TERRITÓRIO NA ES- TRATÉGIA DOS ESTADOS

O autor procura demonstrar a influência da forma do território sob a luz da Geopolítica, baseando-se na seleção de Renner, que a classificou como compacta, alongada, recortada e fragmentada.

A respeito da posição que o território do Estado ocupa no globo terrestre entendeu que, sob o ponto de vista da Geopolítica, vale ressaltar a latitude, a proximidade ou o afastamento do mar, a situação relativa aos países vizinhos e a altitude como aspectos que, associados à forma do território, oferecem atenuantes ou agravantes.

Preparando a finalização do capítulo, o autor apresenta nova classificação em termos de posição dos Estados, separando-os em marítimos, continentais e mistos, ou do tipo continental marítimo. Termina com uma observa-

ção sobre a indiferença com que a política brasileira viveu seu destino de país misto, até que resolvesse despertar as forças adormecidas da continentalidade promovendo a mudança da Capital para o centro do território.

CAPÍTULO IV – TEORIA DAS FRONTEIRAS

Na Antigüidade, os Estados não davam valor à fronteira minuciosamente fixada, diz o General Meira Mattos.

Foi Lord Curzon, antigo Vice-Rei da Índia Britânica, quem destacou a importância das fronteiras nas considerações geopolíticas, ao defender a idéia, consagrada em Versalhes quando da redivisão territorial da Europa, após a primeira Grande Guerra, de substituir as chamadas fronteiras de tensão por Estados-tampões. Não será difícil se perceber na solução de Versalhes, diz o autor, a idéia de retaliação da área do “Hertland” mackinderiano. O centro de irradiação do poder terrestre capaz de dominar toda a massa continental eurásica, segundo Mackinder, seria uma região contígua, situada na Europa Oriental e na

Rússia Européia. A consolidação de um poder político sobre essa área desencadearia o processo de criação de um só poder mundial, em detrimento da Inglaterra e da Europa Ocidental. Essa consolidação seria possível, fundindo-se, num poder único, a Alemanha e a Rússia, o anel dos Estados-tampões de Curzon, instrumentando fisicamente os conceitos de Mackinder.

Ao manifestar-se sobre o “Heartland” mackinderiano, para justificar o conceito de Curzon sobre os Estados-tampões, explica a atitude de Karl Haushofer em aplicar a teoria do “lebensraum” – o espaço vital como pretexto de corrigir as injustiças de Versalhes, segundo o ponto-de-vista alemão.

Analisando as fronteiras naturais, destaca o mar como oferecendo todas as características de uma fronteira completa.

Tece considerações sobre as chamadas fronteiras antropogeográficas, divididas em lingüísticas, raciais ou étnicas, religiosas e culturais, para fixar-se, adiante, em seus estágios de evolução.

Recorre a diversos estudos da Geopolítica, e de-

monstra a extrema instabilidade das fronteiras como fenômeno histórico-sociológico de fácil constatação. Ao encerrar, concorda com a idéia de Toynbee de que a vontade do homem é que impera, superando até mesmo os fatores adversos da geografia, embora esses não possam ser desprezados.

CAPÍTULO V – O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

Neste capítulo, é visível o entusiasmo do General Meira Mattos, quando faz um retrospecto do pensamento brasileiro no campo da Geopolítica, exaltando a figura de Alexandre Gusmão, negociador do Tratado de Madri. Avança no tempo, sem esquecer os grandes nomes nem as instituições nacionais que despontaram como artífices da Geopolítica brasileira.

Entre os contemporâneos, ressalta os trabalhos de Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Delgado de Carvalho, citando obras e artigos publicados.

O autor faz menção especial à Escola Superior de Guerra, como formuladora da doutrina de segurança

nacional e pesquisadora do campo do desenvolvimento.

Homenageia o Presidente Castelo Branco, em seu entender o mais lúcido expositor dessa doutrina.

Termina o capítulo, re-produzindo conceitos amáveis a nosso respeito, de autoria do analista da Geopolítica, Lewis Tambs, publicados no "Geographic Review" do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

CAPÍTULO VI – CONCEITO DE POTÊNCIA MUNDIAL

Os progressos técnico-científicos eram ainda limitados, quando Rodolfo Kjéllen estabeleceu que espaço, liberdade de movimento e coesão interna constituem os atributos essenciais de uma grande potência.

Saltando no tempo, o autor chega aos dias mais recentes e ao conceito de Toynbee sobre grande potência: *uma força política que exerce seu poder coordenador num campo maior do que o da sociedade que lhe serve de base.*

Prossegue seu vóo citando os fatores do poder político de Spykman e de Mor-

genthau. Alerta, mais adiante, que dimensão geográfica, população, posse de recursos naturais, capacidade tecnológica e científica e coesão interna são atributos sempre presentes nas obras dos mencionados especialistas.

Finalmente, em metódico exercício mental de comparação, revela que nós, brasileiros, temos todas as condições para aspirarmos a um lugar entre as grandes potências do mundo.

CAPÍTULO VII – NOSSA POSIÇÃO ESTRATÉGICA

Analisados os fatores da potencialidade nacional, o autor procura mostrar seus aspectos estratégicos.

Nossa posição continental incorpora-nos à estratégia de duas grandes áreas: Continente Americano e do Atlântico Sul.

Com seu perfil territorial lançando um saliente sobre a imensa massa afro-euroasiática, diz o autor, incorporamo-nos também à estratégia mundial, como donos que somos do espaço necessário e vital à consecução de dois importantes planos militares para a segurança do

Ocidente, o da defesa do Continente Americano e o da garantia da Segurança Atlântica. Em ambos, afirma, ocupamos papel preponderante.

Nesse ponto, o General Meira Mattos projeta o comportamento estratégico do Brasil, atribuindo-lhe uma dinâmica concepção de segurança da América, cujas fronteiras encontram-se, não no nosso continente, mas além-mar. Nomeia a África como linha de cobertura afastada da costa brasileira.

CAPÍTULO VIII – VIABILIDADE BRASILEIRA PARA POTÊNCIA

Começa este capítulo fazendo uma rápida referência aos conceitos de potência, anteriormente examinados, para abordar o que Morgenthau classifica de superpotências e potências médias.

O Brasil é apontado entre as nações aspirantes a superpotência. Esclarece o autor que as avaliações sobre as possibilidades reais das demais nações aspirantes variam, mas a viabilidade do Brasil é sempre apontada pelos especialistas internacionais.

Prossegue alinhando diversos pronunciamentos de renomados autores, citados na imprensa estrangeira e em inúmeros livros, todos preocupados com a posição do Brasil na cúpula do cenário mundial.

Por intermédio da análise comparativa entre as nações de potência média, o Brasil e a China realçam como os que satisfazem melhor os fatores relativos a recursos minerais, população, território, indústria, tecnologia e ciência e coesão interna. Têm mais perspectivas para o futuro, diz o autor.

Encerra, predizendo que as possibilidades do Brasil, antes apreciadas, irão depender muito da nossa capacidade de atuação política, econômica e social. Ressalta a necessidade militar de dimensionar uma força de dissuasão capaz de garantir nosso desenvolvimento.

CAPÍTULO IX – NO LIMAR DA ERA DA ENERGIA NUCLEAR

O capítulo é dedicado ao esforço do Governo brasileiro para ingressar na era da energia nuclear. Com dosado humor, o General Meira

Mattos faz blague: *Ficamos nós sentados à porta da choupana esperando que coisas aconteçam não seria a posição desejada para um governo dinâmico e responsável.*

Estende-se na apresentação de dados estatísticos comprobatórios de nossas atuais e futuras possibilidades energéticas, para constatar que não tínhamos outro caminho senão o de apelar para a energia do átomo.

Comenta a pressão sobre os governos do Brasil e da Alemanha Ocidental (à época do lançamento do livro) para que não firmassem o acordo de Bonn. Acrescente, pergunta pelo “suporte moral” dos que dominaram a tecnologia do átomo para obter a bomba, antes de buscar suas aplicações pacíficas.

Os desencontros do Tratado de Não-Proliferação motivaram detalhados comentários. O autor, sutilmente, atribui ao vulto dos interesses comerciais contrariados a posição intransigente dos integrantes do Clube Atômico.

Por fim, chega ao Acordo Germano-Brasileiro, de 25 de junho de 1975, pelo qual o Brasil entraria na era

do átomo prognosticando que a energia nuclear deverá ser o sustentáculo de nosso desenvolvimento nas décadas de oitenta e noventa.

O fecho deste capítulo é antecedido por uma apreciação selecionada das notícias sobre o Acordo, publicadas na imprensa internacional.

Faz ainda uma rápida incursão pelos aspectos técnicos dos reatores nucleares e encerra afirmando que o Tratado viria assegurar-nos uma completa mudança de estágio tecnológico na comunidade mundial.

CAPÍTULO X – RUMO À META 2000

Quanto maior uma nação, explica o autor, maiores as aspirações e necessidades, e maior o poder necessário para conduzi-la.

Rebuscando os ensinamentos da Escola Superior de Guerra e de alguns estudiosos do assunto, recorda que, entre as quatro expressões do poder nacional – política, psicossocial, econômica e militar –, a expressão econômica é predominante.

Conduz logicamente o raciocínio, para provar que

o desenvolvimento econômico e social do Brasil despertará suas riquezas potenciais, transformando-as sucessivamente em poder, cujo prazo de realização não poderá ultrapassar o ano 2000.

Conclui, parcialmente, que o objetivo é atingir o ano 2000 com o Brasil entre as nações mais desenvolvidas do globo.


O autor reconhece as dificuldades provocadas pelo desenvolvimento de uma nação da nossa grandeza geográfica.

Encerra a obra com um chamamento patriótico de que não se constrói uma obra ciclópica, como a de transformar o Brasil em nação poderosa, sem sacrifícios. Faremos esses sacrifícios, afirma, e chegaremos lá.

CONCLUSÃO

O General Meira Mattos, como estudioso do Brasil à luz da Geopolítica e da Estratégia, foi capaz de elaborar, na década de setenta, um cenário para o ano 2000,

muito próximo do que hoje se vislumbra para 2020 e, praticamente, para uma mesma extensão de tempo.

Em vista da oportunidade do tema, da qualidade do autor como estrategista e de sua visão das potencialidades brasileiras, foi feita uma nova resenha do livro "Brasil – Geopolítica e Destino" com o intuito de permitir aos leitores um contato com o assunto e dar-lhes a oportunidade de comparar pontos-de-vista diversos sobre o futuro do Brasil. 

Organização, Instalação e Implantação de uma Unidade do Exército na Amazônia: Experiências e Ensinaamentos¹

Paulo Sérgio Melo de Carvalho*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

A par de assuntos administrativos específicos, apresenta aspectos peculiares da profissão militar.

A Amazônia, desde a colonização portuguesa até nossos dias, tem-se constituído alvo de cobiça internacional e os mais diversos argumentos têm sido usados para justificar uma pretendida *planetarização* da área.²

O grande interesse porém que ela desperta reside na vasta fonte de matérias-primas, vegetais e minerais, que ela constitui, algumas de alto valor estratégico. E

a reboque de tais argumentos exercem-se os mais variados tipos de pressões sobre os países amazônicos.³

O Governo Federal tem procurado promover a integração e a interação da Amazônia, mormente durante o ciclo de presidentes militares, quando o sistema rodoviário na região foi incrementado, buscando sua efetiva colonização.

Em 1993, como consequência da execução de

manobras pelos Estados Unidos na Guiana e do possível massacre de índios ianomâmis na Venezuela, realizaram-se duas reuniões do Conselho de Defesa Nacional, em 10 e 17 de agosto, de que resultou a liberação de recursos para ativação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e na criação do Ministério Extraordinário da Amazônia. Na ocasião, a presença norte-americana na Amazônia despertou o sentimento de desconfiança na sociedade brasileira quanto à eficiência do sistema de defesa da região, e a duvidosa matança dos ianomâmis gerou manifestações de repúdio por parte de vários organis-

* Major de Comunicações e Estado-Maior

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² A floresta amazônica como "o pulmão" do mundo; a formação dos "grandes lagos amazônicos"; a preservação da cultura indígena; a manutenção da camada de ozônio; a incompetência dos países amazônicos para administrar a proteção da grande floresta tropical, etc.

³ Concessão de empréstimos financeiros vinculados a questões ecológicas; demonstrações de poderio militar via realização de manobras em território amazônico, entre outras.

mos internacionais de proteção dos direitos humanos.

Todavia, o Exército Brasileiro, desde a ocorrência de incidentes fronteiriços no norte do País, de que resultou a implementação do Projeto Calha Norte, vem orientando seu planejamento estratégico, com prioridade para o aumento do poder militar terrestre na área, adotando um dispositivo de expectativa.

A partir de 1985, foram implantados mais cinco Pelotões Especiais de Fronteira e um Batalhão Especial de Fronteira, através do Projeto Calha Norte e, por conta do Projeto de Estruturação do Exército (PEEx), o Batalhão Logístico e a Companhia de Comunicações, orgânicos da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª BdaInfSI) e o 1º Esquadrão do 2º Grupo de Aviação do Exército, ao tempo em que se transferia a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (1ª BdaInfMtz), de Petrópolis/RJ para Boa Vista/RR, e a 16ª Brigada de In-

fantaria Motorizada (16ª BdaInfMtz), de Santo Ângelo/RS para Tefé/AM.

Verificou-se, assim, o incremento das atividades de organização, instalação e implantação⁴ de organizações militares (OM) do Exército nos estados da Amazônia, como consequência da criação, transformação ou transferência de unidades militares.

Pretende-se, abordar neste ensaio, a experiência vivenciada pelo autor, como primeiro comandante da 23ª Companhia de Comunicações de Selva, responsável pela sua instalação e implantação na cidade de Marabá/PA, em 1989 e 1990.⁵

Da oportunidade ímpar de implantar uma unidade do Exército em uma região com características bastante marcantes e especiais, almeja-se transmitir ensinamentos, nos campos do pessoal, material, instrução e psicossocial, que minimizem os óbices e facilitem o trabalho daqueles que, porven-

tura, venham a receber missão similar, honrosa e dignificante, de instalar e implantar um quartel, seja na Amazônia ou em qualquer parte do território nacional.

Deseja-se, também, oferecer alguma contribuição útil para o Estado-Maior do Exército (EME) e as Diretorias dos Departamentos, na implementação das atividades de planejamento para criação, transformação ou transferência de organizações militares, de modo a aumentar a eficiência e a eficácia da complexa sistemática de ativação de novas unidades da Força.

SISTEMÁTICA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Papel do EME

O Estado-Maior do Exército (EME) é o órgão de direção geral responsável pela preparação do Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional. Ele é encarregado de estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército, na paz e na guerra.

A fim de cumprir sua missão regulamentar, o

⁴ Na execução deste artigo, entende-se, como *organização*, as atividades de planejamento; *instalação* refere-se a dispor para funcionar e, finalmente, *implantação* compreende-se como inauguração do aquartelamento.

⁵ Período caracterizado por grandes dificuldades econômico-financeiras para a Nação Brasileira, gerando reflexos extremamente negativos para o Exército Brasileiro e, conseqüentemente, para as atividades relativas à organização, à instalação e à implantação de novas OM pelo Projeto Força Terrestre 1990 (FT 90) na Amazônia.

EME possui seis Subchefias encarregadas da elaboração, coordenação, execução, e fiscalização das diversas políticas da Força Terrestre: 1ª (Pessoal), 2ª (Inteligência), 3ª (Doutrina, Política e Estratégia), 4ª (Logística e Mobilização), 5ª (Assuntos Especiais) e 6ª (Economia e Finanças).

Dentre as atribuições do EME, destacam-se, na área da organização e estruturação da Força Terrestre (FT): *proporcionar os elementos necessários às decisões do Ministro do Exército nas questões relativas à estrutura, à organização, à articulação, ao aparelhamento e ao adestramento da FT; supervisionar, coordenar e controlar as atividades de planejamento e modernização administrativa; e planejar, orientar e controlar em nível de direção geral as atividades relacionadas com o planejamento administrativo, informática, organização e métodos, estatística e patrimônio da União sob a jurisdição do Ministério do Exército.*

O Sistema de Planejamento do Exército

Após analisar a missão constitucional do Exército,

o EME estabelece a Doutrina Militar Terrestre (DMT), que trata da concepção doutrinária, política e estratégia do Exército a curto, médio e longo prazos.

No faseamento de desenvolvimento da DMT (concepção, planejamento, formulação, difusão e aplicação), surge o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) com as finalidades de estabelecer uma meta de planejamento, racionalizar atividades de planejamento e execução das ações em vários níveis, acompanhando-as para realimentar e controlar o sistema; e propiciar as melhores condições para cumprimento da missão do Exército com eficiência, eficácia e efetividade.

Para alcançar os seus objetivos o SIPLEX divide-se em sete campos: 1 – missão do Exército, 2 – avaliação do Exército, 3 – política militar terrestre, 4 – concepção estratégica do Exército, 5 – diretrizes estratégicas, 6 – planos básicos e 7 – planos operacionais.

O SIPLEX-6 estabelece o Plano de Estruturação do Exército (PEEx), consubstanciando a organização e estruturação da Força para o preparo de curto prazo e para

suas projeções a médio e longo prazos, abrangendo um ciclo de trinta anos, iniciado em 1985, cujo objetivo é capacitar operacionalmente o Exército para atender ao seu emprego em cada área estratégica, mantendo forças de cobertura de pronto emprego nas fronteiras, reservas locais em profundidade e um núcleo central com a reserva estratégica.

Desse modo, organizou-se a denominada FT 90, que consubstanciou o PEEEx para o quinquênio 1986-1990, e determinou-se a execução de oito programas básicos de estruturação da Força, abrangendo o completo de pessoal e equipamento, a aquisição de viaturas e blindados, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, a pesquisa e desenvolvimento, a formação de pessoal, a Aviação do Exército e a Informatização.

As adversidades financeiras enfrentadas ao longo do período, principalmente nos anos de 1989 e 1990, e a reduzida dimensão dos recursos destinados à defesa no Brasil⁶ dificultam a realização

⁶ Situado entre os mais baixos do mundo, à luz de quaisquer parâmetros de comparação.

plena desses programas no seu conjunto. A consecução do PEEEx torna-se prejudicada, fazendo com que unidades militares em organização não iniciem o seu funcionamento em condições satisfatórias, essencialmente pela falta de material bélico, fundamental para o emprego de qualquer tropa.

O Plano Diretor do Exército

Para viabilizar a conquista dos objetivos, metas e ações previstas no PEEEx, o EME formula o Plano Diretor do Exército (PDE), documento básico do Sistema de Planejamento Administrativo do Ministério do Exército (SIPA/MEEx), que compreende as atividades de planejamento administrativo, programação e orçamento. O SIPA/MEEx tem, como

órgão central, o EME; como órgão complementar, a Secretaria de Economia e Finanças (SEF); como órgãos setoriais (OS), os Departamentos e suas Diretorias; como órgãos regionais, as Regiões Militares (RM) e as Organizações Militares (OM) e, finalmente, como órgãos vinculados, os supervisionados pelo Ministério do Exército.

O PDE define, orienta, consolida e coordena as ações a serem desenvolvidas nos diversos escalões administrativos, de modo a atender às necessidades do Exército, visando ao cumprimento de suas missões. Resulta em um processo contínuo e sistemático de planejamento, programação, execução, controle e avaliação, possuindo a seguinte composição básica:

Livro 1 – documento essencial do PDE, reproduz os objetivos, metas e ações fundamentais para o cumprimento das missões do Exército;

Livro 2 – contém os Planos Setoriais (PS), relativos a todos os Projetos/Subprojetos e Atividades/Subatividades do Ministério do Exército, elaborados pelos OS, com base no Livro 1;

Livro 3 – formado pelos Programas Plurianuais Setoriais (PPS), que são documentos elaborados pelos OS, coordenados e consolidados pelo EME. Operacionalizam os PS, através da quantificação física e financeira das necessidades dispostas em ordem de prioridade, ajustando a programação com os recursos disponíveis ano a ano. Sua exe-

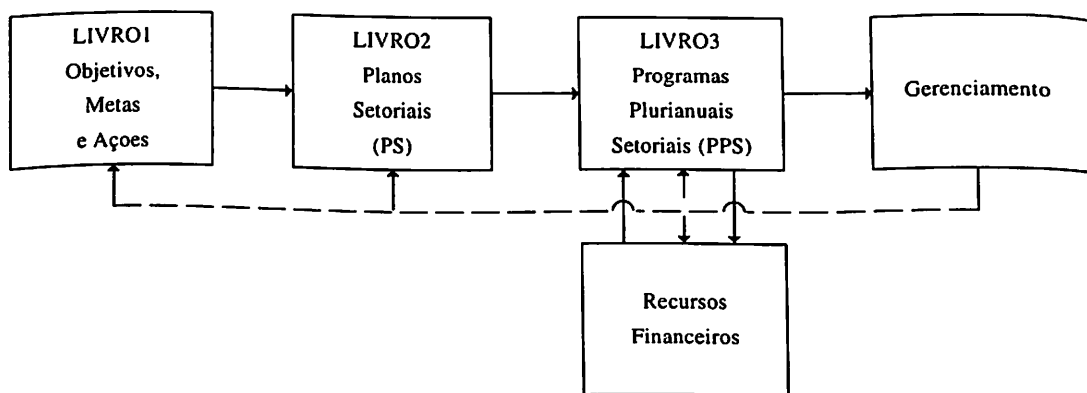


figura 1: Composição e Funcionamento do PDE

cução cabe aos órgãos gestores de projetos ou atividades, geralmente os próprios OS ou órgãos de apoio setoriais (OAS).

O gerenciamento consiste na realização de ações de acompanhamento, coordenação, supervisionamento e avaliação de programas, visando a assegurar o nível de desempenho desejado na sua execução.

A figura 1 representa, sinteticamente, como o EME realiza o acompanhamento, a coordenação e o controle das atividades referentes ao funcionamento do PDE

O Projeto de Reparelhamento do Exército visa a dotar as OM com todo material necessário ao seu emprego operacional, almejando obter, em todas elas, o nível de 100% do material previsto em seus Quadros de Dotação de Material (QDM). Entretanto, devido à impossibilidade de recompletar todas as unidades de uma só vez, adotam-se níveis na distribuição e recompletamento das Dotações Orgânicas (DO): operacionalidade plena (OP), limitada (OL) e restrita (OR), correspondendo a 90, 75 e 50%, no mínimo, da dotação de material prevista nos QDM.

O EME também define prioridades, devendo ser observada a mais alta (P1) no reaparelhamento corrente. As OM com prioridade 2 (P2) só podem ser atendidas quando as de precedência P1 tiverem seus níveis atingidos, e assim sucessivamente.

As OM recentemente ativadas na Amazônia, seja por criação, transferência ou transformação, possuem o nível de operacionalidade plena (OP) e prioridade P1.

Implementação de novas Organizações Militares

O EME adota o limite longo de seis anos para ultimar o processo de ativação de uma OM com operacionalidade plena (OP) e prioridade P1, isto é, a partir da sua portaria de criação considera-se esse período de tempo, no máximo, para concluir a sua implantação com a incorporação do Efetivo Variável (EV).⁷

Assim sendo, o cronograma constante da Tabela 1 (a seguir) deve ser obedecido.

Em cada órgão do SIPA/MEx existe um gerente para cada projeto ou programa,

responsável pelo seu desenvolvimento físico na sua área de atuação. Considerando o Projeto FT 90, no EME havia o gerente para todo o Exército e existia um gerente para o projeto em questão em cada OS, nas RM⁸ e nas OM em organização,⁹ normalmente o comandante da unidade.

A CRIAÇÃO DA 23ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES DE SELVA

A 23ª Companhia de Comunicações de Selva (23ª CiaComSI) é orgânica da 23ª BdaInfSI. Sua missão é instalar, explorar e manter o sistema de comunicações em apoio às operações dessa Grande Unidade (GU) de fundamental importância para a defesa da Amazônia.

Organização

O Livro 2 do PDE, no que se refere ao PPS da 23ª CiaComSI, previa as atividades da Tabela 2 (a seguir) e respectivos prazos de implementação.

A 23ª CiaComSI foi criada na data prevista e os

⁷ Efetivo de recrutas.

⁸ Geralmente o Chefe do Escalão Logístico.

⁹ Normalmente o Comandante da Unidade.

TABELA 1: Ciclo de Implementação de Novas Organizações Militares

ANO	EVENTOS	ÓRGÃO(S)
1ª	Estudos iniciais objetivando uma decisão sobre a conveniência e a viabilidade da ação a ser conduzida.	3ª Sch/EME
	Portaria de criação, transferência ou transformação de OM	1ª Sch/EME
	Aprovação do QO, atribuição do Código de Organização Militar (CODOM) e do grupamento de incorporação.	1ª Sch/EME
	Definição do material básico e específico da OM.	4ª Sch/EME
2ª	Legalização de imóveis, estudos, projetos, especificações e custos.	DEC ¹¹
3ª	Confecção dos PS e PPS pelo EME e OS/OAS, contendo os eventos de início das obras civis e de incorporação do EV. Licitação e contratos para a execução de obras civis.	6ª Sch/EME, DEC, DMB, ¹² DGS, ¹³ DEP, ¹⁴ DGP ¹⁵
4ª	Início da construção civil, licitação e contratos para o começo do aparelhamento da OM.	DEC, DMB, DGS
5ª	Término da construção civil e do aparelhamento da OM.	DEC, DMB, DGS
	Portaria de ativação da OM no 1º bimestre.	1ª Sch/EME
	Inclusão das necessidades de funcionamento e setoriais da OM no planejamento e programação dos OS. ¹⁶	Todos OS
6ª	Incorporação do Efetivo Variável.	—

Tabela 2: Cronograma de ativação da 23ª CiaComSi

ESPECIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Criação e organização da OM: Port. Min. nº 046-Res., 16.Out.86	EME/1ª Sch	--
CODOM e Grupamento de incorporação		--
Distribuição do efetivo e do Núcleo Base (NB)		--
Seleção e designação do contingente	8ª RM	Ago/Out.89
Classificação e movimentação do comandante da companhia (Comt Cia)	DGP/DMOV	Set/Nov.89
Encargos de mobilização	EME/4ª Sch	Out.89
Classificação e movimentação dos quadros e NB	DGP/DMOV ¹⁵	Out/Dez.89
Construção do quartel	DEC/DOM ¹⁶	Dez.89
Autonomia administrativa	EME/6ª Sch SEF	Dez.89
Armamento	DMB/DAM ¹⁷	
Material de motomecanização	DMB/DMM ¹⁸	
Material de engenharia	DMB/DME ¹⁹	
Material de comunicações de campanha e eletrônica	DMB/DMCE ²⁰	
Munição	DMB/DAM	
Material de telecomunicações	DEC DTelecom ²¹	
Material de intendência (uso corrente e de campanha)	DGS/DMI ²²	
Material de saúde (instalações fixas e de campanha)	DGS/DSau ²³	
Incorporação	8ª RM	Jan/Fev.90
Construção das residências	DEC/DOM	Dez.90

quadros de organização de efetivos e material foram aprovados no mesmo ano, com a estrutura idêntica das demais subunidades isoladas de comunicações, ou seja, a quatro pelotões¹⁰.

Nomeou-se o comandante da companhia (Cmt Cia) em 2 de maio de 1989, o qual devia estar pronto para o serviço, em Marabá, até o dia 30 de junho do mesmo ano, prazo que foi dilatado para 30 de julho, para minimizar problemas particulares do oficial, considerando que não recebeu nenhuma comunicação prévia.

O Cmt Cia nunca tinha servido na Amazônia e não

realizou sequer um estágio em Brasília/DF. Não recebeu nenhuma instrução, correspondência ou orientação sobre o Projeto FT 90, o SIPLEX, o PDE e outras normas relativas à criação de OM.

Inicialmente, o Comando da 23ª BdaInfSI tencionava colocar o Cmt Cia na função de Ajudante-Geral do Quartel-General. Tal fato não se consumou graças à interferência do comandante do 23º BLogSI, que havia implantado a sua unidade em janeiro de 1989.

O comandante não pode selecionar seus oficiais. Foram recrutados aqueles que possuíam mais tempo nas respectivas guarnições, seguindo-se as normas de movimentação do Exército. Apenas o pertencente ao Quadro Auxiliar de Oficiais, de Material Bélico, era voluntário para servir em guarnição de primeira categoria, na qual Marabá se inclui.

Nenhum dos oficiais tinha servido na região amazônica e os primeiros subtenentes e sargentos chegaram apenas no final de 1989. Não havia nesse universo sequer um militar com curso de operações na selva.

Os cabos e soldados do NB²⁶ foram recrutados de

unidades de todo País, mediante requerimentos dos interessados, havendo uma predominância de voluntários da cidade do Rio de Janeiro/RJ e dos estados da Amazônia.

Como todas as unidades da 23ª BdaInfSI, a 23ª CiaComSI recebeu a designação do EV²⁷ para o Grupamento A (fevereiro de cada ano), e já devia incorporar em 1990.

A OM recebeu a concessão de semi-autonomia administrativa, a partir de 1º de janeiro de 1989, realizando o controle integral de seu material orgânico.

Instalação

Em 24 de julho de 1989, o Cmt Cia recebeu a missão do Comandante da Brigada (Cmt Bda) de implantar a unidade no início de 1990. Dois dias após, juntamente com o mestre de obras da construtora responsável pela edificação do aquartelamento, acompanhou o Chefe do Estado-Maior do CMA²⁸ em visita às instalações da OM.

Iniciou-se a organização da 1ª Seção da Companhia, com a análise de toda documentação já destinada à OM. Cabe ressaltar que todos os documentos estavam

¹⁰ Um de Comando e Serviços, dois de Comunicações de Posto de Comando e um de Comunicações de Posto de Comando Recuado.

¹¹ Departamento de Engenharia e Comunicações.

¹² Departamento de Material Bélico.

¹³ Departamento Geral de Serviços.

¹⁴ Departamento de Ensino e Pesquisa.

¹⁵ Departamento Geral do Pessoal.

¹⁶ Órgãos Setoriais.

¹⁷ Diretoria de Movimentação.

¹⁸ Diretoria de Obras Militares.

¹⁹ Diretoria de Armamento e Munições.

²⁰ Diretoria de Motomecanização.

²¹ Diretoria de Material de Engenharia.

²² Diretoria de Material de Engenharia e Eletrônica.

²³ Diretoria de Telecomunicações.

²⁴ Diretoria de Material de Intendência.

²⁵ Diretoria de Saúde.

²⁶ Núcleo-base.

²⁷ Efetivo variável.

²⁸ Comando Militar da Amazônia.

reunidos na 4ª Seção do Comando da 23ª BdaInfSI e já havia cobranças de algumas diretorias pelo não cumprimento dos prazos previstos nos calendários de obrigações.

Com a chegada de mais dois oficiais e após a reunião de onze cabos e dois soldados que se encontravam adidos à CiaC/23ª BdaInfSI, instalou-se o núcleo de implantação da unidade em seis dependências do 23º BLogSI. Observou-se, nesse efetivo, a ausência de subtenentes e sargentos, bem como o fato de 19% dos cabos e soldados serem constituídos de militares nascidos na Amazônia e 50% oriundos da cidade do Rio de Janeiro.

Formou-se nessa equipe um espírito-de-corpo através da mística segundo a qual todos constituíam os pioneiros da primeira unidade de Comunicações de Selva do nosso Exército, do acompanhamento cerrado dos oficiais junto aos cabos e soldados, da prática diária do treinamento físico e pela similitude dos problemas particulares de adaptação a uma região desconhecida.

A ausência do material essencial para o funciona-

mento da OM obrigou a todos a uma grande dose de sacrifícios e o emprego de muita imaginação, criatividade e determinação para vencer os obstáculos, desenvolvendo-se a mentalidade pela qual o trabalho de todos e de cada um era fundamental para o cumprimento da missão da melhor maneira possível.

A companhia estruturou-se no quartel do 23º BLogSI em Comando, 1ª Seção, 4ª Seção, Almoxarifado e Pelotão de Comando e Serviços. Graças ao apoio em material do 23º BLogSI, a OM principiou o seu funcionamento, precário e de forma improvisada, com três mesas de campanha, quatro bancos de campanha, dez camas beliches, doze colchões e duas mesas de refeitório, sendo uma a do Cmt Cia. Teve-se de recorrer à doação de madeira por uma firma civil e, após a montagem de uma equipe de carpinteiros, dinamizou-se uma produção considerável de mesas, bancos e estantes.

A preocupação inicial foi estabelecer, com rapidez, as condições mínimas de funcionamento nas atividades de secretaria, pessoal e material, fundamentais para o

desempenho vegetativo de qualquer OM. A Companhia já contava com dois subtenentes e quatro sargentos do 23º BLogSI, que passaram à disposição da unidade, por determinação do Cmt da 23ª BdaInfSI, e foram assim distribuídos: os subtenentes, um como encarregado da Reserva de Material e o outro no Almoxarifado e os sargentos, dois na 4ª Seção e dois na 1ª Seção.

Houve grande dificuldade para estabelecer as rotinas nas seções de pessoal e material, pela ausência de legislação básica e dos diversos calendários de obrigações, aliada à falta de qualificação específica do pessoal disponível. Realizou-se cópia da documentação existente na Guarnição de Marabá e solicitou-se à 8ª RM e ao Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF) os manuais atinentes às diversas categorias.

A OM não dispunha de máquinas de escrever. Assim sendo, todos os documentos foram manuscritos, até o empréstimo de três máquinas datilográficas: uma do 23º BLogSI, uma do 52º BIS e uma de um oficial da companhia.

O 23^a BLogSI emprestou, para a unidade, uma viatura operacional de 2 ½ toneladas, que cumpria todas as missões de transporte, desde a condução dos militares para o expediente até a execução de tarefas administrativas.

A OM vinculou-se, para fins de alimentação, ao 23^a BLogSI, apesar de subordinar-se, administrativamente ao Comando da 23^a BdaInfSI. Considerou-se a proximidade física das duas OM e o fato de o Cmt do 23^a BLogSI ter recebido a missão, do Cmt da 23^a BdaInfSI, de apoiar o Cmt da 23^a CiaComSI na instalação da sua OM.

O 23^a BLogSI recebeu e armazenou o seguinte material, que passou ao controle da companhia após sua devolução conferência: da DMM, doze reboques — uma cisterna de água de 1.500 litros, de 1/4 de tonelada e sete de 3/4 de tonelada; da DM, a dotação completa de fuzis, metralhadoras 9 mm, pistolas e instrumentos óticos; da DME, um equipamento de iluminação elétrica nº 3, um curvímetro, um detector de minas, uma trena de 50 metros e um bastão de sondagem; da DMI, material de

fardamento individual para o efetivo de 20 (vinte) soldados e máquinas elétricas para cozinha²⁹, um bebedouro elétrico, três geladeiras de 250 litros e três ventiladores de mesa — todos equipamentos adquiridos no comércio de Marabá pelo 23^a BLogSI; da DSau um gabinete odontológico, material específico de formação sanitária e alguns aparelhos médicos; e da DTelecom, um episcopio, dois retroprojetores, um projetor de slides, uma câmara fotográfica, dois televisores coloridos, um gravador-reprodutor de vídeo cassete e duas telas para projeção.

Ressalte-se que o Comando da 23^a BdaInfSI já havia adquirido material de expediente e higienização para o funcionamento inicial da OM.

Após verificação física de todo material existente e estruturação básica das 1^a e 4^a Seções, principiou-se o recebimento das instalações da OM. O 52^a BIS (52^a Batalhão de Infantaria de Selva) apoiou a unidade com

quatro sargentos, possibilitando a formação de uma equipe composta de dois oficiais, três sargentos e oito cabos e soldados, que teve a missão específica de verificar o funcionamento de todas as dependências do quartel, recebendo a denominação de “equipe de obras”.

O chefe da 4^a Seção da Cia não participou diretamente dessa equipe. Apenas recebia os pavilhões, para fins de inclusão em carga e colocação em funcionamento. Havia uma grande preocupação do comando da OM em implantá-la sem problemas na carga do material e compatibilizada com o sistema de patrimônio do Ministério do Exército (PATRIMEX).

O quartel da 23^a CiaComSI compõe-se de quatro pavilhões: do comando (prédio de dois pisos), subunidade, rancho e de terceiros; corpo da guarda; garagem; posto de combustível;³⁰ campo de futebol com caixas de saltos/arremessos³¹ e pista de atletismo; duas quadras polivalentes e

²⁹ Cortador de frios, descascador de batatas, moedor de carne, serrador de ossos, espremedor de frutas e cafeteira — uma de cada.

³⁰ Dois reservatórios — 15.000 litros de óleo diesel e 15.000 de gasolina.

³¹ Distância, altura, dardo e peso.

uma pista de pentatlo militar (PPM).

Como nenhum oficial possuía curso de Engenharia Civil, houve necessidade de o comandante e chefes da 4ª e da 3ª Seções (também chefe da “equipe de obras”) aprenderem a interpretar as especificações técnicas da obra e os diversos tipos de plantas (baixa, hidráulica, elétrica, telefônica e outras) e projetos (de incêndio, telefônico, arquitetônico, arborização, etc.), pois a unidade, curiosamente, recebeu a obra diretamente da construtora. A Comissão Regional de Obras da 8ª RM (CRO/8) só era acionada quando ocorria alguma discrepância entre os citados documentos técnicos e a construção propriamente dita, principalmente as especificações técnicas. Ressalte-se que a Residência Técnica de Marabá da CRO/8 já havia sido desativada e o fiscal militar da obra era um primeiro-tenente temporário engenheiro civil.

Houve necessidade de a “equipe de obras” ordenar e catalogar todas as plantas do aquartelamento, que foram entregues à OM pela construtora totalmente desorga-

nizadas em uma caixa de papelão.

Os trabalhos de recebimento das instalações iniciaram-se em 8 de agosto de 1989, enfatizando-se o trabalho metódico da “equipe de obras” na verificação do cumprimento das já citadas especificações técnicas pela construtora e das condições de funcionamento básico das dependências, entre outras: abertura e fechamento das portas e janelas sem restrições, reboco das paredes, vazamentos nas pias e vasos sanitários, escoamento de água nos banheiros e teste das luminárias. Após a entrega de cada pavilhão pela construtora, uma subequipe ficava responsável pela sua conservação e manutenção.

O termo de recebimento provisório do aquartelamento foi confeccionado em 17 de novembro de 1989, tendo as principais pendências listadas no Anexo 1.

No Anexo 2, estão catalogadas algumas observações do usuário quanto ao projeto de construção da OM.

O recebimento definitivo da obra somente ocorreu em 16 de agosto de 1991, após a construtora solucionar os

principais problemas, persistindo as seguintes alterações, entre outras: falta de documentação relativa às especificações técnicas e plantas; erosão no campo de futebol e PPM, além de sinais de recalque no piso da garagem; castelo de água com vazamento e sistema de drenagem de água da PPM deficiente; existência de um transformador de 45 KVA desligado, foi considerado em reserva; uma caixa de água do pavilhão de terceiros foi entregue sem tampa; aquecimento solar da cozinha inoperante; não instalação do aparelho de purificação de óleo diesel; recebimento de equipamento de posto de lubrificação sem nota fiscal; não confecção do brasão com as Armas da República; paiol com infiltração no teto e nas paredes; pista de atletismo sem condições de utilização.

Após um contato com o Escalão Logístico da 8ª RM verificou-se a existência de material de escritório e de campanha estocado no Depósito Regional de Material de Intendência da 8ª RM (DRMI/8ª RM), em Belém PA. A Diretoria de Transportes não dispunha de verbas para levar esse material

até Marabá. Assim o Cmt da 23ª CiaComSI seguiu para a capital paraense com uma viatura de 2 ½ toneladas do 23º BLogSI, retornando após uma semana com mesas de escritório, arquivos de aço, cadeiras, mesas de reunião, barracas para dez praças e dois toldos.

A partir de 30 de setembro de 1989, a companhia iniciou o funcionamento em suas instalações com o efetivo de um capitão, quatro tenentes, dez subtenentes/sargentos (do 52º BIS e do 23º BLogSI) e vinte e seis cabos/soldados. Principiou-se a organização da 3ª Seção e houve necessidade de obter a legislação básica de outras companhias de comunicação (1ª CiaComSI e 2ª CiaComBld) bem como de adaptar-se às peculiaridades da instrução das unidades de selva.

A Companhia participou da manobra do período de adestramento avançado da 23ª BdaInfSI com dois oficiais e cinco cabos/soldados, além de empregar três das cinco viaturas de ½ tonelada (Xingu), fornecidas pela DMM em meados de setembro de 1989. A OM recebeu, a partir de 1991, as seguintes viaturas: um automóvel

Opala do Cmt da 23ª BdaInfSI, um microônibus e uma viatura de 2 ½ toneladas (ambas restauradas pelo 23º BLogSI).

A Fundação Nacional de Saúde (Fundação SESP) emprestou uma máquina de escrever em outubro de 1989, permitindo que a OM terminasse o ano com quatro máquinas datilográficas, nenhuma da sua dotação orgânica.

A carpintaria foi de vital importância para possibilitar as condições mínimas de trabalho para as seções de estado-maior, alojamentos, corpo da guarda e reserva de material. Foram confeccionadas diversas estantes e caixas com aldrabas, que eram os armários dos militares.

A cozinha estava pronta para funcionar a partir de outubro de 1989, mas a OM não dispunha de nenhum utensílio de rancho para a confecção da alimentação. Estruturou-se a equipe do serviço de abastecimento para realizar a manutenção preventiva dos equipamentos e das dependências, controlar o material carga e servir a alimentação, que era preparada no 23º BLogSI. Ressalte-se que a unidade não possuía nenhum botijão

de gás, tendo de utilizar fogo a lenha, até o empréstimo de quatro garrafas pelo 23º BLogSI.

A primeira confraternização de todo efetivo ocorreu em 10 de novembro de 1989, com a realização de um torneio de futebol e de um churrasco nas quadras polivalentes, custeado por todos os militares da OM.

Depois da carpintaria confeccionar os suportes das armas, em novembro de 1989, a reserva de armamento foi ativada com 173 fuzis, 95 pistolas, 11 metralhadoras 9 mm e 10 carabinas.

A OM terminou o ano de 1989 organizada em Comando, 1ª Seção, 2ª/3ª Seção, 4ª Seção, Pelotão de Comando e Serviços, Almoxarifado e Abastecimento.

Implantação

No final de janeiro de 1990, a unidade ultimou a sua organização básica, estruturando os seus pelotões operacionais de comunicações³², sem qualquer material de comunicações e com o pessoal constante da Tabela 3. (a seguir)

³² 1º e 2º Pelotões de Posto de Comando; 1º e 2º de Comunicações de PC e o Pelotão de Comunicações de PCR.

Tabela 3: Efetivo De Implantação da 23ª CiaComSI

POSTO/GRADUAÇÃO	PREVISÃO	EXISTÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Capitão	01	01	Aperfeiçoado
1ª Tenente (Comunicações)	06	03	Todos de carreira
1ª Tenente (Intendência)	01	—	—
1ª Tenente (Médico)	01	01	Recém-egresso da EsSEx
2ª Tenente QAO Moto	01	01	—
2ª Tenente (Comunicações)	03	03	Todos temporários
2ª Tenente (Intendência)	01	—	Claro para temporário
Aspirante-a-Oficial	—	02	01 Médico e 01 Dentista
Subtenente	04	01	—
1ª Sargento	08	01	—
2ª Sargento	13	08	—
3ª Sargento	45	26	19 recém-formados na EsSA
Cabos (Cb)	67	46	17 claros eram de Cb EV
Soldados (Sd)	118	09	35 claros eram de Sd EV
SOMA	269	102	—

Apesar dos esforços dos comandantes da 23ª BdaInfSI e da 23ª CiaComSI para não realizar a incorporação do EV em 1990 pela falta de material, a unidade teve de incorporar 81 recrutas em 5 de fevereiro de 1990, por determinação do escalão superior. Tal decisão contribuiu para aumentar o espírito de corpo do pessoal NB e despertar no recruta o amor pela nova OM do Exército Brasileiro, embora todos os comandantes dos pelotões operacionais de comunicações fossem tem-

porários, o grande número de 3ª sargentos inexperientes e o pouco tempo de organização dos pelotões.

A Companhia foi inaugurada em 9 de fevereiro de 1990, e iniciou o Período Básico estruturada em três escolas de instrução (1ª PelComPC, 2ª PelComPC e PelComPCR) com cinco instrutores e trinta instruídos, em média, por pelotão. Até a chegada dos três tenentes temporários, a instrução foi conduzida centralizadamente pelo chefe da 3ª Seção.

Houve alguma dificuldade na reestruturação de seções de estado-maior, pela falta de pessoal habilitado para funções burocráticas e pela escassez de tempo para o comandante da companhia selecionar o pessoal, através de entrevista e da análise das alterações. Após a passagem de funções para os militares da companhia, no final de fevereiro de 1990, os subtenentes/sargentos que estavam à disposição da OM retornaram às suas unidades.

Houve problema de moradia para os subtenentes,

sargentos, em virtude de não terem sido construídas cinquenta residências previstas no PDE. Na Guarnição existem apenas 207 próprios nacionais residenciais (PNR) para atender a quatro OM e a cidade não possui infraestrutura para cobrir a demanda em boas condições, obrigando os militares a não trazerem seus dependentes ou a dividirem casas com companheiros – existiam até três famílias que residiam sob o mesmo teto.

Muitos cabos/soldados já apresentavam uma situação financeira crítica, alguns já deviam somas consideráveis no comércio local, tornando-se fato rotineiro a cobrança das dívidas pelos comerciantes junto ao comando da OM. Muitos constituíram família com moças da cidade, principalmente aqueles que não eram da região amazônica.

A 23ª CiaComSI apresentava a situação abaixo discriminada nos diversos setores, para o início dos seus trabalhos:

Aprovisionamento: não havia nenhum utensílio de cozinha (Conjuntos “A” a “F” e “N” e Grupos Alfa, Bravo e Gama), bem como, das mesas para refeitório de

seis e oito lugares, faltavam quinze e quatorze, respectivamente. Graças ao empréstimo de mesas, painéis, marmitas térmicas, copos, talheres, pratos, jarras, xícaras e outros materiais pelas unidades da guarnição de Marabá, além da contribuição mensal voluntária correspondente ao valor de duas cervejas de todos oficiais e sargentos da unidade, a primeira refeição da 23ª CiaComSI foi preparada na própria OM em 1º de março de 1990. A unidade continuava utilizando os botijões de gás emprestados pelo 23º BLogSI. Essa unidade havia comprado com verba da Diretoria de Intendência alguns equipamentos de cozinha, especificados no item Instalação, que também foram fornecidos pela firma construtora.

Alojamento: não existia nenhum armário de aço e faltavam duzentos e sessenta e oito colchões e travesseiros de espuma. A unidade possuía sessenta colchões e travesseiros do 23º BLogSI, que eram divididos entre os diversos militares residentes no quartel – por exemplo, o alojamento do Cmt Cia dispunha de uma cama da campanha e de uma mesa construída na carpintaria.

Para os recrutas foi estabelecido um sistema de rodízio durante o internato. Como a OM só possuía colchões e travesseiros suficientes para apenas um pelotão, cada dia da semana os recrutas de um pelotão dormiam nos colchões e os dos outros dois pelotões nos estrados dos beliches. Alguns tiveram a idéia de armarem rede entre as colunas dos seus beliches, o que foi aprovado e elogiado pelo comando da unidade. Cada recruta dispunha de um beliche, cuja parte superior era o seu armário, onde colocava o saco de campanha e a caixa de madeira preparada pela carpintaria.

Seções do Estado-Maior, Pelotões e Reserva de Material: do material de escritório previsto, faltavam quinze máquinas de escrever, seis armários para livros EB-A3, doze mesas EB-M2 e onze cadeiras EB-C2. As quatro máquinas datilográficas emprestadas estavam assim distribuídas: 1ª, 2ª/3ª e 4ª Seções – uma cada, sendo a última dividida entre o almoxarifado e o provisionamento. A documentação dos Pelotões era manuscrita, bem como a das seções referentes aos trabalhos internos. Alguns militares traba-

lhavam à noite para aproveitar a disponibilidade das máquinas de escrever. A carpintaria fabricou estantes de grande porte, para a reserva de material, e mesas para os pelotões. O Círculo Militar de Marabá cedeu cerca de vinte cadeiras de plástico descarregadas. A OM executava cópia xerográfica da documentação na Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR), sem qualquer ônus.

Material de Intendência de Campanha: a OM não dispunha de Bandeira Nacional (a primeira da unidade foi doada pelo 23^a BLogSI), fogão de campanha, insígnia de comando, lampião de campanha, rede de selva e talher de aço inoxidável. Não havia cintos de campanha, coldres, mochilas e bornais para todo efetivo previsto. Latrinas, lavatórios, mesas de campanha, chuveiros e biombos foram confeccionados com recursos expeditos.

Armamento e Munição: a OM não tinha recebido, apenas, as metralhadoras .50, os lança-rojões e as máscaras contra gases. A munição foi suficiente, existindo cerca de 67% da dotação prevista de cartuchos comuns 7,62 e 9 mm.

Motomecanização: a situação era crítica. De um total de 76, a Companhia só dispunha das 5 viaturas de ½ tonelada (Xingu) e de 1 operacional de 2 ½ toneladas, emprestada pelo 23^a BLogSI.

Material de Engenharia: a Companhia não tinha recebido nenhuma bússola e não possuía sequer uma lanterna, pois não havia previsão na dotação de material. Apenas o Quadro de Distribuição de Efetivos determinava a existência, nos pelotões, de pilotos e auxiliares de embarcação fluvial. A OM dispunha de três geradores de campanha, sendo um em excesso.

Formação Sanitária: a Diretoria de Saúde havia fornecido praticamente todo material, inclusive de campanha, faltavam apenas alguns medicamentos e equipamentos do gabinete odontológico.

Material de Telecomunicações: a OM possuía a única central telefônica PABX da Guarnição e oito linhas telefônicas, sendo três comerciais e cinco residenciais. O comando da

23^a BdaInfSI solicitou, à DTelecom, a troca de sua central telefônica PBX pela da 23^a CiaComSI, que inclusive já estava incluída em carga. Faltava receber apenas a câmara de vídeo com tripé e o cineprojetor de 16 mm.

Material de Comunicações e Eletrônica: os pelotões operacionais de comunicações não possuíam nenhum equipamento de comunicações e eletrônica, impossibilitando que a 23^a CiaComSI realizasse sua missão precípua e obrigando a OM recorrer ao empréstimo de material das outras unidades da Guarnição para a qualificação do efetivo variável de comunicações, abrangendo o pessoal da CiaC/23^a BdaInfSI, do 52^a BIS³³ e do 23^a BLogSI. Resalte-se que, no ano de 1990, já funcionou na Companhia o curso de formação de sargentos temporários, no âmbito da 23^a BdaInfSI.

ENSINAMENTOS OBTIDOS

No Campo do Pessoal

O comandante da unidade é a peça fundamental para

³³ CiaC/23^a BdaInfSI — Companhia de Comando da 23^a Brigada de Infantaria de Selva; 52^a BIS — 52^a Batalhão de Infantaria de Selva.

a consecução de uma implantação correta, eficiente e eficaz, precisando receber a missão dentro de um prazo que possibilite uma adequada preparação intelectual.

Há necessidade de o EME realizar um estágio para o comandante, abordando assuntos relacionados com a sistemática de criação de unidades e possibilitando a obtenção de diversas informações nos Departamentos/Diretorias, fundamentais para que conheça seus limites de competência e os meios disponíveis em pessoal, material, situação patrimonial e recursos financeiros.

A Amazônia possui características marcantes em todos os campos do poder nacional. Assim, o primeiro comandante de uma OM da área deve possuir experiência profissional em ambiente de selva, principalmente no domínio das suas peculiaridades psicossociais, fisiográficas e militares.

A instalação e implantação de uma unidade requer muita dedicação, liderança, tato, altruísmo, vivência de corpo-de-tropa e conhecimento administrativo de

quem a coordena a nível OM. Essa missão torna-se facilitada, se o oficial designado para cumpri-la já tiver comandado uma unidade ou subunidade isolada.

Os oficiais são a mola propulsora de qualquer OM. Seu primeiro comandante necessita selecionar os membros do seu estado-maior e comandantes de

A Amazônia possui características marcantes em todos campos do poder nacional. Assim, o primeiro comandante de uma OM da área deve possuir experiência profissional em ambiente de selva, principalmente no domínio das suas peculiaridades psicossociais, fisiográficas e militares.

subunidades, independente das normas de movimentação do Exército e dos interesses particulares dos escolhidos.

As atividades de recebimento do aquartelamento e do material determinam que, no universo dos oficiais, exista, pelo menos, um com experiência comprovada nos trabalhos atinentes à Fiscalização Administrativa.

Todos os oficiais devem ser de carreira, com pelo menos dois anos de formados. Não existe Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) na região amazônica, sendo os oficiais temporários geralmente oriundos do CPOR/Recife que, além de compreensível baixa qualificação e falta de experiência profissional, ainda precisam adaptar-se às peculiaridades da região.

A instalação de uma OM carece da participação efetiva dos seus subtenentes/sargentos, que precisam ser nela classificados no mesmo período dos oficiais, evitando-se solução de continuidade nos trabalhos administrativos e a adoção de medidas paliativas, como a passagem de praças à disposição da unidade a ser implantada. Torna-se necessário evitar a classificação de um número expressivo de sargentos recém-formados, procurando-se dotar a unidade com o máximo de primeiros e segundos sargentos.

A importância dos trabalhos das 4ª e 1ª Seções durante as fases de instalação e implantação exige um esta-

belecimento de prioridades para essas repartições, na seleção dos subtenentes e sargentos. Não se pode olvidar de analisar a pasta de alterações de cada militar para determinar a sua função na unidade.

Há necessidade de ser constituída uma equipe composta pelo Comandante da Companhia, dois oficiais e quatro subtenentes/sargentos, que devem ser designados para as suas funções com doze meses de antecedência da data de previsão de implantação da OM, realizando o planejamento administrativo e operacional no primeiro semestre e ultimando a sua instalação na segunda parte do ano. Precisa-se prever a construção de PNR para atender às necessidades dessa equipe.

Os cabos e soldados devem ser recrutados na própria Amazônia, por já conhecerem as particularidades da região, principalmente as relacionadas com o campo psicossocial. Apesar das precárias condições de ensino nessa área, consegue-se formar o habitante do local nas diversas qualificações militares, mesmo aquelas mais técnicas. Além das dificuldades de aclimação,

aqueles oriundos de outras regiões do país não passam por um processo de seleção nas suas OM de origem que, naturalmente, escolhem os melhores para engajar na própria unidade.

A elaboração do Quadro de Distribuição de Efetivos da OM precisa ser objeto de estudo minucioso, adequando-se às peculiaridades do emprego tático do elemento terrestre em operações de selva, particularmente nas unidades de apoio ao combate e apoio logístico.

Apesar de a incorporação do EV ser a principal meta do comando da OM, as atividades complexas de instalação de uma unidade implicam que ela ocorra somente após seis meses da implantação da OM, evidenciada pela existência de uma subunidade de elementos do NB em condições de emprego operacional.

O chefe da 1ª Seção tem que conhecer as minudências das normas de movimentação relativas à região amazônica, impedindo a ocorrência de problemas graves no controle do pessoal e de seus vencimentos.

Os pioneiros da unidade não devem permanecer mais de três anos nas suas fun-

ções, face ao grande desgaste físico e mental que sofreram, possibilitando a correção de possíveis falhas em curto espaço de tempo e impedindo que se tornem problemas de difícil solução.

Os trabalhos burocráticos da 1ª Seção não podem ser retardados pela falta de máquinas de escrever, impondo que os documentos sejam manuscritos, inclusive os de circulação externa à unidade. A falta de uma informação nos escalões superiores, em um determinado momento, pode prejudicar seriamente a implantação da unidade no que se refere ao pessoal.

No Campo do Material

A formação de uma comissão, na Região Militar, dirigida pelo chefe do Escalão Logístico, é de vital importância para coordenar os trabalhos de organização de novas unidades em sua área de responsabilidade, que não podem ficar restritos apenas à área do material.

A organização da 4ª Seção, cujo embrião deve ser a equipe citada no item anterior, é um passo muito relevante nas atividades de instalação e implantação de uma unidade, possibilitando

as suas condições mínimas de funcionamento, através das tarefas de recebimento, conferência, colocação em carga e utilização de todo material, aquartelamento e residências.

Ao se criar uma OM na Amazônia, impõe-se a necessidade premente de dotá-la com material de campanha necessário ao cumprimento de suas missões operacionais, nos limites definidos pelo nível de Operacionalidade Plena (OP) e obedecendo-se rigorosamente à prioridade P1, a despeito da carência de recursos financeiros, e mesmo que demande um período de tempo superior ao planejado. A missão de comandar uma unidade operacional é muito dificultada, quando já se dispõe do efetivo previsto e não há equipamentos bélicos para o seu adestramento.

Os Quadros de Dotação de Material devem ser analisados pelo CMA antes da sua aprovação pelo EME, utilizando-se da experiência das unidades de selva para dotar as novas OM com o máximo de material que aproveitem os recursos naturais da região, principalmente os rios, para o transporte de pessoal e equipa-

mentos. Precisam ser compatibilizados com os QDE, viabilizando o emprego operacional da unidade.

Torna-se impositivo o transporte de material de alojamento, de aprovisionamento, de saúde e de escritório, além de viaturas e armamento em quantidade suficiente que permita a instalação do núcleo de implantação da OM, cujo efetivo dependerá do tipo e natureza da unidade, de sua localização, do estágio atingido nas suas atividades de implementação, entre outras condicionantes.

Deve-se buscar o apoio da FAB e da Marinha de Guerra no transporte do material para suplementar os trabalhos das Companhias de Transporte do Exército e possibilitar economia de recursos financeiros, destinando-se mais verbas para a aquisição de material.

As Diretorias precisam fornecer toda a documentação básica relativa às suas áreas de competência, através das RM e em coordenação com o EME, que não deve olvidar da legislação atinente à instrução militar.

A atuação da 4ª Seção tem que ser extremamente meticulosa no recebimento

dos diversos materiais, principalmente daqueles fornecidos diretamente pelos fabricantes, observando-se as cláusulas dos contratos de venda, que normalmente são remetidos às OM pelas Diretorias e estabelecem obrigações aos fornecedores. Por exemplo: recuperação de material danificado durante o transporte, instalação e manutenção de determinados equipamentos.

Qualquer contato com os fabricantes de material deve ser realizado através das Diretorias, que possuem os meios legais para fazer as devidas cobranças quanto ao cumprimento das obrigações contratuais. Os fornecedores civis podem ser acionados diretamente pela unidade para a instalação de equipamentos complexos, tipo central telefônica PABX e gabinete odontológico, havendo determinação das respectivas Diretorias gestoras para que as suas embalagens apenas sejam abertas pelos representantes técnicos dos fabricantes.

Os Termos de Recebimento e Exame de Material precisam ser confeccionados impreterivelmente no prazo regulamentar e com o número de vias previsto pe-

las normas de cada Diretoria. Há necessidade de serem cumpridas integralmente as prescrições do Regulamento de Administração do Exército (R-3), principalmente quanto à inviolabilidade dos invólucros e aos danos sofridos, considerando-se a precariedade dos meios de transportes da região.

A quantidade de material a ser recebida justifica a nomeação de uma Comissão de Recebimento e Exame de Material por bimestre, que deverá ser acionada mesmo após o término do expediente, e a execução de uma instrução de revisão para todos os oficiais sobre os procedimentos relativos a essa sistemática, previstos no R-3³⁴ e nas normas específicas das diversas Diretorias.

O Almoxarifado deve dispor de amplas e seguras instalações para armazenar o material até o processamento do seu recebimento e entrega ao detentor direto do material.

A falta de fornecimento de determinados mobiliários de escritório pelos órgãos provedores exige que a OM

se aproveite da madeira abundante na Amazônia para a confecção de mesas e estantes. Pode-se substituir o mobiliário de aço por móveis de madeira fabricados na região, que são de muito boa qualidade e de baixo custo, evitando-se dispêndio de recursos financeiros com atividades de transporte.

A unidade precisa informar à sua RM enquadrante o recebimento de qualquer material previsto nos diversos PPS, possibilitando um acompanhamento da distribuição de material a nível de EME.

O acompanhamento cerado da situação em material da OM exige a confecção e a permanente atualização de uma relação dos seus principais problemas, em ordem de prioridade e com as gestões empreendidas para solucioná-los, devendo abranger também os recursos humanos e financeiros.

O recebimento do aquartelamento implica a organização, pela RM enquadrante, de uma Comissão de Exame, Recebimento e Entrega de Obras, composta pelos representantes do Serviço Patrimonial Regional, da Comissão Regional de

Obras (CRO) e da OM usuária, que deverá ser o comandante da unidade, devidamente assessorado pelo Chefe da 4ª Seção.

A OM usuária do aquartelamento tem a atribuição de receber o imóvel, verificando o estado, a conservação e o funcionamento de suas instalações. Quando da confecção do Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obra (TEREO), deve listar, em documento anexo, todas alterações observadas nas dependências.

Quaisquer anormalidades na construção devem ser informadas à CRO, mesmo após a assinatura do TEREO, para que sejam feitas ações junto à construtora buscando as devidas correções.

A OM deve solicitar à CRO os seguintes documentos: Plano Diretor do Aquartelamento, as diversas plantas (elétrica, hidráulica, baixa, telefônica e de incêndio), especificações técnicas da construção, notas fiscais dos equipamentos fornecidos pela construtora e características técnicas do poço artesiano.

A formação e o consequente treinamento de uma equipe com a missão precípua de receber as instala-

³⁴ Regulamento de Administração do Exército.

ções do aquartelamento é de fundamental importância para minimizar os trabalhos com sua manutenção futura. Há necessidade de executar uma atividade minuciosa, rotineira e intransigente na busca da solução de todas as pendências pela construtora.

Os projetos arquitetônicos das unidades da Amazônia devem permitir as melhores condições de conforto, combatendo as adversidades do clima equatorial. As janelas das instalações não podem ser do tipo basculante e as coberturas de telhas de amianto são impróprias para a região.

A cozinha deve possuir condições mínimas de funcionamento na chegada da equipe precursora. A falta constante de energia elétrica exige que o gerador de emergência já esteja instalado.

A construção do aquartelamento com os dutos de água, de eletricidade e telefônicos aparentes facilita a execução de eventuais reparos.

Os PPS relativos à construção do aquartelamento e das residências precisam ser compatibilizados, possibilitando condições de moradia condignas para as famílias

dos oficiais, subtenentes e sargentos.

Há necessidade de se construir casas para os cabos e soldados do NB, em porcentagem inferior às dos oficiais e sargentos. Alguns deles vivem em condições de habitação bastante precárias, sem saneamento básico e eletricidade.

No Campo da Instrução

Apesar de os trabalhos de recebimento de material e das instalações merecerem uma prioridade elevada durante a instalação da unidade, a importância estratégica da região amazônica exige que a OM já disponha de uma subunidade operacional em condições de emprego por ocasião da sua implantação, podendo ser utilizada em situação de adversidade, principalmente nas ações de repressão às atividades ilícitas, predominantes nessa área do País.

O Comando da OM precisa preocupar-se em organizar com rapidez os seus elementos operacionais, procurando distribuir o mínimo de material para que os comandantes de subunidades adestrem os seus elementos do NB e tenham condições de incorporar o

EV no mais curto prazo. Enfatiza-se a necessidade de execução de estágios de adaptação ao combate na região amazônica para os militares do NB não oriundos de unidades de selva.

As instruções de Ordem Unida, Tiro, Treinamento Físico e as relacionadas com o combate na selva despertam grande interesse na recruta, principalmente essas últimas, por ele possuir perfeito conhecimento da fauna e flora da região.

A execução do treinamento físico deve ser rigorosamente obedecida por todos os militares da unidade, pois contribui sobremaneira para o aumento do espírito-de-corpo e relaxamento das tensões geradas pelas deficiências de material.

As características sócio-econômicas e culturais da população local implicam a execução, para o EV, de ensinamentos contínuos, conscientes e constantes, relativos aos atributos da área afetiva e higiene e primeiros socorros.

A realização da instrução nos Períodos de Qualificação e Adestramento implica a existência de um mínimo de equipamentos de campanha. Entretanto, na ausência de

material, os quadros da unidade precisam improvisar meios auxiliares de instrução e utilizar os recursos locais, principalmente os meios de transporte fluviais e terrestres, evitando a ociosidade da tropa, que resultaria em prejuízos para o estado disciplinar da unidade.

Apesar de todas as deficiências educacionais da região amazônica, não há necessidade de classificar na OM os cabos e soldados de qualificação técnica de difícil formação, originários de outras áreas do país; os quadros da própria OM possuem condições para torná-los especialistas. Ocorrendo falta marcante de material, pode-se formá-los em Belém ou Manaus.

Os Programas Padrão de Adestramento das unidades de apoio ao combate na Amazônia devem ser confeccionados para atender às necessidades específicas das operações de selva. A experiência da 1ª CiaComSI necessita ser aproveitada para formação de uma doutrina de comunicações mais compatível com os nossos meios disponíveis, em material e pessoal.

A predominância do meio rádio no apoio de co-

municações ao combate na selva e a grande descentralização das ações táticas exigem que as Companhias de Comunicações de Selva possuam a seguinte organização: um Pelotão de Comando e Serviços, dois Pelotões Rádio e um Pelotão de Centro de Comunicações (centro de mensagens, equipamentos de multicanal e material fio).

No Campo Psicossocial

A aclimação dos militares com as respectivas famílias às condições de vida peculiares da região amazônica necessita, fundamentalmente, da existência de residências, principalmente para o universo dos oficiais, subtenentes e sargentos.

A elaboração, pela equipe precursora, de um folheto explicativo sobre as características sociais, econômicas e culturais da cidade e a situação atual da OM, que deverá ser remetido para o militar transferido em tempo hábil, facilita os seus preparativos particulares e minimiza o tempo de adaptação ao seu novo local de moradia.

As adversidades para implantação de uma unidade na Amazônia exigem o estabelecimento de um am-

biente de solidariedade entre os militares de todos níveis, cabendo à oficialidade a maior parcela de responsabilidade pela sua obtenção, implicando na realização de um acompanhamento sistemático, individual e cerrado dos problemas particulares dos seus subordinados.

A busca constante de soluções criativas para vencer as dificuldades da falta de material, a prática frequente de competições esportivas e a efetivação de reuniões de confraternização para toda OM fortalecem o espírito-de-corpo da unidade. Deve-se estimular a competição sadia e camarada entre as diversas subunidades em todas as atividades empreendidas, com ênfase para manutenção de viaturas, treinamento físico, ordem unida e tiro.

Os quadros da unidade não devem ficar restritos ao cumprimento das tarefas previstas nos manuais e regulamentos. A simples execução de trabalhos manuais de manutenção do aquartelamento com os cabos e soldados tem um efeito multiplicador na aquisição da confiança e do respeito dos seus subordinados.

A criação da “mística dos pioneiros” contribui para aumentar a colaboração voluntária e natural de cada militar, enfatizando que o trabalho anônimo de cada um é fundamental para o sucesso da implantação da OM.

Qualquer iniciativa individual bem sucedida precisa ser elogiada e difundida para todo efetivo da unidade.

Há necessidade de o comando da OM utilizar todos meios disponíveis, inclusive os civis, para auxiliar seus subordinados e dependentes, nos casos de evacuação aeromédica e de traslado de corpo. A Seção de Saúde deve prestar assistência médica, inclusive aos dependentes dos militares, considerando a grande deficiência de hospitais na região amazônica.

Os comandantes de subunidade precisam orientar permanentemente seus cabos e soldados para que tenham uma situação financeira estável e só venham constituir família quando reunirem condições morais e psicológicas para contrair matrimônio.

Desde o início dos trabalhos de instalação, deve ser

mantido um relacionamento cordial e camarada com as unidades já existentes na guarnição e com entidades civis, públicas e privadas. O apoio de ambas, tanto em material como em serviços, pode ser fundamental para que a implantação da OM se concretize nas melhores circunstâncias. Avulta de importância o estreitamento das relações de serviço e

A criação da “mística dos pioneiros” contribui para aumentar a colaboração voluntária e natural de cada militar, enfatizando que o trabalho anônimo de cada um é fundamental para o sucesso da implantação da OM.

sociais com a Força Aérea Brasileira e a Marinha de Guerra.

CONCLUSÃO

A Nação Brasileira não pode admitir ingerência de qualquer país estrangeiro ou organização internacional nas terras da Amazônia, maior floresta latifoliada do mundo, rica em minerais de última geração, que desper-

tam a cobiça das nações do Primeiro Mundo, principalmente as que exercem a hegemonia do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e empregam os mais variados processos para atingir a meta de internacionalizá-la, apoiando-se, inclusive, em seu poderio militar.

Há necessidade de o Governo Federal incrementar, no mais curto prazo, as atividades de colonização, povoamento, desenvolvimento e segurança dessa vasta e complexa região do território nacional, permitindo uma integração mais efetiva ao restante do país.

As Forças Armadas do Brasil demonstram uma grande preocupação com a reestruturação dos seus meios nessa importante área estratégica, com ênfase para a sua defesa externa.

Apesar de toda escassez de recursos financeiros e de apoio do Congresso Nacional, o Projeto Calha Norte, no que se refere ao Exército Brasileiro, atinge, embora com limitações, o objetivo de vivificar a faixa de fronteiras ao norte do rio Solimões. O interesse mun-

dial de planetarização da região amazônica exige a sua expansão para toda área com uma participação mais efetiva dos ministérios civis.

Coerente com essa teoria, a Força Terrestre deve continuar mobiliando a Amazônia Legal com o máximo de unidades operacionais aptas a combater em ambiente hostil de selva. O dispositivo de expectativa planejado pelo Exército não pode prescindir das forças de cobertura de pronto emprego nas fronteiras e, fundamentalmente, de reservas locais fortes no interior da região.

As características marcantes da Amazônia nos quatro campos do poder nacional impõem que a Força Terrestre realmente disponha, no mínimo, de seis Brigadas de Infantaria de Selva para cumprir a sua missão constitucional de defesa externa, sem precisar mobilizar meios de outras áreas do país. As grandes distâncias da região requerem que essas brigadas possuam os seus elementos orgânicos de comunicações e apoio logístico em plenas condições de emprego.

Apesar da urgência do incremento da expressão

militar do poder nacional na Amazônia, o Exército só deve implantar OM nessa região quando dispuser dos recursos humanos e material que possibilitem o início das suas atividades com o nível de operacionalidade limitada (OL), atingindo a plena (OP) em um ano, ocasião em que seria incorporado o EV.

Embora a formação de novos recrutas seja a meta principal do comando da unidade em implantação, apenas deve ser realizada se a OM possuir a sua estrutura mínima de pessoal e material, não se admitindo que disponha de todo seu efetivo sem que o material de campanha básico ter atingido, sequer, o nível de operacionalidade restrita (OR), impossibilitando seu emprego operacional em uma situação real de combate na selva.

As características especiais da Amazônia exigem que as tropas terrestres estejam sempre aptas a desempenhar as suas missões de combate, independente de se encontrarem nas suas atividades de implantação. Os imprevistos podem ocasionar um grande número de baixas humanas, perfeitamente

evitáveis através de um adestramento contínuo, constante e altamente dependente das disponibilidades de material da OM orgânica da brigada de Infantaria de selva.

O planejamento previsto no SIPLEX-6 quanto à execução do PEEEx deve sofrer o mínimo de modificações pois prejudica sobremaneira as atividades a nível dos órgãos setoriais, principalmente responsáveis pela operacionalização das ações constantes do PDE.

Considerando dificuldades recentes de aprovação do Orçamento da União, os diversos PPS precisam ser compatibilizados continuamente, evitando que as unidades de selva sejam inauguradas sem condições básicas de funcionamento de seu aquartelamento, principalmente no que se refere a material de intendência (alojamento, aprovisionamento e escritório). Não se admita a inauguração de uma unidade que disponha de aparelhos televisores sem possuir material para acomodar o seu pessoal e utensílios de cozinha para servi-lo.

Deve-se otimizar as atividades de gerenciamento do funcionamento do PD

informatizando-as e exigindo o envio de informações contínuas e constantes pelos órgãos regionais, possibilitando a adaptação consciente do planejamento pelo EME, com o estabelecimento de prioridades entre os diversos projetos da Força Terrestre e evitando-se os pedidos informais.

O êxito na implantação de uma OM na selva amazônica depende da qualificação profissional dos seus pioneiros, implicando na execução de uma seleção rigorosa do seu pessoal NB, independente de a região não oferecer atrativos de interesse particular. A Amazônia não deve ser considerada "colônia penal" ou a solução econômica para militares desestabilizados financeiramente.

Os trabalhos de instalação e implantação de uma OM requerem, dos seus quadros, uma dose elevada de sacrifícios, liderança, imaginação, criatividade e força de vontade para vencer os obstáculos decorrentes da exigüidade de material e de adaptação às condições de vida típicas da região.

Há que se prestigiar o elemento humano da área para a formação do NB de

cabos e soldados, mesmo nas qualificações militares mais técnicas, evitando-se a ocorrência de graves problemas disciplinares e sócio-econômicos. Ressalta-se a importância do relacionamento estreito, cordial e fraterno com as OM já instaladas na guarnição e as entidades da sociedade civil, públicas e privadas, principalmente na cessão de material por empréstimo e na obtenção de facilidades para assistência médica dos militares e seus dependentes.

A indústria e o comércio da Amazônia podem diminuir os custos para implantar uma OM, caso o Exército decida dotá-la com mobiliário de escritório, de alojamento e para refeitório confeccionado por fábricas de móveis da região, e com equipamentos elétricos e eletrônicos adquiridos na Zona Franca de Manaus.

A falta de recursos financeiros do País impõe uma ampla utilização dos meios da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra nas atividades de transporte de material, as quais precisam ser sensibilizadas, a nível de

ministérios militares, sobre a importância do seu apoio nessa região para a Força Terrestre.

A grande quantidade de material a ser recebida em curto espaço de tempo e a precariedade dos meios de transporte da região implicam o cumprimento de todos os preceitos regulamentares e normas das Diretorias relativas ao seu recebimento e exame. Há necessidade de uma conferência meticulosa dos equipamentos e de rapidez e eficiência na sua correspondente implantação no PATRIMEX.

No que se refere ao recebimento das instalações, as IG 10-29³⁵ devem ser rigorosamente obedecidas pelos representantes dos órgãos patrimonial, técnico e usuário na Comissão de Recebimento e Exame de Obra (CREO), fundamentalmente quanto à viabilização da ocupação e da utilização do aquartelamento.

As especificações técnicas da obra constituem-se no elemento primordial para o sucesso da CREO na verificação da construção das dependências da OM, devendo

³⁵ Instruções Gerais para o Planejamento e Execução das Obras Militares.

o representante do usuário da obra saber interpretá-las.

Os projetos dos quartéis na Amazônia necessitam ser analisados por prováveis usuários, aliando a vivência prática ao conhecimento técnico, para facilitar o seu emprego futuro, além de atenderem aos requisitos determinados pelas IG 10-29, 1980 (Art. 47): *Os aquartelamentos devem ser simples, funcionais, agradáveis, confortáveis, austeros e adequados às condições climáticas locais, adotando-se acabamento que lhes confira a sobriedade e dignidade compatíveis com a sua finalidade.*

O desconhecimento, pelas firmas construtoras, da realidade amazônica gera atraso na entrega da obra. Deve-se, assim, priorizar a construção de aquartelamentos por firmas da região ou com experiência na mesma, bem como utilizar a técnica de construção dos aquartelamentos dos Pelotões Especiais de Fronteira, ampliando-a para o escalão unidade.

As condições de moradia da região e o conseqüente decréscimo do rendimento dos trabalhos no quartel exigem que uma OM apenas

seja implantada na Amazônia com a existência de PNR para todos militares do NB, dentro dos limites estabelecidos pelas IG 10-29, inclusive nas guarnições que já possuam outras unidades. Não se deve inaugurar uma OM e apenas no ano seguinte construir as residências para os seus oficiais, subtenentes e sargentos.

Quando o gerenciamento constatar que não há condições de implantar uma OM na Amazônia dentro do prazo previsto no cronograma de implementação e existir a necessidade estratégica de ativá-la, torna-se necessário harmonizar o planejamento, para permitir o seu funcionamento estático e operacional ao final do ciclo com apenas uma subunidade operacional e a companhia de comando e serviços, implementando-se sucessivamente uma subunidade ao final de cada ano. Apenas a necessidade da presença do Exército em local importante para a defesa da Amazônia justifica implantar uma unidade em condições tão adversas.

Nas agruras da selva amazônica, um planejamento consciente, eficaz e contínuo com um eficiente sistema de

gerenciamento de todos os escalões envolvidos, minimizará a necessidade de improvisação e os sacrifícios dos pioneiros das unidades do Exército Brasileiro.

A selva não admite "amadorismo" e a Amazônia Brasileira é um legado dos nossos antepassados que deve ser preservado a todo custo.

ANEXO 1:

Principais Pendências Registradas no Termo de Recebimento Provisório do Aquartelamento

Inexistência dos projetos de incêndio (não havia nenhum extintor de incêndio) e instalação telefônica (interligação entre os pavilhões), bem como a falta da rede externa até o distribuidor geral; instalação elétrica com apenas um transformador – faltavam ainda dois; quadras polivalentes com demarcação errada e desmoronamento do fosso da pista de pentatlo militar; ausência das bombas de óleo diesel e de gasolina do posto de combustíveis; necessidade de manutenção dos equipamentos da cozinha e falta de alguns componentes – o aquecimento solar e o

compressores das câmaras frigoríficas não funcionavam; a cobertura da garagem não possuía juntas de dilatação, gerando a quebra de muitas telhas (a construtora teve de refazer toda a estrutura metálica); não fornecimento das notas fiscais dos equipamentos da cozinha e da garagem; problemas de erosão no campo de futebol, PPM e garagem.

A construção do quartel apresentou ainda as deficiências abaixo relacionadas, que foram sanadas pela firma construtora até o recebimento provisório da obra: arruamento cedendo e grande número de fissuras na parede; poucas passagens para circulação entre os pavilhões; bomba do poço artesiano com pouca potência – danificou-se após dois meses de uso; existência de mangueira de incêndio no 2º piso do pavilhão do comando sem o correspondente ponto de água; escoamento de água deficiente em alguns banheiros e pias; cisternas do castelo de água com vazamento, bem como sistema elétrico do seu comando automático inoperante – teve de ser todo refeito; presença de cupins no madeirame dos telhados, houve necessidade de

execução de tratamento adequado em todos os caibros e vigas; inexistência de telas nas janelas da enfermaria e de todos alojamentos; falta de vinte e cinco lâmpadas fluorescentes nas varandas do pavilhão subunidade; uma caixa de água do pavilhão de terceiros com a tampa quebrada; portas e janelas de ferro defeituosas e sem as segundas vias das chaves; inexistência do filtro de água industrial de 5 (cinco) velas da cozinha, além da falta dos manuais de toda maquinaria; inexistência de tomadas para telefone em algumas salas; afloramento do tanque de combustível de óleo diesel; ausência das caixas separadora e receptora de óleo no posto de lubrificação; sistema de drenagem do campo de futebol deficiente; aterramento da sala de PABX fora da faixa de tolerância do sistema TELEBRÁS.

ANEXO 2:

Algumas Observações do Usuário Quanto ao Projeto de Construção da OM

Negativas:

As janelas do tipo basculante são impróprias para

as regiões de clima quente; as portas de ferro das salas são estreitas, obrigando a dessoldar os pés das mesas para colocá-las no interior das repartições; reserva de armamento pequena e com portas de madeira sem grades de proteção; a sala do subcomandante tem um banheiro completo sem alojamento contíguo; inexistência de pátio interno para formaturas; tubulações elétricas e hidráulicas embutidas nas paredes; ausência de chapiscos nas paredes dos corredores internos; inexistência de salas para o oficial de dia, sargento de dia, comandantes de pelotão e recreação de subtenentes/sargentos; sala de recreação de cabos/soldados com apenas um ponto de energia elétrica; falta de uma passagem entre a cozinha e o refeitório de cabos/soldados; para abrir a sua porta principal, havia necessidade de passar sobre o balcão térmico; inexistência de telas nas janelas dos refeitórios; ausência de registro geral da rede hidráulica em todos pavilhões; falta de cobertura para os compressores das câmaras frigoríficas, além de estarem situados muito

próximos da central de gás; falta de previsão de pias na cantina e na barbearia; o paiol foi construído sem energia elétrica, guarita, rua de acesso, alojamento da guarda e cercamento; existência de apenas um poço artesiano para atender a todo aquartelamento; falta de um local para o gerador de emergência; cobertura

dos pavilhões com telha de amianto.

Positivas:

Salão nobre e salas das seções do estado-maior espaçosas; existência de copa no pavilhão do comando; sala de instrução com sala de meios contígua; existência de salas de recreação para oficiais e cabos/soldados;

alojamentos, vestiários e banheiros amplos; lavanderia para cabos/soldados com área de sol e mesas de passar em alvenaria; sistema de água quente por energia solar no rancho; concepção do pavilhão de terceiros, cozinha, garagem e corpo da guarda; área para banho de sol dos presos no corpo da guarda.

ATUALIZE SEU CADASTRO

A BIBLIX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo indicando somente seu nome e a informação que deverá ser alterada. Obrigado!

NOME

ENDEREÇO para correspondência

CIDADE

UF

PAIS

CEP

DATA DE NASCIMENTO

SEXO

Masc ☐

Fem ☐

IDENTIDADE e órgão emissor

CPF

ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA

ENDEREÇO PROFISSIONAL

MILITAR ☐

POSTO / GRAD (se militar)

☐ Ativa
☐ Reserva

PROFISSÃO (se civil)

CIVIL ☐

REVISTA QUE ASSINA

☐ A DEFESA NACIONAL

☐ REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

☐ REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marinho Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20221-260

Ligação Gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8865

Telefax: (021) 510.5555 - E-mail: biblix@ism.com.br

UM SIGNIFICADO DA GUERRA DE CANUDOS PARA AS FORÇAS TERRESTRES

Cláudio Moreira Bento*

Está transcorrendo o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano, confronto fratricida que levou a morte e o luto a centenas de irmãos brasileiros, sertanejos e soldados do Exército e das Polícias Militares. A apuração da responsabilidade moral e política por essa tragédia grega brasileira espera-se fique mais clara nos estudos que se fizerem no corrente ano.

Para nós, o episódio Canudos foi o estopim que serviu para uma reação de parte de oficiais do Exército, veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, a fim de promoverem a Reforma Militar (1898-1945) que modernizou o Exército e o livrou do equivocado Sistema de Ensino (1873-1905), potencializado pelo Regulamento de Ensino de 1890 baixado, na

melhor das intenções, pelo Ministro da Guerra, Tenente-Coronel Benjamin Constant.

Segundo se conclui de Edmundo Campos Coelho (*Em busca de Identidade o Exército e a Política na Sociedade Brasileira* Rio, Forense, 1976), o Exército, a partir de 1831, foi alvo de uma política de erradicação que, ao longo dos tempos, apresentou nuances variadas. A partir de então, teve ele de concorrer com a Guarda Nacional, que se revelou incapaz de promover a Segurança Nacional (a não ser no Sul) até a Guerra do Paraguai, tomando-se instrumento político e anti-Exército, conforme se conclui de Jeanne Berrance de Castro, em *A Milícia Cidadã – A Guarda Nacional 1831-50* (Rio, Brasiliana, 359).

Finda a Guerra do Paraguai, em 1870, o espírito erradicador do Exército ressurgiu forte. Para neutralizá-lo foi implementada a seguinte idéia, traduzida no Regulamento de Ensino de 1873: formar oficiais doutores no Exército, para ajudar a desenvolver o Brasil e, por outro lado, valorizar socialmente o oficial com o título de Doutor, para

que pudessem concorrer, como bom partido, com advogados, médicos, filhos de industriais, comerciantes e fazendeiros, até então, preferidos para casamento.

Desde a Independência, para consolidar a integridade, soberania e unidade do Brasil, os oficiais viveram mais combatendo, de 1822 a 1870, em lutas internas e externas. Assim, para casamento, representavam viuvez e orfandade potenciais, sem cobertura previdenciária compatível. Os oficiais doutores passaram a ostentar, antes do posto, o título de doutor, muitas vezes omitindo o posto militar e se aborrecendo quando tratados por ele. Os que viviam na tropa, dedicados à atividade-fim, à segurança da Pátria, eram tratados de *tarimbeiros*, e não sem desdém, com status social inferior.

Os doutores ou bacharéis teriam, a seu cargo, a elaboração da Doutrina do Exército, através da Congregação da Escola Militar da Praia Vermelha, encargo que, em realidade, descuraram.

Esse sistema de ensino detonou a *desprofissionalização do Exército* fazendo-o, cair a níveis de ope-

* Coronel de Engenharia e Estado-Maior. Sócio Benemérito do IGHMB e Presidente da AHIMTB.

racionalidade inferiores aos da Guerra do Paraguai. O progresso hierárquico era conquistado à base de cursos, que deram origem a oficiais muito versados em *Ciências Físicas e Matemáticas* e pouco ou quase nada em *Arte e Ciência Militar*. Como complicador o *Positivismo*, agnóstico e mal digerido, foi introduzido no currículo da Escola Militar através da cadeira de Sociologia, resultando seus alunos desprezarem e rirem dos veteranos do Paraguai, que desfilavam garbosos, com o peito coberto de condecorações.¹

Um general que fizera carreira bem-sucedida como professor de Descritiva, na Praia Vermelha, teve desempenho militar deplorável, ao ser enviado para o Paraná, a fim de conter o avanço federalista. Acusado de covardia, foi processado e condenado à morte, da qual escapou por empenho de seus ex-alunos. Na escola, não

conseguia impor-se disciplinarmente, conforme depoimento, mais tarde, de seu adjunto.

Foi esse Exército dominado pelo bacharelismo que teve de improvisar a incorporação de centenas de alferes para completar os seus quadros e enfrentar a Guerra Civil (1893-95), a Revolta na Armada (1895) e a Guerra de Canudos (1897), apresentando por vezes operacionalidade inferior aos revolucionários e revoltosos, além de no Sul ter seu espírito dividido, em face de seus oficiais se incorporarem aos revolucionários e revoltosos, por desinformação.

Os bacharéis, salvo honrosas exceções, estiveram ausentes dos confrontos. Foram alguns oficiais tarimbados que sempre se dedicaram à instrução da tropa que iriam liderar com sucesso o Exército em campanha, figurando, dentre os mais assinalados, os coronéis

Arthur Oscar, Carlos Telles, João Cézar Sampaio, Thompson Flores, Savaget, Tupi Caldas, Augusto Julião e Serra Martins.

Durante o combate da Ponta da Armação, (Revolta na Armada), o Capitão Tasso Fragoso foi ferido gravemente, quando comandava uma peça de Artilharia.

Por ocasião da Guerra de Canudos ele se encontrava em missão na Europa, aproveitada, inclusive, para corrigir seqüela deixada pelo ferimento.

Lá constatou o enorme fosso operacional entre os exércitos europeus, em especial o prussiano, e a estagnação doutrinária do nosso. De lá escreveu históricos artigos, na *Revista do Brasil*, sobre a necessidade de o Exército Brasileiro dispor de um Estado-Maior e sobre como era formado um oficial alemão.² Seus artigos repercutiram muito no Exército onde ele era muito acatado e admirado. Penso que eles ajudaram a detonar a *Reforma Militar* (1898-1945), liderada por oficiais veteranos ou filhos de veteranos do Paraguai, como os marechais Machado Bittencourt,³ João Nepomuceno Medeiros Mallet,⁴ Cantuárias e Argolo.⁶

¹ Depoimento do General Tasso Fragoso na introdução do clássico *"A Batalha do Passo do Rosário"*.

² Ver *A Defesa Nacional*/nº 750, Out/Dez, 1990.

³ Revolucionou o apoio logístico, em Canudos.

⁴ Criou o Estado-Maior do Exército e iniciou, em Piquete, a fábrica de pólvora sem fumaça.

⁵ Primeiro Chefe do Estado-Maior do Exército.

⁶ Fechou e extinguiu a Escola Militar da Praia Vermelha e decretou o Regulamento de Ensino de 1905, inflexão do bacharelismo para o profissionalismo, implementado na Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1911) na qual se formou.

Merecem destaque especial Hermes da Fonseca e Caetano Faria. O primeiro liderou as manobras de Santa Cruz, promoveu a *Organização de 1908* – a orientação das Brigadas Estratégicas e da Arma de Engenharia e a aquisição de armamento moderno (Mauser, Madsen e Krupp, com fábricas de munições). Foi quem enviou oficiais para cursos no Exército da Prússia, de onde emergiu o grosso dos *Jovens Turcos* que fundaram a *A Defesa Nacional*, em 1913, e dominaram a *Missão Indiana da Escola do Realengo* (1919-1921), a qual produziu uma elite de oficiais cuja trajetória é bem conhecida em sua luta vitoriosa de 1930. À Caetano de Farias se devem o Campo de Instrução de Gericinó, o Serviço Militar Obrigatório, a extinção da Guarda Nacional, as Polícias Militares como 2ª linha do Exército e o envio de oficiais para combater com o Exército Aliado na 1ª Guerra Mundial e que para cá transferiram a doutrina francesa, a criação da Aviação Militar, etc. Entre eles destacaram-se José Pessoa, Leite de Castro e outros, que atuaram complementando-os pela continuidade administrativa. Perguntado ao

Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao que atribuía o seu sucesso na Pasta da Guerra, respondeu: – *Devo o sucesso a ter seguido os planos deixados por meus antecessores.*

Como soldado e pesquisador de história, não passamos recibo a manipulações históricas, insistentes nos últimos anos, em jornais, revistas, livros, filmes, etc., querendo responsabilizar o Exército e as Polícias Militares pelos lutosos e sangrentos fatos ocorridos em Canudos. Muitos de seus integrantes que lá pereceram foram também grandes vítimas, por desinformação e manipulação de lideranças civis que detinham o poder constitucional para empregá-las. Isso já havia acontecido em 1875, na *Revolta dos Muckers* no Rio Grande do Sul. Tragédia semelhante talvez tivesse ocorrido, não fora o Marechal Deodoro da Fonseca protestar, como presidente do *Clube Militar*, em 1888, contra o uso do Exército como capitão de mato na perseguição de escravos fugitivos.

Vale lembrar um exemplo. Qualquer chefe de família, de que é a Pátria uma amplificação, que possuir potencialmente necessida-

des de prover o melhor grau de segurança para dissuadir, defender e, mesmo, repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas adequadas e, principalmente manter-se-ia bem informado. Mas não foi isso que as lideranças políticas fizeram. E deu no que deu.

Depois de Canudos, a Reforma Militar do Exército que ele provocou foi esforço hercúleo de várias gerações, para conseguir evoluir até a FEB, quando a Força fez muito boa figura, após um grande salto de operacionalidade.

Esta é, para nós, a real projeção da fraticida Guerra de Canudos.

O FUTURO DA FEDERAÇÃO

Oliveiros S. Ferreira*

Creio que este é um tema sobre o qual nos debruçamos pouco, embora esteja presente, ainda que de maneira latente, desde a descoberta

* Jornalista. O texto do Comentário reproduz sua participação no Fórum de Estudos e Debates patrocinado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI, realizado em 1996.

do Brasil. Hoje, ele começa a adquirir contornos mais nítidos, em grande medida devidos à crise do Estado, que é algo mais que o somatório da crise dos Estados federados e a da União. Crise essa que podemos dizer, sem sombra de dúvida, manifesta-se para o grande público como uma crise fiscal, ou de caixa se quisermos, mas que tem características mais profundas. A rigor, o tema *O futuro da Federação* só pode ser discutido se atentarmos para fato a que se tem dado pouca atenção: a União só existe porque há uma Federação – com o perdão da obviedade. O que significa que se porventura a Federação entrar em crise, isto é, se houver uma ruptura no laço que mantém unidos os diferentes estados desde a proclamação da Independência, a União entrará em crise – como, talvez profeticamente, já disse o senador José Sarney, ao se pronunciar sobre uma das reformas propostas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. É preciso ter presente, ao mesmo tempo, que a questão da relação entre a União e os estados guarda íntima relação com o problema do desenvolvimento desigual

do País, aquilo que poderíamos chamar de desenvolvimento regionalizado e que, no fundo, nos levaria a examinar as queixas que se fazem no Norte-Nordeste ao *imperialismo paulista* e ao montante das transferências feitas ao Sul-Sudeste, por um lado, e, por outro lado, no Sul e Sudeste ao Norte-Nordeste por motivos semelhantes. Isso e todas as suas conseqüências, diria alguém. A questão tende a complicar-se nesse sentido de que o desenvolvimento é regionalizado (e portanto desigual, prejudicando uns em favor de outros) – pela inserção do Brasil no Mercosul e também pela pressão que os ambientalistas do mundo inteiro exercem sobre o governo federal, obrigando-o a adotar providências que afetam (e não poderia ser diferente) alguns estados e não outros. Desgraçadamente, os estados afetados são aqueles de menor desenvolvimento, o que aumenta seu sentimento de desamparo e permite que se suscite, com intensidade cada vez maior, a questão de sua pertença à Federação brasileira.

Em recente debate na Câmara dos Deputados, o deputado Prisco Viana dizia que

o sistema partidário brasileiro está em crise. Creio que devemos ter sensibilidade para perceber e coragem para dizer que, mais do que isso, o que está em crise é a Federação, vale dizer a União que teoricamente dela resulta, ainda que saibamos quais foram as condições em que se deu a constituição da Federação brasileira em 1891. Ora, dizer que a União está em crise pressupõe aceitar a conclusão inescapável: a unidade territorial corre riscos, tanto maiores quanto menor for a capacidade de a União dar resposta aos problemas que hoje se apresentam.

Deveríamos ter como referência para nossa meditação as observações de Ortega em *Espanha invertida*: os particularismos surgem quando o centro não tem mais missão a dar às partes que integram um todo. Ao examinar o processo de crescimento de Roma, ele diz: *Em toda autêntica incorporação, a força tem um caráter adjetivo. A potência verdadeiramente substantiva que impulsiona e nutre o processo é sempre um dogma nacional, um projeto sugestivo de vida em comum. Repudiemos toda interpretação estática da convivência nacional e sai*

bamos entendê-la dinamicamente. (...) As gentes não vivem juntas sem mais nem menos. (...) Os grupos que integram um Estado vivem juntos para algo: são uma comunidade de propósitos, de anelos, de grandes utilidades. Não convivem por estar juntos, mas sim para fazer alguma coisa juntos. Para acrescentar páginas adiante: Para mim, isto não oferece dúvida: quando uma sociedade se consome vítima do particularismo, pode sempre afirmar-se que o primeiro em mostrar-se particularista foi precisamente o poder central (...). A que nos convida o Poder Público a fazer amanhã em entusiasta colaboração? Há muito tempo, muito, séculos, pretende o Poder Público que os espanhóis existamos apenas para que ele se dê ao prazer de existir.

No Brasil, a tensão centralismo/localismo deixou de ser estudada, tendo-se convertido no exame das desigualdades regionais. Ora, nos momentos em que a República lutava para afirmar o Poder Central que tivesse uma missão (os anos que vão de 20 a 30), Oliveira Viana dedicou longos capítulos a mostrar a sucessão dos triunfos, seja do localis-

mo, seja do centralismo. O Segundo Reinado é o triunfo desse último e – durante ele, voltado para uma política exterior –, apesar das críticas que se lhe fazem sobre sua política interna, podemos pensar um pouco em Ortega. No instante em que o Segundo Reinado perde sua razão de ser, que não tem mais missão a cumprir nem a propor às partes que integram o País, os particularismos triunfam e a República se instala. A República é o triunfo dos localismos que vêm fermentando desde a Inconfidência. O curioso a observar nesse momento, o de 1889, é que os localismos só conseguem triunfar por intermédio da organização unitária por excelência, que é o Exército.

A República, a República Velha, é o triunfo dos localismos e é a sucessão de crises que conhecemos, mascaradas algumas, se não quase todas, pelo desejo das oligarquias excêntricas ao ecúmeno principal, se assim se pode dizer, de abalar o predomínio político (insisto no *político*) das oligarquias do Sudeste (situadas no ecúmeno Rio-São Paulo-Minas), as quais eram particularistas da mesma maneira que as demais. A

União tinha pouco a oferecer que permitisse aquilo que Renan, citado judiciosamente por Ortega, chamava de *o plebiscito cotidiano*. Ainda assim, é o Poder Central que tem a visão do que pode acontecer ao País a persistir o triunfo dos localismos: daí a reforma da Constituição em 1926. A história dessa tensão entre localismos e centralismo se poderia dizer estar marcada pelas fintas da razão: o localismo triunfa pela mão da organização unitária; o centralismo triunfa para que o particularismo paulista e mineiro ceda, no pensamento dos que fazem a Revolução de 30, lugar a outro arranjo. Esse, convém reconhecer, leva sete anos para apresentar-se pronto e acabado: é o Estado Novo de 1937 e a famosa queima das bandeiras estaduais para simbolizar a morte dos particularismos que haviam lutado para impor-se enquanto tais ao particularismo do *café com leite*. Por detrás dessa maturação, a organização unitária, que é o Exército.

Nesse apanhado sumário da história do Brasil, chegamos a 1945, que foi a tentativa de conciliar as exigências do Estado brasileiro (do

centralismo) com as dos estados federados (os localismos). Essas duas forças contendem até 1964, quando então o centralismo se impõe de novo. Em 1988, é a revanche dos localismos, que se aproveitam da incapacidade da União de oferecer qualquer projeto que faça os privatismos submeterem-se ao centro, para impor sua vontade à União e, sobretudo pelos poderes conferidos ao Senado, frustrar qualquer possibilidade de o Poder Central ter uma política dele próprio, que se espalha num ordenamento financeiro que desconsiderasse os reclamos do localismo. (Não entro no mérito político, democrático ou não, dessa solução). Apesar dessa limitação a que é submetido, o Poder Central tem sobre os estaduais uma carta de extrema importância, unitária, que são os Códigos. São eles que ainda mantêm unidos os estados ao centro, especialmente os códigos do processo e tributário.

Hoje, qual a razão fundamental dessa tensão que busco caracterizar? Descartemos a crise dos Estados federados, que dá à União a um só tempo o poder de ameaçar soluções, mas a leva a confessar ao mesmo

tempo sua debilidade por não conseguir impor suas decisões, preocupada com a relação de forças no Senado. Se no passado podíamos dizer que a tensão era em torno da autonomia das províncias, hoje podemos dizer que a raiz dela se encontra na disputa pelo poder de tributar. É em torno dessa questão que a crise se vem desenvolvendo e pode chegar ao que dizia o senador José Sarney, a uma crise da Federação. Afinal, não estão os estados em situação pré-falimentar, embora o estado não seja penhorável? A centralização do poder de tributar, que a União começou a chamar a si a partir de 1968 – deixando em tese aos estados federados o direito de se engalfinhar num jogo em que bastava o voto de um para que nada se fizesse –, se não me falha a memória, é fenômeno que vem de 37, quando se extinguem as barreiras fiscais entre os estados e se cria, pelo menos do ponto de vista tributário, um mercado nacional, ainda que o Imposto sobre Vendas e Consignações permitisse aos estados federados dispor a seu talante do excedente privado e criar embaraços à plena expansão do capital instalado no Sudeste, pela

carga excessiva de impostos que recaía sobre produtos que demandavam a periferia do sistema produtivo.

Essa, a meu ver, é a questão que pode levar à grande crise. A disputa em torno do poder de tributar (à qual se poderia acrescentar aquela outra, que nasce do desejo dos estados federados de não pagar suas dívidas com a União, exceto nos mesmos moldes em que o Brasil resgata seus débitos externos, não pode ser vista isoladamente. Deve ser encarada à luz da crise maior, que é do Estado em sentido amplo que é a da União e a dos estados federados. Diria mesmo que a crise dos estados é até maior do que a da União, pois neles se dá a conjunção das crises de caixa, do sistema político e do sistema partidário. A relação entre a crise do sistema partidário e a crise dos estados é simples: o governante nomeia funcionários e contrata obras para tentar eleger seu sucessor, sem se preocupar com quem vai pagar a conta, mesmo que seja seu candidato o eleito. Creio que os pleitos de 1984 e 1986 nos forneceriam exemplos claros de governadores que se empenharam em colocar a máquina à dis-

posição de seu candidato que, vitorioso, se viu impossibilitado de governar, porque a folha consumia a maior parte de suas receitas, sendo então obrigado a recorrer às hoje famosas Antecipações de Receitas Orçamentárias, além de deixar de saldar compromissos assumidos na construção de obras. Um exemplo apenas: dados dos credores dão conta de que a Fazenda do estado de São Paulo deve 3 milhões de reais a empreiteiros de obras públicas! Esse fato – o recurso estabonado às ARO – é grave e o governo militar buscou acabar com a prática, dando o exemplo da cassação do governador Adhemar de Barros, que pretendia emitir bônus do Tesouro estadual (eram as ARO de então). O exemplo não foi compreendido, porém, e tudo indica que a situação anterior persiste.

O fato de a folha consumir enorme porcentagem das receitas do ICMS – e em alguns casos, mais as transferências da União – não é novo. No governo Montoro, o secretário do Planejamento, José Serra, fazia previsões pouco otimistas sobre o crescimento da folha; no governo Fleury, essas previsões

(para o ano 2000) eram ainda mais terríveis. A situação de muitos estados, hoje, mostra que essas projeções não eram desprovidas de fundamento. O que permite dizer que, à medida que a crise da União é também uma crise fiscal – afora alguém mais pessimista poder dizer que se trata de uma crise de vontade política – e à medida que o governo federal, na procura soluções de emergência, retira alguma coisa, um deltaX do Fundo de Participação, a crise dos estados tende a se agravar e a tensão entre estados e União da mesma maneira.

Outro ponto que devemos ter em mente é saber se a crise que a mim preocupa não é também uma crise cultural no sentido antropológico amplo. Preocupação que deve juntar-se ou ter como pano de fundo, seria melhor dizer assim, o que afirmei de início sobre o fato de a crise da Federação residir no fato de o centro não ter tarefas a oferecer à Nação. A crise dos estados – a crise fiscal deles – de repente é o tumor que supura, tornando expressa a consciência da diversidade cultural que poderia, no limite, separar as diferentes regiões que compõem o subcontinente.

Essa idéia que se passa a ter da diversidade cultural poderia traduzir-se assim: de repente, amplos setores intelectuais, talvez numericamente menos os setores produtivos, sentem-se diferentes e pode-se observar que há quem pretenda separar-se dos demais estados por se sentir diferente. Façamos sobre o movimento da República dos Pampas o juízo que fizemos, ele é um sintoma de que existe entre aqueles que lutaram de armas na mão para ser brasileiros – como me dizia alguma gaúcha – um sentimento de distinção que pode chegar, agravando-se a crise da União e havendo trabalho de coordenação inteligente, ao sentimento coletivo de separação. Como dizia um pensador político que andou muito em voga, primeiro um grupo sente-se diferente dos demais, depois se distingue deles e finalmente deles se separa para afirmar sua individualidade.

O Rio Grande do Sul aparece, bem vistas as coisas – talvez pelo isolamento a que a distância do ecúmeno o condena (distância agravada pela insensibilidade do governo central para a questão das ligações que vivifiquem a economia local

e intensifiquem as trocas culturais) – como o estado em que se encontra mais desenvolvida, se se pode dizer assim, a consciência da diversidade cultural. É o estado mais apegado a suas tradições e que talvez pudesse justificar, por isso, o “nós não pertencemos a essa coisa”. O caso gaúcho (se assim podemos dizer) é todo o contrário ao de São Paulo. O “caso paulista” sempre me intrigou: em 32, São Paulo se ergueu de armas na mão contra Getúlio Vargas. Em 1938, Getúlio vem a São Paulo inaugurar o túnel da Avenida Nove de Julho e é recebido pela população. Em 1945, apenas 13 anos depois, nem passada uma geração no sentido de Ortega, ele é eleito senador por São Paulo. É fenômeno que indica que a memória coletiva, se existir, não guardou certos fatos que deveriam ser marcantes, porque foram vividos com suor, sangue e lágrimas. Talvez a imigração explique esse “caso”; ou a migração interna; ou a falência das elites dirigentes – não nos esqueçamos de que, além de Vargas, os maiores expoentes do populismo brasileiro são todos de São Paulo: Adhemar de Barros e Jânio

Quadros. O fato é que, da perspectiva da unidade cultural que gera uma diversidade, o Rio Grande do Sul leva sobre São Paulo vantagem extraordinária. O Rio Grande do Sul poderia ser considerado um tipo cultural; São Paulo, não. Apesar disso, é o motor da economia brasileira.

O Norte, cuja manifestação cultural conhecemos pouco, dá-me a impressão, pelo contato que tive com a Universidade de Belém e por relato de alunos meus que estiveram na Universidade de Manaus, de sentir-se ocupado pelo resto do Brasil. Ocupado e afastado. Ele se considera tão diverso que se sente ocupado. O que não é sentimento coletivo que permita homogeneidade nacional. O Nordeste, sabemos o que pensa do Sul e do Sudeste. São Paulo é o grande imperialista e tudo o mais. De quando em quando, surgem alguns que pensam na separação, sonhando em sustentar-se com o petróleo, o turismo, isto ou aquilo.


Os dados demográficos talvez nos ajudem a compreender alguma coisa da crise de que falamos. Jogo algumas idéias ao debate. O crescimento demográfico colo-

ca interrogações e traz inquietações. O Norte é talvez uma das regiões que mais têm crescido demograficamente, mais do que o Brasil. A sua população cresceu, entre 1920 e 1940, a uma porcentagem de 0,08%, enquanto o Brasil crescia à taxa de 1,5%. Entre 40 e 50, o Norte cresceu a 2,35%, enquanto o Brasil cresce à 2,34%. Entre 50 e 60, temos 3,34% contra 3,04%. Entre 60 e 70, 3,47% contra 2,89%. Entre 70 e 80, 5,02% contra 2,48%. Entre 80 a 91, 4,29% contra 1,91%. O que indica que o Norte cresce mais que todo o Brasil e o que indica uma situação instigante, que se resume numa pergunta: de onde vem essa população, já que o crescimento vegetativo não explicaria tão altos índices de aumento populacional. Diria que vem do Sul, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Assim, essa região (o Sul), que tem diversidade cultural maior, que no limite da posição é separatista e que tem a melhor organização para tal, está colonizando o País. Essa região está amagando ou lançando os fundamentos bioculturais para que haja unidade. Devemos ter presente esse fi-

nômeno da mesma maneira que o seu contrário, que é o do Nordeste, onde a população cresce menos que a do Brasil: 40/50, 2,22% contra 2,34%; 50/60, 2,13% contra 3,04%; 60/70, 2,4% contra 2,89%; 70/80, 2,16% contra 2,48%; 80/91, 1,82% contra 1,93%. Ou os nordestinos entraram num sistema de controle rigoroso da natalidade, antecipando-se aos resultados globais brasileiros, ou desde muito estão migrando. Vieram sem dúvida para São Paulo, mas seu êxodo para o Sul diminuiu. Possivelmente estejam de novo adentrando o Norte. Ao mesmo tempo que se tem essa diminuição da população, pode ver-se que em boa medida é por causa disso que os índices de concentração de renda diminuem no Nordeste. Do ponto de vista das estatísticas econômicas, o Nordeste não é uma região

que se possa dizer desprestigiada. Tem crescido mais que o Brasil há algumas décadas.

Poderia alinhar números para mostrar que a propagada diferença econômica entre Sul-Sudeste e Norte-Nordeste (sem esquecer o Oeste, que também cresce) é mais retórica política do que realidade efetiva. Apesar disso, o sentimento de exploração, de distanciamento existe, e em boa medida porque não há, nessas regiões excêntricas do ecúmeno principal (ao qual se deve acrescentar hoje, para efeito de qualquer análise, o núcleo do Sudeste e parte da Bahia), recursos humanos capazes de vencer a sensação de diferença, que é mais fácil de se instalar intelectual e emocionalmente do que a sensação de pertença. Especialmente quando o centro não tem mais

tarefas a oferecer. Dessa perspectiva diria que o período que vai de 64 a 85 marca o fim político da organização unitária, que sempre teve uma tarefa a oferecer ao País. A tudo isso há de se acrescentar o fato de que pressões internacionais quanto ao meio-ambiente se exercem sobre o Brasil e que a estrutura federativa do regime obriga a que as soluções sejam dadas pelos estados, que não têm recursos para tanto. Concluiria com uma pequena observação: o Nordeste julga que o Mercosul foi feito para beneficiar o Sul e o Sudeste. Para vencer essa separação, criou-se na Sudene um órgão de entrelaçamento entre o Mercosul e o Nordeste, chefiado, pelo que se noticiou, por um diplomata. É mero detalhe burocrático, mas que talvez diga muito a respeito de nosso tema. 

Marques Saraiva.
Desde 1932, estabelecendo
parcerias de sucesso.



Marques Saraiva Gráficos e Editores Ltda.
Rua Santos Rodrigues, 240 - Estácio - Rio de Janeiro RJ
Tels: (021) 502.9498
Fax: (021) 293.5580

ORIENTAÇÃO PARA TRATAMENTO DE TEMAS SENSÍVEIS

A 5ª Subchefia – Assuntos Especiais – do Estado-Maior do Exército divulgou um livreto com o título acima, abordando os assuntos considerados sensíveis para a Força Terrestre e o pensamento desta em relação aos mesmos.

A *Defesa Nacional* endossa as colocações do documento e passa a adotá-las em sua linha editorial, sem prejuízo dos princípios estabelecidos por seus fundadores (ver ADN 774, pp. 143 e 144). Qualquer matéria que venha chocar-se com essas colocações não refletirão, em qualquer momento, o pensamento da Revista nem do Exército, sendo da responsabilidade exclusiva dos seus autores.

Na apresentação do documento, datada de 09.07.1997, o Exmo. Sr. General-de-Exército Gleuber Vieira, Chefe do Estado-Maior do Exército, que a assina, assim se expressa:

Este documento aborda os assuntos que, no momento atual, quer no cenário na-

cional ou no internacional, podem interferir, por sua natureza, na missão do Exército Brasileiro ou, de alguma forma, refletir em seus integrantes.

Tem por finalidade esclarecer os fatos, definir a posição do Exército a respeito dos mesmos e informar a seus integrantes as implicações para a Instituição.

O trabalho objetiva, ainda, proporcionar aos comandantes, nos diversos níveis, uma gama de conhecimentos pertinentes e oportunos sobre temas atuais, para serem explorados junto tanto ao público interno quanto ao público externo.

Ao ser apresentada uma “posição do Exército” é preciso ter-se o entendimento de que, numa sociedade democrática, o Exército, como força viva da Nação, não pode deixar de posicionar-se sobre os temas de interesse da Instituição, sendo esse posicionamento definido e expresso por seu órgão de Direção Geral, o Estado-Maior do Exército, conforme orientação e aprovação do Sr. Ministro.

Em seguida, o documento apresenta cada um dos

temas considerados sensíveis e o modo como o Exército os leva em consideração. É o que, a seguir, reproduzimos.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Nos últimos anos, as minorias indígenas começaram a receber atenção especial das Organizações Não-Governamentais, de segmentos da Igreja e de alguns governos estrangeiros, particularmente europeus.

Movidos por interesses os mais variados, esses organismos encontraram ressonância para suas idéias, não só nas mídias nacional e internacional como, também, em diversos organismos internacionais governamentais.

Em consequência, fruto de pressões desses órgãos sobre o governo brasileiro, aceleraram-se no País os processos de definição e de demarcação de terras indígenas.

Tais processos, baseados principalmente em considerações antropológicas e culturais, ignoram algumas vezes, aspectos políticos, sócio-econômicos e até de se-

gurança, como é o caso da faixa de fronteira. Geram, portanto, tensões sociais e problemas para estados e municípios, no que se refere principalmente à sua viabilidade econômico-financeira e, até mesmo, à sua existência física.

Embora o Exército Brasileiro, historicamente, reconheça o direito dos índios às terras que tradicionalmente ocupam, identifica algumas distorções no atual sistema demarcatório, que podem gerar potenciais riscos à desagregação territorial quando:

- coexistem população e base física suficientes para sustentar um estado autônomo;

- a contiguidade com grupos etno-lingüístico semelhantes, em países vizinhos, pode dar margem a que demandas por soberania autóctone tenham origem nesses grupos, ou que se organizem projetos de fusão e independência das áreas;

- as lideranças indígenas tomam consciência da riqueza existente sob seu domínio exclusivo e buscam, estimulados ou não por grupos econômicos, a autonomia da área.

O Exército Brasileiro tem apoiado os Projetos de Lei, em tramitação no Congresso Nacional, que buscam corrigir os exageros atualmente existentes nas demarcações.

Tem, ainda, participado ativamente com pessoal e material no levantamento e na demarcação das Reservas Indígenas, em cooperação com a FUNAI, e, em conjunto com outros órgãos governamentais, incentivando todos os programas, projetos e ações que tenham como objetivo consolidar nossa soberania em tais regiões, particularmente na faixa de fronteira.

Por oportuno, cumpre recordar que as Forças Armadas, de acordo com os Art. 20 e Art. 142 da Constituição e reforçado com o Parecer nº 81 AGU/PRO-065/95, da Advocacia-Geral da União (DOU nº 240, de 15.Dez.95), têm o direito inquestionável de atuar em áreas indígenas no cumprimento de sua missão constitucional.

O relacionamento integrador do Exército com os silvícolas, que teve início com a presença do índio Poty em Guararapes, consolidou-se com a ação do Marechal Rondon e, hoje, é

identificado pela existência de centenas de índios-soldados em nossas Unidades, particularmente na Amazônia.

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

O Serviço Militar Obrigatório tem sido periodicamente questionado por alguns segmentos da sociedade, particularmente por intelectuais, pela mídia, por movimentos jovens e por parlamentares, que sugerem a adoção do chamado exército profissional, com base no voluntariado.

Surgido no Brasil para eliminar distorções como "sorteio" e a "indicação" a conscrição obrigatória não discrimina quem quer que seja e consagrou-se como um direito antes de ser um dever do cidadão.

O Exército se posiciona pela obrigatoriedade do Serviço Militar porque considera, entre outras, as seguintes razões:

- processo seletivo mais rigoroso a partir de universo de escolha mais amplo, que não ocorreria no caso de ter que buscar voluntários em um mercado de trabalho totalmente desfavorável ao servidor público;

CONSCRIÇÃO

SITUAÇÃO/ANO		1996	1997
ALISTADOS		1.377.778	1.116.988 (até 30 Abr)
Incorporados/	Nº	87.423	64.033
Matriculados	%	6,34	5,73

• a possibilidade de, anualmente, fazer com que um grande número de jovens, ao passar por suas fileiras, exercite a cidadania e o civismo, evitando o distanciamento entre o Exército e a Sociedade;

• melhor representatividade regional, social e racial da população nos quadros da Força, reforçando o vínculo permanente com a sociedade e o caráter genuinamente nacional da Instituição;

• menor custo de manutenção de seus efetivos, uma vez que o conscrito percebe uma remuneração menor, não tem direito a movimentação e, como não pode ter dependentes, não onera a Força com encargos sociais; e

• a manutenção de efetivos completos nas Organizações Militares (OM).

Deve-se levar em conta, ainda, que atualmente a maior parte do efetivo de cabos e soldados é do núcleo base, o que faz com que a conscrição obrigatória represente um contingente extremamente pequeno em face do grande número de jovens disponíveis em cada classe de convocação, conforme se verifica no quadro a seguir:

O Sistema do Serviço Militar não é um processo que deva seguir modelos importados. Ele é peculiar a cada nação, em função de suas necessidades de defesa, das condicionantes econômicas e psicossociais e da sua estatura geopolítica.

O Exército já adota há mais de oitenta anos e atualmente vem intensificando os Tiros de Guerra, uma instituição tipicamente brasileira. Baseia-se em uma Escola de Treinamento Militar, mantida pela Prefeitura e dirigida pelo Prefeito de Município em que não exista Unidade da Força.

Seus alunos recebem treinamento básico e de Defesa Territorial, durante poucas horas diárias. Dessa forma, prestam o Serviço Militar previsto na Constituição, sem prejuízo sensível para suas atividades escolares ou profissionais e

sem se afastarem da família (ou sem prejuízo para a comunidade local que mantém a sua força de trabalho).

O Serviço Militar Obrigatório possibilita, ainda, que parcela significativa dos jovens brasileiros completem o processo de socialização e de formação cívica, que iniciaram em seus lares e nas suas escolas, e desenvolvam valores morais como o sentimento de respeito às leis e às instituições.

CONGRESSO NACIONAL

O Exército, através de sua Assessoria Parlamentar e de Grupos de Trabalho Interforças coordenados pelo EMFA, atua junto ao Poder Legislativo para defender os interesses da Força e de seus integrantes nos diversos Projetos de Lei e de Emenda Constitucional

(PEC) que tramitam naquela Casa.

Atualmente, transitam no Poder Legislativo dois projetos que são de alta relevância para a Instituição: a Reforma da Previdência e a Desvinculação dos Militares.

• A PEC 33C, que trata da Reforma da Previdência e modifica o Sistema Previdenciário dos Militares.

O Exército vem atuando com o objetivo de manter um regime previdenciário próprio para os militares, que reflita as peculiaridades da profissão.

Tal regime deve ser viabilizado através de preceitos constitucionais que criem as melhores condições para a elaboração de uma Lei Complementar específica para os militares.

O Exército defende que sejam observado o respeito ao direito adquirido e a manutenção da integralidade da pensão e que se estabeleça um período de transição, antes da entrada em vigor da nova sistemática, a fim de evitar modificações bruscas no atual processo de passagem para a inatividade, com sérios reflexos na estrutura da carreira.

Finalmente, o Exército sustenta a necessidade de manter a vinculação remuneratória da ativa com a inatividade, garantindo o poder aquisitivo dos que já não estão em atividade, sem postular exceções mas preservando as peculiaridades da profissão militar.

• A PEC 338, que trata da desvinculação dos militares das Forças Armadas dos demais servidores públicos.

O Exército postula a aprovação dessa proposta por considerar de todo conveniente que constem em nossa Constituição, de maneira distinta, as peculiaridades da profissão militar.

A argumentação assenta-se na existência de aspectos peculiares à carreira das armas, tais como:

– observação irrestrita do dever legal, inclusive com o sacrifício da própria vida;

– obediência rígida aos princípios da hierarquia e disciplina;

– sujeição constante à autoridade em toda a cadeia de comando, a partir do Presidente da República;

– obrigatoriedade de obedecer a rígido cerimonial e ao uso da farda;

– carreira e plano de cargos peculiares;

– proibição de sindicalização e de greves;

– dedicação exclusiva impedindo qualquer outra atividade profissional;

– sujeição a contínuas movimentações por necessidade de serviço, com reflexos no patrimônio e, até, na aquisição da casa própria.

– desempenho de atividades em áreas inóspitas insalubres e sem infraestrutura de apoio à família;

– afastamento do lar por longos períodos (exercício de campanha e missões no Brasil e no exterior);

– necessidade de manutenção de índices físicos constante aprimoramento intelectual ao longo da carreira; e

– manutenção de vínculo com a Força, ao passo para a inatividade.

Constata-se, portanto, que as características da profissão militar a destinam para uma classe diferenciada de servidor, regida por preceitos legais com direitos, obrigações e limitações inexistentes no meio civil.

MINISTÉRIO DA DEFESA

O tema é mantido em discussão, em nível político, tendo em vista que o Presidente da República demonstrou a intenção de, durante seu governo, concretizar a existência do Ministério da Defesa.

Tal intenção está concretizada em Diretriz do Comandante Supremo das Forças Armadas, que determina ao EMFA os estudos para a referida implantação.

O Exército admite que a criação do Ministério da Defesa, em substituição aos quatro ministérios militares atualmente existentes, gera benefícios de racionalização e coordenação das atividades das Forças Armadas. Todavia, considera que, para que tal aconteça, a implantação deverá ser gradual e segura, passando pelo progressivo fortalecimento do EMFA, pela identificação das áreas prioritárias para incentivar a integração entre as Forças, pela progressiva superação das barreiras impostas pela cultura de cada Força e pela configuração do organismo que passaria a dirigir a Defesa Nacional.

O Exército considera, ainda, que a imposição

açodada de um modelo importado ou precipitada e prematuramente concebido possa levar à mera superposição de uma "cabeça" sobre os atuais Ministérios Militares, sem alcançar os benefícios da integração pretendida.

Em resumo, o Exército dispõe-se a participar ativamente dos estudos e das iniciativas para concretização da recomendação presidencial, desde que não se perca de vista que a implantação do Ministério da Defesa deve atender às realidades político-institucional, cultural e econômico-financeira brasileiras.

RELAÇÕES COM O EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS

O governo brasileiro procura fortalecer as relações com os Estados Unidos, como um dos passos para aumentar nossa capacidade de influir na cena internacional. A política nacional e a militar não podem estar dissociadas, devendo manter-se coerentes.

Num momento em que as relações Brasil-Estados Unidos seguem a tendência mundial e caminham no sentido da integração e do entendimento político, a inten-

sificação das relações militares assume um papel importante.

No relacionamento com os militares dos EUA, com os do Exército em particular, duas questões podem ser destacadas: o tema Amazônia e a questão do narcotráfico.

A Amazônia é uma questão de características completamente distintas para um e para outro país. Para os militares brasileiros, além de ser um assunto de natureza militar, tem uma forte carga emocional. Para os EUA, até onde se sabe e oficialmente se reconhece, é um tema ligado a grupos preservacionistas e de pesquisa científica e, na área política, aos interessados em assuntos de meio-ambiente.

Quanto ao narcotráfico, por constar de dispositivos constitucionais vigentes, a repressão no Brasil é responsabilidade do Ministério da Justiça. Nos EUA não é diferente daqui. A participação militar é feita só em caráter especial e, mesmo assim, apoiando Agências – DEA, FBI, Polícias locais – que têm a obrigação de combater o tráfico de drogas.

Embora a região não seja prioritária para os

EUA, o Brasil merece atenção pelas possibilidades de comércio; por sua posição e peso específico na América Latina; pela capacidade de cooperar na solução de problemas relativos a meio-ambiente, drogas, violência e proliferação de armas; por atuar ativamente na Organização dos Estados Americanos (OEA) e em outras instituições internacionais; e por vir demonstrando ajustamento aos novos padrões globais, em especial no que diz respeito à democracia e à estabilidade econômica.

A intensificação da cooperação com os Estados Unidos apresentará, para o Brasil e para o Exército, uma mistura peculiar de riscos e de oportunidades. Será tão importante avaliar e neutralizar os riscos, quanto aproveitar as oportunidades. As relações militares devem ser realizadas de forma amistosa, coerente e previsíveis, buscando atender aos interesses do Exército Brasileiro, sem idéias preconcebidas ou posicionamentos passionais. Têm sido assim historicamente e devem ser preservadas.

Contenciosos entre o Brasil e os Estados Unidos

existem e vão continuar a acontecer, sem que isso implique a existência de conflitos mais sérios ou que as diferenças sejam transportadas para outros campos, em prejuízo de ambas as partes.

Desse modo, não há restrições para que o Exército preste informações sobre qualquer assunto que possa ser facilmente obtido por outros meios. Tem sido enfatizado que o combate ao narcotráfico não é um problema atinente ao Exército e as experiências trocadas em intercâmbios devem ater-se aos aspectos comuns da atuação dos exércitos nesse tipo de atividade.

O Exército Brasileiro, como é normal, vê com preocupação qualquer tentativa de influência ou interferência, aberta ou velada, em assuntos referentes à soberania e aos assuntos internos do País. Não é raro que uma ação conduzida sem observar determinados parâmetros de comportamento entre nações gere desentendimento.

A presença do Exército em foros importantes, nacionais ou internacionais, destina-se a definir posições, com o objetivo de não deixar dúvidas quanto aos pontos que, por princípio,

são posições de nossas políticas externa e militar.

O EXÉRCITO BRASILEIRO E A DIGNIDADE HUMANA

A Declaração Universal dos Direitos do Homem surgiu em 1948, no âmbito da ONU, com a finalidade de estabelecer parâmetros e limites que permitissem defender o cidadão contra os abusos cometidos pelo Estado ou por seus agentes. Sua premissa básica é que nenhuma autoridade pode violar as leis sob o pretexto de defendê-las.

A ONU tem apoiado todas as propostas que visem ao respeito à dignidade humana e o segmento militar, cada vez mais, tem sido chamado a colaborar para difundir o assunto, que já foi chamado de "a nova ideologia das democracias deste final do século".

A participação dos militares, detentores do monopólio do exercício da força – em nome da nação a que servem –, na luta em prol do respeito à dignidade humana, esta inserida nos esforços pela defesa e afirmação do valor do Estado Democrático, que tem como principal finalidade atender ao indivíduo, garantindo-lhe viver dentro da

um padrão de dignidade con-
dizente com sua natureza.

O Exército Brasileiro, por força dos interesses nacionais e em cumprimento às disposições da ONU, tem empregado seus militares em diversas partes do mundo. Em nenhuma destas oportunidades foi registrado qualquer fato que desabonasse a conduta de nossos soldados no que concerne a possíveis abusos à dignidade das pessoas com as quais tiveram contato. O mesmo ocorre quando de seu emprego em ações de segurança interna e em atividades subsidiárias.

A profissão militar traz em seu bojo algumas características que a fazem única no seio da sociedade que a abriga. O respeito às leis, o espírito de disciplina, o culto aos valores éticos e morais que uma nação exige de seus soldados, seu caráter nacional e papel integrador, fazem da Instituição militar e dos militares veículos ideais para praticar a cultura do respeito à dignidade humana. O Exército, por norma e convicção, adota procedimentos e exige um comportamento ético de seus integrantes que garantem este respeito.

O Exército entende que o comportamento que se es-

pera de um soldado está diretamente relacionado com a ação de comando, a liderança e o bom exemplo. Em consequência, tem sido preocupação, cada vez maior, aprimorar o processo de seleção dos militares que terão o privilégio de exercer funções de Comando, Chefia e Direção, em todos os níveis da Força Terrestre.

Além disso, como instituição permanente e parte efetiva do Estado Democrático de Direito, determina, como norma de conduta para seus integrantes, o respeito à Constituição Federal, às leis do país e às convenções internacionais.

Assim procedendo, o Exército Brasileiro está participando de forma efetiva na criação e difusão de uma cultura que valoriza a dignidade humana, princípio essencial expresso na Lei Magna do País.

Difundir esse posicionamento de forma ampla deve ser a meta básica, fazendo ver aos públicos interno e externo que esse é o compromisso da Instituição com a Nação Brasileira.

SEGURANÇA REGIONAL

Apesar de considerar que há potenciais de fricção

entre alguns países na América do Sul, é pequena a probabilidade de ocorrência de algum tipo de confronto em nível nacional, à luz das novas circunstâncias mundiais e regionais.

Com a criação do MERCOSUL, que é essencialmente um organismo de caráter econômico e comercial, diminuíram ainda mais, pelo menos em tese, as possibilidades de surgimento de um conflito armado nessa área. Como há interesse de que o bloco cresça, é lícito inferir-se que a integração e a cooperação são objetivos gerais a serem atingidos pelos países sul-americanos. Tal meta é incompatível com o surgimento ou manutenção de antagonismos que não possam ser resolvidos pela via da negociação.

Há muito tempo já existem nessa região mecanismos normais de cooperação e amizade entre as Forças Armadas, de natureza multilateral ou bilateral, que têm o apoio e a plena participação do Brasil.

A aproximação militar dos Exércitos do Cone Sul, paralelamente ao MERCOSUL, já vem sendo feita em caráter bilateral, buscando estabelecer pontos comuns que propiciem o entendi-

mento e o fortalecimento mútuo das Forças Armadas no nível regional.

Os objetivos de aproximação têm sido alcançados por intermédio de toda a ordem de contatos de alto nível, fomento às medidas de confiança mútua e realização de reuniões, exercícios, visitas nos mais diversos níveis, simpósios e seminários entre Exércitos dos países do MERCOSUL.

O Brasil, por entender a natural vocação do MERCOSUL para o comércio, aceita o fato de que nenhum grupo de trabalho ou comitê da associação foi criado para tratar de assuntos militares. Os movimentos que têm sido feitos no sentido de se criar um nicho militar no MERCOSUL não têm sido de iniciativa do Brasil que, por ora, limita-se a observar e a acompanhar tais iniciativas.

A ênfase excessiva no tema da agregação do componente militar ao ideário gerador do MERCOSUL, pode provocar o aparecimento de idéias de criação de Força Militar integrada ou algo semelhante, que contraria nossos princípios de Política Externa.

Recentemente, estreitaram-se mais ainda os laços

entre o Brasil e a Argentina, com a assinatura de um "Memorando de Entendimento sobre Consulta e Coordenação", que cria um mecanismo permanente para o fortalecimento das relações bilaterais em matéria de defesa e segurança internacional. O objetivo do mecanismo criado será o exame, a avaliação, a implementação e o acompanhamento das questões de defesa e segurança internacionais de interesse mútuo, em alto nível, sem inferência nas iniciativas em curso e em perspectiva, acertadas pelos estamentos militares dos países envolvidos.

Da mesma forma que o MERCOSUL surgiu a partir de um tratado entre Brasil e Argentina, é lícita a conclusão de que possa vir a surgir algum mecanismo na área de defesa e segurança que possa abranger mais países da América do Sul.

MEIO AMBIENTE

A preservação ambiental é um objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente, que visa a assegurar no país qualidade ambiental propícia à vida, ao desenvolvimento sócio-econômico, à defesa dos interesses

de segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Sua base está na Constituição da República (Art. 225) e sua ação fundamenta-se em promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

O Exército por sua presença nacional, que se estende aos mais longínquos rincões da Pátria, e pelos milhares de jovens de todas as origens que anualmente, através do serviço militar inicial, integram suas fileiras, nelas iniciando ou completando sua educação, constitui-se em poderoso instrumento implementador da Política Nacional do Meio Ambiente.

Além da educação ambiental pela conscientização de seus quadros, o Exército vigia e preserva os espaços territoriais que lhe são atribuídos pelo Patrimônio da União definidos como áreas de interesse ecológico, neles protegendo a flora e a fauna.

Em suas ações no território, desde sua remota origem, evita prejuízos aos ecossistemas, recupera

meio ambiente degradado por ações extrativistas e cumpre integralmente os quesitos legais quanto ao impacto ambiental, quando da construção de instalações militares ou da realização de atividades potencialmente causadoras de risco de degradação ambiental.

Seus integrantes seguem estritamente as Normas Básicas para a Preservação Ambiental da Tropa em Exercícios, que fixam claramente o comportamento dos homens na conservação da natureza nos acampamentos, bivaques e nos exercícios com tiro real.

O Exército já mantém, desde algum tempo, convênio com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis), através do CMA, para operacionalizar a fiscalização da flora e da fauna na região Amazônica e para melhorar as condições de vida das populações da faixa de fronteira.

O êxito que esse convênio vem obtendo estimulou o Exército e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal a ampliarem suas ações de cooperação, agora em âmbito nacional.

Após a assinatura de um

protocolo de intenções em abril passado, e de cooperarem mutuamente em algumas campanhas de cunho ecológico, os dois Ministros celebraram, no dia 3 de junho último, um Acordo de Cooperação Ambiental.

Esse Acordo estabelece que vários convênios serão assinados para, principalmente, envolver o Exército na execução de programas de cunho ecológico e na manutenção de áreas de reconhecido valor ambiental, com a orientação técnica do IBAMA.

Portanto, é o Exército um dos organismos pioneiros e mais bem aparelhados para a execução prática, objetiva e eficaz da Política Nacional de Proteção Ambiental.

VERSOS ENCONTRADOS EM CANUDOS EM 24 DE SETEMBRO DE 1897

No dia 24 de setembro de 1897, o ex-aluno da Escola Militar da Praia Vermelha Joaquim Ferreira de Mello encontrou, no reduto da Fazenda Velha,

versos de autor desconhecido que acompanham este Comentário.

Joaquim Ferreira de Mello verificara praça, voluntariamente, no Corpo de Alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, em setembro de 1894.

Em março de 1897, foi desligado por ter se envolvido nos acontecimentos ali ocorridos. Os "acontecimentos" a que se refere a sua Caderneta de Assentamentos são os atos de reação da juventude acadêmica militar de então à ordem do Governo de retirar a munição da Praia Vermelha. Tal determinação, que significava desarmar a Escola Militar, atendia ao propósito de neutralizar o envolvimento dos seus alunos em assuntos políticos. Ora, os jovens alunos e oficiais da Praia Vermelha consideravam-se guardiães da República, que ajudaram a implantar, e da obra do seu consolidador, o Marechal Floriano, que idolatravam. Desmunicar a Escola significaria inviabilizar o cumprimento da missão de guardiães que se auto-impuseram. Daí a viva comoção que a ordem governamental provocou, gerando, naquela mocidade

idealista, a exaltação de ânimos refletida na resposta às autoridades de que a munição só sairia da Praia Vermelha pelos canos dos fuzis.

Desligado da Escola Militar, foi o ex-aluno Mello classificado na 3ª Bateria do 5º Regimento de Artilharia de Posição, destacada em Pernambuco. De Recife, seguiu a pedido para a Bahia a fim de, voluntariamente, participar da campanha de Canudos.

Incorporado ao 5º Regimento de Artilharia de Campanha, unidade integrante da 1ª Coluna, foi elogiado pelo comandante desta, General-de-Brigada João da Silva Barbosa, *pela bravura com que se portou no assalto e tomada da Fazenda Velha*, em 7 de setembro de 1897. Em 20 do mesmo mês e ano, foi elogiado pelo Comandante-em-Chefe das forças em operações, General-de-Divisão Artur Oscar, *pelo denodo com que se portou no dia 7 de setembro no assalto às trincheiras inimigas*. Foi justamente nessas trincheiras que o então soldado Mello encontrou os versos de um jagunço não identificado e que serão adiante transcritos.

Terminada a campanha e de regresso ao Rio de Janeiro com a sua Unidade, foi mais uma vez elogiado, desta feita pelo Comandante do 5º Regimento de Artilharia de Campanha, *pela bravura e dedicação ao serviço durante as operações de guerra, no interior do estado da Bahia*.

Com a anistia concedida pelo Governo, rematriculou-se na Escola Militar do Brasil em 1903, retornando assim à Praia Vermelha. Porém, logo no ano seguinte, sublevava-se mais uma vez a Escola Militar, agora contra a vacinação obrigatória, considerada um grave atentado às liberdades individuais. Na noite de 14 para 15 de novembro de 1904, 15º aniversário da proclamação da República, marchou a Escola em direção ao Catete, após o afastamento do seu Comandante legal, o General Costallat, substituído revolucionariamente pelo General Travassos. Na manhã de 15, esgotada a sua munição em cerrado tiroteio contra as forças governamentais na esquina da Rua da Passagem com a Praia de Botafogo, no qual foi o General Travassos mortalmen-

te ferido, a Escola retraiu para o seu quartel.

O Governo reagiu, extinguindo o renomado estabelecimento da Praia Vermelha, cujos alunos foram processados criminalmente. Anistiados em 1905, foram autorizados a se matricular na Escola de Guerra de Porto Alegre, onde o aluno Mello foi declarado Aspirante, em 1907. Em março de 1908, obteve permissão para continuar seus estudos na Escola de Artilharia e Engenharia, cujo curso concluiu em 1909.

Ainda como tenente, fez o Curso de Estado-Maior de 1913 a 1916, o qual renovou, em 1928 e já no posto de tenente-coronel, frequentando o Curso de Revisão ministrado pela Missão Militar Francesa.

Faleceu em 31 de dezembro de 1950, como Coronel de Cavalaria e Estado-Maior reformado, após 44 anos de carreira militar, ao longo da qual galgou todos os postos pelo princípio de promoção pelo merecimento.

Os versos a seguir transcritos traduzem o fanatismo e a crença na invencibilidade dos seguidores de Antônio Conselheiro.

Versos encontrados em Canudos no dia 24 de setembro de 1897.^{1,2}

Versos encontrados em Canudos no dia 24 de setembro de 1897.

Chegando elle no Rio
A Palacio foi parar
Perguntou ao Governo
Com quem ia conquistar
Responden elle tenho força
Para os Canudos arrasar.

Chegando elle a Bahia
De musica foi recebido
Do escircito que estava
Com seu intimo amigo
Se abraçarão logo ambos
E marcararam a partida

Chegando elle a Bahia
De musica foi recebido
Do escircito que estava
Com seu intimo amigo
Se abraçarão logo ambos
E marcararam a partida.

Marchando de elle do Rio
Com 1200 soldados
Para se encontrar na Bahia
Com o Tamarino fallado
Vanz subirem ao Bello-Monte
Com 3050 soldados.

Marcharam da Bahia
Para as Queimadas acampar-se
Em busca do Bello Monte
Onde vinham parar
Contestando firmente
Em tudo vinha arrasar

Marcharam da Bahia
Para as Queimadas acampar-se
Em busca do Bello-Monte
Onde vinham parar
Contestando firmente
Em tudo vinha arrasar.

Marchando elle do Rio
Com 1.200 soldados
Para se encontrar na Bahia
Com o Tamarino fallado
Para subirem ao Bello-Monte
Com 3.050 soldados.

¹ O manuscrito original do Jagunço poeta desconhecido foi encontrado pelo ex-aluno Mello em mal estado, que dele fez cópia datada de 27 de setembro de 1897.

² A transcrição conserva a grafia do original.

Ali estiveram uns dias
 Para os soldados descansar
 E fazerem suas consurtas
 Para o Bello-Monte marchar
 Mais ou menos avaliando
 Por onde haviam de entrar

Ali estiveram uns dias
 Para os soldados descansar
 E fazerem suas consurtas
 Para o Bello-Monte marchar
 Mais ou menos avaliando
 Por onde haviam de entrar.

Marcharão logo ao Cumbre
 Sem avisar a ninguém
 E seguirão para o Rosario
 Com toda bagagem e trem
 E com o tal Zizuiño
 Que vinha no meio também

Marcharão logo ao Cumbre
 Sem avisar a ninguém
 E seguirão para o Rosario
 Com toda bagagem e trem
 E com o tal Zizuiño
 Que vinha no meio também.

Levarão n'esta fazenda
 Intenção que não se sabia
 Tratando de se acampar.

Para sair no outro dia
 E para maior firmeza
 Ali deitarão espia

Chegarão n'esta fazenda
 Entenderão que não se sabia
 Tratarão de se acampar
 Para sair no outro dia
 E para maior firmeza
 Alli deitarão espia

Logo nosso Concelheiro
 Foi sabedor deste fato
 Logo mandou tocaialos
 Em roda d'aquelles matos
 E no rancho do vigário
 Começou o espaiafato

Logo nosso Concelheiro
 Foi sabedor deste fato
 Logo mandou tocaialos
 Em roda d'aquelles matos
 E no rancho do vigário
 Começou o espaiafato

Começou logo esta luta
 No Chonab da manilha
 Foi uma luta cruel
 Com o irmão da lei Chonab
 Pais minha mui furiosos
 E irmão da lei fragé

Começou logo esta luta
As 6 horas da manhã
Que foi uma luta cruel
Com o povo da lei Christã
Pois vinha mui furiosos
O povo da lei pagã.

O povo não aguentou
Com os malvados atirar
Correrão para aqui
Para elles esperar
Que do ceu vinha socorro
Para elles se acabar

O povo não aguentou
Com os malvados atirar
Correrão para aqui
Para elles esperar
Que do ceu vinha socorro
Para elles se acabar

Na verdade aqui chegaram
Que vinha fazendo horror
Logo se prevenirão
E com as peças atirou
Que ficaram mui contente
Quando para o lugar olhou

Na verdade aqui chegaram
Que vinha fazendo horror
Logo se prevenirão
E com as peças atirou
Que ficaram mui contente
Quando para o lugar olhou.

Trabalharão todo o dia
Até as 6 horas da tarde
E ficarão convencido
Que aqui não faziam nada
Só faziam atirar
E no povo não pegava.

Trabalharão todo o dia
Até as 6 horas da tarde
E ficarão convencido
Que aqui não faziam nada
Só faziam atirar
E no povo não pegava.

Só vendo delles morrer
Remedio não tinha a dar
Entendeu o Coronel
Logo se retirar
Porem só no outro dia
Que podia caminhar.

Só vendo delles morrer
Remedio não tinha a dar
Entendeu o Coronel
Logo se retirar
Porem só no outro dia
Que podia caminhar.

Logo pela madrugada
Começarão a sair
Antes de amanhecer
Ou o povo precintir
Temendo não se acabar
Sem poder escapulir

Logo pela madrugada
Começarão a sair
Antes de amanhecer
Ou o povo precintir
Temendo não se acabar
Sem poder escapulir.

Logo pela manhã
Começarão a atirar
Entendo que a Deus
Elles podia enganar
Nosso Concelheiro mandou
O povo com as mãos pegas

Logo pela manhã
Começarão a atirar
Entendo que a Deus
Elles podia enganar
Nosso Concelheiro mandou
O povo com as mãos pegas.

Alli marchou todo o povo
Com valor dado por Deus
Que é somente quem pode

É quem ajudar aos seos
Que a batalha foi forte
E muito poucos morreu

Alli marchou todo o povo
Com valor dado por Deus
Que é somente quem pode
E quer ajudar aos seos
Que a batalha foi forte
E muitos poucos morreu.

O povo era só matando
Os soldados as carreiras
As estradas ião cheias
Indo todas em filhérias
Procurando ainda mais
O tal coronel Moreira

O povo era só matando
Os soldados as carreiras
As estradas ião cheias
Indo todas em filhérias
Procurando ainda mais
O tal coronel Moreira.

Coronel Moreira Cesar
Não valia sua fama
Feio da parte do vulcão
No mato um buraco
Phi está o aragaco
Sem fazer nenhum engano

Coronel Moreira Cesar
 Não valeu sua fama
 Veio dar carne ao urubú
 No riacho umburana
 Ahi está o aragaço
 Sem haver menor engano.

Deus é réto e de justiça
 Não protege aos creminosos
 Deixou somente o inferno
 Para alivio dos teimosos
 Prompto para executar
 Os perversos orgulhosos

Deus é réto e de justiça
 Não protege aos creminosos
 Deixou somente o inferno
 Para alivio dos teimosos
 Prompto para executar
 Os perversos orgulhosos.

Coronel Moreira Cesar
 Era homem de facão
 Junto com o Tamarino
 Fazia pintura do são
 Porem os mesmos jagunços
 Deitarão ambos no chão

Coronel Moreira Cesar
 Era homem de facão
 Junto com o Tamarino
 Fazia pintura do são
 Porem os mesmos jagunços
 Deitarão ambos no chão.

O Coronel Tamarino
 Vinherão a' pinto cumprir
 Vinherão só trazer arma
 Para o povo vim munir
 Mandamos dizer a governo
 Que agora pode vir

O Coronel Tamarino
 Vinherão a sina cumprir
 Vinherão só trazer arma
 Para o povo vim munir
 Mandamos dizer a governo
 Que agora pode vir.

O coronel e o Tamarino
 Era dous sujeitos gordos
 No lugar onde morrerão
 Uma trareja alagou
 Pela gordura que tinha
 Que d'ella não se lucrou

O coronel e o Tamarino
 Era dous sujeitos gordos
 No lugar onde morrerão
 Uma trareja alagou
 Pela gordura que tinha
 Que d'ella não se lucrou.

Coronel Moreira Cesar
 Não valeu sua fama
 Com o General Tamarino
 Foi morrer nas umburanas
 No bico do urubú
 Ainda com elles roando

Coronel Moreira Cesar
 Não valeu sua fama
 Com o General Tamarino
 Foi morrer nas umburanas
 No bico do úrubú
 Anda com elles voando.

Coronel Moreira Cesar
 Homem de forte braço
 To riacho umburana
 Hoje esciste o aragaço
 No salgado o Tamarino
 Distante um bom pedaço

Coronel Moreira Cesar
 Homem de forte braço
 No riacho umburana
 Hoje esciste o aragaço
 No salgado o Tamarino
 Distantemente um bom pedaço.

O Coronel Moreira Cesar
 Era atentado do cão
 Veio trazer os soldados
 Para morrer no falcão
 Mandamos dizer ao governo
 Que não encaremos não.

O Coronel Moreira Cesar
 Era atentado do cão
 Veio trazer os soldados
 Para morrer no falcão
 Mandamos dizer ao governo
 Que não encaremos não.

Dizem que rinha no pintido
 Para tudo saquiá
 Os fios de facão
 Foi o que podero arrumar
 Fique todos bem siente
 Que Deus nos quer ajudar

Dizem que vinhao no sintido
 Para tudo saquiá
 Os fios de facão
 Foi o que podero arrumar
 Fique todos bem siente
 Que Deus nos quer ajudar.

D'aqui a serra branca
 Não se conta os que morreu
 Forão os que desertarão
 E os que a onça comeu
 Fiquem todos bem siente
 Que o bom Jesus nos valeu

Daqui a serra branca
 Não se conta os que morreu
 Forão os que desertarão
 E os que a onça comeu
 Fiquem todos bem siente
 Que o bom Jesus nos valeu.

D'aqui a serra branca
 17 leguas contando
 Não se pode onça andar
 E os irritíveis voando
 Comendo carne de soldado
 E os cachorros aproveitando

D'aqui a serra branca
 17 leguas contando

Não se pode mais andar
Com os urubu voando
Comendo carne de soldado
E os cachorros aproveitando.

Offerecemos esta obra
Ao governo do estado
Do povo do Bello Monte
Esteja bem dizengomado
Sem nus sustar
Estando bem armado
Que o povo do Bello-Monte
De Deus e abençoado
Não encaremos a Republica
Nem ao governo malvado

Offerecemos esta obra
Ao governo do estado
Do povo do Bello-Monte
Esteja bem dizengomado
Sem nus sustar
Estando bem armado
Que o povo do Bello-Monte
De Deus e abençoado
Não encaremos a Republica
Nem ao Governo malvado.

Ainda mais offerecemos
Ao Sr. Luiz Vianna
Búrro magro bem piado
Em pasto de Giterana
Cresça venha ao Bello-Monte
Queremos ver sua fama

Mais ao mesmo tempo esplico
A este pobre coitado
Se vir para o Bello-Monte
Antes morrer enforcado
Se ateimar e vier
É fácil ser degolado

27 de novembro de 1897
"Forte 7 de Setembro"

Joaquim Ferreira de Mello

Ainda mais offerecemos
Ao Sr. Luiz Vianna
Búrro magro bem piado
Em pasto de Giterana
Cresça venha ao Bello-Monte
Queremos ver sua fama.
Mais ao mesmo tempo esplico
A este pobre coitado
Se vir para o Bello-Monte
Antes morrer enforcado
Se ateimar e vier
É fácil ser degolado.

27 de novembro de 1897

"Forte 7 de Setembro", Joaquim Ferreira de Mello

Coronel de Cavalaria e Estado-Maior
Nilson Vieira Ferreira de Mello.
(É ele filho do também Coronel de Cavalaria
e Estado-Maior
Joaquim Ferreira de Mello).

NOVA ROTA APROXIMA O BRASIL DO PACÍFICO

A tão-senhada saída rodoviária para o Oceano Pacífico através do Acre, ficou mais direta e menos penosa com o novo traçado via Santa Rosa do Purus e Termópilas, que está sendo proposto. De acordo com o estudo que está sendo divulgado e que já está na sua 3ª edição, é proposta uma nova rota pelo centro do Acre, que apresenta sensíveis vantagens em relação aos dois traçados já conhecidos anteriormente, a começar pela sua menor extensão.

Realmente, com apenas 1.924 km entre Porto Velho, capital de Rondônia, e o porto peruano de Callao, o novo percurso, além de outras vantagens, economiza 316 km em relação à alternativa via Cruzeiro do Sul – Pucallpa para o mesmo porto de Callao, e 192 km em relação à alternativa via Assis Brasil – Macusani para o porto de Ilo, no sul do Peru. A partir de Rio Branco, capital do Acre, onde já existe rodovia pavimentada, são apenas 1.418 km até o mencionado porto de Callao, no Pacífico.

Com uma menor extensão, os custos de transporte são menores e o tempo de viagem é mais curto, o que abaixa o valor do frete e torna os produtos que serão transportados pela rodovia mais competitivos. Isso irá incentivar um maior intercâmbio de mercadorias das regiões de influência da rodovia com o oriente e com os países das três Américas banhados pelo Oceano Pacífico.

O Brasil vem incrementando o seu comércio exterior com os países do Oriente, mas necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Oceano Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis, de molde a baratear os fretes globais. Além disso, essas saídas facilitariam também o intercâmbio com os países das três Américas banhados por aquele oceano, em particular com os situados na América do Sul e com a região da costa oeste dos EUA.

Os mercados do Pacífico, em especial os do Japão e os dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), vêm crescendo a taxas que superam as dos mercados tradicionais do Atlântico.

Sem uma adequada saída para o Pacífico, o Brasil perde uma valiosa rota para participar de uma forma mais efetiva desse comércio crescente.

Os produtos brasileiros oriundos do Acre, Rondônia, sul do Amazonas e norte de Mato Grosso, atualmente exportados via portos do Atlântico estão com a sua competitividade ameaçada. Para se ter uma idéia, o percurso rodoviário de Porto Velho, RO, até o porto de Santos é de cerca de 3.200 km, subindo para 3.700 km a partir de Rio Branco, AC.

Uma saída rodoviária para o porto de Callao, no Peru, permitiria economizar cerca de 1.300 km de percurso rodoviário a partir de Porto Velho e perto de 2.300 km a partir de Rio Branco. A fronteira Brasil/Peru, na alternativa via Santa Rosa do Purus e Termópilas, aqui selecionada, estará a apenas 850 km do porto de Callao e a 4.300 km do porto de Santos.

Por outro lado, as rotas regulares de navegação a partir do porto de Santos para o porto de Yokohama no Japão, que é o principal porto de destino, alongam demais os percursos, como a seguir:

Exportando-se pelo porto de Callao, os percursos

• Rota Santos – Canal do Panamá – São Francisco – Yokohama:	22.944 km;
• Rota Santos – Estreito de Magalhães – Valparaíso (Chile) – Yokohama:	23.650 km;
• Rota Santos – África do Sul – Tigres Asiáticos – Yokohama:	22.420 km;
• Rota Callao – Honolulu – Yokohama:	15.849 km

para Yokohama ficam portanto de 6.500 a 7.800 km mais curtos, dependendo das rotas e dos portos visitados, tornando os fretes marítimos mais baixos, além de diminuir ainda mais os tempos de viagem.

A nova rota proposta (ver mapa abaixo) parte de Porto Velho e aproveita o trecho de 506 km já asfaltado até Rio Branco. De Rio Branco segue pelo leito da BR-364, passando por Sena Madureira, até atingir um ponto situado a cerca de 14 km além de Manuel Urbano.

A partir desse ponto, a diretriz inflete para o sul, aproveitando um divisor de águas, na direção de Santa Rosa do Purus, na região central do Acre, que é servida através de um acesso de 11 km. Dali, segue na direção oeste/sudoeste, passando a 7 km ao norte de Dimpolis, e prossegue na direção oeste até a fronteira Brasil/Peru. O percurso no Brasil é de 1.077 km, a partir de Porto Velho, ou 571 km de Rio Branco.

Em território peruano, seguindo na direção geral oeste, passa por Puerto Portillo, no alto Juruá e San Gregorio. Após, infletindo para Sudoeste, cruza o rio Ucayali em Termópilas, onde existe um estrangulamento muito favorável desse rio.

De Termópilas, sobe os Andes por um vale muito propício, formado pelos rios Tambo, Perené e Chanchamayo até Palca, localizada a cerca de 2.400 m de altitude, passando por La Merced, que é um importante centro agrícola. De Palca a La Oroya, que fica a 3.723 m, já existe uma rodovia pavimentada.

De La Oroya até Lima, um trecho de 174 km, também já existe uma rodovia pavimentada, a Carretera Central. A estrada, entretanto, tem que vencer o ponto mais alto do percurso em Ticlio, que fica a 4.883 m. De Lima ao porto de Callao, são 15 km pela região metropolitana.

Em resumo, são 1.924 km de extensão, de Porto

Velho ao porto de Callao, sendo 1.077 km no território brasileiro e 847 no peruano.

Descontando-se os 506 km recentemente pavimentados entre Porto Velho e Rio Branco, bem como os 253 km do trecho Palca-La Oroya-Lima-Callao, são 571 km no Brasil e 594 km no Peru a serem pavimentados.

Entre as vantagens que determinaram a adoção dessa nova alternativa Santa Rosa do Purus – Termópilas, sobre as demais, alinhamos: menor extensão (tem apenas 1.924 km a partir de Porto Velho, ou 1.418 km a partir de Rio Branco); não atravessa zonas de baixios; permite o transporte intermodal (rodovia x hidrovia) nos rios Madeira, Iaco, Purus e Ucayali; propicia o desenvolvimento da metade oeste do Acre; travessia do rio Ucayali (prolongamento do rio Amazonas, no Peru) num ponto privilegiado, em Termópilas, local indicado para um novo porto fluvial nesse importante rio e situa-

do a apenas 600 km do porto oceânico de Callao, pela rodovia; subida suave dos Andes pelo vale do rio Perené; menor extensão em altitude (apenas 130 km acima de 3.000 m); aproveita o trecho pavimentado Palca-La Oroya-Lima, ou seja, o trecho de relevo mais difícil; não tem subidas e descidas intermediárias apreciáveis; possui extensões equilibradas no Brasil e no Peru, facilitando acordos bilaterais, direção geral favorável e custos mais baixos, sobretudo os de transportes; estimula o comércio bilateral ao dirigir-se à capital, Lima, atualmente uma metrópole com cerca de 8 milhões de habitantes; permite explorar benefícios energéticos adicionais apreciáveis, como o potencial hidrelétrico dos rios formadores do Amazonas, descendo os Andes às margens da estrada e o gigantesco campo de gás natural de Camisea, relativamente próximo da diretriz da estrada (150 km).

O tráfego previsto para a futura rodovia é de cerca de 1.400 veículos/dia, com predominância de caminhões pesados e semi-reboques. Este tráfego atenderá a uma corrente de exportação esti-

mada em 4,5 milhões de toneladas anuais, prevista a partir do 6º ano de implantação da estrada.

Os custos de construção desta nova alternativa estão estimados em 470 milhões de dólares entre Rio Branco e o porto de Callao.

Entre os produtos a serem exportados dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, podemos citar: produtos agrícolas (soja, arroz, cacau, café, etc.), produção extrativista vegetal (borracha, castanha, madeira, etc.), minerais (cassiterita) e produtos industrializados.

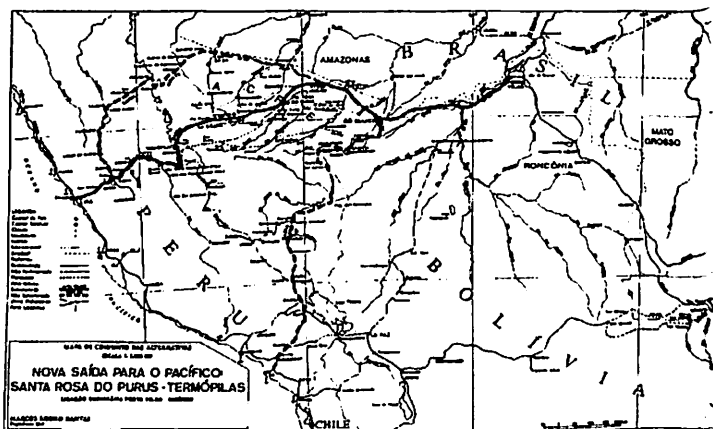
Como produtos peruanos a serem importados sobressaem o fosfato e o calcário.

Nos rios Tambo e Ene existem três aproveitamentos, que totalizam mais de 3.000 MW, situados nas

margens da futura rodovia. Além disso as enormes reservas de gás natural de Camisea, consideradas as maiores das Américas, situam-se a apenas 150 km de distância da diretriz da futura estrada.

Essa energia poderia ser transportada por linha de transmissão ao longo da rodovia até Rio Branco, onde se interligaria com o sistema existente da usina de Samuel, que já está com a sua energia totalmente comprometida.

A rodovia para o Pacífico possui uma característica única, que a diferencia das demais. Ela é de molde a proporcionar uma *reversão de expectativas* em toda a Amazônia Ocidental brasileira, isto é, coloca em situação mais privilegiada, em termos de desenvolvimento



potencial, as regiões mais afastadas dos centros colonizados, tendo em vista que quanto mais afastadas, mais próximas estarão do porto oceânico no Pacífico.

O Brasil necessita cada vez mais de saídas rodoviárias para o Pacífico, em estradas pavimentadas e confiáveis. Essa ligação com aquele oceano tem a grande vantagem de somente envolver dois países (Brasil e Peru), ao invés de três ou até quatro países (alguns corredores passam pelo Paraguai), como as demais. Assim sendo, acordos bilaterais mais simples poderiam resolver o problema.

Esperamos que, enfim, essa antiga aspiração brasileira, que é a saída para o Pacífico através do Acre, venha a se concretizar logo.

*Engenheiro Marcos
Ribeiro Dantas*

X CONFERÊNCIA DE EDITORES IBERO-AMERICANOS DE PUBLICAÇÕES MILITARES

Realizou-se, no Rio de Janeiro, de 6 a 12 de setembro de 1997, a *Xª Conferência de*

Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares, patrocinada pelo Exército Brasileiro e coordenada por sua Diretoria de Assuntos Culturais (DAC).

Participaram da Conferência delegações de quinze países ibero-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana e Uruguai) e dos Estados Unidos.

Tendo, como tema central, *O Conteúdo das Publicações Militares em Relação à Sociedade do Século XXI*, a Conferência objetivou fortalecer os laços de amizade, o entendimento e a cooperação dos exércitos ibero-americanos por intermédio das respectivas publicações militares, além de avaliar o cumprimento dos acordos firmados em Conferências anteriores, debater o tema proposto, apreciar experiências relativas a publicações militares e propor a sede e o tema para a XI Conferência.

A Conferência foi aberta, dia 7 de setembro, no auditório da Bibliotheca do Exército, pelo Diretor de Assuntos Culturais do Exército, que abordou o tema: *As Publica-*

ções Militares e o Futuro. Seu encerramento contou com a presença do Ministro do Exército, do Comandante Militar do Leste e do Secretário-Geral do Exército.

A ata final da Conferência foi assinada por todos os representantes dos países participantes, nela tendo sido registrada a eleição do Brasil e de Portugal, respectivamente, para a Presidência e para o cargo de 4º Vogal da Associação dos Editores Ibero-Americanos de Publicações Militares no biênio 1997/1998, e do tema *Os Valores Militares em Relação à Sociedade do Futuro*, a ser debatido na Colômbia, escolhida para sediar a XI Conferência, em 1998.

Durante sua permanência no Brasil, paralelamente, os participantes assistiram ao desfile militar do Dia da Pátria, visitaram a Academia Militar das Agulhas Negras, a Fortaleza de Santa Cruz, o Museu Histórico do Exército e Forte Copacabana, o Museu Imperial, o Palácio Rio Negro e a Casa do Barão de Mauá (os três últimos em Petrópolis, RJ), além de comparecerem a coquetéis e jantares, que lhes foram especialmente oferecidos, e a centros comerciais – atividades programadas pela DAC.

VISITA AOS CAMPOS DE BATALHA DO PARAGUAI

De 13 a 20 de setembro de 1997, uma delegação, chefiada pelo Presidente do IGHMB e constituída de 26 participantes, visitou os campos onde foram travadas batalhas da Guerra da Tríplice Aliança e da Guerra do Chaco. Integraram a delegação, além do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Dr. Arno Wehling, e sócios do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), representantes da Seção de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras, inclusive quatro cadetes, professores de História da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade de Mato Grosso do Sul (UMS), oficiais da Biblioteca do Exército, membros do Conselho de História Militar do Exército Brasileiro e um jornalista de *A Folha de São Paulo*.

Os visitantes cumpriram extenso e intenso programa que constou de visita ao Museu Militar do Paraguai e a Paso de la Pátria, Potrero Bellaco, Tuyutí, Boquerón,

Humaitá, trincheiras do quadrilátero Pilar, S. Antônio, Yaguarón, Luque, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas, Peribebui, Vapor Cué, Filadelfia e fortins de Chaco Boreal.

A delegação foi recepcionada em sessão especial da Academia de História Militar del Paraguay por seu Presidente, Coronal DEM Pedro Antônio Acuña Soley, e pelo Ministro da Defesa da nação irmã visitada.

Antes de regressar ao Brasil, a delegação homenageou as autoridades paraguaias e os adidos militares acreditados junto à Embaixada Brasileira em Assunção, com elegante jantar de despedida e agradecimento.

Matéria extraída do Informativo do IGHMB (Ano VII, Nº 8, Outubro de 1997).

ITAIPU BINACIONAL - AGRADECIMENTO RECEBIDO

O Diretor de *A Defesa Nacional* recebeu, datada de 7 de outubro e assinada pelo Chefe da Assessoria de Comunicação Social da Itaipu

Binacional, Helio Teixeira de Oliveira, correspondência cujo texto é abaixo reproduzido:

Tivemos o prazer de ler o editorial da revista "Defesa Nacional", sob sua responsabilidade, narrando a história da construção e operação da Itaipu Binacional.

Como V.Sª relatou em vez de "faraônica", como alguns pejorativamente a chamaram, Itaipu não é só um orgulho nacional, mas atualmente a "Salvadora da Pátria". Hoje a maior usina hidrelétrica do mundo, é responsável por 33% da energia elétrica consumida pelo sul, sudeste e centro-oeste do país, onde se concentra 80% do PIB nacional. Até o final do ano, Itaipu deverá bater o recorde mundial, com a produção de 88 bilhões de quilowatts/hora.

Apenas como detalhe, se não existisse Itaipu o Brasil não teria energia elétrica durante 3 meses ao ano.

Em nome do Diretor Geral Brasileiro, Dr. Euclides Scalco, reiteramos nossos agradecimentos pelo editorial e informamos que estamos enviando material informativo sobre Itaipu.

A QUARTA GLOBALIZAÇÃO

A globalização econômica não é um evento inédito e assustador. É um processo que ocorre em ondas, com avanços e retrocessos separados por intervalos que podem durar séculos.

A primeira globalização foi a do Império Romano. Enquanto os gregos filosofavam em suas cidades e ilhas, os romanos articulavam um império. Construíam estradas e aquedutos, impunham seu sistema legal, difundiam o uso de sua moeda e protegiam o comércio contra os piratas. Eram mais engenheiros do que filósofos. Com a queda do Império Romano, houve uma feudalização política e comercial.

A segunda globalização ocorreu na era das grandes descobertas dos séculos 14 e 15. Desvendaram-se novos continentes e foi aberto o caminho da Índia e da China. Mas o surto do comércio internacional foi frequentemente interrompido por guerras religiosas e lutas dinásticas das monarquias européias.

A terceira globalização viria no século 19, após as guerras napoleônicas. Foi o

século em que o liberalismo sobrepujou o mercantilismo e começou a prosperar a democracia política. Curiosamente, tanto o liberalismo como a democracia tiveram seu "annus mirabilis" no século anterior, em 1776, ano em que foi publicado o tratado de Adam Smith sobre o liberalismo econômico e foi lavrada a Declaração de Filadélfia sobre liberdade política. Durante a terceira globalização, no século 19, assistimos: 1) à liberalização do comércio com a revogação da "Corn Law" na Inglaterra e o tratado de livre comércio entre a França e Inglaterra de 1860; 2) à colonização européia da África e Ásia, gerando novas correntes de comércio; 3) a uma enorme transferência de capitais, sobretudo ingleses, na sequência da expansão imperial; 4) a grandes migrações humanas para a colonização dos novos continentes.

A terceira globalização sofreria abrupta interrupção com a Primeira Guerra Mundial (1914/18). Iniciar-se-ia a era dos coletivismos de direita e esquerda – o comunismo e o nazi-fascismo –, ambos hostis ao livre comércio e favoráveis ao autarcismo. Ao mesmo tempo, a grande depressão dos anos 30 debi-

litava o capitalismo e provocava uma irrupção de protecionismos.

A quarta globalização viria após a Segunda Guerra Mundial, mas só atingiria seu apogeu com o colapso do socialismo em 1989/91. Entretanto, mesmo durante os 40 anos de Guerra Fria retomou-se a tendência de globalização com o surgimento de organizações internacionais (ONU, BIRD, GATT etc.), a formação de complexos regionais como o Mercado Comum Europeu, o enorme surto das empresas multinacionais e a globalização dos mercados financeiros facilitada pela revolução da telemática.

Com o colapso do socialismo, reduziram-se as barreiras comerciais e aumentou o fluxo de investimentos para os países da Cortina de Ferro. A China começara a abrir-se comercialmente já em 1980. É hoje a maior absorvedora de capitais estrangeiros (superada apenas pelos Estados Unidos) e deseja ingressar na Organização Mundial de Comércio. Cada vez mais, a grande clivagem entre o capitalismo e o socialismo parece, vista em retrospecto, uma guerra civil dentro do Ocidente, já que tanto o

marxismo como o liberalismo são criações da cultura ocidental. O marxismo chinês (e de outros países asiáticos) tem características culturais próprias, inclusive a de serem de origem predominantemente agrária, antes que industrial. Sob esse ângulo, tem razão o professor Samuel Huntington ao dizer que os conflitos futuros não mais serão entre sistemas econômicos, como os da Guerra Fria, e sim entre civilizações.

Por que a quarta globalização está provocando talvez mais apreensão que entusiasmo? Primeiramente, porque o processo globalizante se tornou muito mais rápido com a revolução das comunicações e a difusão da sociedade do conhecimento. Segundo, porque se tornou mais abrangente, envolvendo não só comércio e capitais, mas também telecomunicações, finanças e serviços antes cobertos por várias formas de proteção. Apenas em dois aspectos a globalização atual perde para a era do liberalismo do século passado. Graças à conversibilidade e automatismo do padrão ouro, a integração do mercado de capitais era talvez maior no século passado, enquanto que as migrações em massa asseguravam

uma flexibilidade de mão-de-obra superior ao da presente era de restrições imigratórias. A colonização de novas áreas (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina e Brasil) abriu amplas oportunidades de ocupação da mão-de-obra europeia liberada pelo progresso tecnológico.

Hoje a praga de fim de século é o desemprego, ou em sua forma mais amena, a "precarização" dos empregos. As manifestações são diferenciadas. Na Europa, avoluma-se o desemprego aberto, que é particularmente agudo nos países que têm generosa e rígida regulamentação trabalhista, como a França, a Espanha e, em menor grau, a Alemanha. Esta tem o problema adicional de dar ocupação às massas subempregadas da antiga banda comunista. Nos países do Terceiro Mundo, as manifestações mais óbvias são o agravamento do subemprego e a informalização da economia a fim de aliviar encargos fiscais e trabalhistas. Em todos os países, um problema contundente é o desajuste entre a demanda de trabalhadores supertreinados na tecnologia moderna e a oferta excessiva de mão-de-obra subtreinada.

Os dois países altamente industrializados que conseguiram abrandar o desemprego foram os Estados Unidos, tradicionalmente desinibidos nas relações trabalhistas, e a Inglaterra, onde o thatcherismo desregulamentou substancialmente o mercado de trabalho, recusando a "carta social" da Comunidade Européia. No Japão, onde as empresas se assemelham culturalmente a blocos familiares, apenas agora começa a se manifestar o desemprego aberto de tipo ocidental.

Mas a perda de flexibilidade de adaptação às mudanças tecnológicas, característica do assistencialismo trabalhista, está longe de ser o único ou nem sequer o mais significativo fator. A explicação da "crise de empregos" é complexa. Há causas conjunturais, de vez que a Europa Ocidental e o Japão estão somente agora emergindo da recessão que se iniciou em 1990, e que na Europa teve como um dos detonadores a alta de juros na Alemanha para financiamento das despesas de reunificação.

A concorrência da mão-de-obra barata dos países emergentes é citada por europeus, mas seus efeitos são provavelmente sobreesti-

mados, pois são compensados pela crescente demanda de equipamentos sofisticados para o novo surto de industrialização asiática e latino-americana. A explosão tecnológica é parte da explicação, forçando a reengenharia das empresas. No curto prazo, desloca-se a mão-de-obra tradicional, que se torna inempregável. No médio e longo prazos, com a elevação da produtividade e da renda, geram-se novos empregos. Mas esses não surgem imediatamente, exigindo retreinamento da mão-de-obra, e emergem em lugares diferentes e sob formas diferentes. Declina o emprego industrial e multiplicam-se as ocupações em serviços diferenciados. Os pessimistas chamam isso de "desindustrialização" ou de "precarização" de empregos. Os otimistas falam de "otimização das preferências do consumidor", o qual, relativamente saciado de bens materiais, busca acesso a uma nova gama de serviços de comunicação, saúde, lazer ou informação (a civilização da Internet). O que é simplista demais é pensar que os empregos industriais perdidos eram mais nobres e bem pagos, sendo as atividades de "serviços" secundárias e mal remuneradas. A ex-

periência americana tem revelado que vários serviços, em setores de crescimento explosivo como telecomunicações e serviços financeiros, nada ficam a dever aos empregos industriais tradicionais. Uma coisa é certa. O liberalismo nada tem a ver com a crise do desemprego. O contrário é que é verdadeiro. Os regimes marxistas, visceralmente antiliberais e superpreocupados com a universalização de empregos, acabaram implodindo por inchaço burocrático. E são os países de orientação liberal os que têm revelado maior capacidade de geração de empregos, havendo mesmo dois casos milagrosos – o de Hong Kong e o dos Estados Unidos – nos quais a flexibilidade de despedida é mais do que compensada pela alacridade nas contratações.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 11.05.97, e assinada pelo Deputado

Roberto Campos)

FORÇAS ARMADAS: PARA QUE AGORA?

E Em artigo publicado no *Globo* e no *"Correio Brasileiro"*, de 01/05/97, o se-

nador José Sarney analisou o papel dos militares na América espanhola, onde ocorreu fragmentação política, e na portuguesa, onde prevaleceu a pacificação unificadora. Enquanto análise histórica, o artigo é uma síntese brilhante, mas seus parágrafos finais fazem jus a alguns comentários, aqui feitos com o respeito merecido pelo autor, que dedicou cuidadosa atenção às Forças Armadas e sua gente quando foi seu comandante supremo. Refiro-me à enfática menção ao "cumprimento de suas (das Forças) missões profissionais, capazes de manter a ordem interna e proteger as instituições, justificada pelo desaparecimento das hipóteses de guerra no mundo".

O fim da Guerra Fria e o convívio cooperativo vigente na América do Sul (a que o senador deu especial atenção quando presidente) apontam para a conveniência de se rever em profundidade as bases político-estratégicas e operacionais do nosso preparo militar, mas daí a hierarquizar protagonicamente a manutenção da ordem interna e da proteção das instituições a distância é grande e insegura.

É improvável (não impossível) que no futuro

imaginável o Brasil seja envolvido em conflitos entre Estados, típicos das hipóteses de guerra clássicas. Mas é plausível o envolvimento em conflitos irregulares desbordados de países vizinhos nas fronteiras atrasadas, em ações militares de controle de águas costeiras e em forças de paz sob mandato internacional. Além dessas influências, convém considerar também que no nosso mundo em “rearrumação” é útil alguma capacidade de dissuadir aventuras que ameacem interesses brasileiros estimuladora da opção conciliatória em detrimento da força, cujo custo decididamente não seria zero.

Realmente, enquanto o mundo estiver organizado em Estados soberanos e não se puder ter como segura a conciliação pacífica de interesses conflitantes, o Brasil precisa de Forças Armadas, modeladas e dimensionadas sem fantasias ufanistas geradoras de suspeições, mas capazes de inspirar convincente credibilidade operacional, conferida pela tecnologia e pela ajustagem correta do preparo militar a concepções estratégicas adequadas à inserção do Brasil no cenário internacional atual e previsível.

Não se trata de descartar a manutenção da ordem interna e a proteção das instituições. Este papel existe e foi consignado na Constituição federal porque é preferível admiti-lo sob o figurino da lei do que vir a ter que exercê-lo inconstitucionalmente sob controle e regras incertas, por pressão de circunstâncias graves que o exigissem. Mas, vale repetir, daí a considerá-lo rotineiramente protagonista (ou até excludente) a distância é grande e insegura. Aliás, se priorizado como principal, ele não justificaria o modelo clássico de Forças Armadas porque, para exercê-lo, seria suficiente o modelo “Gendarmaria” & Guarda Costa, com o adequado complemento aéreo, menos complexo e menos dispendioso. Note-se também que a prioridade singularmente dita subentende espaço na por vezes tumultuada rotina da vida nacional.

Em suma: o artigo do senador José Sarney, cujo apreço pelas Forças Armadas foi sobejamente demonstrado em seu Governo, teria tido um fecho mais feliz se tivesse citado a missão por ora não descartável (será descartável algum dia?) de defesa clássica (sob concepções atualizadas) no

conteúdo das “missões profissionais” das Forças. É provável que ele participe da idéia de que ainda há campo para tal defesa, que ele entenda como implícita a missão e que sua ênfase na ordem interna e na proteção das instituições tenha sido um bem-intencionado estratagem para exorcizar absurdas corridas armamentistas regionais – justa preocupação explicitada no final do artigo. De qualquer forma, o autor deste artigo entendeu serem oportunas essas ponderações, registradas à sombra da esperança de que o senador, um homem aberto às idéias, as receba com sua habitual democrática compreensão.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 21.05.97, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores)

O GRANDE MUDO (I) E (II)

Se me provocarem eu chamo o Pires, teria dito o general João Figueiredo, ao ser ameaçado pelas dificuldades da transição democrática. Walter Pires era o ministro

do Exército, linha-dura, tido como capaz de mobilizar a tropa para o que desse e viesse. Vinte e poucos anos mais tarde não passa pela cabeça de ninguém chamar os militares para tarefas que não estejam escritas na Constituição. Nem os nomes dos generais se sabe mais.

É um erro. As Forças Armadas são os maiores empregadores de mão-de-obra de nível superior do país. Mas, o mais importante é que jogaram um papel político na vida da República que não recomenda serem relegadas à obscuridade, como se nenhuma influência tivessem sobre a vida da sociedade.

Em relação aos problemas provocados por greves armadas, de policiais civis e militares, os comandantes do Exército teriam algumas recomendações a fazer, se consultados.

A primeira e mais essencial é a de se respeitar a hierarquia, um dos dois esteios da organização militar. Os governadores não deveriam negociar diretamente com representantes de associações de cabos e soldados porque, ao fazê-lo, enfraquecem a autoridade dos comandantes das suas PMs. Aliás, no entender do Exército, as associações são sindicatos disfarçados, cuja

existência não deveria ter sido tolerada por ser ilegal.

A mesma recomendação de respeito à cadeia hierárquica vale para o Ministério da Justiça. O ministro Íris Resende, ao tentar contribuir para resolver os problemas estaduais, deveria convocar a Brasília os governadores ou, quando muito, os secretários de Segurança, nunca os comandantes das PMs.

Por outro lado, os chefes do Exército rejeitam peremptoriamente uma idéia que começa a circular em Brasília: reforçar o poder da Inspetoria-Geral das Polícias Militares. Não querem reassumir a tutela das polícias militares, entre outras razões por saberem que não disporão de recursos financeiros e humanos para cumprir as tarefas de reorganização dessas instituições, o que só poderá ser conseguido a longo prazo.

— Nesta questão das polícias militares o Exército está na situação que menos o agrada. O leite já foi derramado, permitindo-se greves armadas, e nós, agora, estamos em cima do muro, esperando os acontecimentos, diz um general com responsabilidades operacionais.

Na verdade, o grande esforço do Alto Comando está

voltado para um equilíbrio difícil, que faz parte das suas novas decisões estratégicas: o Exército não pode ser melhor que o país mas, ao mesmo tempo, não pode deixar de corresponder à expressão geopolítica do Brasil na América do Sul. Em consequência, deve marcar presença em todos os pontos do território, mesmo os mais longínquos. Tampouco pode atrasar-se do ponto de vista da modernidade tecnológica ao ponto de deixar de representar uma força de dissuasão a eventuais agressores. Os seus centros de excelência operacional não precisavam estar no estado da arte militar mundial, que exige investimentos muito grandes em equipamentos, mas têm de continuar no patamar imediatamente inferior.

Esses objetivos devem ser conseguidos com um orçamento de 580 a 590 milhões, que é quanto tem sido a sua parcela nos gastos da União nos três últimos anos, orçamento cuja execução depende de um fluxo de caixa do Tesouro muito incerto.

A incerteza quanto ao fluxo de caixa tem causado problemas graves aos comandantes de unidades localizadas em cidades pequenas. Essas unidades gastam boa parte de seu orçamento

em compras no comércio local, que é relativamente frágil. Um grande fornecedor de uniformes ou de combustível pode, eventualmente, suportar um atraso de pagamento de alguns meses. O padeiro ou o açougueiro de uma cidadezinha quebra se as suas contas se atrasam um mês.

Outro problema decorrente do aperto orçamentário é o da remuneração dos sargentos e dos oficiais mais jovens, que têm maiores encargos de família. O leque salarial das Forças Armadas, ou seja, a diferença entre o que ganha um general de quatro estrelas e um tenente recém-saído das academias militares, sempre foi apertado. No passado, era um leque semelhante ao dos países social-democratas da Europa do Norte, de oito ou nove para um. Hoje, está mais parecido com o leque salarial da China, de quatro para um.

Os generais sabem que deveriam pagar mais a sargentos, capitães e majores, para mantê-los na pequena classe média, que sempre foi o lugar que ocuparam na sociedade, mas não podem fazê-lo sem invadir as escalas superiores, que não podem ser aumentadas por falta de dinheiro.

Agüentam o tranco, mas se revoltam com os salários oferecidos em alguns outros setores do serviço público. O último edital para um concurso de fiscais da Receita Federal oferece salários iniciais aos concursados iguais aos de um general-de-brigada, com 30 anos de serviço.

Militares nas manchetes, só os das PMs, quando envolvidos em crimes e nos atos de insubordinação que se espalham pelas capitais, levam os governadores a cometerem graves erros políticos e deixam patente a falência financeira dos estados da Federação.

Os militares de verdade, que respeitam a disciplina e a hierarquia, olham com preocupação as erupções de rebeldia por saberem que, em última instância, serão chamados a manter a lei e a ordem constitucionais. Mas, além dos planos de contingência que são obrigados a fazer, dedicam-se principalmente a um amplo programa de profissionalização segundo concepções estratégicas desenvolvidas ao longo dos últimos anos. Como esse trabalho não dá fotos nem mete medos, a mídia o deixa de lado.

Marcar a presença do Estado em todos os pontos do

território nacional é uma das missões que o Exército procura cumprir. Há lugares no mundão verde da Amazônia onde ainda só vão soldados e missionários, como no tempo do marquês de Pombal. Os militares, aliás, se queixam disso, porque, no papel, lá deveriam estar também agentes da Polícia Federal e do Ministério da Saúde. Quando aparecem, ficam só a duração das diárias extras.

A Funai é uma exceção, mas sobrevive graças a alguns abnegados e os seus postos são carentes de recursos.

Para cumprir a tarefa de mostrar a bandeira por toda parte, o Exército mantém 800 organizações militares, o que inclui os tiros de guerra e as comissões do serviço militar, das quais 400 são unidades aquarteladas.

A Amazônia é a prioridade máxima, tanto para a força de terra como para a Aeronáutica e, em grau menor, para a Marinha. Nos últimos anos, foram para lá deslocadas duas brigadas. A de Santo Ângelo foi para Tefé, a de Petrópolis, para Boa Vista. Hoje, os louros soldados e sargentos gaúchos e petropolitanos já foram substituídos por amazônidas, todos profissionais engajados. Em lugares onde a atividade eco-

nômica é mínima, ter um soldo de soldado é quase uma sorte grande.

Só voluntários vão para a Amazônia. No passado, ser mandado para lá era castigo reservado aos que tomavam posições políticas contrárias às forças dominantes do momento ou que eram considerados como desagregadores. Agora, é prêmio. Há disputa entre os tenentes recém-saídos das Agulhas Negras para servir por lá. É que num dos pelotões da Calha Norte um jovem se sente útil, bandeirante, construindo a pátria. Como os postos de fronteira se estão transformando em povoações, o tenente se torna uma espécie de prefeito informal, autoridade para resolver os problemas pessoais dos moradores, apartar brigas e prender bêbados. As suas mulheres assumem tarefas comunitárias, dão aulas, repassam conhecimentos básicos de puericultura e, contou-me um general que por lá esteve em recente inspeção, até ensinam as índias a fazer ginástica tai-chi.

Na Amazônia a logística tem um papel fundamental. Os pelotões mais distantes, que se ligam ao mundo pelas antenas parabólicas e por um sistema de comunicações o mais moderno possí-

vel, dependem dos rios e dos ares para quase tudo. Os pilotos da Aeronáutica são vistos pelas populações como anjos provedores. Os retratos dos pioneiros, como um célebre coronel Camarão, que desrespeitou, uma a uma, todas as regras de segurança dos manuais ao abrir pistas de pouso e transportar doentes, ficam nos refeitórios dos missionários, ao lado do Coração de Jesus e da imagem dos fundadores das ordens. Como ele não morreu, os manuais é que deviam estar errados.

O Exército, que aluga aviões e manutenção da Aeronáutica, vai na mesma trilha e já tem cinco aparelhos próprios, está comprando uma UTI voadora e transferiu helicópteros da unidade de Taubaté para Manaus.

A prioridade amazônica obrigou o Exército a diferenciar o treinamento dos seus homens. As normas básicas de aprender a manter a vida, trabalhar e combater continuam as mesmas, mas não se adentra de igual maneira um combatente da selva, um recruta nos pampas e um soldado profissional das unidades de pronto emprego. As unidades passaram a ser pensadas para emprego regional, e não universal. As três brigadas de ação rápi-

da, aliás, estão todas no Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba.

Outra unidade diferenciada é o 19º Batalhão de Infantaria, de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, especializado em missões de paz da ONU. Embora não se dedique tanto às missões de paz como os argentinos e os uruguaios, o Exército valoriza muito a experiência internacional que seus homens adquirem em missões como as da Bósnia, de Moçambique e, sobretudo, de Angola, onde maior tem sido a presença brasileira.

O esforço de atualização do Exército está voltado para alguns centros de excelência, onde procura formar quadros capazes de absorver a tecnologia de ponta, no aperfeiçoamento das tarefas de manutenção e de operações, no aprendizado da guerra eletrônica, determinante nos combates modernos, na criação de uma aviação que lhe dê mobilidade tática e na transformação do seu sistema de comando e de controle dos processos decisórios. Os sistemas de comunicações, informática e de guerra eletrônica, por exemplo, foram separados no passado e hoje estão integrados.

Como um oficial passa um terço da sua carreira nas

diversas escolas do Exército, onde o seu desempenho tem grande peso nas promoções futuras, as escolas gozam de prioridade. Os seus comandantes são escolhidos com especial cuidado e as técnicas de ensino têm sido aprimoradas. A Escola de Comando e Estado-Maior, Eceme, por exemplo, está toda informatizada e a ênfase é dada ao trabalho em grupo.

A avaliação dos oficiais para serem promovidos também mudou, especialmente desde o fim da Guerra Fria. O componente político, que foi decisivo para algumas carreiras dos anos 60 e 70, foi totalmente eliminado. O peso da classificação nas turmas da Academia das Agulhas Negras e, posteriormente, na Esao e na Eceme, embora continue importante, não é mais tão determinante como antes. O que determina cada vez mais a possibilidade de um coronel chegar ao generalato são as avaliações do seu desempenho como comandante de unidade e dos seus atributos pessoais, especialmente a sua capacidade de trabalhar em equipe.

Em resumo: o Exército não quer mais generais políticos. Quer ser profissionalmente competente e, como dizem

os franceses, ser o grande mudo na vida nacional.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edições de 12 e 13.07.97, na coluna do jornalista Márcio Moreira Alves)

SOBRE A DIPLOMACIA DE PRESTÍGIO

Na historiografia das relações exteriores costuma-se distinguir a “diplomacia de prestígio” da “diplomacia de resultados”. Esta se baseia na análise de custos e benefícios. Aquela privilegia a capacidade de manipulação política, valorizando fatores ideológicos e psicológicos. O grande mestre da “diplomacia de prestígio” foi o general De Gaulle, que conseguiu projetar uma imagem política do poderio francês muito superior à realidade econômica e militar. Mao Tse Tung fez o mesmo na China, utilizando o efeito “massa”, aliado a um furor ideológico, para criar uma ilusão de sucesso como modelo socialista. Alguns países adquirem prestígio político negativo, pela sua capacidade de usinar problemas: Cuba, na América Latina, e

Israel, no oriente Médio.

O chanceler Helmut Kohl, da Alemanha Federal, exemplifica ao contrário a “diplomacia de resultados”. Manteve perfil político modesto, com alto desempenho econômico, balanceando custos e benefícios até conseguir a reunificação alemã e posição econômica dominante no continente. Reproduziu, num país derrotado, o desempenho do chanceler Bismarck, unificador da Alemanha no século XIX.

O Brasil tem exemplo de ambas as coisas. O acordo nuclear com a Alemanha e a política terceiro-mundista foram ilustrações da “diplomacia de prestígio”. A laboriosa construção do Mercosul, de outro lado, tipifica a “diplomacia de resultados”. Um dos mais frustrantes exemplos da “diplomacia de prestígio” foi nossa longa campanha para obter reconhecimento como grande potência política nas organizações internacionais. Desde 1923 o Brasil anunciava a sua pretensão de tornar-se membro permanente do Conselho da Liga das Nações (a qual sem a adesão dos Estados Unidos se tornara um clube europeu-cêntrico). A oportunidade surgiu em 1926 quando, após o tratado de concilia-

ção de Locarno, a Alemanha obteve o apoio franco-britânico para a tornar-se “membro permanente” da Liga. Para evitar a candidatura da Polônia, houve um veto a novas inserções no Conselho. Ficou prejudicada a candidatura do Brasil, que sofria objeções européias e dos próprios latino-americanos, interessados no sistema de rodízio. O Brasil revidou com um veto ao ingresso da Alemanha e acabou, pouco depois, renunciando à sua cadeira na Liga das Nações.

Em 1942, durante a II Guerra Mundial, em reunião com Vargas, o presidente Roosevelt, grato pelo apoio bélico brasileiro através da cessão da base aérea de Natal, declarou que proporia para o Brasil uma posição de relevo na futura ONU, a ser criada após o conflito. Na conferência de Yalta, com Stalin e Churchill, em 1943, Roosevelt aventou a idéia dessa participação especial brasileira. Stalin objetou, alegando que a União Soviética não tinha relações diplomáticas com o Brasil (estas só viriam a ser restauradas em 1945). Na realidade, Stalin queria limitar o Conselho de Segurança a um diretório tripartite dos Estados Unidos, União Soviética

e Grã-Bretanha. Apenas relutantemente aceitou acesso dos chamados “países derrotados” – França e China. O Brasil teve de se contentar em inaugurar o sistema de rodízio no Conselho de Segurança, cabendo-lhe um primeiro mandato de dois anos na instalação desse Conselho em 1946.

O tema continuou por muito tempo como brasa sob cinzas no Itamaraty, sem análise realista dos custos (que são muitos) ou dos benefícios (que são poucos). O custo deriva da responsabilidade maior dos membros permanentes do Conselho de Segurança na montagem das operações de paz, com implícita aceitação de maior participação em seu financiamento. Suscitar-se-iam também rivalidades regionais (agravadas no caso brasileiro por sermos uma ilha de cultura portuguesa num mar hispânico). A vantagem seria projeção externa de nossa imagem política. Mas essa projeção melhor seria alcançada como subproduto do desenvolvimento econômico, à guisa do que fizeram Alemanha e Japão. Poucas objeções haveria à nossa pretensão se o Brasil voltasse ao milagre de desenvolvimento da década dos 60, pois combinaríamos

o efeito “massa” com o efeito “eficiência”.

O assunto ressuscita agora porque os Estados Unidos, desejosos de dar reconhecimento ao peso econômico e militar da Alemanha e do Japão, concordaram em acrescentar aos atuais membros permanentes do Conselho de Segurança – Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China – mais cinco países. Duas candidaturas, a da Alemanha e do Japão, são consensuais, confirmando o valor da “diplomacia de resultados”, pois essa promoção política seria mero registro de sua ascensão econômica e militar. Os outros três lugares caberiam, respectivamente, à América Latina, à Ásia e à África. Abre-se aqui uma “caixa de Pandora”. Na Ásia, o candidato natural seria a Índia, que sofre impugnação do Paquistão, despontando, à margem, a candidatura da Indonésia, que alega representar também a cultura islâmica. Na África, competem o Egito, com maior tradição diplomática, a Nigéria, como potencial econômico, e a África do Sul, como democracia multirracial pós-apartheid. Na América Latina, além do Brasil, o mais antigo pretendente, há que levar em conta a Argentina,

que apóia o rodízio, e o México, que preferiria o *status quo* a um reconhecimento explícito da prerrogativa brasileira. Mesmo na Europa, onde a candidatura alemã é consensual, começam a aparecer ambições latentes na Itália e Espanha...

Mesmo transpostas as dificuldades de seleção, surge a questão do "direito de veto", hoje menos importante que na época da guerra fria, mas ainda de valor cautelar. Os Estados Unidos prefeririam excluir desse direito os novos membros permanentes, o que seria considerado uma *capitis diminutio* pela Alemanha e pelo Japão. Os países em desenvolvimento, que desejariam no futuro ver abolido o direito de veto, entendem que, na transição, os novos membros permanentes não deveriam sofrer discriminação, tendo direito aos três Vs – voz, voto e veto. O fato que, no sistema de rodízio, o direito de veto poderia cair em mãos de países inexpressivos é um complicador adicional...

Atentas essas controvérsias, a ampliação do CS pode tornar-se paradoxalmente um fator de insegurança pelo atijamento de rivalidades regionais.

Para complicar as coisas, a recente política de Washington, em relação à América Latina, é uma obra-prima de confucionismo. Talvez a idéia subjacente seja o princípio de *divide et impera* de que se serviu a Grã-Bretanha para reger o certo europeu no século passado. Haverá coisas mais divisórias do que abolir a proibição de venda de armas sofisticadas, com o fornecimento de aviões F-16 ao Chile, país que até recentemente teve tensões territoriais com seus vizinhos? Ou a caracterização da Argentina como aliado especial extra-Otan e portanto autorizada a comprar armamentos em condições especiais? Os argumentos de que: a) com a redemocratização foi anulado o perigo de corridas armamentistas porque "as democracias não guerreiam entre si"; ou b) que os Estados Unidos fazem apenas vendas preventivas para ocupar espaço que russos e europeus ocupariam, parece resultar menos de avaliações políticas sóbrias do que de mera racionalização de pressões da indústria bélica ou do Pentágono. Como conciliar pregações de austeridade fiscal aos latino-americanos com a liberalização de venda de

armamentos? Os militares, aqui e alhures, nunca foram fanáticos no cálculo de custos e benefícios. Os F-16 para o Chile são como o submarino nuclear brasileiro. Excelente idéia, desde que primeiro se encontrem inimigos credíveis que justifiquem a despesa...

Se para a "diplomacia de prestígio" a questão do CS é importante, para a "diplomacia de resultados" ela é secundária. "Paris vale bem uma missa", disse o rei Henrique IV ao aderir ao catolicismo em 1593. Mas certamente o CS não merece uma querela entre o Brasil e a Argentina...

Nossas prioridades devem ser outras, de tipo mais utilitário. A primeira prioridade é o fortalecimento do Mercosul, até mesmo como pista de treinamento na harmonização de políticas, coisa indispensável para chegarmos a uma negociação competente na formação da Alca em 2005. Uma segunda seria o ingresso do Brasil no clube dos países industrializados – a OCDE – a exemplo do que fizeram México e Coréia do Sul. A troca de experiências nesse conclave aumentaria o grau de racionalidade em nossa política econômica e talvez contribuísse para melhorar o

credit rating do Brasil, hoje menos favorável que o de vários países de economia mais débil.

A posição política do Brasil é confortável, independentemente de cabalas diplomáticas. Se a América Latina optar pela designação de um membro permanente para o CS, dificilmente o Brasil seria preterido, em vista de seu peso específico econômico e territorial. Se adotado o rodízio, isso não seria uma derrota. Desastroso, sim, seria qualquer esfriamento na cordialidade tardiamente alcançada entre o Brasil e a Argentina.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 31.08.97, e assinada pelo Deputado Roberto Campos)

AS FORÇAS ARMADAS

Provavelmente por descuido, mas coincidentemente, um conjunto de decisões – e de não decisões ativas – do governo federal terminou por criar constrangimento em todos aqueles que entendem o caráter estratégico e insubstituível das Forças Armadas. A começar pelas deci-

sões relacionadas aos processos envolvendo pessoas vitimadas por razões políticas, durante o regime autoritário. A ausência, nas listas, de soldados e oficiais também vitimados, rompeu com critérios paritários. Mais grave ainda são os casos em que se caracteriza nitidamente uma situação de combate e não de ocultamento. É o caso, por exemplo, do capitão Lamarca, cujo cerco ocorreu através de uma ação militar aberta. A indenização, num caso como esse, produzirá, em algum momento, a responsabilidade relativa, já que a identidade do autor é amplamente conhecida. No exemplo dado, ao se caracterizar o abuso, induz-se a um processo contra o autor. Não é esse o espírito da anistia, que deve atingir a todos os combatentes, de um e de outro lado. As únicas exceções são os casos ocorridos fora de combate e desde que com cobertura das autoridades.

Outro ponto se refere à forma como vem sendo discutida a crise na esfera da segurança pública. O tratamento dado à grave questão do crime organizado com base no tráfico de armas e de drogas, e o uso e abuso de declarações e participações que procuram questionar a militarização das polí-

cias quanto às suas relações – de ontem e de hoje – com o Exército, são, no mínimo, provocações extemporâneas. Principalmente num país que deve a sua unidade territorial ao Exército, desde a Independência, que tem porte continental e cuja federação ainda vive um processo de amadurecimento. A ação anticrime organizado, embora sem atribuir funções policiais às Forças Armadas, deve considerar estratégica a sua participação, seja em relação às fronteiras – terrestre, marítima e aérea – seja em relação aos armamentos ou ao sistema de informações.

Um outro ponto inescapável é aquele relativo à remuneração. O comportamento exemplar das Forças Armadas no episódio de rebeldia das forças policiais, por todo o país, não poderia ter deixado de lado a delicada defasagem salarial dos corpos militares. A desculpa da reforma administrativa e da importância de desvincular os reajustes dentro do funcionalismo não passa por nenhuma assessoria séria. Há diversas maneiras de enfrentar a questão, sendo que a melhor de todas é tratá-la de forma aberta e transparente e assumir com coragem esta necessidade.

Se não bastassem estas questões, ocorre uma clara inibição no processo de modernização dos equipamentos militares. Não há como evitar o tema. O término da polarização ideológica a nível mundial, e da guerra fria, não indica que as atividades militares estejam em processo de obsolescência. Aí estão os conflitos, espalhados pelo mundo, dos quais a América Latina não é exceção. Um país que se propõe a sentar no Conselho de Segurança da ONU não pode deixar de estar aparelhado para isso.

Um vetor adicional é o que se refere aos conflitos no campo, às invasões e ao movimento sem terra. O governo federal tem todos os elementos que permitem concluir que parte significativa daquela atividade é de cunho político-profissional e nada tem a ver com a necessária reforma agrária. Sabe que profissionais se deslocam entre os acampamentos por pura agitação. As declarações de desrespeito aberto à lei, feitas por um dos líderes do movimento, não poderiam ser apenas deploradas.

Finalmente, depois deste conjunto, digamos, de coincidências, vêm as autoridades propor, sem que se entenda as motivações, a

criação rápida de um Ministério da Defesa. Esta, pelo menos, não é uma prioridade. As Forças Armadas contam com um Estado Maior conjunto, previsto para assumir funções de comando na dinâmica de um conflito que possa vir a ocorrer. Nos exercícios virtuais que são realizados rotineiramente, esta previsão é testada. Portanto, antes de se definir uma nova burocracia, pelo gosto de se dizer civil, deve-se discutir exaustivamente as razões e as funções, para que não seja apenas um ministério de uso externo sem qualquer poder efetivo.

Para que não parem dúvidas quanto às intenções, seria útil que estas questões fossem tratadas fora do rumor dos quartéis e dos clubes militares.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 11.09.97, e assinada por César Maia, ex-prefeito do Município do Rio de Janeiro)

A NOVA GEOPOLÍTICA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Este é um tempo de esperanças e de angústias. A atualidade está grávida do futuro,

como classicamente se notou. Afloram novas tendências – a chamada geoeconomia, por exemplo –, enquanto reafirmam-se políticas permanentes, como a de poder mundial. Após décadas de repúdio, voltam a ser utilizadas antigas ferramentas de análise, como parece ser o caso da geopolítica.

Poder, geoeconomia e geopolítica compõem o campo contemporâneo da segurança internacional. Com o fim da guerra fria, propagou-se a percepção superficial de que, doravante, as diferenças internacionais se confinariam ao campo comercial e financeiro (daí a voga da geoeconomia) e que as manifestações de poder político e militar passavam a ser apenas marginais.

As questões de segurança internacional formam um contexto político específico e integrado. Os processos de globalização e regionalização econômica não existem isoladamente, pois se amparam na articulação da ordem política mundial, a qual, por seu turno, é condicionada por considerações de poder que concretamente condicionam.

Durante muito tempo, imaginou-se que a geopolítica e sua pesada tradição

histórica – colonial, belicista e expansionista – estavam para sempre sepultadas. Este anúncio era obviamente precipitado. Na verdade, nem se devem separar as concepções geopolíticas das geoeconômicas, nem se poderia realmente omitir a questão do poder da análise político-estratégica.

Nesta fase, registra-se uma espécie de renascimento da geopolítica. A Europa se reorganiza com base em uma geometria flexível, ainda a ser precisada nos campos político, econômico e militar. Na África, expande-se uma inquietante zona de instabilidade que engloba Ruanda, Burundi e Zaire (Congo). Não há sinais de que esse processo, seus fluxos de refugiados e as rivalidades tribais, regionais e globais, nele subjacentes, já estejam sob controle. No Oriente Médio, as conhecidas oposições de forças entre árabes e israelenses se radicalizam, ao mesmo tempo em que persistem tensões no Golfo. A Bacia do Cáspio aparece como uma área de dura disputa, em que considerações políticas e econômicas – petróleo – aparecem combinadas. A Ásia central está em transição estratégica. Na Ásia oriental, persiste o jogo de poder que en-

volve as principais potências com presença regional. Mesmo em nossa região, muito menos tensa, se relança o tema, há tanto tempo em hibernação, da compra de armamentos sofisticados e, à raiz da negociação da Alca, volta-se a tratar do tema da hegemonia hemisférica.

A novidade é que agora a geopolítica não incorpora apenas esses componentes pesados e tradicionais de planejamento para o conflito, disputas e violências. É verdade que a nova geopolítica continua a preocupar-se com categorias fundamentais do entendimento político-estratégico, que estão nos manuais: o território, sua localização, distribuição espacial, interrelação e complexidade dos fenômenos e das forças em presença. Mas apresenta também facetas inéditas.

Pelo menos três dimensões profundamente inovadoras se incorporam à geopolítica: a construção de espaços regionais, como, por exemplo, a América do Sul e o Mercosul; o dramático despontar do espaço digitalizado mundial, no qual sobressaem a Internet e a televisão; e a expansão de um espaço econômico que se pretende virtualmente

desterritorializado, mas que se materializa em fluxos de capital e investimentos diretos.

Em nosso entorno imediato, a nova geopolítica regional rompe com o modelo antigo, consagrado em livros afinal relegados ao fundo das estantes. Desaparece o modelo de desunião e diferenças, baseado no predomínio do desconhecimento recíproco ou nas relações de rivalidade. Concretizam-se os interesses comuns, via cooperação e, sobretudo, integração. Muda, pois, a visão e o destino da América do Sul. Todos saem amplamente ganhadores, ao findar o velho jogo de soma-zero. Os desafios da globalização nos levam a articular um futuro em que a região sul-americana funcione como um todo efetivo e harmônico, em benefício de cada um de nossos países.

Abre-se, por outro lado, um horizonte eletrônico e cibernético global, um novo espaço geopolítico que aproxima os povos e países e no qual nossa região joga sua identidade em formação. A Internet, a televisão, a nova telefonia são as facetas mais visíveis desse bravo novo mundo digitalizado. Seu avesso está nas possibilidades de dominação cultural,

propaganda, interferência eletrônica e criação de discriminação a excluir os que não têm acesso aos meios avançados de informação. Vivemos uma época em que prioridade crescente será dada à segurança das comunicações – à proteção tecnológica da privacidade assegurada pela Constituição e à proteção dos legítimos segredos comerciais e financeiros.

É necessário afirmar presença brasileira na Internet e ampliar a democratização do acesso maciço dos usuários potenciais à rede. Dessa forma, evitaremos ser apenas consumidores de um produto cultural, científico e tecnológico alheio. A procura crescente estimulará fortemente a ampliação da oferta local de material informativo, na rede, o que já vem ocorrendo. Mas transparência é hoje um ingrediente fundamental da democracia. Em segundo lugar, devemos buscar não a rivalidade e a separação entre o português e o espanhol na rede, mas o reforço mútuo, a firme cooperação na divulgação de ambos os idiomas e a disponibilidade ampla de *home pages* e de grupos de discussão bilingües.

Finalmente, o processo de expansão e globalização

dos fluxos financeiros induz uma nova geopolítica mundial de investimentos. O mundo do capital está em transformação, novas tendências, novas possibilidades de ganho e novas pressões se estão desatando. Segundo dados do Banco Mundial, o fluxo líquido de capital privado em direção aos países em desenvolvimento aumentou 5,5 vezes nos seis últimos anos, alcançando US\$ 244 bilhões em 1996, enquanto os recursos oficiais passam de uma fase de estagnação para uma de declínio, sendo agora de US\$ 41 bilhões. A Ásia-Pacífico absorveu, no ano passado, US\$ 109 bilhões, dos quais apenas a China ficou com US\$ 52 bilhões (ou seja, 21% do total mundial) e a América Latina – Caribe e outros, US\$ 74 bilhões.

Acirra-se a competição pela entrada de capitais privados, envolvendo em 1996, na mesma faixa que o Brasil (US\$ 15 bilhões, cifra provavelmente subestimada) e a Argentina (US\$ 11 bilhões) – como as mais fortes economias do Mercosul – países como o México (US\$ 28 bilhões), Indonésia (US\$ 18 bilhões), Malásia (US\$ 16 bilhões) e Tailândia (US\$ 13 bilhões), o que aconselha um tratamento

para a questão que vá muito além da vocação descritiva da geografia econômica.

No novo contexto competitivo mundial, é flagrante a necessidade do melhoramento da coleta, processamento e difusão de informações econômicas, a defesa contra a intrusão por meios eletrônicos e do esforço no campo vital da segurança e privacidade das comunicações.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 30.06.97, e assinada por Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República)

A ESCOLHA E O SONHO

Mudança e escolha são inseparáveis como cara e coroa. As horas decisivas de ruptura e mudança na História são quase sempre acompanhadas por escolhas dilacerantes entre alternativas radicais e excludentes. Catolicismo ou protestantismo na reforma, monarquia ou república na Revolução Francesa, democracia ou totalitarismo nas revoluções comunistas ou fascistas.

É, ao contrário, durante os períodos de estabilização e continuidade que as opções praticamente desaparecem. Nos cinquenta anos da "belle époque", por exemplo, ninguém levava a sério outra organização social que não fosse a do liberalismo na política e na economia.

Hoje, nos defrontamos com uma situação "sui generis", talvez sem precedentes. Por um lado, nunca as mudanças foram tão drásticas e fulminantes. Por outro, há uma sensação de desamparo, de que não temos escolha. Gostemos ou não, quaisquer que sejam os nossos valores ou ideais, uma mudança particular, sempre a mesma para todos, parece impor-se de modo inexorável.

Não deixa de haver certa ironia que isso ocorra justamente quando o marxismo, aparentemente, entrou em recesso. Atualmente, muitos dos que ontem criticavam o mecanicismo da explicação marxista pregam a globalização como corolário inelutável das novas relações de produção revolucionadas pela tecnologia das telecomunicações, dos transportes e dos computadores.

Longe de se excluir, o marxismo-leninismo e seu antípoda, o neoliberalismo

duro e puro, convergem, no fundo, em sua comum negação da possibilidade de que os homens possam ter uma verdadeira escolha.

Completamente diversa é a posição dos que não só admitem como desejam a possibilidade de opção, mas não conseguem discerni-la em meio à poeira levantada pelos escombros e desabamentos de um mundo em demolição.

Era isso, por exemplo, o que dizia Keynes a propósito do "laissez-faire", pai do neoliberalismo e avô da globalização: "Deve-se admitir que (os princípios do 'laissez-faire') foram consolidados nas mentes de pensadores sólidos e da opinião pública razoável pela pobreza das propostas alternativas – o protecionismo, de um lado, e o socialismo marxista, do outro".

Essas palavras foram escritas em 1926, quando a economia americana vivia euforia comparável à atual, com a Bolsa em expansão frenética, e os economistas prestigiosos da época anunciavam o fim das oscilações cíclicas e uma expansão sem recaídas. Três anos depois, em 1929, o colapso da Bolsa precipitaria os EUA e o mundo numa depressão da qual, em parte, só conseguiram

sair graças à alternativa ao "laissez-faire" e ao marxismo proposta pelo próprio Keynes.

O recente encontro do G-8 em Denver constituiu o ponto alto do triunfalismo dos americanos, contagiados, como diria o presidente do Fed, pela "exuberância irracional" da Bolsa.

A autocomplacência com que os anfitriões esfregaram na cara de europeus e japoneses o êxito do seu processo de "destruição criativa" acabou por provocar efeito oposto ao desejado. Pondo de lado por um momento suas divisões, alemães, franceses e italianos se uniram na rejeição do modelo de individualismo, proteção social mínima e mercado de trabalho flexível.

Todos reconhecem, é claro, que a economia americana tem tido, nos últimos três a quatro anos, desempenho superior em termos de crescimento e geração de empregos. Mas não só a tendência é recente demais para permitir conclusões definitivas como existem, nesse quadro em "chiaroscuro", zonas de sombra que não devem ser ignoradas.

Dentre elas, destacam os críticos a queda em mais de 20%, nas últimas duas dé-

cadadas, do salário real por hora dos trabalhadores jovens com 12 anos ou menos de escolaridade apenas (qualquer comparação com a situação educacional brasileira seria covardia), o aumento sensível da insegurança do emprego e da volatilidade em horas trabalhadas e pagamento recebido. A somatória desses fatos se reflete no comentário, um tanto exagerado, do ministro da Economia da França: "Como se pode ter um país no qual 2% da população adulta está na cadeia?".

Ou como comentou outro participante europeu: "Os americanos ficam o tempo todo insistindo para adotarmos o modelo deles. Logo depois, nos advertem de que não é prudente nos afastarmos do nosso hotel durante a noite..."

Um realismo sóbrio nos obriga a reconhecer que não temos uma solução satisfatória. Até hoje, nenhum sistema econômico foi capaz de garantir a todo ser humano desejoso de trabalhar um emprego produtivo e relativa igualdade de participação nos benefícios do sistema.

Será um sonho? Um mito criador? É possível. Mas, enquanto houver vida e esperança, ninguém impedirá as pessoas de sonhar com

um modelo melhor e com a liberdade de escolhê-lo.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 28.06.97, e assinada pelo Diplomata

Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD)

'BIG-BANG' DO SISTEMA DE PARTIDOS

H Há poucas semanas, Genaro Arrigada, *político*logo, professor e ex-Ministro Secretário Geral do Chile entre 1994 e 96, lançou seu último livro de 73 densas páginas: *Hacia un Big Bang del sistema de partidos?* Creio ser uma leitura indispensável, neste momento em que os sistemas de partidos políticos, no mundo todo, fazem água. Arrigada apresenta um relato histórico do que chama de três sistemas de partidos políticos no Chile, desde a metade do século passado. Em linhas gerais, o modelo dos três sistemas poderia ser adaptado para analisar outras realidades, incluindo a nossa. O autor trata primeiro das condições existentes desde o século 19 até o início do século 20.

Nesse período é construído o que chama de "primeiro sistema de partidos", a partir da questão religiosa. Formam-se dois partidos, o Conservador e o Liberal, que lutam pela sincronização e separação entre Estado e Igreja. No auge dessa estrutura, surge o partido Radical, que exige uma solução nítida de separação, recriando o sistema com três partidos, e empurrando o Liberal para uma posição de centro e de maior conciliação. O segundo sistema surge na década dos 1920 e terá como lastro a questão social. Criam-se, em nome dos trabalhadores, os partidos Comunista e Socialista, deslocando os radicais para uma posição de centro, o que leva os conservadores e liberais a constituir uma nova direita. O partido Radical será a peça chave desse longo período, que irá até o final dos anos 50. De novo, a posição de centro representa uma postura de conciliação entre os extremos.

O segundo sistema irá discutir problemas da democracia, dos direitos sociais e da prosperidade, em torno dos quais os partidos irão divergir, apoiando os radicais, ora pela direita, ora pela esquerda. O terceiro sistema de partidos terá

como lastro a questão ideológica. Ele se forma lentamente, desde a década de 30, a partir das divergências internas dos partidos. Pela direita aparece a Falange, que vai expressando posições da Igreja Católica mais progressistas, até transformar-se no poderoso Partido Democrata Cristão. A Falange se mantém por 20 anos, com menos de 5% dos votos, e só a partir de 1957, já como democracia-cristã, torna-se o vértice mais forte do triângulo político chileno. Liberais e Conservadores irão se unir, nos anos 50, criando o Partido Nacional. Finalmente, comunistas e socialistas, apesar de suas lutas permanentes, convergirão em busca da melhor tática para a revolução popular.

Arrigada distingue a posição de centro da democracia cristã, não como sendo uma posição de conciliação, mas chamando-a de Centro Doutrinário, com projeto próprio e irreconciliável à direita e à esquerda. Ela se apoia em importantes setores populares, como trabalhadores rurais e moradores urbanos sem teto, falando numa revolução, em liberdade e discutindo formas transitórias de propriedade. Com isso, os três vértices

tornam-se inflexíveis chegando ao impasse e à sua ruptura. O terceiro sistema esgota-se com o golpe militar que transformou a mais sólida democracia latino-americana num regime ditatorial brutal, em sua primeira fase, e economicamente eficaz em sua fase final.

A democratização dos países reconstrói o sistema de partidos. Arrigada ressalta que, apesar de os partidos retornarem com os mesmos nomes, com uma duplicação pela direita entre RN e UDI, o quadro é completamente diferente. A *Concertación*, que leva ao poder democratas-cristãos e socialistas, estes últimos também duplicados com o surgimento do PPD, já não consegue ocultar suas convergências práticas. A questão ideológica anterior se esvai. O sistema eleitoral e partidário reproduz as elites partidárias. O ordenamento interno dos partidos entra em crise. Nas palavras do autor, "um outro fator que veio aprofundar a crise dos partidos. Trata-se de uma mudança, a nível mundial, da atividade política, da própria natureza dos partidos e da representação cidadã. Ainda que tivéssemos os mais perfeitos sistemas eleitoral e democrático, igualmente teríamos que

desenvolver um esforço de análise e de criação para adequar os partidos a um mundo que tornou obsoletas suas atuais formas de ação".

Os partidos estão incluídos num quadro que torna quase dispensáveis as formas anteriores de comunicação política e que exige uma revisão. Revisão esta que deve ser completa e capaz de rever o lastro e os meios para chegarmos conscientes a um quarto sistema de partidos, no qual estamos entrando sem saber direito como e por quê. Isto é, além de tudo, perigoso. Prudente, pragmático ou doutrinariamente, o melhor seria aceitar o desafio de Arrigada.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 10.07.97, e assinada por Cesar Maia, ex-prefeito do Rio de Janeiro)

O IMBRÓGLIO DO FIM DO SÉCULO

Nos últimos 50 anos a insegurança externa produziu estabilidade interna. Agora a equação se transforma: a maior segurança externa permite e talvez alimente uma maior instabilidade in-

terna” (Giovanni Sartori em *A democracia depois do comunismo*).

“Dedicarei todos os segundos de minha vida a combater o governo hipócrita de FH” (Luís Inácio Lula da Silva, em *O Globo* de 17/06/97).

“... a situação é grave e de forma alguma a tropa voltará aos quartéis com esse valor” (Cabo Júlio César Gomes, da PM mineira, *Jornal do Brasil* de 02/07/97).

“... o partido do atraso é apoiado por setores de esquerda e de direita. Como não há definições claras e programáticas, eles se opõem a qualquer mudança...” (Fernando Henrique Cardoso, *Jornal do Brasil* de 08/07/97).

A primeira citação reflete a moldura pós-guerra fria (e, para o Brasil, pós-antagonismos regionais) dos quadros sócio-políticos dos países com graves problemas internos. A segunda, terceira e quarta são exemplos emblemáticos pinçados do dia-a-dia da imprensa, de alguns matizes psicodélicos do quadro brasileiro preocupante e confuso.

A redemocratização aconteceu sob a influência de três tipos de circunstâncias que se complicam onde há grande desigualdade so-

cial. Primeiro: a frustração dos “mais à esquerda” que, divorciados da realidade e intoxicados por suas convicções a ponto de as suporem exequíveis, esperavam que o regime autoritário fosse sucedido por seus ideais, malogrados pelo pluralismo democrático. Segundo: o sentimento de descompressão que leva a confundir o cumprimento da lei com o autoritarismo – um passaporte psicossocial para o delito generalizado. Terceiro: a Constituição de 1988, que gerou expectativas e direitos generosos supostamente “acima” da disponibilidade de recursos, e produziu um modelo político caracterizado pelo condicionamento da governabilidade a consensos complicados, pela ambigüidade federativa (tributos e encargos), pela super-representação de populações escassas (herança do regime anterior) e por um sistema partidário sem consistência.

No embalo do primeiro tipo de circunstâncias, a esquerda sectária, inconformada com o resultado de 1994, inibiu a lógica natural, o apoio da ala moderada ao governo social-democrata, “empurrando-a” para o centro. Manejando retoricamente a liberdade demo-

crática, ela vem apoiando práticas contestatórias e reivindicatórias inclusive à margem da lei, afirmadas como legítimas porque, de acordo com sua interpretação dogmática, estariam a serviço do povo – uma presunção de verdade que pode se transformar em arrogância autoritária, uma vez no poder.

Esse jacobinismo caboclo motiva fatos e opiniões perturbadores da tranqüilidade pautada no direito. Exemplos: as invasões rurais e urbanas, eventualmente violentas. As acusações com base em informações inconsistentes e (ou) obtidas ilicitamente (a delinquência camuflada de virtude, à moda dos regimes autoritários). O bloqueio às reformas do direito, por vezes em aliança com o privilégio e o corporativismo egoísta (o que faria o sectarismo no poder, se bloqueado? Inspirar-se-ia em Lênin que dissolveu a Constituinte contrária a seus desígnios?). E um exemplo com força simbólica: “O julgamento de José Rainha foi político”; não está em causa aqui o discutível acerto do julgamento, mas política foi a pressão do MST (o que diriam os defensores dessa pressão se o réu fosse um PM e mil PM se

posicionassem na frente do foro com seus "instrumentos de trabalho"?).

O maior reflexo de segundo tipo de circunstâncias é a tolerância da sociedade e do poder público com a ilicitude, comprometedora do respeito a lei, requisito essencial da democracia. A tolerância com o ilícito é sempre errada; contudo (enfocando um tema atual), em se tratando das polícias pagas pelo povo para serem instrumentos da ordem, mas cujos ativistas se escondem no capuz dos "fora da lei" ou promovem ilegalidades para chantagear o povo e o Estado, a contemporização significa abdicação da ordem à desordem, com risco para o ordem democrática cuja garantia diante da força é a disciplina dentro da lei.

Vamos ao terceiro tipo de circunstâncias complicadoras da sistemática democrática. É problemático um regime permeado pela política que exponencia a questão eleitoral e a idéia de que mandato é salvo-conduto para o usufruto das vantagens do poder. Condicionada por parâmetros dessa natureza, nossa democracia vem sendo "simpática" às expectativas e aos direitos (e privilégios) incoerentes com

a realidade e geradores de déficits públicos contra os quais se insurgem alguns Executivos, que pagam as contas... Mas é justo consignar que, nesse campo, não existe um direcionamento singular contra o atual governo federal; governadores "petistas" do Distrito Federal e Espírito Santo também sofrem a pressão reivindicatória do serviço público usufrutuário do estado (curiosamente, apesar da resistência às reivindicações, os poucos servidores que se demitem são em geral os competentes para obterem bons empregos, o que permite a lição de que o salário dos demais não é tão injusto assim...). Aparentemente, nossos políticos, obcecados pelo sufrágio do eleitorado cliente do Estado, esquecem que distribuição só é viável quando há produção e receita fiscal, no caso do Estado.

Outra área delicada é a do ideário nacional – desenvolvimentista e estatizante, que já estava claudicante no mundo ao tempo da Assembleia Constituinte (1987/8). Ele teve sua época correta mas hoje prejudica o Estado nos campos que lhe são próprios (saúde, educação, infra-estrutura, segurança, etc.). A resistência à redução de sua influência se in-

sere na questão eleitoreira, em particular junto ao serviço público direto ou indireto, beneficiário daquele ideário porque a intervenção do Estado é generosa em termos de vantagens para o corporativismo público, inviáveis para o "povão".

Ainda no campo do terceiro tipo de circunstâncias, uma breve menção à ambigüidade federativa, diluente da responsabilidade dos estados e municípios; esse modelo federativo confere autonomia regional para o gasto, maciçamente concentrado no clientelismo, à sombra do apoio da União, o que seria razoável em regime unitário e autoritário mas não em uma democracia descentralizada. Essa questão vem muito a propósito dos aumentos, porventura concedidos às polícias: se os governos estaduais cederem à pressão policial, o custo da rendição deve ser pago apenas pelo povo que os elegeu e não repartido por todo o povo brasileiro via apoio da União, cujos militares e policiais federais não têm recebido aumento salarial há 2 anos.

Uma consequência grave dos problemas tratados neste artigo (e outros similares) vem sendo o descrédito da política, um fato de risco porque sem ela não há vida

democrática. Descrédito fundamentalmente criado pela não solução de nossos problemas maiores, mas sem dúvida ampliado, no nível do costume e do exemplo, por práticas como a dos recessos brancos do Congresso (feriados no meio da semana) e seu regime de trabalho de 3ª a 5ª feira para permitir o contato com as bases – uma preocupação bem menos atuante no tempo da capital no Rio de Janeiro...

No fundo, as cores vivas e conflitantes do quadro brasileiro atual são decorrência das ajustagens de um modelo de Estado clientelista, patrimonialista, cartorial e populista-coletivista e da sociedade moldada em coerência com ele, à realidade da virada do século. As ajustagens (no direito, na cultura e nos costumes), pressionadas de fora pela internacionalização da economia e condicionadas por dentro pela multiplicidade de interesses em conflito, são contravertidas e resistidas pelo interesse, pela demagogia, pelo "contra" da paixão política e, é preciso reconhecer, pela convicção sincera, influentes na formulação (Legislativo) e na interpretação (Judiciário) do direito. Mas elas são necessárias

para poupar o Brasil do vaticínio da citação de Giovanni Sartori, do início do artigo.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 14.07.97, e assinada pelo Almirante-de-Esquadra Mário César Flores)

PREDADORES ASIÁTICOS

Relatório confidencial da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) revela que 80% da madeira extraída da Amazônia são provenientes de atividade ilegal e predatória. Mais grave ainda: 22 madeiras estrangeiras, proprietárias de cerca de 2 milhões de hectares de terras na Região Norte do país, se dedicam a dar uma facha legal ao comércio e exportação clandestinos do produto. É questão a um tempo ambiental e de segurança nacional.

Dois anos atrás, o *Jornal do Brasil* pedia ao governo urgente mobilização para evitar um flagelo iminente sobre a Amazônia: o desmatamento de três a cinco milhões de hectares, algo entre 25% a 40% da cobertura

florestal do Suriname, que faz fronteira com o Brasil, por madeiras do Sudeste asiático, principalmente da Malásia.

Depois de devastar seus países de origem, esses desflorestadores se aproveitaram das dificuldades econômicas do Suriname para obter concessões sobre parte da floresta amazônica, acenando com investimentos de meio bilhão de dólares, quase o PNB da antiga Guiana Holandesa.

Verifica-se um agravamento, hoje, no relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Política Florestal da SAE, em colaboração com o Ibama. Cinco madeiras asiáticas que atuam na Amazônia têm especial interesse nas áreas próximas às principais calhas de produção de madeira, nos rios Solimões e Madeira, o que pode facilitar o contrabando para o Peru e a Bolívia, e as conexões com os narcotraficantes.

Para os vendilhões de madeira, verdadeiros predadores em escala global, é um negócio e tanto. Com as florestas asiáticas devastadas e o preço de madeira em alta, comerciantes malaaios e indonésios, que esbarram em novas leis de proteção ambiental em seus respec-

tivos países, elegeram a Amazônia como alvo preferencial de seus negócios sujos.

É inadmissível e deveria ser objeto de uma cruzada ambiental em nível nacional tal comportamento predatório. Conter o avanço dessas madeireiras, que legalizam o extravio fraudulento através de guias fiscais do Ibama roubados ou contrabandeados, deve ser prioridade nacional. O Ibama não tem condições de fiscalizar sozinho toda essa área, e deve ser auxiliado por vários órgãos que atuam na vasta região, como o Ministério da Justiça, através das polícias, o Incra, a Funai, a Receita Federal e o Banco Central, sem falar nas Forças Armadas.

Existem provas irrefutáveis de que empresas estrangeiras compram terras e empresas brasileiras para agir contra o interesse nacional. O presidente da República deveria inscrever em sua agenda o compromisso de mobilizar as autoridades do País na guerra contra esses *gangsters* internacionais.

(Reprodução de editorial do Jornal do Brasil, edição de 30.05.97)

GENOCÍDIO NA ALDEIA GLOBAL

Nquanto não se puder fim ao genocídio, não pode existir verdadeira globalização." Quem disse essas palavras foi uma japonesa miúda e de aparência frágil, Sadako Ogata, Alta Comissária da ONU para os Refugiados.

Ela é das raras pessoas que preservam no mundo de hoje a capacidade de indignação moral. Depois de tentar salvar, em meio à indiferença generalizada, os refugiados dos campos do Zaire, desembarcou no coração do poder, na capital dos Estados Unidos, o centro do "Consenso de Washington", para desmascarar a grande mistificação do nosso tempo.

Em discurso no Museu do Holocausto, lembrou que meio século após as abominações nazistas, ainda não se conseguiu liquidar, "a mais violenta e perversa forma de violação dos direitos humanos".

"Por quê?", perguntou, "Se teve de esperar até agosto de 1995 para que a população de Sarajevo e de outras cidades sitiadas da Bósnia recebesse o socorro da Otan e a paz fosse finalmente imposta? É moral e

praticamente admissível permanecer neutro diante de atrocidades sistemáticas? Por que país algum se dispôs a intervir em Ruanda no auge do genocídio em 1994? Por que a Força Multinacional autorizada a resgatar centenas de milhares de refugiados no leste do Zaire foi cancelada em dezembro do ano passado, fazendo com que milhares de pessoas perdessem a vida na região?"

Sua resposta é clara e forte como suas perguntas. "É porque as grandes potências não identificaram nisso qualquer interesse estratégico ou porque os seus interesses não convergiram."

E prossegue, destroçando outro mito dos dias que correm: o de que a queda do Muro de Berlim tivesse curado a paralisia dos poderosos. "Nesse sentido, a situação não difere fundamentalmente dos anos da Guerra Fria, quando interesses políticos derivados do confronto ideológico foram uma das causas para não impedir os campos de matança do Camboja."

Um discurso como esse desmonta o mecanismo de hipocrisia pelo qual se entoam hinos de louvor à glória da economia globalizada, enquanto se fecham os olhos

seletivamente aos crimes abjetos a que essa economia não é de todo alheia.

Há, de fato, uma solidariedade para o bem, mas igualmente para o mal, a comunhão dos santos, mas também o conluio dos perversos. O bem geral da humanidade pode talvez aconselhar a integração dos mercados e a abolição das barreiras ao investimento. Nesse caso, porém, essa mesma razão de solidariedade impõe que se abram as portas ao imigrante e ao refugiado, que se proteja a vítima do genocídio.

A verdadeira globalização não é apenas a unificação dos mercados ou do espaço econômico. Essa é uma visão reducionista que rebaixa o fenômeno a um dos seus componentes. A globalização é, na verdade, ou deve ser, a unificação em dimensão planetária do espaço para a ação e a promoção do homem em todos os campos de bem-estar material e espiritual.

Sua força principal vem da política e da cultura, não da economia. Foi o fim do confronto ideológico que criou as condições para facilitar a integração econômica e não o inverso. Na base disso tudo vamos encontrar as revoluções na ciência e na

tecnologia, em outras palavras, na cultura. Como havia ocorrido no Renascimento, permitindo a era das descobertas marítimas, ou na Revolução Industrial.

É por esse motivo que a globalização digna desse nome é sinônimo de respeito à diversidade cultural, é a observância universal dos direitos humanos, a co-responsabilidade de todos para dispensar proteção contra o mal.

Iludem-se os que julgam possível a sobrevivência de uma globalização confinada à esfera econômica. Esquecem que a globalização da época vitoriana, da belle époque, foi aniquilada pela guerra de 1914. E que deu lugar ao totalitarismo político e econômico dos anos 30 e à Segunda Guerra Mundial.

Tampouco é aceitável dar de ombros e culpar pelas selvagerias a natureza feroz de povos tribais. Sabemos hoje muito bem que na raiz desses conflitos ou do seu agravamento é fácil detectar as impressões digitais do imperialismo e da colonização. Boa parte do suposto antagonismo atávico de Tutsis e Hutus foi inventado pelos colonizadores como arma de dominação. E por falar em armas, quem armou os fundamentalistas

no Afeganistão, quem arrasou o Camboja para a guerra? E não teríamos espaço se fôssemos aqui fazer o processo da responsabilidade das potências coloniais na criação de dezenas de países inviáveis onde o Estado se encontra em plena regressão.

Diante desses horrores, a solução não virá da indiferença, do "sacro egoísmo" dos poderosos ou da ação unilateral nos casos eventuais em que o interesse dos grandes estiver envolvido. Ela terá de ser buscada no reforço das Nações Unidas, na criação de uma força internacional de intervenção rápida que possa ser empregada em situações-limites e com a participação do maior número possível de países.

Só assim poderemos caminhar em direção à verdadeira globalização com rosto humano, cuja inspiração é, não Margareth Thatcher ou Bill Gates, mas Sadako Ogata e madre Teresa de Calcutá.

(Reprodução de matéria publicada na Folha de São Paulo, edição de 01.07.97,

e assinada pelo Diplomata Rubens Ricúpero, Secretário Geral da UNCTAD)

O ESTRATEGISTA DA PAZ

Na cerimônia comemorativa dos 50 anos do Plano Marshall, em Haia, Holanda, o presidente Clinton evocou a dramática situação da Europa no imediato pós-guerra. A Alemanha em ruínas, o porto de Rotterdam arrasado, escassez de carvão e de energia elétrica na Grã-Bretanha, fábricas destruídas, refugiados, fome e desolação por toda parte. Para neutralizar o potencial desagregador da miséria e do ressentimento e impedir que o comunismo aproveitasse oportunisticamente essa vulnerabilidade histórica, o secretário de Estado americano à época, George Marshall, propôs, a 5 de junho de 1947, na Universidade de Harvard, um ousado plano para financiar a recuperação econômica e social de um continente destruído. Um gesto de enorme alcance político: pela primeira vez na História, o vencedor de uma guerra ajudava o vencido a se reerguer.

Os Estados Unidos saíram da guerra com território intacto, reduzido número de vítimas e incomparável poderio econômico e militar.

Os russos estavam determinados a transformar a Europa Oriental em escudo contra invasões ocidentais como as promovidas por Napoleão e Hitler. Era preciso reanimar a Alemanha e evitar o risco comunista na França e na Itália, onde as esquerdas se fortaleceram na luta antinazista.

Considerado o maior estrategista militar da Segunda Guerra Mundial, o general Marshall havia sido chefe do Estado-Maior americano de setembro de 1939 até o fim de 1945. Nesse período, as tropas americanas pularam de 200 mil para 8 milhões e meio de homens. Mas chegara a hora da desmobilização militar e da reconstrução econômica. Marshall contava com seu enorme prestígio para popularizar o Plano e conseguir do Congresso fundos, equipamentos e serviços.

Nada mais incerto: os EUA tinham feito grande esforço econômico na guerra e, desde o fim das hostilidades, haviam contribuído com 15 bilhões de dólares para as zonas ocupadas. Em 1946, o governo americano conseguiu aprovar uma ajuda de 3,75 bilhões de dólares, sob a promessa de que seria a última, motivo pelo qual se tornava mais difícil

o Legislativo aceitar um programa que no primeiro ano consumiria 1% do PIB do país.

Foi um gesto simultaneamente generoso e estratégico: vencer a fome e a desesperança, reativar a indústria, evitar o risco de turbulências como as dos anos 30 e estimular “as condições políticas e sociais necessárias à existência de instituições livres”, nas palavras do próprio Marshall. Para isso contava com o alto nível de instrução e o *know-how* tecnológico dos europeus, boa rede de instituições financeiras e setores industriais preservados da destruição.

O Plano Marshall foi, finalmente, aprovado, a 3 de abril de 1948. Pela primeira vez na História, os vencedores de uma guerra ajudavam os derrotados com importantes aportes em dinheiro e técnica.

O *timing* do Plano foi perfeito, com os seus dois detonadores: o Tratado de Potsdam, de 1945, no qual Stalin reivindicou a mesma liberdade de ação que os aliados desfrutavam na Itália e na Grécia, e o fracasso do acordo de paz na conferência de Moscou meses depois. O golpe de Praga e a tomada de poder pelos comunistas na Tchecoslováquia, em fevereiro de 1947,

foi argumento decisivo em favor da necessidade de auxiliar a Europa Ocidental.

O Plano Marshall transferiu à Europa, entre 1948 e 1952, cerca de 13 bilhões de dólares, equivalentes a 80 bilhões de hoje, aplicados em três fases: assistência de emergência, reconstrução da capacidade de produção e eliminação de numerosas barreiras existentes entre os diversos países da Europa Ocidental, cujas moedas sequer eram conversíveis entre si.

Os integrantes do bloco soviético foram excluídos da ajuda. As economias beneficiárias cresceram 36% em quatro anos. A contrapartida européia foi a construção de um continente unido a partir da reconciliação franco-alemã. Em 1953, um ano depois da conclusão do programa, quando a economia alemã já era novamente a maior da Europa, Marshall recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Havia banido da Europa Ocidental os fantasmas da depressão, da instabilidade política e do comunismo.

Estadista, homem de visão, Marshall e suas idéias contrastavam com as teses

do secretário do Tesouro, Henry Morgenthau Jr., de desmontar todas as indústrias da Alemanha, transformando-a num país camponês. O Plano Marshall, ao contrário, expressou a antevisão de que a paz duradoura, a prosperidade e a segurança podem ser defendidas pela força das armas, mas só podem ser consolidadas pelo desenvolvimento e pela cooperação econômica.

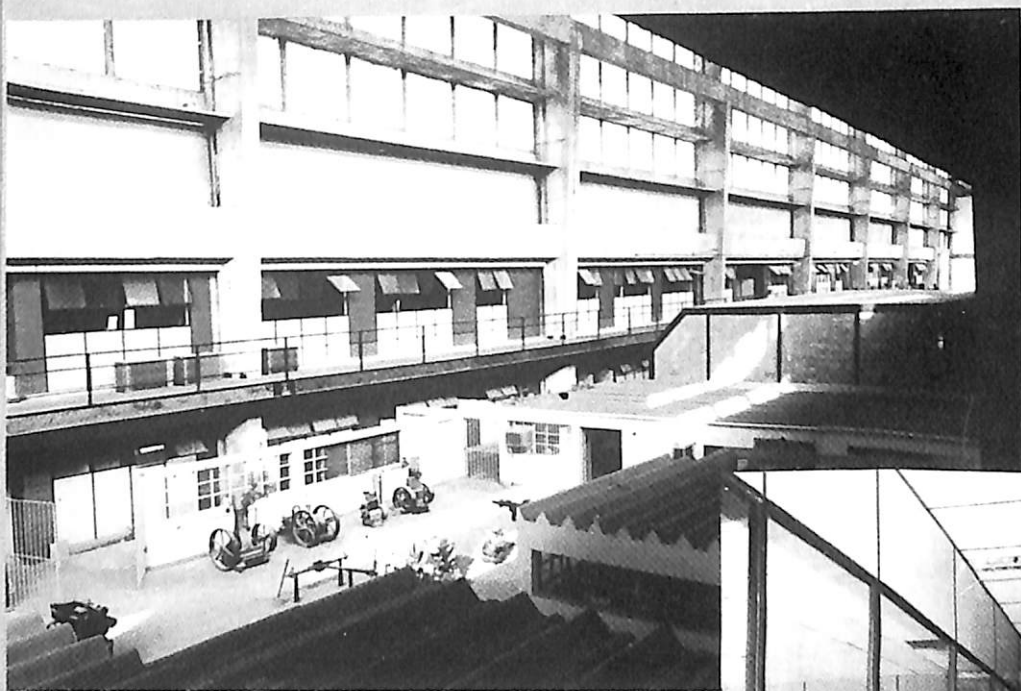
Se o programa era econômico, a motivação era essencialmente política, o que levou alguns historiadores a acentuar seus aspectos egoístas, à medida que o objetivo principal seria brandir o talão de cheques para livrar a combalida Europa das mãos de Stalin. Mas a maioria dos historiadores da Guerra Fria credits ao Plano Marshall haver livrado dos conflitos étnicos, como os que dilaceraram a Iugoslávia, evitando vitórias eleitorais comunistas na França, impedindo a ocupação de Berlim pelos russos, a queda da Itália e da Grécia na órbita soviética e a perda pelos Estados Unidos do acesso ao Golfo Pérsico e o controle do Mediterrâneo.

Claro, não só a Europa se beneficiou: o Plano Marshall criou mercados que alimentaram a expansão americana nos anos 50. Mas os representantes da Europa Oriental, presentes às comemorações, não deixaram de observar que a proibição pela URSS da participação dos países do Leste no programa foi a principal responsável pelo ritmo medíocre da recuperação deles.

Os americanos, no fundo, gostaram da recusa russa, que era previsível em face das exigências dos Estados Unidos que significavam lesões à soberania soviética em matéria militar. Para o historiador diplomático John Gaddis, o resultado foi lançar sobre os russos a responsabilidade pela divisão da Europa. Passados 50 anos, o Plano Marshall continua exemplar para a Europa pós-comunista do Leste, empenhada em reconhecer que o regime que abandonou não tem mais qualquer significado histórico.

*(Reprodução de editorial do
Jornal do Brasil,
edição de 01.06.97)*





Com toda excelência,

a COPPE / UFRJ abre novos
laboratórios e a pesquisa
tecnológica ganha força no país



PETROBRAS

MEC

Ministério da
Educação
e Cultura

FINEP



FAPERJ



Prefeitura da Cidade
do Rio de Janeiro